

Niminon Suzel Pinheiro

OS NÔMADES

Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Westin de Cerqueira Leite

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Assis, junho de 1992

Para os Povos Indígenas; meus pais
Euclides e Laudelina, filhos de pai
Guarani; para meus filhos, Xaman e
Andrew; para alunos e pesquisadores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

P654n Pinheiro, Niminon Suzel
Os Nômades: Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912/Niminon Suzel Pinheiro, Assis, 1992. 335 p.: il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista

1. Índios na América do Sul – Brasil 2. Colonização – Terras – Oeste Paulista 3. Índios Kaingang.

CDD 980.41
572.898

AGRADECIMENTO

Este trabalho é o resultado de leituras, discussões e pesquisas realizadas em salas de aula, museus, centros de documentação e bibliotecas ao longo dos anos em que realizei meu mestrado. Para a sua realização foi necessário o apoio de várias instituições e de inúmeras pessoas às quais quero agradecer.

Aos meus pais, Euclides Pinheiro e Laudelina Gomes Pinheiro, por terem sido tão pacientes comigo e me demonstrado o significado de determinação e amor no trabalho.

À professora Beatriz Westin de Cerqueira Leite, pela sábia orientação, pelas leituras, pelas críticas e pelos constantes e pertinentes estímulos como amiga e intelectual que me auxiliaram durante todo o percurso desta pesquisa.

Ao professor John Manuel Monteiro, pelas discussões em sala de aula e por telefone, pelas críticas estimulantes e pelos textos e artigos que me forneceu com tanta boa vontade e atenção aos quais devo os instrumentos utilizados para pensar e buscar elaborar uma história indígena.

Ao meu marido Peter James Harris pela leitura da primeira redação e pelo auxílio de inúmeras formas.

Ao professor Sidney Barbosa pela competência, disposição e delicadeza com as quais se prontificou em fazer a revisão da redação final.

Ao professor José Ribeiro Júnior pela confiança que sempre depositou no meu trabalho e pela criação do Centro de Convivência Infantil da UNESP/Assis.

Aos professores José Carlos Barreiro, Anna Maria Martinez Corrêa, Paulo Santilli, Zélia Lopes da Silva, Leon Pomer, Maria do Carmo Sampaio Di Creddo, Eda Maria Góis e aos meus alunos de Antropologia, Cultura Brasileira, História da América e Economia.

A todos os funcionários da biblioteca, da gráfica e do Polo computacional da UNESP / Assis.

Aos amigos Rita Santarém, Senhor Davi encadernador, Mara Campoi, Rosenei Mira e parentes Rossy Mara Pinheiro, Simone Cristina Pinheiro, Camila Gabriela Pinheiro, Donisete, Glauco, Vinicius, Arthur, meus sobrinhos.

Aos meus filhos Mariela Pinheiro, Xaman Korai e Andrew John.

Ao CNPq quero agradecer o apoio financeiro durante os primeiros trinta meses de realização da pesquisa.

À Faculdade de Ciências e Letras de Avaré e ao Instituto de Educação de Assis; ao Museu do Índio (RJ); ao Arquivo do Estado de São Paulo; à Secretaria de Estado da Cultura e ao Museu Pedagógico “Índia Vanuïre”, nas pessoas muito especiais que são Profa. e Diretora do Museu, Tamimi Rayes, e, a Museóloga Beatriz Cruz.

Aos indígenas de São Paulo, amigos leais, sempre me receberam, e, aos meus filhos, alunos, amigos, com carinho e alegria. Finalmente, à Professora Silvia Maria Schmuziger Carvalho pela sabedoria e companheirismo que tenho tido o privilégio de compartilhar nos últimos anos. Obrigada!

Assis, 1992

Nimnon Suzel Pinheiro

RESUMO

Este estudo enfoca os contatos entre indígenas, principalmente os Kaingang, e a frente pioneira da colonização do oeste do Estado de São Paulo de 1850 a 1912.

Através da análise de documentos oficiais buscamos enfatizar as ações e as adaptações das comunidades indígenas às várias manifestações da sociedade invasora.

UNITERMOS

Índios Kaingang, frente pioneira, colonização do Estado de São Paulo, o outro, século XIX, política indígena, política indigenista, aldeamentos, "batidas", Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNB), pacificação.

S U M Á R I O

| | |
|--|------------|
| Resumo/Unitermos..... | 005 |
| Sumário..... | 006 |
| Introdução, tema, método e objetivos..... | 009 |
| CAPÍTULO 1. O mundo civilizado..... | 018 |
| 1.1. A Mentalidade do século XIX..... | 018 |
| 1.1.1. Evolucionismo, progresso e etnocentrismo: a subjetividade da Europa objetivada na América?..... | 019 |
| 1.1.2. A elite e a guerra de pacificação..... | 023 |
| 1.1.3. A vivência do amor: privilégio de "branco"?..... | 027 |
| 1.2. A política indigenista..... | 029 |
| 1.2.1. A política indigenista na colônia..... | 029 |
| 1.2.2. A legislação indigenista do século XIX | 032 |
| 1.3. Homem e natureza: a construção do espaço..... | 040 |
| 1.3.1. O planalto paulista..... | 041 |
| 1.3.2. Os pioneiros: final do século XIX..... | 047 |
| CAPÍTULO 2. A nação Kaingang..... | 051 |
| 2.1. Os Kaingang Paulistas e os Guaianá Coloniais..... | 051 |
| 2.1.1. Localização espacial dos Kaingang..... | 052 |
| 2.1.2. Os vizinhos: Xavante (Oti) e Caiuá (Guarani)..... | 054 |
| 2.1.3. Kaingang: outras denominações..... | 054 |
| 2.1.4. Êtnomia..... | 054 |
| Os Guaianá..... | 058 |
| Os Kaingang e os Guaianá..... | 060 |
| 2.2. A cultura material..... | 061 |
| 2.2.1. A alimentação, a produção doméstica e a divisão do trabalho..... | 061 |
| 2.2.2. Os utensílios domésticos..... | 064 |
| 2.2.3. A vestimenta..... | 064 |
| 2.2.4. A habitação..... | 066 |
| 2.2.5. A caça, a agricultura e as técnicas extrativas..... | 067 |
| 2.3. A cosmologia Kaingang..... | 069 |
| 2.3.1. "Veincupri": o "espírito" dos mortos..... | 070 |
| 2.3.2. A festa do "Veingreinyã": o "atmã" da cultura material..... | 072 |
| 2.3.3. A parentela, o "Veingreinyã" e algumas mudanças sociais.... | 076 |
| 2.3.4. Os mitos Kaingang e a relação homem/ natureza..... | 079 |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 3. A política indígena e as diferentes faces da civilização..... | 83 |
| 3.1. Aldeamentos e "batidas" | 084 |
| 3.1.1. Os aldeamentos | 088 |
| São João Baptista da Faxina..... | 090 |
| São Sebastião do Piraju..... | 097 |
| 3.1.2. Os Kaingang e as "batidas"..... | 102 |
| 3.2. A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e a "pacificação" dos Kaingang..... | 113 |
| Considerações finais..... | 120 |
| Fontes e Bibliografia..... | 122 |
| Anexo 1 – 5 Quadro com informações úteis para pesquisa e análise.. | 130 |
| Anexo 2 – Relato do massacre dos indígenas da região da construção da EFNB, por um bugreiro participante. | |
| Relatório enviado a Rondon sobre o histórico da construção da Eestrada de Ferro Noroeste do Brasil, em terras dos índios Kaingang, 22/11/1910. Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais..... | 132 |

TRIBO DE CONCRETO

Sinais de fumaça
Tambores clamando o final
Corta o céu uma flecha
Atingindo o coração da nação
Máquinas passam por cima do orgulho
Erguem-se prédios
E dizem que é o futuro
Uma plantação inútil
Que não gera frutos
Na mata perdida
Uma canção triste
Tambores rufando
Velhas sensações
Velhas tribos
Novas construções
Novas conquistas
Agora tribo de concreto
Agora "Índios" no congresso.

Luiz Fernando,
Aluno de Antropologia da Faculdade de Ciências e Letras de Avaré, turma de 1991.

OS NÔMADES

ETNOHISTÓRIA KAINGANG E SEU CONTEXTO : SÃO PAULO, 1850 A 1912

INTRODUÇÃO: tema, método e objetivo

"...Então, a carne e o sangue da vida nativa real preenchem o esqueleto vazio das construções abstratas."

Bronislaw Malinowski

No Estado de São Paulo as comunidades indígenas têm vivenciado há séculos experiências diferenciadas e particulares no contato com a sociedade branca colonizadora. Hoje algumas delas se encontram sob a orientação e administração da FUNAI - Fundação Nacional do Índio - enquanto outras estão vivendo com certa autonomia. Há também índios isolados nas periferias das cidades grandes, como São Paulo.

Ao longo dos séculos, na comunidade Kaingang, houve incorporação de alguns elementos culturais externos bem como a recusa de outros. Mas, o mais significativo é o fato resultante da apreensão desse contato.

Enquanto processo, podemos observar que a colonização da América significou globalmente a fixação de determinadas normas e características ligadas à dominação e ao controle de uma ou de algumas sociedades por outra, ou, outras. Apesar disso, ao longo dos quase cinco séculos de relações interétnicas branco e índio, o processo de colonização desenvolveu-se evoluindo dialeticamente, demonstrando particularidades e descontroles bastante significativos, por parte das elites locais.

Guerras, pressões, massacres, escravidão, alienação e miséria foram vivenciados pelos indígenas desde os tempos denominados, "das conquistas" e do "descobrimento", o que significa as sociedades indígenas terem experienciado múltiplas dessas nuances desde o século XVI até nossos dias.

Em vista disso, podemos colocar a seguinte questão: as modificações sociológicas, históricas e étnicas vivenciadas pelas comunidades em confronto foram impostas pelos conquistadores ou foram o resultado, de uma relação interétnica particular, isto é, determinada temporária e espacialmente, para a qual índios e brancos deram suas contribuições específicas?

O espaço de conflito entre índios e brancos não se expressava simplesmente numa relação oposta: imposição dos conquistadores e resistência dos indígenas. Existia entre estas duas tendências radicais um espaço de negociação em formação, onde foi construída, por ambas as partes, a nova realidade social multiétnica.

Esta reflexão conduziu-nos a investigar as características culturais e etnográficas dos Kaingang a fim de compreender e resgatar a visão de mundo dessa comunidade indígena e sua contribuição para a formação da sociedade do oeste paulista. Para isso necessitamos não só entender os Kaingang, mas também

os que consideramos seus algozes, os conquistadores paulistas, e seus, historicamente contemporâneos, vizinhos Guarani e Oti-Xavante¹.

Escrevendo a etnohistória desse período, buscamos investigar o papel das comunidades indígenas no projeto polêmico de "colonização" e "povoamento" da região. Procuramos definir os elementos, as fontes, que pudessem esclarecer a trajetória dos indígenas - as tendências da política, gosto, atitudes e pensamentos, suas lutas internas, os conflitos com os guarani, os intertribais, o projeto indígena, o ritmo indígena. Nossas fontes foram basicamente os projetos políticos indigenistas, os discursos e as ações postas em prática pelos dominadores civilizados: Diretores, Presidentes de Províncias, chamadores de índios, encarregados da catequese, depoimento de membro de "batida de extermínio de índio kaingang".

Acreditamos que a conquista e o domínio dos territórios tribais não aconteceram exatamente como os colonizadores planejaram. Ela deu-se sob uma conjuntura de hostilidade quase constante onde as estratégias indígenas de viver em meio à perseguição constante, se mesclaram com homens civilizados, organizados em violentas frentes invasoras de devastação e apropriação dos territórios tribais. Dessa mescla de várias formas de vida ocorreram guerras, e, ocorreram também, até mesmo, certas "alianças" temporárias entre lideranças indígenas e setores civilizados no espaço que denominamos como espaço de negociação, terra indígena, área habitada por índios, ou, como dizem nos mapas: terrenos desconhecidos.

Nesse sentido, nosso estudo da nação Kaingang no contexto da história regional pretende demonstrar que a concretização das diretrizes de uma ação política dominadora e controladora, tanto no plano federal, como estadual e local, deu-se baseada nos interesses e estratégias dos conquistadores mas tendo que se ajustar às particularidades humanas e geográficas encontradas no lugar.

O grupo étnico, que durante um século, esteve ameaçado de extinção no interior da sociedade nacional, pretensamente homogênea, vive em relações que ultrapassam os limites da imposição branca e do recuo indígena.

Na história tradicional o aparecimento dos índios costuma ser como resistentes, antepassados ou submissos à política indigenista de colonização. Suas manifestações, como sociedade e cultura, são caracterizadas como obstáculo ao povoamento ou simples reações, carentes de iniciativa e organização próprias. Não se menciona aí a hipótese de ser a expressão de uma resistência organizada, mas transmite-se a noção de que sempre as manifestações indígenas não ultrapassaram os limites da reação instintiva e irracional.

Tivemos oportunidade de contactar com alguns raros e bons trabalhos, no plano da pesquisa documental e bibliográfica, sobre a conquista de áreas indígena no oeste do Estado de São Paulo como também em outras regiões, por

¹ A complementaridade pode se dar de variadas formas, como por exemplo o caso ocorrido com os Kaingang de Santa Catarina e um grupo de colonizadores alemães: "Os alemães que vieram colocar-se em Nova Teutônia viram-se num ambiente totalmente estranho, no qual desconheciam desde as formas de amanho da terra até as culturas locais, seus períodos e técnicas de cultivo e sua utilização como alimento. Sequer construir ranchos com os materiais disponíveis na mata era de seu conhecimento. Passaram dificuldades extremas quando chegaram às matas do Ariranha, e quem os socorreu salvando-os da fome, construindo-lhes os primeiros ranchos e ensinando-lhes o cultivo das espécies locais foram os Kaingang do cacique Gregório Rodrigues Mréym." IN: D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Toldo Chimbangue - História e Luta Kaingang em Santa Catarina. Xanxerê, SC, CIMI-SUL, 1984 p.59

exemplo, o caso de Goiás. Mas também aí, a perspectiva do conquistador apareceu, sutilmente, com os seus valores, em todo o processo de transformação e apropriação da região pelas frentes pioneiras de expansão capitalista. A necessidade de terras para a colonização, de um lado, e a visão dos índios como obstáculo a este processo, de outro, foram tomados como móveis dessa história e, portanto, limitaram e contaminaram as pesquisas. As manifestações indígenas, durante os conflitos, não foram claramente definidas ou estudadas. Na nossa opinião esses trabalhos de certa forma representam somente mais um relato "civilizado" da história entre índios e brancos².

O nosso objetivo é o de estudar a conquista de São Paulo a partir da perspectiva indígena. Para isso, fomos até os arquivos históricos, selecionamos relatos de viajantes que contactaram com indígenas da região, consultamos cartas, ofícios e os Relatórios dos Presidentes de Província e do Serviço de Proteção aos Índios. Chegar até aos índios nos parecia impossível. Eram raros os relatos escritos sobre eles e aqueles que encontrávamos definia-os a partir da simplista dicotomia entre índios mansos e índios bravos não atentando para os avisos e as fugas indígenas, os assassinatos e roubos por eles organizados contra desmatadores e fazendeiros da região, as tentativas de diálogo e de convivência, etc.

Com esse espírito, procuramos identificar as pistas e os elementos que nos indicassem as formas e manifestações indígenas - Kaingang, Oti e Guarani - diante da "catequese", expansão ferroviária, esbulho das terras indígenas e formações de "dadas" ou "batidas", entre outras, tão características do projeto de colonização nacional.

Para preencher as lacunas existentes nas explicações dos contatos interétnicos é preciso mais do que considerar as manifestações indígenas "reações" ou imediatismo irracional. Torna-se necessário perguntar como o índio resistiu, como ele sucumbiu ou contribuiu para a conquista e colonização de seus territórios. De que maneira específica ele se relacionou, nesta região, com os feitos da colonização?

Devido à ausência de informações disponíveis especificamente sobre os Kaingang de São Paulo, iniciamos o trabalho através de uma pesquisa minuciosa a respeito da história, da etnografia e da organização social desta grande nação indígena. Paralelamente, levantamos dados que nos forneceram as características legais, morais e geográficas da frente pioneira.

Verificamos que ao longo do século XIX o Governo Imperial e posteriormente o Republicano tiveram diferentes formas de intervenção no conflito com os índios. O governo atuava, algumas vezes, admitindo e até financiando a prisão e escravidão dos índios, de outras vezes procurando uma neutralidade hipócrita, já que os conflitos e os massacres às populações indígenas eram de seu conhecimento, e, em algumas situações, financiamento.

² Apesar de sua importância enquanto pioneiros no estudo destas regiões bem como da seriedade das pesquisas podemos citar como exemplo do que estamos afirmando os estudos de CHAIM, Marivone M. Os Aldeamentos Indígenas na Capitania de Goiás. Sua importância na política de povoamento (1749-1811). Goiânia: Oriente, 1974, 240 pp.; DI CREDDO, M. do C. S. "A Política de Aldeamentos e Bandeiras no Vale do Paranapanema". Revista de História. v.8,SP,1989, pp. 41a54; TIDEI LIMA, João Francisco. A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru. Mestrado em Ciências Humanas da USP, Assis, 1978. 199pp.

Não podemos concordar com alguns autores como José Mauro Gagliardi³ que assinalam negligência ou descaso do Governo em relação à violência dos conflitos. Acreditamos ter sido estratégia política administrativa das autoridades deixar intencionalmente, em alguns momentos, à iniciativa privada e local o encaminhamento das formas de contactar os índios. O conflito com os índios no oeste paulista dava-se basicamente entre os índios e os colonos. Os órgãos oficiais "apenas auxiliavam" com o fornecimento de armas, pólvora, balas e doações de terras aos integrantes das "batidas", conforme veremos. A participação direta ou indireta do Governo no conflito dependia dos interesses circunstanciais.

Organizamos a pesquisa em três capítulos e oito tópicos. O primeiro tem por objeto situar-nos no século XIX, no oeste do atual Estado de São Paulo, numa conjuntura econômica, ideológica e legislativa própria daquele século. Interesses e prioridades vão se moldando com rapidez e violência no cotidiano da conquista. Quais os planos desta frente de expansão agropecuária predominantemente? Como eles tornam-se realizações? Quais seus respaldos morais e legais?

Durante o século XIX, costuma-se negar o atributo humano a uma parcela significativa dessa mesma humanidade. Essa negação era fundamental para se compreender e justificar o contato, as ações, o pensamento, a visão de mundo, as características culturais, as relações de poder dos homens entre si e destes para com a natureza. Esta forma de ver colaborou significativamente para destruir grande parte das populações indígenas, das florestas e dos animais nativos. Acreditamos que os padrões de racionalidade modernos passavam pelo crivo de normas sociais bastante influenciadas pela cultura dominante. Essa cultura, auto-denominada "civilizada", procurou instituir relações de poder e de dominação que a favoreceram. A partir de idéias e reflexões bipolares ela definiu o "outro" como o "bárbaro", o *homo fera*, o "hostil" ou o "manso", o "irracional", o "imoral", entre outras. A humanidade passou a ser formada por grupos de indivíduos em diferentes "estágios" de racionalidade e caberia justamente àqueles que estivessem no estágio de desenvolvimento máximo, denominado "civilização", a tarefa "altruística" de trazer os outros povos, quer eles quisessem ou não, para compor o quadro das periferias do mundo civilizado. Essa forma de ver o outro só podia ser entendida a partir da ótica e do comportamento etnocêntricos.

Essa caracterização preconceituosa das sociedades indígenas estava presente não só na literatura antropológica, mas também, nas legislações indigenistas do século passado. Isto foi possível a partir de uma posição privilegiada e dominadora de quem se supunha dono de um único saber que lhe dava o direito de negar-se a oportunidade de "ver" o outro tal qual ele mesmo pudesse se conceber, com suas razões, talvez pouco racionais.

Assim, a partir dos preconceitos e das simplificações classificatórias (mansos e bravos) os grupos indígenas foram muitas vezes caracterizados como semi-humanos, desprovidos de cultura, constituindo obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso da Humanidade. Desenvolvimento e progresso ideais, protótipos de um tipo específico de cultura: a cultura moderna e européia.

³ Sobre o argumento de que houve descaso e negligência do Governo em relação aos indígenas conferir GAGLIARDI, José M. *O Índigena e a República*. São Paulo: Hucitec/ Edusp/SEC, 1989 pp. 107, 108, 125 e 126.

Cartas e ofícios manuscritos de meados do século passado do Diretor Geral dos Índios, José Joaquim Machado de Oliveira, do Encarregado da Catequese, Felicissimo Antonio de Souza Pereira e dos padres locais, deram-nos a direção.

No segundo capítulo, coletamos dados e referências sobre os Kaingang nos poucos trabalhos antropológicos existentes sobre eles e em artigos e relatos de pesquisadores e viajantes que estiveram nos territórios Kaingang e contactaram com eles. Nesse capítulo discutimos a sua ascendência étnica até os tempos coloniais e descrevemo-los etnograficamente, refletindo sobre sua organização social e cosmológica.

O conhecimento das características peculiares de cada grupo ou comunidade indígena paulista, por meio de uma investigação etnohistórica, possibilitou-nos o vislumbre de algumas tendências e alternativas político-sociais-indígenas. Nesta altura do trabalho servimo-nos de fontes documentais comumente utilizadas pela historiografia tradicional: documentos e cartas oficiais, relatos de viajantes, registros de exploradores e de cientistas, relatórios de funcionários do "Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais". Essas fontes foram estudadas em busca da percepção do outro, do ponto de vista indígena, nem sempre evidente.

Finalmente, na última parte, nos dedicamos basicamente aos problemas do contato entre índios e colonizadores na área que abrange o Vale do Rio Tietê e o Vale do Rio Paranapanema, passando pelas bacias do Rio do Peixe e do Rio Feio-Aguapeí, principalmente, enfatizando as manifestações indígenas nos conflitos: as negociações e as reivindicações dos índios aldeados, os ataques às propriedades e as fugas para regiões de difícil acesso de "bugreiros".

Coube-nos investigar neste capítulo a participação indígena em todas as modalidades dessa experiência comum entre índios e brancos.

Estudamos a constituição de aldeamentos, a formação das "batidas" e a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil como as principais formas nas quais se revestiu a "pacificação" dos índios de 1850 a 1912 e, através dessas formas, pudemos perceber duas diferentes posições políticas indígenas para o contato com os civilizados: a dos Kaingang e a dos Oti Xavante / a dos Guarani.

As sociedades invasoras desenvolveram através de contatos seculares com as comunidades indígenas formas variadas de imposição de seus valores fundamentais, enquanto cultura invasora, dominadora, planejadora, comercial, capitalista e predatória. A partir dessa perspectiva, os índios, mesmo aqueles considerados "integrados", vivem em situação de marginalidade e de humilhante inferioridade. Sua contribuição à sociedade global é constantemente negada ou manipulada pelas relações de poder. Essa contribuição existiu realmente? Teve influência nos caminhos que a nossa sociedade percorreu até aqui, desde que se encontraram índios e brancos pela primeira vez no litoral da terra que era também do pau-brasil?

Na historiografia indigenista tradicional é comum verificar-se a utilização imprecisa de conceitos que reforçam a dominação e o etnocentrismo. Eles têm como referencial a formação social dos colonizadores. Julgamos importante esclarecermos alguns termos para evitarmos ambigüidades. Ao longo de nossa pesquisa procuramos especificar, por exemplo, as diferenças entre política de índio (indígena) e política de não-índio para com os índios (indigenista). Houve tempo em que esses dois conceitos foram utilizados como sinônimos. Outro

conceito pouco usado para expressar o contato entre índios e não-índios é o de guerra. Utilizamos o conceito de guerra associado ao de pacificação que lhe confere a particularização necessária para o caso de guerra ao qual nos referimos. Há uma guerra sim, mas uma guerra denominada "pacificação". Nela há o confronto violento e fatal entre duas políticas ecológicas diferentes que disputam o mesmo espaço físico e onde as ações belicosas suplantam as tentativas de diálogo.

O vago e difuso conceito de "índio" foi-nos insuficiente, quando tratamos do contato interétnico, para expressar determinadas características sociais peculiares. O conceito de "índio" tendia à homogeneização e ao ocultamento de diferentes tendências étnicas, só permitindo especificações culturais simplistas, como, por exemplo, a dicotomia entre índios "mansos" e índios "bravos", e análises de cunho etnocêntrico.

Para denominar os Kaingang e seus vizinhos utilizamos, sempre que possível as denominações de Kaingang, Oti e Guarani (Apapocúva, Oguauíva, Tañiguá e Caiuá⁴). No caso dos conquistadores, variamos a denominação. Eles foram também chamados de civilizados ou brancos (como os Kaingang ainda hoje costumam chamá-los), não-índios, pioneiros e colonizadores. Atualmente, há entre as comunidades indígenas orientação para se chamar o civilizado de não-índio. Este dado foi constatado nas aldeia Kopenoti (Terena) e Nimuendaju (Guarani), de Avai/SP em 19/04/1991.

Quando nos referimos especificamente ao peculiar exército que lutou contra os Kaingang, utilizamos algumas de suas denominações regionais: batidas, tropas de bugreiros, dadas, grileiros, camaradas e bandeiras.

Elaboramos um recorte de caráter étnico, cronológico e espacial - Kaingang, segunda metade do século XIX, oeste paulista ou vale dos rios Paranapanema, do Peixe, Feio-Aguapeí e Tietê - a fim de analisar as contribuições indígenas na implantação dos projetos de colonização. Esperamos resgatar, enfim, a outra voz que foi abafada e que, além disso, sofreu o arbítrio da interpretação unilateral e egocêntrica dos conquistadores e de seus historiadores. Ao analisar, por exemplo, as reservas indígenas de São Paulo, a pesquisadora Lucia Helena Rangel concluiu no seu artigo "Vida em Reserva" que, tendo sua "história projetada na dimensão histórica da sociedade nacional", as comunidades indígenas sofreram manipulações de ordem ideológica, burocrática e econômica, e que os índios "submeteram-se passivamente à administração oficial vendo ruir a antiga vitalidade de sua cultura" e que foram obrigados a assumir etnicidades estereotipadas para garantir a continuidade do usufruto da sua antiga terra⁵.

Não acreditamos nessa anunciada submissão passiva dos indígenas. Se houve estereotipação e "macaqueamento", isso deve ser talvez classificado como táticas indígenas de sobrevivência. Estereotipar traços étnicos a fim de burlar manipulações ideológicas, econômicas, burocráticas e a própria administração oficial pode, às vezes, fortalecer alguns laços comunitários tribais, preservar resíduos culturais míticos, manter o usufruto da terra e garantir sim a

⁴ Diferentes grupos Guarani que habitaram o "sertão" paulista. Cf. NIMUENDAJU, Curt. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani. São Paulo, Hucitec, 1987, p.4.

⁵ RANGEL, Lucia H. "Vida em Reserva" In: Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração. SP, Yankatu/Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1984. pp. 121 e 122

sobrevivência. Na atual legislação referente ao índio, se emancipado, ele é excluído de certos benefícios. Esse procedimento tenta reforçar uma postura acrítica, "submissa e passiva", do índio frente aos representantes dessa legislação, mas não assegura, na prática, a sua ausência das decisões políticas que lhes dizem respeito. A passividade dos índios diante da administração oficial constatada por Lúcia Helena Rangel, é muitas vezes apenas aparente ou um meio de sobrevivência.

Ao contrário do que vê Lúcia Helena Rangel, acreditamos que na imitação da cultura do branco, os índios revelam um profundo conhecimento dos mecanismos anacrônicos da legislação indigenista brasileira em relação ao "índio".

Enfim, descreveremos ao longo dos três capítulos e dos oito tópicos que lhe são correspondentes os aspectos essenciais da vida indígena Kaingang, a paisagem geográfica da região, a frente de expansão pioneira, a legislação indigenista do século XIX e as expressões indígenas e "civilizadas" durante o contato.

Em resumo, pretendemos demonstrar que há uma guerra entre não índios e índios e que, mesmo nessa conjuntura, apresenta-se a existência de um espaço de livre arbítrio e de negociação entre indígenas e conquistadores. Através desse espaço, ambas as partes se manifestaram e exerceram influências mútuas. Os Kaingang não eram violentos por natureza, mas assim se tornaram por necessidade e opção. A violência deles nunca foi agressão gratuita, mas uma estratégia de auto-preservação, adotada em face da agressão do outro. É interessante notar que a legislação do mundo civilizado reconhece a todos o direito de auto-defesa e, portanto, diminui a sentença judicial nos casos de violência decorrentes do exercício desse direito. Entretanto, esse mesmo mundo civilizado, tendo em mente sua 'necessidade' ou 'direito' de expansão sobre territórios indígenas, nunca admitiu esse direito "natural" de auto-defesa aos habitantes do mundo 'selvagem'.

Embora não tivéssemos a intenção de nos determos nas descrições de massacres, de mortes e de etnocídios, estas imagens vertem torrencialmente da literatura referente à história indígena americana, tornando, portanto, sua referência inevitável.

Nossa proposta inicial foi a de selecionar as fontes que permitissem compreender e registrar o maior número de evidências possíveis para formar um quadro que esclarecesse a vida Kaingang na sua plenitude, a organização social e cosmológica dessa nação indígena.

Procurando seguir as pistas dos Kaingang frequentemente deparávamos com mortes e chacinas. Esporadicamente eram relacionados, na literatura, produtos da cultura material ou espiritual coletados em aldeias de Kaingang vivos, pois os encontros interétnicos, quando se davam, eram quase sempre trágicos e fulminantes, conduzindo sempre a uma visão mórbida da questão. Parecia-nos que, tudo que poderíamos conseguir, e, a que efetivamente tínhamos acesso, referia-se às formas pelas quais os indígenas de São Paulo e da América como uma totalidade foram exterminados, pacificados, aldeados, massacrados, envenenados, trucidados, enganados e escravizados. O que se passou antes desses tempos apocalípticos com as nações indígenas? A história indígena só teve início depois do contacto com os colonizadores?

Com relação às fontes, começamos selecionando artigos de periódicos escritos, em sua maioria, por exploradores - cientistas, técnicos, administradores, fazendeiros - da segunda metade do século XIX e do início do século XX na região então denominada Planalto Paulista, mas, também nas regiões do Paraná.

A partir daí passaríamos a trabalhar com uma documentação produzida pelas comunidades pioneiras incluindo o Governo Provincial: cartas manuscritas dos diretores de aldeamentos, de políticos e fazendeiros locais, Relatórios Anuais dos Presidentes da Província e publicações comemorativas, entre outras. Mas, já de início, na leitura feita ao acaso com o fito de selecionar uma bibliografia temática surgiram vários problemas, alguns até agora insuperados.

As dificuldades em se obter informações diretas sobre o modo de vida dos Kaingang paulistas nos remeteram às fontes intermediárias. As fontes intermediárias são os vários artigos, escritos sobre eles, por viajantes, exploradores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo, funcionários do governo, viajantes, além dos outros documentos citados acima.

Para a utilização dessas fontes foi necessário tomarmos algumas precauções. Elas traziam conteúdos e objetivos específicos, propagandísticos ou ainda ideológicos que muitas vezes conduziam a causas e efeitos inadequados. Carregadas de mal-entendidos devido à visão do observador, elas registravam opiniões parciais ou o exótico, constituindo por isso uma espécie de crivo ideológico que selecionava apenas aquilo que lhe interessava ou as causas que julgava serem as reais e únicas, sem que tais causas fossem uma realidade para o grupo social analisado. Essas fontes descontextualizavam o evento observado.

Do contato com a fonte acima mencionada, a questão seguinte torna-se inevitável: Quem eram esses mediadores? Quais os interesses que eles representavam?

Podemos evidenciar alguns limites à utilização dos registros de intermediários como fontes históricas. Segundo o Professor Peter Burke, as descrições estão sujeitas a "perder todo tipo de alusões locais ou tópicas". A situação em que a atividade foi documentada poderá influir no registro distorcendo-o, mesmo que o texto registre fielmente uma situação, uma cena, faltar-lhe-a sempre as expressões faciais, os gestos, o tom de voz, e outros fatores fundamentais, embora periféricos. Finalmente o texto que descreve uma cena poderá estar sendo dirigido a pessoas que não participam dela⁶. Devido às peculiaridades dessas fontes, pontilhadas de "mal entendidos ou finalidades propagandísticas", de subjetividades conscientes ou inconscientes do grupo que escreve, essa crítica ganha importância.

Encontramos nos trabalhos do Professor Peter Burke algumas propostas em relação a crítica das fontes, que nos foram bastante úteis. Assim é que uma forma de se proceder à crítica das fontes é a sua abordagem indireta: estudar a atitude dos índios, seus planos e projetos através dos testemunhos dos diretores de Índios, viajantes, padres e exploradores, intermediários, que nos evidenciaríamos, mesmo que indiretamente, a cultura e as tendências políticas tribais.

Outra abordagem indireta sugerida pelo autor e que nos foi útil é a "comparação". Utilizamos a "comparação" em nossa pesquisa quando fazemos uma ponte entre os Kaingang do século XIX e os Guaianá coloniais, entre os

⁶ BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo, Cia das Letras, 1989, pp. 91- 111

Kaingang paulistas e os do Paraná, entre as políticas indígenas Kaingang e Oti-Xavante e Guarani; e no interior da própria política indigenista ao longo das décadas e séculos. Em todos os momentos discutindo o problema das variáveis da participação indígena na formação da sociedade paulista do presente.

Finalmente, para uma abordagem da "cultura dos de baixo", percebemos várias dificuldades e mesmo a carência de um método historiográfico. Várias vezes ficamos amarrados e enredados nos discursos da elite. Dessa forma afastando-nos de nosso objetivo principal, não conseguindo penetrar no universo indígena, que nos interessava.

Na bibliografia antropológica consultada notamos que algumas questões ficavam sem respostas. Era como se faltasse um elo que pudesse decidir da origem ou das transformações de fatos que naquele momento se apresentavam imprecisos. Foi com surpresa e satisfação que encontramos através da história e da etnologia explicações que isoladamente a antropologia não poderia ter alcançado⁷. Por exemplo, a antropóloga D. M. Melatti no seu trabalho *A Organização Social dos Kaingang Paulistas*⁸ observou que havia certa desorganização em relação às regras de casamento do grupo Kaingang da reserva paulista. Ela questionou, mas não pôde responder somente utilizando-se dos dados antropológicos, se essa desorganização era devida às causas tradicionais ou à influência do contato. A resposta só pode ser dada através de uma perspectiva histórica do processo, de um estudo multidisciplinar, do movimento desta sociedade indígena, estudo que leve em conta outros dados e aspectos.

⁷ Cf. SHALINS, Marshall. "Estrutura e História". IN: Ilhas de História. Rio de Janeiro, Zahar, 1990. pp. 172 a 195

⁸ MELATTI, D. M. Aspectos da Organização Social dos Kaingang Paulistas. Brasiliense, FNI, 1976. pp. 34 e 35

CAPÍTULO 1. O MUNDO CIVILIZADO

"...Temor do desconhecido, e isolamento no meio rural, as ameaças de revide indígenas ... influíram no caracterizar uma atitude de quem está sempre pronto para lutar"

Pasquale Petrone

Neste capítulo, "O Mundo Civilizado", pretendemos estudar e compreender o comportamento dos pioneiros paulistas. Analisaremos, no primeiro e segundo tópicos, as bases históricas, ideológicas e filosóficas da legislação indigenista e do pensamento social a ela contemporâneo, destacando o evolucionismo, o nacionalismo e a imagem do índio produzida nessa conjuntura.

No terceiro tópico, descrevemos aspectos físicos e geológicos, humanos e econômicos da região. Qual o perfil do mundo que se instalava nas antigas terras dos índios? Para onde caminhavam os seus antigos habitantes?

1.1. A MENTALIDADE DO SÉCULO XIX

"O que fazer?!... A civilização tem exigências e o progresso não tem coração"

Francisco Whitaker

No final do século XIX e início do século XX, havia uma maior clareza institucional em torno do que se pretendia com o contato interétnico. Isto se devia ao cerrado debate que ocorria entre diferentes opiniões acerca do destino das comunidades indígenas paulistas.

Grosso modo, o século XX apenas circunscreveu o indígena paulista às fronteiras das reservas ou dispersou-o por entre os trabalhadores rurais locais.

Já durante o século XIX, o conflito interétnico local ou Guerra de Pacificação estava ainda em pleno apogeu.

Entre os colonizadores, diferentes segmentos sociais viam-se imbuídos da missão de "civilizar" o índio e incorporá-lo às populações marginais da sociedade contemporânea. Cada uma dessas diferentes frações sociais tinha seu plano específico para a incorporação do índio à sociedade e, a seu modo, procurava justificá-lo teórica e empiricamente. A igreja, os positivistas, alguns grupos ou pessoas independentes, jornalistas, cientistas e políticos envolveram-se nas discussões e nos empreendimentos indigenistas⁹. Dentre esses segmentos sociais destacamos, para análise, dois Diretores Gerais dos Índios, os quais, acreditamos, expressarão com propriedade e representatividade o pensamento e as ações do Estado, bem como da iniciativa privada.

⁹ Sobre esse debate Rondon e o Serviço de Proteção aos Índios expressam com relevância os positivistas; sobre eles ver GAGLIARDI, José Mauro. O indígena e a República. São Paulo, Hucitec/Edusp/Sec. do Est. da Cultura, 1989. Hermann Von Ihering expressou o pensamento científico, cf. IHERING, H. Von. "A Antropologia do Estado de São Paulo". Revista do Museu Paulista. Tomo VII, São Paulo, 1905, pp. 202 e ss. Leolinda Daltro, feminista, professora, etnóloga amadora, representou os esforços de uma cidadã "que desejava trazer os índios para o âmbito da sociedade nacional" Cf. CORRÊA, Marisa. "Os índios do Brasil Elegante & a Professora Leolinda Daltro", Revista Brasileira de História, v.9, nº18, ANPUH, M. Zero, CNPq, Ag/set 1989.

Relativamente distantes dos problemas imediatos das fronteiras de povoamento que avançavam para o interior paulista, os Diretores Gerais dos Índios foram os responsáveis pela significativa função de intermediários entre a iniciativa privada das populações locais e a elite política na elaboração da política indigenista do século XIX.

Os interesses e a forma de ver os problemas do contato, a relação com o outro e, portanto, com o diferente e o diverso, através desses dois personagens, fornecerão elementos importantes da estrutura e da dinâmica dos pioneiros e também das sociedades indígenas. Nesse sentido, analisamos o pensamento dominante, os anseios e objetivos, reais ou imaginários, da formação social paulista naquele século, as formas de encaminhamento de suas prioridades em relação aos índios e também à tendência mundial desenvolvimentista e imperialista da época que justificaram a guerra e a segregação étnica das sociedades indígenas paulistas.

O primeiro Diretor Geral dos Índios analisado por nós, José Arouche de Toledo Rendon, exerceu sua função ainda no final do século XVIII. Ele foi nomeado para o cargo no Governo Provincial paulista de Antonio Manoel de Mello (1798). Esse governo incumbiu-o de fazer um levantamento da situação das aldeias indígenas de então e indicar "medidas que pudessem resalval-as da ruína a que tinham chegado"¹⁰.

Depois dele, o cargo de Diretor Geral dos Índios só voltou a ser exercido em meados do século XIX, através da implantação do Regimento das Missões¹¹.

O segundo Diretor Geral dos Índios, José Joaquim Machado de Oliveira (1790-1867), interessa-nos particularmente. Ele foi Diretor Geral dos Índios durante o ano de 1864 quando se acirraram os conflitos entre a frente pioneira e as comunidades indígenas aldeadas como também as refugiadas nas matas.

Da administração de José Arouche de Toledo Rendon à de José Joaquim M. de Oliveira houve uma sensível transformação político-ideológica. A imagem do índio, significativos conceitos que definiram a relação interétnica, bem como alguns procedimentos políticos sociais, sofreram sensíveis alterações. Em decorrência desses fatores, sentimos necessidade de investigar alguns conceitos e teorias que tiveram seu apogeu nesse século XIX, por exemplo, as idéias e noções de progresso e de evolucionismo.

O que era civilizar ou catequizar o índio? A partir de quando falou-se em "civilização"? Como e porque se pretendia civilizar alguém? Qual foi a orientação dada pela administração pública nesse conflito, entre índios e brancos, em diferentes momentos?

1.1.1.EVOLUCIONISMO, PROGRESSO E ÉTNOCENTRISMO: A SUBJETIVIDADE DA EUROPA OBJETIVADA NA AMÉRICA?

A pesquisa em busca de um conteúdo sociológico para o conceito de "civilizar", tão mencionado na relação branco e índio remeteu-nos não apenas a uma dimensão histórica do conceito, mas também da própria história. Pudemos

¹⁰OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Quadro Histórico da Província de São Paulo. São Paulo, Gov. do Estado, 1978, 339pp.

¹¹ Cf. item 1.2.2. "A Legislação indigenista do século XIX"

constatar que ele nem sempre existiu e tampouco foi freqüentemente utilizado para expressar conteúdos estáveis da relação entre índios e brancos. A partir de sua origem (século XVIII) e de sua utilização através de décadas, aquele conceito sofreu transformações de conformidade com certas variáveis históricas.

No final do século XVIII, São Paulo havia perdido grande parte de sua população para as regiões mineiras ou para a defesa do Forte dos Prazeres, nas terras do Iguatemi, que hoje fazem parte do Estado do Paraná. Desse êxodo humano decorreu, em São Paulo, a ruína das terras cultivadas e da indústria pastoril, a perda do governador e da própria condição de Capitania. Em conseqüência, São Paulo tornou-se parte da Capitania do Rio de Janeiro.

São Paulo seiscentista tinha tido um grande avanço na produção agrícola baseada na escravidão indígena. Entre seus produtos mais relevantes estava o trigo que era exportado para outras capitanias. No século seguinte essa produção entrou em crise e deu lugar a uma paisagem de êxodo populacional¹².

A Província de São Paulo desempenhou, em vários momentos, o papel de fornecedora de homens, incluindo-se homens indígenas, para as guerras de fronteira entre portugueses e espanhóis, como também para a formação das "bandeiras" apresadoras de índios. Na primeira metade do século XVII ela sofreu grandes perdas humanas nos territórios indígenas do Guairá (hoje, Estado do Paraná) quando da busca de braços escravos para a lavoura e o transporte. Inúmeras "bandeiras" paulistas foram então dizimadas pelas comunidades indígenas locais do Guairá¹³.

Na década de 70 do século XVIII morreram centenas de paulistas na defesa do Forte dos Prazeres na margem esquerda do Iguatemi, fronteira com o Paraguai. Esse Forte futuro "Presídio dos Prazeres" foi construído em terras paludosas. Inicialmente foram enviados para lá 1.227 paulistas que, após três anos (em 1773), estavam reduzidos a apenas 556 pessoas. Apesar disso, houve outras expedições de soldados, recrutados à força - a Legião de São Paulo, os Dragões do Rio Grande do Sul - antes que se decidisse pelo seu abandono¹⁴.

As expedições de "preação de índios" nas regiões meridionais, no século XVII, contactaram principalmente indígenas da Nação Guarani. Já as do século XVIII e XIX adentraram regiões - Palmas e Guarapuava - habitadas por grupos Jê da Nação Kaingang¹⁵.

"A expedição para a conquista de Guarapuava, sob o comando do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, parte de Santos ainda em 1809, chegando aos Campos de Guarapuava em 17 de junho de 1810. Feito o reconhecimento da Expedição que penetrava seus campos, logo de sua chegada, os Kaingang da região tentam um grande ataque no intento de impedir sua fixação no local..."¹⁶.

¹² MONTEIRO, John M. "Celeiro do Brasil: Escravidão Indígena e a Agricultura Paulista no século XVII" *História*, 07 (1988), pp. 01 a 12

¹³ OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Op. Cit. pp. 102, 103 e 143

¹⁴ Idem, *ibidem* pp. 158, 160.

¹⁵ D'ANGELIS. W. Rocha (Org). *Toldo Chimbangue. História e Luta Kaingang em Santa Catarina. Xanxerê, SC, CIMI/SUL, 1984*

¹⁶ Idem, *ibidem* p. 09

No contexto do século XVIII, quando expedições seguiam para Minas Gerais em busca de índios para a mineração, a agricultura e o transporte, entre outros afazeres; era comum o termo "administrar" os indígenas para, dissimuladamente, expressar uma condição de escravidão, à qual eles ficavam submetidos no processo de convívio. "Civilizar" não era ainda o conceito corrente que se tornou no século XIX, qual seja o de contactar, submeter em aldeamentos e forçar a assimilação de alguns aspectos da cultura civilizada pelas sociedades indígenas. O conceito legal de "administrar" diferenciava o índio que vivia na mata daqueles que se encontravam sob o mando do morador leigo, e, ainda os diferenciavam daqueles sob a tutela do jesuíta, a "catequese".

Em 1859, o biólogo inglês, Charles Darwin, publicou *The Origin of the Species*. Na mesma época, Lewis Morgan, advogado norte-americano, escreveu uma série de artigos acerca de observações e conclusões de suas pesquisas efetuadas entre os indígenas Iroqueses da América do Norte e estendeu sua teoria às outras comunidades indígenas americanas, asiáticas, africanas e australianas. Ambos contribuíram, a seu modo, para a constituição da racionalidade daquele peculiar e etnocêntrico século¹⁷.

As preocupações com a origem dos momentos de transformação e de ruptura biológica e social, com a evolução do homem e os indicadores de seu progresso, e a sistematização dessas idéias de progresso instituindo estágios evolutivos entre o primitivo e o civilizado foram questões polêmicas e típicas da segunda metade do século XIX.

As relações de parentesco tribais que até então eram vistas quase exclusivamente como promiscuidade sexual e imoralidade começaram a ser repensadas. As "escavações" em busca de uma origem para a sociedade europeia do século XIX deram impulso às pesquisas antropológicas. Via-se nas relações sociais tribais um estágio social inferior, primeiro, em relação à "progressista, madura e civilizada" Europa do século XIX. Esse estágio inferior de barbárie e selvageria no qual foram os indígenas classificados era, segundo os teóricos evolucionistas, temporariamente "necessário" à evolução da humanidade. A etapa de vivência indígena estava em conformidade com os hábitos, os costumes e as necessidades desta fase primária da sociabilidade inerente à história da espécie humana "já evoluída" ¹⁸.

O século XIX também se apresentou peculiar no sentido que deu à História. F. Engels buscou nos escritos antropológicos de Morgan a passagem, o elo, que ligaria a "etapa primeira" - da barbarie - à posterior - civilizada; a matrilinearidade tribal - bárbara - à patrilinearidade burguesa - civilizada.

A História constituir-se-ia, portanto, na busca de um elo entre os estágios de um momento de transição de uma situação inferior para uma superior. Ela se constituiria numa sucessão periódica evolutiva na qual hábitos e costumes teriam, necessariamente, um caráter de verdade relativa, pois trariam em si o germen de sua própria superação. Assim, a evolução dos hábitos e dos costumes criariam as condições para um salto qualitativo na história da evolução da

¹⁷ Cf. DARWIN, Charles. *Origem das Espécies*. Trad. Joaquim Dá M. Paúl (médico e professor), Porto, Livr. Chardon, s/d ; ENGELS, F. "El Origen de la Familia, la Propriedad Privada y el Estado" In: *Obras Escogidas*. Moscou, ed. Progreso, VIII, pp. 203 a 252

¹⁸ Cf. ENGELS, F. Op. cit. pp. 203 a 216

humanidade. A superação sempre dar-se-ia para níveis "superiores" de qualidade cultural, se é que se pode falar assim.

A História se resumiria, portanto, na busca desse período de transição, de ruptura, patamar da história linear, característica do século XIX, mas que perduraria até quase o final do século atual.

Exaltado pelas descobertas de Morgan, F. Engels conclui:

"El nuevo descubrimiento de la primitiva gens de derecho materno, como etapa anterior a la gens de derecho paterno de los pueblos civilizados, tiene para la prehistoria la misma importancia que la teoría de la plusvalía, enunciada por Marx, para la Economía política. Este descubrimiento permitió a Morgan bosquejar por vez primera una historia de la familia, donde, ... quedaron asentados previamente ... los estadios clásicos de la evolución"

E ainda:

"En esa gens, organizada según el derecho materno, descubrió la forma primitiva de donde salió la gens ulterior, basada en el derecho paterno, la gens tal como la encontramos en los pueblos civilizados de la antigüedad"¹⁹.

Engels apenas expressou sua contemporaneidade ao século em que viveu. Suas preocupações e suas pesquisas evidenciam a peculiaridade desse momento histórico e permitem que possamos entender as premissas do pensamento e dos procedimentos sociais da segunda metade do século passado (XIX).

No século passado as questões levantadas pelos pesquisadores da história indígena limitavam-se a identificar na dinâmica tribal um estágio de infância da humanidade ou o início de uma linearidade histórica progressiva que, partindo da condição de barbárie indígena, pré-civilização, pudesse, um dia, atingir a condição de "sociedade civilizada", nos moldes da Europa Ocidental.

A história indígena nos interessa por questões diferentes dessas. Os nossos problemas contemporâneos são também outros. Talvez pudéssemos encontrar em outras formas de vida, alternativas que enriqueceriam nossas próprias experiências histórico-sociológicas, e meios competentes de preservar traços e culturas étnicamente distintas da deterioração decorrente do contato com o "estágio civilizado". Seria, talvez, necessário dizer que as experiências atuais de progresso e de "civildade" beneficiam apenas uma pequena parcela da humanidade? Entre a grande massa humana, continua a grassar, talvez com intensidade inédita, a fome e a miséria, a mortalidade infantil, o abandono infantil e senil e o completo desrespeito aos direitos mais elementares do homem. Além disso, os arautos do progresso nos brindaram, entre outras heranças nefastas, com as guerras químicas e "cirúrgicas", com o câncer, a poluição e as repressões político-ideológicas sofisticadas e ultra super organizadas.

Assim, podemos perguntar-nos o que busca Engels quando afirma a existência de um denominador comum entre as descobertas de Morgan (gênese matrilinear tribal da linhagem paterna burguesa contemporânea) para a antropologia, e a teoria de Darwin (seleção natural das espécies) para a biologia e a mais valia para a economia?

¹⁹ Idem, Ibidem p. 214

Seria a noção de um princípio para uma cadeia progressiva cultural, econômica e biológica? A chave, ou justificativa, para uma história imperialista, linear e contínua? A estrutura de análise dada por uma teoria histórica explicativa baseada nos momentos de ruptura social?

Ao contrário do que supôs Engels, a teoria histórica dialética/evolutiva ocultou e não revelou dados importantes para a construção da concepção da realidade social. A ênfase dada à dominação e exploração de uma classe social por outra estudando a origem e os momentos de ruptura social desprezou variáveis históricas sutis que revelam aspectos originais da resistência e do enfrentamento das classes e segmentos sociais oprimidos e marginalizados em relação aos processos de dominação e razão.

Nos contatos interétnicos a guerra nem sempre se materializou no conflito entre a flecha e o arcabuz. Legislações indigenistas foram modificadas no silêncio das resistências tribais; relatórios oficiais revelaram a fragilidade, a flexibilidade e os limites dos planos da elite dominante para imporem-se devido às exigências e à própria diversidade cultural das populações submetidas.

Felizmente a história não se resume na história da classe dominante, apesar da fonte documental para a história indígena ser, às vezes exclusivamente, as produções da elite intelectual e política.

O interesse dos conquistadores e das frentes pioneiras na apropriação do espaço indígena através dos processos estratégicos de "civilização, pacificação e catequese dos índios" é plenamente compreensível conforme veremos a seguir.

1.1.2. A ELITE E A GUERRA DE PACIFICAÇÃO

José Arouche de Toledo Rendon, Diretor Geral dos Índios em 1798, tinha entre suas mais significativas aspirações, enquanto Diretor Geral dos Índios e conselheiro do governador para estes assuntos, a tarefa de promover o aumento da população das aldeias e, assim, tornar possível sua rápida transformação em freguesias e vilas: núcleos urbanos. Para ele, a extinção das aldeias de índios e de seu sistema teria dupla vantagem : (1) a incorporação dos índios ao mundo dos "brancos", evitando assim ao "nosso século ... o disabor de ainda apresentar ao mundo aquelles restos de barbaridade", (2) essa era a oportunidade para os índios de serem "felizes" pois que, liberados do jugo dos aldeamentos, eles poderiam possuir bens, servir aos corpos militares e esquecerem de vez a sua ancestralidade indígena. A partir daí, eles adquiririam "sentimentos" e se identificariam com e agiriam como "brancos" ²⁰.

Nota-se que para Rendon a "civilização" dos índios não se limitava aos aldeamentos, aliás, para ele, o aldeamento era pernicioso para a despovoada capitania de São Paulo. Os índios deveriam rapidamente saltar, por meio do trabalho árduo junto aos moradores, da sua "triste" condição de aldeado para a de "feliz incorporado" ao sistema de produção econômica da capitania.

Segundo Rendon, as aldeias eram pontos negativos porque impediam essa total assimilação da população indígena pela sociedade como um todo. Além disso, na aldeias os índios conservavam os nefastos hábitos e costumes tribais herdados. Quando dirigidas por mandatários civis, elas destinavam-se apenas ao

²⁰ OLIVEIRA. José Joaquim Machado de. Op. cit. p. 299

fornecimento de índios para as expedições de "colonização do sertão" ou prestação de "socorro às províncias de beira-mar"²¹.

Em busca das provas de que ele necessitava para a formulação de sua hipótese da inutilidade das aldeias, Rendon inicia visitas aos aldeamentos da capitania. Após as visitas "em campo", o político e funcionário público, constatou que os índios tinham sido expulsos de suas terras e viviam em estado de miséria. Afirmou ainda a impossibilidade de restituir-lhes as terras indígenas que foram apropriadas pelos colonizadores fazendeiros pois "o mal vinha de muito longe" e a sua reparação acarretaria desavenças e a ira dos potentados; conforme suas próprias palavras,

"era entrar em lida de grandes compromettimentos, que governo algum ousaria tomar a si para não vêr-se divorciado da sua estima, que nem o justo e honesto, nem o beneficio dos indios podiam compensar" ²².

Assim, o autor propôs - e foi acatado pelo Capitão General Antonio José da Franca - a extinção das aldeias indígenas, ficando os índios, a partir daí, sujeitos às Ordenanças como o resto do povo. Os aldeamentos que ainda restassem, teriam a função temporária de receber os índios "descidos", isto é, aqueles que, segundo Rendon, "vem das matas", os capturados, e, instruí-los até que pudessem "trabalhar sozinhos para os moradores locais".

Assim, politicamente, esse momento se definiu como sendo uma sórdida tentativa da elite paulista em homogeneizar legalmente uma sociedade que era estrutural e legitimamente heterogênea. Ela procurava assim ocultar um outro discurso, uma outra subjetividade, da realidade (o discurso e a subjetividade indígenas), bem como escamotear uma relação social de dominação orientada para o etnocídio e o genocídio, a escravidão disfarçada e o recrutamento forçado.

Os aldeamentos perderam o já exíguo espaço de manifestação da alteridade tribal. As propostas de Rendon são evidências do esforço da elite em controlar e sufocar a expressão indígena enquanto força política diferenciada do todo homogêneo da sociedade nacional.

Nas palavras do Diretor Geral dos Índios, os aldeamentos,

"servirão como viveiros para tirar-lhes (dos índios) alguns filhos, que irão ser cidadãos mais úteis que seus paes... Este systema, bem executado em todas as Provincias do Imperio, dará milhares de braços a agricultura, e nos alliviará em parte da necessidade do negro commercio da raça africana" ²³.

Observamos, pois, que para Rendon os índios deveriam ser tratados como uma "fonte" de força de trabalho e não como inimigos. Era necessário engrossar o contingente populacional da nação.

²¹ RENDON, José Arouche de Toledo. "Memória. Sobre as aldeas de indios da Provincia de São Paulo, segundo as observações feitas no anno de 1798 - Opinião do auctor sobre a sua civilização." Revista Trimensal de História e Geographia. Rio de Janeiro, n° 15, out. 1842 p. 300

²² OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Op. cit. p. 192

²³ RENDON, José Arouche de Toledo. Op. cit. p. 317

A Diretoria Geral dos Índios foi extinta. Sua ausência deu lugar a um período de agravamento das perseguições às comunidades tribais, dispersas pelos territórios. Elas eram denominadas pelo poder público e científico de "hordas selvagens", "povos bárbaros", distantes, mas passíveis de serem sociabilizados²⁴. No final do século XIX, a questão fundamental será outra: a liberação das terras ocupadas pelos índios. Para um segundo plano ficaria a integração dos povos indígenas, remanescentes dessa disputa pela terra.

O pensamento do Diretor Geral dos Índios dessa próxima etapa, José Joaquim Machado de Oliveira, se nos afigura de suma importância devido ao fato de ter ele exercido sua função no período em que se tornaram agudos os conflitos nas regiões do Oeste paulista, conflitos entre os projetos políticos de colonização e os projetos políticos das comunidades tribais locais em decorrência do esbulho de suas terras e aldeias.

José Joaquim Machado de Oliveira publicou vários artigos e através deles e do livro, *Quadro Histórico da Província de São Paulo*, pudemos obter um esboço da imagem do índio e dos conteúdos ideológicos em que se dava essa "guerra de pacificação".

Selecionamos quatro textos publicados na *Revista Trimensal de História e Geografia* da qual ele foi sócio efetivo, além do *Quadro Histórico da Província de São Paulo*, escrito em 1864, por José Joaquim Machado de Oliveira.

Em 1842, o autor escreveu, "Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?" e "A celebração da Paixão de Jesus Christo entre os guaranys: Episódio de um Diarrio das Campanhas do Sul". Em 1843, escreveu "Se todos os indígenas do Brasil, conhecidos até hoje tinham idéia de uma unica divindade, ou se a sua Religião se circunscrevia apenas em uma mera e supersticiosa adoração de fetiches; se acreditavam na immortalidade da alma, e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as diversas nações ou tribus? No caso da affirmativa, em que differençavam elles entre si?", publicado em 1844. Em 1867, publicou "Notícia Raciocinada sobre as aldêas de indios da Provincia de São Paulo, desde o seu começo até a actualidade".

Percebemos nas suas reflexões a existência de um *continuum* em relação às polêmicas idéias do século XIX. José Joaquim Machado de Oliveira era individualizado no plano regional mas também expressou nesse plano as tendências de seu próprio tempo. O étnocentrismo e as idéias de progresso e de civilidade expressaram-se claramente nas passagens onde ele analisou o comportamento dos indígenas e dos paulistas. Para ele, sempre existiu entre os indígenas uma persistente tendência à imitação e à insubordinação advindas de uma "deficiência intelectual congênita" enquanto, entre os paulistas, ia se configurando através dos séculos um "espírito perseverante, corajoso e heróico".

No caso da cultura indígena, nota-se em suas observações uma ênfase intencional no aspecto exótico. O autor interpreta as situações cotidianas vivenciadas pelos índios a partir de seu próprio referencial cultural, pinça aleatoriamente momentos da realidade tribal e os introduz como estrutura de suas teorias a partir de uma suposta superioridade racial dos conquistadores. Para ele, os colonizadores eram os guardiões dos desígnios e dos caminhos que poderiam conduzir os indígenas à "inevitável" passagem para a condição de

²⁴ Cf. CUNHA, Manuela C. da. "Pensar os índios: Apontamentos sobre José Bonifácio" In: *Antropologia do Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1986 pp. 165-173

"civilizado". Em José Joaquim Machado de Oliveira as manifestações culturais indígenas aparecem desvinculadas de seu contexto. Elas se assemelham a atos e ações quase irracionais. Assim é que, sobre os índios, ele faz a seguinte observação:

"Sua capacidade moral se congere n'um instinto, que apenas sobresahe ao dos irracionais, e que obra por imitação ou impellido pelas emoções da mesma natureza ..." ²⁵.

Nessa situação de "acanhada intelectualidade" ou de "infancia intelectual", decorreria o comportamento anti-social e de "restrita e constrangida" moralidade dos indígenas. Esse comportamento tornaria impossível uma convivência harmoniosa das comunidades indígenas com a sociedade civilizada. As comunidades indígenas deveriam passar por um processo de sociabilização que, segundo o autor, seria bem conduzido por planejados aldeamentos.

Parece impossível para o autor perceber uma lógica própria ou um possível arcabouço de verdades inerentes às manifestações tribais por ele observadas. É como se nessa relação - entre ele e as comunidades indígenas - o diálogo da alteridade tivesse sido interrompido e só existisse uma voz solitária e autoritária tentando expressar o pensamento de dois corpos distintos, como num show de ventriloquismo. A voz audível parece ser apenas a de José Joaquim M. de Oliveira, mesmo quando ele diz que foram os índios que agiram e pensaram desta ou daquela maneira. O referencial, o sentido, as afinidades, a seleção dos fatos e dos atos indígenas registrados e todas as analogias que ele faz, comparando o seu universo e o dos indígenas, partem de seu próprio mundo. Retirando de seu próprio universo conceitual a lógica para as falsas analogias e as conexões forçadas entre os dois mundos tão diversos, esse autor cria a idéia de uma superioridade étnica que favorece o "mundo do branco".

Na análise de José Joaquim M. de Oliveira, os contextos sociais que engendraram as normas e os costumes tribais que descreve são desprezados. A partir daí, inventa-se um espaço vazio, sem história, a ser preenchido pelo etnocentrismo dos conquistadores unicamente sob a bandeira da dominação, pois os fatos descontextualizados em sua análise tornaram-se exóticos ou pura imitação.

Mas, paradoxalmente, o próprio autor acaba revelando nas entrelinhas dos seus escritos a "humanidade" e a lógica indígena que ele tanto tentou ocultar.

Por exemplo, quando o autor presencia momentos de ternura, solidariedade e alegria entre os indígenas, ele se espanta. Nega-se a admiti-las. É o caso da hospitalidade: ao perceber com que carinho, atenção e solicitude os "índios" recebem um visitante, apressa-se em defini-la como um "anacronismo".

"A hospitalidade era exercida por maneiras tão benevolas e graciosas, entre algumas tribos do Amazonas que não se podia esperar de povos, que ainda desconheciam esta e outras virtudes sociais" ²⁶.

²⁵ OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. "Qual era a condição do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?" In Revista Trimensal de História e Geographia. Rio de Janeiro, tomo IV, nº 14, julho 1842 p. 173

²⁶ Idem, Ibidem p. 187

O autor relata situações do cotidiano indígena em que se evidencia com clareza a existência de laços sociais, mas ele não os admite. Mesmo assim descreve a vida tribal, apesar de sua bitola etnocêntrica: ritos de passagem; lutas e brincadeiras entre homens; os papéis sociais de grande importância desempenhados pelas mulheres nos ritos canibalísticos, na união dos conjuges, na nubildade das donzelas, na distribuição das bebidas, nas relações dos índios com os brancos dando conselhos e orientações para a guerra, no diálogo ou mesmo na "paz", persuadindo-os ou não a se submeterem à religião cristã, ao trabalho e à disciplina; e a preocupação dos homens em defender suas mulheres durante as caminhadas ou em distraí-las lutando, cantando ou dançando para elas ²⁷.

José Joaquim Machado de Oliveira fundamenta o comportamento do índio adulto em três instintos básicos que seriam os responsáveis pela forma de vida indígena e principalmente pela "afeição" do sexo masculino pelo feminino: instinto de reprodução, de conservação da vida e de segurança pessoal ²⁸.

1.1.3. A VIVÊNCIA DO AMOR: PRIVILÉGIO DE "BRANCO"?

José Joaquim M. de Oliveira pergunta-se: Existia amor entre índio e índia? Não, para ele existia apenas uma associação, uma aliança momentânea entre as vontades de ambos os sexos. O afago do casal ocorria por mero instinto ou por imitação. Para ela, o índio não afagava a sua companheira mas sim a "sócia" de seus prazeres ²⁹.

Entre os "civilizados" a tendência favorável ao sexo feminino era, segundo o autor, devido ao amor e a estima que nutriam entre si, mas, entre os indígenas, não passava de recordação dos benefícios e da condição da mulher ser sócia do homem, tanto no trabalho quanto nos prazeres. A gratidão era o único sentimento que unia os sexos. A mulher, para o índio, se constituía em um "ente que lhe era necessário" ³⁰.

Os sentimentos de afeição e de ternura entre os sexos revelavam ao Diretor Geral dos Índios:

"o caráter tradicional da raça... , era uma imitação das gerações que haviam precedido, sem que importasse degeneração do sentimento, igualmente transmitido ..." ³¹.

Com esse pensamento aquela autoridade define as formas do amor indígena como sendo decorrentes da imitação de seus antepassados, do instinto de coabitação adquirido com a amenidade do clima e a facilidade de se subsistir sem grandes esforços físicos e, finalmente, de uma tendência instintiva - "agreste e de uma physionomia glacial" - do sexo masculino para com o feminino ³².

²⁷ Idem, Ibidem p. 187 e 170

²⁸ Idem, Ibidem p. 170

²⁹ Idem, Ibidem p. 171

³⁰ Idem, Ibidem pp. 171 e 172

³¹ Idem, Ibidem p. 183

³² Idem, Ibidem p. 183, 186 e 187

Mas, o autor é obrigado a admitir, com espanto, que os índios respeitavam suas mulheres e as dos outros. Eles dedicavam-lhes um "accento affectuoso" quando a elas se referiam e se recusavam a tomá-las como reféns ou prisioneiras de guerra. José Joaquim Machado de Oliveira menciona como uma hipótese possível a existência de uma "tendência do sexo masculino para o feminino embora não se assemelhando ao amor".

Assim, a partir desses etnocêntricos e científicos pressupostos, fica evidente ao Diretor Geral dos Índios a existência de um estado que ele define como sendo de "constrangimento moral e intelectual" entre os indígenas.

Quando analisa os Guarani, ele destaca as suas peculiaridades culturais em relação a outras nações indígenas enfatizando sua índole dócil e a condição pacífica; critica uma provável frieza de sentimentos e uma certa plasticidade cultural pois apesar de dóceis e obedientes, os Guarani eram também taciturnos e não muito confiáveis aos brancos ³³.

Plasticidade cultural, docilidade e inconstância, taciturnidade diante de uma ordem vinda de "branco", imitação e indolência nos fazem pensar de outra forma diante do observado pelo autor: numa recusa deliberada dos Guarani, numa ativa rejeição sócio-política, aos padrões de "branco".

O autor procurou entre as manifestações rituais indígenas pistas que o levassem a crença em um deus único, tal qual o deus cristão. A única manifestação que se assemelhou à cristã é a que se refere à figura de Tupã, mas, decepcionou-se ao verificar a pouca importância e expressão que tem Tupã na vida dos indígenas. Anhangá, o deus que, dentro dos parâmetros maniqueístas cristãos, poderia ser comparado ao diabo, tinha muito mais expressão social e ritual e era, portanto, muito mais cultuado e mencionado do que o seu, aparentemente oposto, Tupã.

Para o autor, faltaria no índio um sentimento unificador tal qual o expresso pelo cristianismo, e Tupã deveria ter sido uma criação dos catequisadores para se aproximarem dos "índios". No conceito de Tupã, a expressão divina carecia de abstração e só se concretizava no plano material. A religiosidade indígena, caracterizada por uma inexpressiva subjetividade, aparecia fragmentada nas diferentes manifestações da natureza que seriam as responsáveis pelas catástrofes.

Para o autor, o deus cristão existe e se manifesta onipotente através das maravilhas da natureza: cordilheiras, rios, planícies, páramos revoltos, amadurecimento dos frutos, todos testemunhos da existência de Deus ³⁴. Essa percepção ecológico-paisagística do deus único judaico-cristão era, para o autor, "inacessível" à inteligência indígena baseada nos princípios pouco valorizados da reprodução, autopreservação e medo. Acreditamos que a destruição da natureza pela própria cultura "branca" que supostamente a sacralizou, causou, inicialmente, um estado de "pasma" entre os indígenas pela sua grande incoerência. Era um paradoxo, pois eles destruíam aquilo que, em outro

³³ Idem, Ibidem pp. 198, 200 e 201

³⁴ OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. "Se todos os indígenas do Brasil, conhecidos até hoje, tinham idéia de uma única Divindade, ou se a sua Religião se circunscrevia apenas em uma mera e supersticiosa adoração de fetiches; se acreditavam na immortalidade da alma, e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as diversas nações ou tribus? No caso da afirmativa, em que differençavam elles entre si?" Revista Trimensal de História e Geographia. Rio de Janeiro, tomo 6º, nº 22, julho de 1844. pp. 141 e 142

momento, sacralizaram. Assim, acreditamos que o próprio catequisador sugeriu aos índios uma forma de amenizar o poder e a violência do contato sobre sua cultura em geral: o faz-de-conta, a plasticidade social, a imitação. A flexibilidade socio-tribal e uma certa dose de superficialidade na incorporação de elementos da cultura civilizada, pela cultura indígena, tornava possível a *leitura indígena* das idéias, hábitos e comportamentos dos "brancos".

José Joaquim M. de Oliveira foi obrigado a admitir a existência de uma diversidade étnica entre as culturas indígenas, pois se viu impossibilitado de traçar um perfil de uma única religião indígena. As diferenças tribais eram tão sensíveis que tornaram difícil a empresa proposta, facilitadora dos seus preconceitos.

As múltiplas formas culturais, sociais, econômicas de existência indígena, diferenciadas entre si, contribuíram enormemente para a definição, mas também para a confusa ambiguidade secular, dos programas indigenistas de interação entre "índios" e "brancos".

Enquanto Diretores Gerais dos Índios, José Arouche de Toledo Rendon e José Joaquim Machado de Oliveira estavam preocupados em delinear o perfil do indígena genérico, para justificar a sua não adaptação à civilização, as possíveis possibilidades deles serem utilizados como força de trabalho e qual seria o grau de sua belicosidade.

A política indigenista do século XIX, essencialmente, não se diferenciou da dos séculos anteriores. A violência, a discriminação, a escravidão disfarçada, o preconceito e o etnocentrismo, transpareceram em todas as suas manifestações ideológicas e sociais. A arrogância do branco não estava presente apenas na ocupação e usurpação de terras e de corpos, mas também na interpretação dos fatos e na própria descrição da objetividade e da subjetividade indígena.

1.2. A POLÍTICA INDIGENISTA

O mundo civilizado precisou de argumentos lógicos e coerentes que justificassem também para si mesmo, o extermínio e a guerra com os habitantes indígenas. Alguns segmentos sociais pensavam os indígenas como animais, outros admitiam-lhes uma frágil tendência à sociabilidade que poderia ser desenvolvida desde que eles fossem submetidos aos processos "civilizadores" de educação e catequese. Neste tópico faremos uma rápida comparação histórica da legislação indigenista e caracterizaremos, através da análise da Carta Régia de 1808, dos "Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil" de José Bonifácio, da Lei de Terras de 1850 e da expressão política e intelectual de dois Diretores Gerais dos Índios, as consequências deste arcabouço jurídico no conflito entre índios e civilizados.

1.2.1. A POLÍTICA INDIGENISTA NA COLÔNIA

Os navegantes europeus, preocupados em prover de pau-brasil, açúcar, animais selvagens e especiarias seus mercados, procuravam manter uma relação comercial com os habitantes da América, baseada inicialmente no escambo e, no período próximo posterior, cerca de trinta anos, na escravidão e exploração da mão de obra indígena. O Brasil vivia uma segunda fase da escravização, a qual se

inseria e configurava uma etapa mais organizada e planejada da exploração dos recursos naturais e humanos do continente a fim de auxiliar o andamento geral da empresa colonizadora.

A necessidade de braços para trabalhar como transportadores de mercadorias, como agricultores ou ainda em diversos ofícios auxiliares nos engenhos de açúcar ou nas residências dos portugueses e franceses, impôs o estabelecimento de um tipo de negociação entre os europeus e os habitantes locais. Mais familiarizados com a economia agrícola, os Tupi-guarani, habitantes do litoral, foram os primeiros a serem contactados. Os Tapuia - que na língua tupi significa estrangeiro - demonstraram maior resistência para a adaptação aos trabalhos exigidos pelas empresas de colonização. Essa resistência transpareceu nas constantes rebeliões das nações Tapuia escravizadas, bem como na diferenciação que os conquistadores faziam entre os índios Tupi e Tapuia, os "mansos" e os "bravos".

Esta divisão foi introduzida pelos europeus a partir das reações dos próprios grupos indígenas durante o contato. Assim, a divisão entre "mansos" e "bravos" correspondia uma distinção entre Tupi-guarani e Tapuia, baseada nas posturas assumidas por eles perante as formas de conquista.

Os Tapuia eram definidos como ociosos, bárbaros e bravos e, portanto, no primeiro momento de conquista, desnecessários e afastados das regiões produtoras³⁵.

Entre os Tupi do litoral, a ação indigenista e o contato provocaram uma reviravolta total nos hábitos dos Tupinambá e Tupiniquim, entre outros. Essas tribos passaram a entregar compulsoriamente seus prisioneiros de guerra aos portugueses, e, em troca, receberam quinquilharias e ferramentas que foram se tornando cada vez mais imprescindíveis para a sobrevivência do grupo. Antes disso, os prisioneiros Tupi eram sacrificados em rituais canibais incorporados à continuidade social do grupo³⁶.

Os portugueses aprisionavam os Tupi e os vendiam em outras capitânicas. Segundo Fernão Cardin, no início do contato, os Tupi eram tão numerosos e suas aldeias tão populosas que pareciam jamais se extinguirem. No entanto, ainda no século XVI, quase todos foram mortos ou fugiram para o "sertão"³⁷.

A legislação indigenista, desde os tempos das descobertas até o século XX, reconheceu os direitos históricos dos índios sobre os seus territórios e

³⁵ Para melhor esclarecimento sobre as rebeliões indígenas coloniais, sua relação com os grupos Guaianá e a associação dos Guaianá à idéia de barbárie, ver John MONTEIRO. "Vida e Morte do Índio: São Paulo Colonial" in: Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração. São Paulo, Yankatu e C. Pró-Índio de São Paulo, 1984 pp. 21 a 44.

Em relação aos critérios que definem a barbárie, bem como as condições para a sua superação, vimos, entre outros, na definição de Varnhagem o seguinte: comportamento instintivo e ligado a preservação vital (p.38), o ódio e a vingança como móveis sociais (p.41), o infanticídio e a antropofagia como prova de inferioridade e de miséria (p.41), o cristianismo como o salvador que oportunamente evitaria a destruição das tribos rivais suprimindo as suas guerras. Para safar-se dessa condição de semi-sociabilidade seria imprescindível, segundo Varnhagem, a submissão aos vínculos das leis e da religião pois, sem ela, "o triste mortal propende tanto a ferocidade, que quase se metamorfoseia em fera..."(p.44) - VARNHAGEM, F. Adolfo, Visconde de Porto Seguro, 1816-1878. Varnhagem: história. Org. Nilo Odália, São Paulo, Ática, 1979.

³⁶ Sobre os rituais canibais e sua função de coesão social ver CUNHA, Manuela C. da e Eduardo Vinícios de CASTRO. "Vingança e Temporalidade: os Tupinambás". Anuário Antropológico, 1987.

³⁷ CARDIN, Fernão. Tratado da Terra e Gente do Brasil. 2º ed., São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Ed. Nacional, 1939. pp. 171 e 172

desqualificou os títulos de posse baseados unicamente no direito de descoberta³⁸. Apesar disso, o esbulho das terras indígenas, tanto das originárias como daquelas transformadas em aldeamentos, percorreram os séculos assumindo formas diferenciadas e estratégias peculiares conforme as condições históricas do momento³⁹.

A legislação colonial, dedicada por Portugal ao Brasil, não se manifestou claramente pela opção de dominação e pela escravidão indígena. Pelo contrário, frequentemente essa legislação reconhecia os direitos dos índios sobre seus territórios e seus habitantes. Mas, como podemos verificar, na prática do dia-a-dia, as coisas se passaram de forma bem diferente. Foram desenvolvidos inúmeros meios para burlar essa legislação. Durante a colônia, as "guerras justas" e a "administração" na verdade possibilitaram e camuflaram o esbulho das terras e a escravidão indígena⁴⁰.

Apesar da violência e do legítimo descaso em relação aos direitos históricos dos índios, houve debates entre os diferentes segmentos sociais - religiosos, moradores, elite política e a Coroa - das questões indígenas. Para alguns desses segmentos em debate, o domínio das terras era originário do direito natural dos povos que a habitavam e não um direito divino adquirido segundo as regras cristãs. Para eles,

"O domínio não se fundamenta no direito divino, não depende da fé e da caridade, e sim no direito natural" ⁴¹.

Durante o século XVIII, através de debates públicos, esse pensamento tomava formas claras e tinha consequências políticas, econômicas e sociais incisivas.

³⁸ Cf. CUNHA, Manuela C. da. O direito dos índios. Ensaio e documentos. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 58

³⁹ Quanto ao aspecto favorável em relação às comunidades indígenas, veja-se os comentários às Cartas Régias de 30/07/1609 e a de 10/09/1611 promulgadas por Felipe III, bem como ao Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Pará de 01/12/1686 e ao Alvará de 10/04/1680. Em relação às possibilidades de escravização indígenas, veja-se os comentários à Carta Régia de 09/04/1655, ao Alvará de 28/04/1688 e ao Voto do Padre Vieira IN: CUNHA, M. Carneiro da. Op. cit. pp. 58-61.

⁴⁰ A instituição colonial da "administração" dos índios vigorou como meio de dissimulação legal para a escravidão e complemento do sistema de aldeamentos. Por meio dela, os índios eram retirados dos aldeamentos ou diretamente das "bandeiras" e submetidos à escravidão dos moradores. Pasquale Petrone define a administração como a forma camuflada dos colonos se referirem à escravização dos indígenas. Os índios eram colocados a serviço dos moradores, isto é, sob sua administração sem que os termos, "cativo", ou "escravo" fossem pronunciados. Cf. PETRONE, Pasquale. Os Aldeamentos Paulistas e sua função na valorização da região Paulista. Tese de Livre Docência apresentada à cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. São Paulo, 1964 315pp.

Para John Monteiro, as relações escravistas foram legitimadas por um sistema paralelo de "administração" particular (p.30 a 34). Os códigos portugueses não legitimavam a escravidão indígena mesmo sob uma conjuntura de intensa violência às comunidades tribais. O "resgate" já não era suficiente para atender à demanda dos moradores que introduziam as "bandeiras" em larga escala dirigidas principalmente aos Guarani e Carijó das missões localizadas no Guairá, Itatim e do Tape, século XVII. MONTEIRO, John M. Op. cit.

⁴¹ IN: CUNHA, Manuela C. da. Op. cit. p. 55

Entre os europeus percebia-se uma cisão: de um lado os que eram abertamente favoráveis à dominação, à guerra e à escravidão dos indígenas americanos e, de outro lado, aqueles que, apesar de acompanharem as sangrentas expedições de conquista, se configuraram como defensores jurídicos da causa e dos direitos históricos dos índios. Tornaram-se comuns os debates entre ideólogos, juristas, religiosos e intelectuais.

O confronto entre as posições divergentes criou em alguns setores da igreja um tipo de apego à antigas regras de diferenciação social medievais: a igreja e os nobres eram os únicos com direitos de propriedade, direitos divinos e hereditários, respectivamente.

No século XVI, a igreja de Roma rediscutiu os critérios de infidelidade. Entre inimigos dos cristãos diferenciavam-se os *hostis mouros*, daqueles que não os hostilizavam, como era o caso dos índios americanos. Nos termos dessa diferenciação, os índios americanos poderiam continuar com o domínio e a soberania de seus territórios ⁴².

Na colônia havia portanto uma consciência pública ambígua sobre as questões indígenas; de um lado aqueles que admitiam a violação da soberania indígena e, de outro, aqueles que achavam que o índio tinha direito de viver em seus territórios tal como determinavam os princípios de sua cultura.

Apesar de ser o indígena legalmente o soberano em suas terras, a necessidade de novas terras, a busca de riquezas naturais, a impunidade, a distância dos centros metropolitanos e a expansão dos domínios da coroa e dos agentes da conquista lançaram grande parte dos conquistadores no processo de esbulho das terras indígenas. Tal esbulho tomou a forma não só das terras e territórios conquistados mas também das terras dos aldeamentos. Formados em sua maioria nas terras indígenas, eles se transformaram paulatinamente em vilas, povoados e fazendas⁴³.

Durante o século XIX, à conquista dos territórios indígenas se soma a colonização efetiva. Os conflitos entre índios e brancos se agravam, principalmente nas regiões do oeste paulista e nas colônias alemãs do sul do país.

Buscaremos agora refletir e perguntar sobre quais eram as bases da legislação indigenista do império brasileiro.

1.2.2. A LEGISLAÇÃO INDIGENISTA DO SÉCULO XIX

Na Carta Régia de 02-12-1808, D. João VI reconheceu o título dos índios sobre seus territórios. Declarou terras devolutas apenas aquelas tomadas em "guerra justa". Com isso, a Coroa estava reconhecendo os direitos anteriores dos índios sobre suas terras. Impediu que fossem consideradas devolutas as terras

⁴² "a infidelidade ou qualquer outro pecado mortal não impede que os bárbaros sejam verdadeiros donos e senhores tanto pública quanto privadamente, e não podem os cristãos tomar-lhes seus bens por esse motivo" Frei Francisco de Vitória, "Relecciones". in: CUNHA, Manuela C. da. O Direito dos Índios. Ensaios e Documentos. São Paulo, Brasiliense, 1987, p.55

⁴³ Conforme conclui Manuela C. da CUNHA, através da análise de vários documentos legais "a colônia reconheceu tanto na sua doutrina quanto na legislação, a soberania e os direitos territoriais dos índios do Brasil". Dentre eles destaca-se o "Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão ... 1758", as Cartas Régias de 2-12-1808, a de 26-3-1819 e a de 09-03-1718, o Alvará de 1º-04-1680 e a Lei Pombalina de 06-07-1755, entre outras, In: Os direitos do índio. Ensaios e documentos. São Paulo, Brasiliense, 1987 pp.58 a 63

das aldeias e, portanto, classificando-as de inalienáveis e impedidas de tornarem-se sesmarias. Nas legislações posteriores - 26-03-1819 e 08-07-1819 - o terreno original das aldeias indígenas foi privilegiado para a constituição dos aldeamentos⁴⁴. Paradoxalmente, este período se caracterizou por constantes batidas e aprisionamentos de índios para a escravização. Havia mesmo, em Itapeva, feiras de escravos indígenas, conforme veremos no capítulo três.

Na Constituinte Brasileira de 1823, a única menção a índios se faz no artigo 254 que diz:

"A Assembléia terá igualmente cuidado de crear Estabelecimentos para a Cathechese e civilização dos índios, emancipação lenta dos negros, e sua educação religiosa, e industrial".

A Constituição de 1824, no entanto, não contém referências aos índios.

Logo após essa Constituinte, foi criada uma "Comissão de Colonização e Cathechisação".

Em 1826, essa "Comissão de Colonização e Cathechisação" promoveu uma consulta às províncias a respeito da situação dos índios e solicitou sugestões para a organização do Plano Geral para a Civilização dos Índios. Enquanto se procedia a esse inquérito, no oeste paulista e no sul do país continuava o aprisionamento e a escravidão indígenas.

Daremos um destaque maior a José Bonifácio pois acreditamos que ele representou, através da política, um importante pilar ideológico de seu século, inclusive naquilo que concerne aos índios.

José Bonifácio, filiado ao Partido Conservador, começou sua carreira política aos 58 anos de idade, em 1821, em plena época do conflito com os índios no sudoeste de São Paulo e Paraná (então São Paulo). Viveu e estudou durante muitos anos na Europa, onde recebeu forte influência dos pensadores iluministas - principalmente de Rousseau mas também de Kant, Herder e Blumenback⁴⁵.

Influenciado por sua formação e educação européia, procurou organizar as questões polêmicas de seu tempo sob a ótica moderna, postulando o fim da escravidão e do absolutismo, a introdução do trabalho assalariado, a utilização capitalista da terra e o controle e planejamento das populações até então

⁴⁴ Na Carta Régia de 02/12/1808 considerava-se terras devolutas as terras indígenas conquistadas através da "guerra justa". Após 1850, as terras devolutas passaram a ser aquelas terras pertencentes ao Estado por não terem donos legais, sendo excluídas dessas as terras indígenas por serem posses efetivas. Cf. CUNHA, M. Carneiro da. Os direitos do índio. Ensaios e documentos. São Paulo, Bras., 1987 p.63

⁴⁵ Cf. CUNHA, M. C. da. "Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio" in: Antropologia do Brasil, São Paulo, Brasiliense/Edusp. pp. 168 e 169; ver também José Honório RODRIGUES. "Prefácio".Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, coligidas e reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão, São Paulo, 1965 pp. 5 a 25

dispersas pelo território⁴⁶. Apoiando D. Pedro e a monarquia constitucional, ele procurou estruturar a unificação nacional⁴⁷.

José Bonifácio procurava introduzir na elite política brasileira a idéia de controle e planejamento do processo de colonização das terras do interior da Província, ou mesmo do país e o fortalecimento do poder privado. Nos seus "Apontamentos sôbre as Sesmarias no Brasil", ele propôs a redução das terras improdutivas. Propôs também sua legalização enquanto propriedade privada, a implantação de vias de comunicação (estradas, canais) e o estabelecimento de colônias de europeus, índios, mulatos e negros que deveriam ser financiadas com o dinheiro obtido nas vendas de terras públicas administradas pelo Estado. Ele esboçou um plano de urbanização e de utilização econômica da terra. Estipulou as distâncias entre uma vila e outra. Localizou os terrenos para os estabelecimentos públicos. Sugeriu que se comprassem as terras indígenas. Estas terras seriam vendidas aos colonizadores e sesmeiros estando, portanto, reconhecido o direito anterior de propriedade dos índios sobre seus territórios⁴⁸.

José Bonifácio cresceu enquanto símbolo da unidade nacional brasileira, então almejada. Ele contrariou os interesses dos comerciantes ingleses de então. Procurou desenvolver uma política externa própria e independente. Rechaçou o oferecimento de capitais estrangeiros como meio de promover o desenvolvimento do país e alcançar determinados objetivos nacionais como: unidade e soberania, comércio livre, autodeterminação, anticolonialismo, entre outros, através de uma política econômica liberal internamente e de acordos diplomáticos favoráveis aos interesses nacionais⁴⁹.

O programa bonifaciano de catequese e civilização dos índios demonstrou objetividade do autor em relação às causas e conseqüências do contato entre brancos e índios. José Bonifácio responsabilizou os brancos e os próprios índios pela maioria das más condições de sobrevivência em que estes últimos se encontravam. O índio era desprezado pelo branco, roubado em suas terras,

⁴⁶ Para a questão da escravidão veja-se "Representação a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura" in: José Bonifácio de Andrada e Silva. Escritos Políticos. SP, Obelisco, 1964 pp. 47 a 70 ; sobre a proposta de "catequese e civilização" dos índios ver "Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Brasil" in Op. cit. pp. 71 a 92.

⁴⁷ Conforme Emilia Viotti da COSTA, havia contradições em sua política que "escapavam à sua consciência. Apoiara-se nos meios conservadores, cujos interesses no entanto ferira pleiteando o confisco de propriedades improdutivas, a emancipação dos escravos e criticando os títulos de nobreza. Identificara-se aos comerciantes portugueses nas críticas que estes faziam aos tratados de comércio com as nações estrangeiras, mas, ao mesmo tempo, perseguira os próprios comerciantes determinando o confisco de suas propriedades; manifestara-se favorável à emancipação dos escravos, embora temesse uma revolta de escravos. Criticara a corrupção e a venalidade das 'elites' dirigentes mas procurara restringir o voto popular entregando conseqüentemente o poder a essa mesma elite que ele desprezava. Desconfiava da Assembléia procurando reforçar o poder do imperador, cujo arbitrio no entanto condenava." in: Da Monarquia a República. Momentos Decisivos. 5a ed., São Paulo, Brasiliense, 1a ed. 1987, p.89

⁴⁸ Ver José Honório RODRIGUES. Vida e história. Rio de Janeiro, Civilização Bras., 1966, pp. 41 a 47

⁴⁹ Ver José Honório RODRIGUES. Op. cit. pp. 41 e 42; para contrastar os planos políticos e econômicos propostos por José Bonifácio e os encaminhamentos reais dados pelo governo na política de terras no século XIX no Brasil ver também Emilia Viotti da COSTA. "Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos" in: Da Monarquia a República. Momentos decisivos. 5a ed., São Paulo, Brasiliense, 1a ed. 1987, pp. 139-161.

coagido ao trabalho compulsório, mau alimentado, trapaceado nos negócios, separado de sua família e parentes para trabalhar em obras do Estado ou de particulares e, finalmente, era vítima de doenças contagiosas e de vícios desconhecidos trazidos pelos brancos⁵⁰. Apesar disso, ele afirma que

"os índios (são) povos vagabundos e dados a
contínuas guerras e roubos"⁵¹

Para Bonifácio, eles não se sujeitavam à leis e não tinham limites através dos quais pudessem controlar as paixões tais como os fornecidos pela religião e pela vida civil. Não praticavam a agricultura devido à preguiça. Temiam deixar a vida de caçador e passar fome. Tinham medo ou desprezavam os brancos. Confiavam nas matas protetoras onde refugiavam-se e não queriam perder a oportunidade de possuir "um nome" de guerreiro, as ocasiões para bebedeiras, a poligamia e o divórcio. Contribuia ainda para esse estado selvagem a prática da guerra e a ausência de governo. Bonifácio propôs que a ausência de governo fosse suprimida pela sujeição do índio às leis e ao governo dos brancos através de sua retirada dos territórios originais e da política de aldeamentos que os isolariam dos centros urbanos e facilitaria a sua direção, controle e vigilância através de missionários, civis e soldados.

Para José Bonifácio, amenizadas as condições de humilhação e de exploração, citadas acima, às quais os brancos submetiam os índios, estes não teriam motivos, a parte os obstáculos trazidos pelos seus próprios traços culturais, para recusarem a civilização e a catequese programada⁵². Os índios dispersos seriam submetidos às "bandeiras" formadas por homens "escolhidos e honrados, índios mansos e um missionário" e trazidos para aldeias pré-preparadas. Seriam submetidos a uma realidade criada e montada pelos brancos para convencer os índios a se fixarem no aldeamento e liberarem suas terras para a colonização. Os índios seriam recepcionados com casas, roças e uma festa. Os agricultores locais periodicamente ofereceriam alimentos e ferramentas a fim de que eles "não sofressem incômodos e fome, antes fizessem grande conceito da fartura em que vivemos, e a que eles podem chegar"⁵³.

A política indigenista proposta por José Bonifácio propunha um controle total das populações indígenas pelo Estado. A atração deveria ser feita seguindo-se o exemplo das missões jesuíticas coloniais: conhecimento da língua nativa, presentes, promessas, paciência e bons modos⁵⁴. Os indígenas seriam forçados ao "trabalho rústico". As aldeias deviam ser próximas a presídios militares com guarnições de vinte a sessenta homens permanentemente à disposição do religioso encarregado da administração da aldeia indígena para coercitivamente legitimar a sua autoridade eclesiástica⁵⁵. O acesso indígena à condição de civilizado deveria necessariamente passar pela disciplina do trabalho. A

⁵⁰ JOSE BONIFÁCIO de Andrada e Silva. Apontamentos para a civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil. p. 72

⁵¹ Idem, ibidem pp. 72-73

⁵² Idem, ibidem p. 73

⁵³ Idem, Ibidem §§ 10,16 e 17; ver também mais adiante, a fim de comparação, a prática de atração dos índios efetuada por Felicíssimo A. S. Pereira.

⁵⁴ Idem, Ibidem p.75

⁵⁵ Idem, ibidem §§ 2, 4, 10, e 11

agricultura, a criação, o comércio e as funções de tropeiro, pescador, pedestre, peão e guarda de gado seriam incentivadas a fim de se utilizar o trabalho indígena e introduzir novos hábitos e costumes em sua rotina cotidiana⁵⁶.

Baseada nas propostas acima, haveria de ser, entre outras coisas, controlada a alimentação indígena, diminuindo sua variedade vegetal e introduzindo mais alimentos de origem animal (bovina), inclusive na alimentação dos lactentes. Estes deveriam deixar o peito materno forçosamente aos 2 anos e não à vontade ou até sete anos como costumava acontecer. Seriam controlados os lotes, a produção agrícola e artesanal bem como a população indígena - idade, sexo.

Todos os procedimentos acima seriam administrados por um Tribunal conservador dos Índios formado pelo Presidente do Governo, pelo Bispo, Magistrado Civil de mais alçada na Capital e pelo Secretário e oficiais papelistas "pagos pela caixa geral do produto das rendas das terras vagas, e de outros rendimentos extraordinários que nela deverem entrar"⁵⁷. Observe-se que as "terras vagas" eram advindas do próprio processo de captura e aldeamento das comunidades indígenas e que isso não era levado em conta em todo esse raciocínio.

Nessa conjuntura política, muitos segmentos da sociedade foram alienados das discussões legislativas, inclusive e principalmente os maiores interessados: os índios.

Segundo M. C. da Cunha, os "Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil" exerceram grande influência não só no Plano Geral para a Civilização dos Índios, como também na constituição da única lei geral sobre índios do século XIX: o Regulamento das Missões, de 1845⁵⁸.

Para José Honório Rodrigues⁵⁹, José Bonifácio apresentou idéias e medidas políticas e sociais avançadas para o seu tempo. Ele foi incompreendido por seus contemporâneos - conservadores e exaltados. Defendeu o "povo" e a "nação", procurando promover reformas que rompessem com o passado colonial.

Acreditamos que suas propostas e reformas procuravam notadamente romper aspectos da realidade colonial. O aproveitamento comercial das terras "improdutivas", o fim do trabalho escravo e das doações de terras pela Coroa, a catequese e civilização dos índios foram formas de defender os interesses dos proprietários de terras e de criar um ideário nacionalista que sustentasse os conceitos de "povo" e de "nação única" por ele defendidos.

Como saber o que convém a esse mar de diversidade chamado "Nação" brasileira? José Bonifácio vai definir o que convém somente à elite brasileira,

⁵⁶ Idem, ibidem §§ 24, 30, 31 e 41

⁵⁷ Idem, ibidem p. 90 e § 43

⁵⁸ Os "Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil" foram aprovados pela Constituição de 1823, mas antes de serem incorporados ao Projeto da Constituição, o Imperador pediu às Províncias que enviassem informações e recomendações a fim de que fosse organizado um Plano Geral de Civilização dos Índios. Nos relatórios enviados pelas Províncias as sugestões foram plágios ou simples cópias dos "Apontamentos ...". Sobre o pedido de informações e recomendações do Imperador, ver ANAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO - Assembléia Constituinte 1823 - 6 tomos. Rio de Janeiro, tomo 11, p. 97. Sobre as respostas das autoridades provinciais, missionários, diretores de índios, ver NAUD, Leda Maria. "Documentos sobre o índio brasileiro", In: Revista de Informações Legislativas, ano 8, nº 29, 1971 pp. 227-336. As fontes acima foram indicadas por Manuela Carneiro da CUNHA. Os direitos do Índio. Ensaio e documentos. São Paulo. Brasiliense, 1987 p.65 ; Idem, ibidem. Antropologia do Brasil. SP, Bras./Edusp, 1986 p.173

⁵⁹ José Honório RODRIGUES. "Prefácio". Op. cit. pp. 6,11 e 12

delinear a sua visão dos de "baixo", o perfil do povo ideal por ela almejado, mas, saber o que realmente interessa e convém a esses, ou seja, aos índios, mulatos, e negros está bem distante de ser uma preocupação do político.

Conforme Manuela C. da Cunha na sua obra *Antropologia do Brasil*, para José Bonifácio:

"Os índios são humanos, capazes de perfectibilidade. Só o estado de sociedade, no entanto, lhes permite realizar a perfeição. Ora eles carecem de sociedade, na medida em que não reconhecem chefes permanentes nem leis ou religião que os coíbam. Cabe ao Estado fornecer-lhes a possibilidade de saírem de sua natureza bruta e formarem uma sociedade civil: a educação que também assim lhe cabe supõe essas premissas. São condições para tanto que se sedentarizem as aldeias, se sujeitem à leis, à religião e ao trabalho. (...) É precisamente na medida em que não se reconhece que eles formem sociedade que se nega aos índios a autodomesticação. Cumpre ao Estado brasileiro realizar as sociedades indígenas que até então carecem de existência: passa-se da autodomesticação à heterodomesticação"⁶⁰.

Assim, isolado e abandonado na selva o índio teria perdido ou não alcançado, os laços do convívio humano.

O Regimento das Missões (Decreto nº 426 de 24/07/1845) aglutinou as diretrizes básicas da catequese e civilização dos índios naquele século.

O Regimento dispôs sobre a formação e o funcionamento de uma Diretoria Geral dos Índios responsável pelo aldeamento, aforamento de terras e outros procedimentos particulares e localizados, tomados em relação aos indígenas. Em cada Província deveria haver um Diretor Geral dos Índios nomeado pelo Imperador. Ele decidiria, entre outras coisas, o destino das terras indígenas "abandonadas" ou desocupadas por eles, da transferência espacial de populações indígenas inteiras, dos modos e dos critérios de demarcação das terras indígenas, da sua cultura e do seu arrendamento a colonos.

Para auxiliar o Diretor Geral dos Índios, tinha sido autorizada, através do Decreto nº 285 de 24/06/1843, a imigração de missionários católicos italianos que se espalharam pelas Províncias e Missões⁶¹.

A propósito da vinda dos padres capuchinhos, podemos observar que foram poucos os resultados planejados e efetivamente obtidos por eles e pelo governo. A vinda dos padres deixou alguns pontos bem esclarecidos:

1. houve inadaptação dos padres às condições culturais e sócio-econômicas às quais eles deviam trabalhar;
2. foram poucos os recursos do governo para esse setor;

⁶⁰ CUNHA, Manuela C. da. "Pensar os índios: apontamentos sobre José Bonifácio". In: *Antropologia do Brasil*. São Paulo, Bras/Edusp, 1986 pp. 168 e 172

⁶¹ MOREIRA NETO, C. A. Op. Cit. pp. 374, 376

3. foi falha a orientação da política indigenista, que não adotou medidas de longo alcance que beneficiasse os índios⁶².

Criou-se uma situação de abandono ou de violência e injustiça nos aldeamentos ou, ainda, casos de alienação mental dos padres⁶³.

Segundo o Regimento das Missões, eram reservados lotes individuais àqueles índios que se destacavam por seu bom comportamento e desenvolvimento industrial, mas, só poderiam obter Carta de Sesmaria após provarem que residiram e produziram boa cultura no local por, no mínimo, doze anos ininterruptos⁶⁴.

As terras doadas para colonização foram em grande parte antigos territórios tribais conquistados sob a proteção da Carta Régia de 1808 e da Lei de Terras de 1850.

Essa Lei nº 601 de 18/09/1850 definiu quais eram as terras indígenas e quais as terras devolutas, podendo as terras indígenas serem consideradas devolutas se abandonadas pelos índios. Os aldeamentos eram na sua maioria construídos em terras originalmente indígenas. Esvaziadas, suas terras foram consideradas devolutas e em seguida tomadas pelos fazendeiros locais.

A partir do reconhecimento oficial das terras dos aldeamentos "abandonados" como terras devolutas o Estado podia dispor como bem entendesse dessas terras. O Estado brasileiro, em meados do século XIX, era ele próprio também um dos interessados e fomentadores do esbulho das terras indígenas.

Em 21 de outubro de 1850, um mês depois da aprovação da Lei de Terras, uma decisão do Ministério do Império, mandava

"incorporar aos próprios nacionais as terras dos índios que já não vivem aldeados, mas sim dispersos e confundidos na massa da população civilizada"⁶⁵.

A partir daquele momento, as terras até então indígenas podiam ser consideradas devolutas e portanto disponíveis para a economia em expansão.

O Decreto nº 1318 de 30-01-1854 que regularizou a Lei de Terras de 1850 facilitou, através de atos jurídicos, a regularização das posses de direito como também aquelas criadas pelos "grileiros", transferindo para o domínio privado terras públicas ou devolutas (dos índios).

"serão reservadas terras devolutas para a colonização e aldeamento dos indígenas dos Distritos onde existirem hordas selvagens"⁶⁶

Sob a argumentação de que eles se dispersaram por entre as populações locais ou fugiram para os "matos", suas terras foram incorporadas pela colonização. Mas, segundo Moreira Neto, em 1878, "A afirmativa usual de que esses antigos aldeamentos se encontravam abandonados é desmentida no próprio corpo da decisão, pela referência a indígenas que ainda ali permanecem". Nesse

⁶² Idem, ibidem p. 366

⁶³ Idem, ibidem p. 366

⁶⁴ MOREIRA NETO, Carlos Araújo. A política indigenista brasileira no século XIX. Tese de Doutorado apresentada à FFCL de Rio Claro, SP, 1971 p.372

⁶⁵ Idem, ibidem p. 374

⁶⁶ Idem, ibidem p. 376

mesmo ano os Kaingang de Guarapuava (PR) solicitaram ao Governo a devolução de suas terras incorporadas às fazendas locais. O Ministro da Agricultura negou a restituição das terras Kaingang e aconselhou o Presidente da Província a adotar "medidas convenientes para forçá-los a aceitar a decisão"⁶⁷.

Evidenciava-se aí um conflito entre a conquista do espaço pelas forças do "progresso" e do nacionalismo e pelas da imemorial inscrição política-espacial dos Kaingang.

Para a sociedade expansionista a terra paulista nesse momento era mais um importante elemento da produção econômica de mercadorias para a exportação. Por outro lado, para os guerreiros da Nação Kaingang a terra era a exteriorização de seu próprio universo cultural e tradicional.

Até 1850, as terras eram de domínio da Coroa e por ela doadas a particulares. Com a Lei de Terras elas passaram para o domínio público e tornaram-se acessíveis àqueles que pudessem explorá-las economicamente. O desenvolvimento da indústria e do comércio criou outras exigências econômicas transformando os conceitos de terra e de trabalho⁶⁸.

Uma política indigenista planejada em nível nacional estava tomando consistência e legitimando no poder a nova elite econômica.

O café necessitava de tecnologia, terras e mão de obra. Mas não era apenas isso, ele necessitava também de formas legais e legítimas que justificassem a expulsão dos pequenos posseiros, a instalação dos latifúndios e o massacre dos índios.

No fim do século XIX e início do XX, o Governo promoveu a imigração, localizou e procurou controlar a população cabocla e os indígenas dispersos e estimulou a implantação de ferrovias. O governo e a iniciativa privada se encarregavam de desalojar os índios renitentes. Os principais meios utilizados foram as "bandeiras" ou "dadas". A ciência, através da Comissão Geográfica e Geológica deu as informações necessárias para que se reordenasse o espaço geossocial rumo à "civilização".

Vejamos como refletiu o botânico da Comissão Geográfica e Geológica encarregada da exploração do Rio do Peixe em 1906:

"o caminho do progresso da cultura d'esta zona está claramente indicado. Os Campos Novos do Paranapanema é o sertão mais fácil de povoar que o do Rio Feio e Aguapehy. Cruzado já por uma estrada

⁶⁷ Idem, ibidem p. 378

⁶⁸ COSTA, Emília Viotti da. "Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos" In: Da Monarquia à República. Momentos decisivos. (1a ed. 1987), 5a ed., São Paulo, Brasiliense, pp.139-161. Nesse interessantíssimo artigo a autora compara a Lei de Terra de 1850 para o Brasil com o Homestead Act de 1862 para os Estados Unidos. Ambos foram resultantes da expansão econômica e refletiram as respectivas tendências econômicas e sociais que diferenciaram profundamente as duas nações posteriormente. Para ela, no Brasil houve uma continuidade das estruturas econômicas e sociais da Colônia diferente dos Estados Unidos. Já nos EUA resultou na introdução da pequena propriedade, na abolição da escravidão e na consagração da ideologia burguesa.

Em relação à Lei de Terras de 1850, a autora acredita que ela foi em algumas circunstâncias desconsiderada. O trabalho escravo foi suprimido externamente mas utilizou-se o tráfico interno. Os imigrantes só foram realmente introduzidos no processo produtivo agrícola em 1880 e a ocupação de terras continuou através da "proteção" de políticos e de documentos forjados. "Apenas após a Proclamação da República é que a política de terras foi revista".

de rodagem que se acha construída até a Foz do Rio Santo Anastacio e sendo em via de prolongamento uma importante estrada de ferro que penetrara na sua parte central, não pode continuar por muito tempo a estagnação de seu povoamento. O inimigo perfidioso, sanguinario e vingatorio, o corôado selvagem, finalmente terá de aceitar a civilização e emigrar ou succumbir e o sertão, o admiravel sertão, abrir-se-ha, sem condições, aos inteligentes e valentes pioneiros da cultura e da humanidade"⁶⁹.

A cultura de café evitava a linha dos trópicos abaixo da qual o clima não a favorecia, necessitando de cuidados especiais, de investimento de capitais com longo prazo de retorno e de terras férteis e abundantes. O café procurava demarcar as grandes florestas em busca de terras virgens e propícias.

Surgia um interesse quase obsessivo pelo conhecimento, posse e domínio das terras indígenas. O interesse dos exploradores recaía sobre o tipo de terra, de vegetação, de clima, dos seus habitantes, se os rios eram ou poderiam vir a ser navegáveis e, finalmente, quais as formas mais eficientes de expulsar o indígena da paisagem.

A questão territorial era fundamental nesse momento da expansão colonizadora. Os índios eram particularmente indesejáveis. As terras destinadas às Reservas e aos Aldeamentos para abrigar os "sobreviventes" do contato eram aquelas inaproveitáveis à cultura cafeeira.

Segundo as expedições científicas e alguns funcionários das estradas de ferro, o problema central, que estava impedindo ou retardando a aquisição dos territórios paulistas pela economia moderna, era a presença do índio. Apesar da constância com que este argumento aparece, pudemos perceber que existiram outros problemas que também explicaram o atraso nos trabalhos da construção da ferrovia e a frequente falta de mão de obra para a abertura de estradas, conforme analisaremos no item dois do capítulo três.

1.3. HOMEM E NATUREZA: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO

Neste tópico procuraremos evidenciar a importância e o significado da região para o homem "civilizado" do final do século XIX e início do século XX. Quem foram esses homens, e o que eles criaram. Para construir um perfil do Vale do Rio Paranapanema tomaremos, para análise, quatro textos que consideramos significativamente representativos.

O primeiro foi escrito na penúltima década do século XIX por Theodoro Sampaio. Bastante abrangente, o texto informa-nos sobre os problemas da região nos planos geográfico, econômico e no de contato com os índios.

O segundo texto analisado é parte do relato de uma viagem realizada por Cornélio Schmidt, em 1904, pelo interior do Estado de São Paulo, descrita em forma de diário pelo próprio viajante.

⁶⁹ Relatório da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. "A Exploração do Rio do Peixe", 1904.

Para entender os objetivos da referida viagem, tornou-se necessário resgatar dados complementares, o que nos foi possível através da leitura do prefácio escrito por Carlos Borges Schmidt, membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que viabilizou a publicação do "Diário de uma viagem pelo Sertão de São Paulo", em 1961.

Escrito em 1946 pelo geógrafo Pierre Monbeig, o quarto texto pesquisado pode ser considerado um estudo clássico sobre o perfil geográfico de São Paulo. Ele influenciou vários estudos e forneceu-nos diversos mapas e descrições do Oeste de São Paulo.

1.3.1. O PLANALTO PAULISTA

Em 1901, o geólogo norte-americano, Orville Derby, afirmou que o levantamento do Rio Paranapanema e a abertura de duas estradas para Mato Grosso, haviam possibilitado o reconhecimento de todas as terras do Vale do Paranapanema. Cornélio Schmidt, em carta enviada ao jornal "O Estado de São Paulo" de 15 de dezembro do mesmo ano, refutou essas afirmações, dizendo que ainda existiam terras desconhecidas no Estado de São Paulo.

Cornélio Schmidt foi convidado, então, para realizar a viagem no interior de São Paulo. Acompanha-lo-ia o norte-americano, Thomaz Canty e seu sócio C.G.Hunt, investidores em potencial que desejavam conhecer o interior de São Paulo para uma possível colonização com imigrantes "ianques".

De junho a setembro de 1904, por uma caminhada de trezentos e cinquenta léguas (2.100 km) foram feitas observações detalhadas sobre o relevo, a cobertura vegetal, os cursos d' água, os tipos de terrenos, as terras de cultura e o homem.

Para complementar os dois textos acima, anexamos algumas informações de conteúdo geográfico sobre o Planalto Ocidental Paulista.

Estabelecemos como ponto de partida a seguinte questão: Como ocorreu o processo de transformação do espaço, relacionando-o à conquista das terras indígenas e à penetração e instalação de fazendas de café, das estradas de ferro e da força de trabalho assalariada, enfim, faces da sociedade moderna?

Chamamos de Planalto Ocidental toda a porção da terra compreendida geograficamente como uma fração do Planalto Meridional Brasileiro com características particulares e que se encontra a oeste do Planalto Atlântico, a leste do Rio Paraná, ao sul do Rio Grande e tendo como limite meridional o norte do Paraná. Apesar de sua vastidão, essa área tem muitos elementos comuns: clima, solos, formação geológica, altitudes, vegetação, colonização e populações primitivas.

Até o final do século passado, as regiões adjacentes e os vales dos seus principais rios ainda permaneciam desconhecidos oficialmente. Circulavam algumas raras informações e indicações fornecidas por caçadores, os ditos "índios mansos", sem contudo possibilitar uma certeza sobre as condições climáticas, geológicas e de navegabilidade da região.

Periodicamente, correntes frias da massa polar penetram do sudoeste no continente deslocando-se ao longo de corredores formados pela Serra do Mar, no litoral, e, no interior, pelos vales dos rios Paraguai, Paraná e seus afluentes ⁷⁰.

A umidade do ar varia muito. A partir dessa variação são determinados os períodos de semeadura, colheita e queimada. Na primavera - setembro, outubro e novembro - observa-se uma variação do semi-árido para o úmido. A primavera favorece a semeadura e o florescimento dos cafezais. As florestas são derrubadas nos tempos secos e áridos do outono e início de inverno. Em agosto e setembro queimam-se as árvores que foram derrubadas de abril a julho.

Conforme relatório do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, os ataques indígenas eram mais frequentes, ou mesmo só ocorriam durante as derrubadas de florestas, portanto, de abril a julho⁷¹.

A declividade geral do Rio Paranapanema segue para Norte, Oeste e Norte novamente. A declividade dos rios de sua bacia ao Sul são para a calmaria e no Norte, devido ao estreitamento do vale pelas terras altas, são mais fortes⁷².

Segundo o geógrafo Pierre Monbeig,

"o oeste é mais baixo, mais continental e mais quente, e o leste, mais elevado e melhor exposto aos ventos de sul e sudeste"⁷³.

Geograficamente, São Paulo tem o caráter de região de contato, de transição de um clima tropical para um temperado, de encontro de diferentes massas de ar e de diferentes formações vegetais.

O Rio Paraná que limita à oeste a região, diferencia-a também de seu vizinho Mato Grosso. A leste do Rio eram as semi-úmidas Florestas Tropicais predominantes na vegetação nativa de São Paulo. A oeste os campos cerrados de Mato Grosso. Economicamente, as florestas favorecem a cultura agrícola e os campos e cerrados a criação do gado bovino e equino.

A Floresta Tropical paulista e a declividade quase inalterada do terreno caracterizavam a região, após ter transposto para o lado oeste das escarpas. Além disso, o planalto é cortado por dois importantes espigões⁷⁴.

Os espigões são formados por dois planaltos contínuos localizados, o primeiro, entre os vales do Rio Tietê e Paranapanema e, o segundo, no norte do Paraná, para além do vale do Rio Paranapanema.

⁷⁰ MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. Trad. Ary F. e R. de A. e Silva. Hucitec/Polis, São Paulo, 1984 p. 75

⁷¹ Cf. Relatório do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais sobre os ataques indígenas e os trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

⁷² SAMPAIO, Theodoro. "Considerações Geográficas e Econômicas". Boletim da Comissão Geográfica e Geológica do Est. de São Paulo. IV, São Paulo, 1890. p.88

⁷³ MONBEIG, Pierre. Op. cit. p. 65

⁷⁴ Para o geógrafo Pierre Monbeig esta palavra, espigão, designa originalmente a linha de cumeeira dos telhados e "aplica-se, com muita propriedade, a uma elevação que é também linha de separação das águas". Segundo esse autor, até o século XVIII os vales dos rios foram os lugares percorridos pelos colonizadores que viajavam de barcos e canoas. Após este século, com o avanço das técnicas de transporte do cavalo passando para o carro de bois até a introdução dos trens modernos e dos carros e caminhões, os espigões tornaram-se os lugares preferidos das ondas colonizadoras. Cidades como Londrina e Marília são exemplos dessa tendência econômica atual favorecida pelos espigões. Cf. Op. Cit. pp. 40,41,42

Pequenas variações na vegetação, na altitude, na geologia e no clima vão pouco a pouco caracterizando cada espaço mínimo desse grande território. As áreas propícias à agricultura são avidamente conquistadas. Elas se caracterizam pela formação geológica predominantemente basáltica de coloração vermelho amarronzado (a terra roxa). Nessas áreas vão se estruturar, economicamente, potências regionais como Londrina, no norte do Paraná, e pequenas áreas isoladas no oeste paulista, tais como Assis e Ourinhos.

Os rios principais são de difícil navegação. Os seus leitos apresentam cachoeiras, quedas e corredeiras intercaladas por pântanos e regiões de calmaria. As partes mais difíceis para a navegação são as áreas de foz dos Rios Paranapanema, do Peixe e Feio-Aguapeí. Elas se localizam nas partes altas da Província, serra do Paranapiacaba, e serra dos Agudos, respectivamente.

Os solos arenito-basálticos também contribuem para diferenciar o perfil dos rios ao longo de seu curso. Onde predominam arenitos as margens desbarrancam com facilidade, e, pode ocorrer os alagados e pântanos de que tanto gostam a fauna local. Onde aparecem os basaltos formam-se terrenos mais duros ou mesmo encostas e paredões.

Os terrenos de predominância basáltica vão originar a "terra roxa". Em São Paulo esses solos abrangem apenas dois por cento de sua superfície, sendo a maioria de suas terras escuras e férteis o "massapê", uma espécie de imitação da "terra roxa"⁷⁵

Assim, o arenito predomina na maior parte do Estado. Ele diferencia-se entre si criando microregiões diferenciadas. Os arenitos de pior qualidade podem originar regiões desérticas como aquele pequeno deserto entre Lençóis Paulista e Botucatu (arenito Botucatu). Por outro lado, há também o arenito Bauru superior que se confunde com a "terra roxa" na cor e também na produtividade, que é razoável. O arenito Bauru superior predomina nos espigões, favorecendo, portanto, a colonização nessas regiões tanto topograficamente como na expectativa de produtividade. O arenito Bauru inferior aparece nas encostas e nos vales dos rios, é muito árido e carente de elementos caucários⁷⁶.

Cornélio Schimidt descreveu nos espigões terras vermelha-arenosas e, nas proximidades dos ribeirões ou em lugares planos, terras brancas arenosas. As terras roxas foram encontradas com mais frequência nas proximidades dos rios e ribeirões. Próximo de Conceição de Monte Alegre, foram encontrados terrenos muito arenosos, os quais provocavam desbarrancamentos do solo e constantes deslocamentos dos moradores desses lugares.

Enquanto a penetração se restringiu às vias fluviais, os Kaingang utilizaram as margens dessas regiões, caracterizadas pela irregularidade do relevo e pela dificuldade de navegação, para comunicarem a sua insatisfação quanto a invasão destes territórios. Eles fixaram flechas em vários pontos dos rios antes de desfecharem os primeiros ataques às expedições exploratórias⁷⁷. Lembramos que esta área só era verdadeiramente rica em caça nas regiões alagadas dos rios.

⁷⁵ MONBEIG, Pierre. Op. cit. p.78

⁷⁶ Cf. para maior detalhes MÓNBEIG, Pierre. Op. cit. pp.75 a 83 e SANCHES,A. et alli. "Cap.3 - O chão brasileiro" in Op. cit. pp. 18 a 22

⁷⁷ Veja-se os "ataques" indígenas à Expedição de Exploração do Rio do Peixe IN: Relatório da Exploração do Rio do Peixe, 1904

As terras paulistas encontram-se numa faixa de transição. Em linhas gerais, o clima está entre tropical e temperado, mas, com tendência a assemelhar-se cada vez mais aos cerrados e savanas do clima quente de Mato Grosso. Isso acontece porque as florestas desmatadas que cobriam todo o ocidente paulista nem sempre se refizeram ou foram refeitas. Em muitos lugares elas desapareceram. Após o uso do solo pelo homem, aparecem então no local, antiga floresta, pequenas árvores e formações vegetais menores.

Entre os vegetais que medram após o desmatamento predomina uma planta espinhosa chamada "quiçaça". A "quiçaça" foi encontrada pelo "caboclo" nas proximidades dos cursos d'água e por ele reconhecida como uma vegetação secundária. Ela foi também caracterizada da mesma forma por um geógrafo, citado por Pierre Monbeig, ao observar o tipo de vegetação que nascia nos terrenos de floresta tropical após terem sido desmatados e cultivados pelo homem branco. O autor atenta para o fato de que além de uma tendência dessas ilhas de savanas e cerrados generalizarem-se por toda a área, a incidência da "quiçaça" próxima aos cursos d'água demonstra que eles foram economicamente utilizados pelas tribos indígenas que instalavam-se, de preferência, nas suas proximidades⁷⁸.

São Paulo é o ponto de encontro dos cerrados e matas do Brasil central e triângulo mineiro com, nas palavras do geógrafo, a "grande floresta sombria dos maciços atlânticos e com a floresta de araucárias do Brasil Meridional"⁷⁹.

Cornélio Schmidt dividiu-a em dois grupos: as de solos fracos, e as de solos considerados bons. Nos solos fracos, geralmente cerrados, predominavam o gragoatá branco, a samambaia, a taguarí, a cajarana, a mangabeira, o sapé, a ceboleira e o pau d'alho. Nos lugares de solos bons, predominavam a peroba, o marfim, a massaranduba, a caviúna, a gabriúva, o cedro, e a manduvira. O autor do relatório mencionou também, matas de congonghas (mate), nos campos de Santa Cruz, matas de galeria nas proximidades do Taquaral e, por fim, mencionou a faixa de mata com largura aproximadamente de 8 a 10 léguas, a qual ia desde o Rio Paranapanema até sair nos lugares de campos, muito mencionados pelo viajante, nessa região.

Quanto ao clima, em São Paulo se encontram três diferentes massas de ar: Tropical Atlântica, Equatorial Continental e a Polar Atlântica. O domínio da Tropical Atlântica garante certa estabilidade climática. Dias claros e calmos são bastante constantes no planalto ocidental⁸⁰.

Nas referências climáticas, Cornélio Schmidt mencionou sempre a presença de chuvas torrenciais e a ocorrência de geadas em algumas localidades.

As geadas e neblinas apareciam com maior frequência nos fundos dos vales e nas vertentes expostas aos frios ventos do sul e sudeste. O café é uma cultura que perde muito de sua produtividade devido às geadas. Uma geada anual acarreta, por vários anos seguidos, perda na produção. Portanto, regiões de geadas frequentes foram, inicialmente, evitadas pelos conquistadores.

O ano é dividido em períodos de tempo estáveis. Do outono a primavera os ventos predominantes são os do norte, nordeste e por vezes noroeste. No interior do Estado, conforme vai se adentrando, nota-se certa instabilidade. Ela é devida a

⁷⁸ Cf. MONBEIG, Pierre Op. cit, p.88

⁷⁹ Idem, ibidem p. 75

⁸⁰ Idem, ibidem p. 44

influência maior que aí exerce a Massa Equatorial continental, em relação às áreas de leste.

As chuvas de verão são pancadas rápidas e violentas, mas não chega a ser comum aquela chuva fina e constante das áreas equatoriais.

Dias relativamente quentes e noites frias se alternam criando uma situação incômoda para o homem e para as culturas agrícolas.

Em 1886, equipes exploratórias iniciaram um levantamento das condições de navegabilidade do Rio Paranapanema - o primeiro a ser explorado - mas, as suas terras e os seus afluentes de ambas as margens permaneceram todavia incógnitos por algum tempo⁸¹.

As regiões de maior interesse exploratório em fins do século passado, segundo Theodoro Sampaio, eram entre os Rios Tietê e Paranapanema - região de Agudos, ao Oeste de Lençóis no Estado de São Paulo e entre os Rios Tibagi e das Cinzas no norte do Estado do Paraná.

Assim, até o terceiro quartel do século XIX a penetração de frentes pioneiras agrícolas e criadoras não haviam ultrapassado as regiões do centro leste compreendendo a chamada "depressão periférica". Esse imenso "vale", corta a Província de São Paulo de Norte a Sul tendo uma larga ondulação mais para leste entre o Planalto Atlântico e a "cuesta" formada pelas escarpas do Planalto Ocidental. Nessa faixa povoada, abrangendo Limeira, Campinas, Sorocaba, Itu, Piracicaba, Araras, Rio Claro, concentravam-se, juntamente com a população do vale do Paraíba e do litoral os 837.354 habitantes paulistas recenseados em 1872⁸². Daí para os lados da "cuesta" e além dela para os vales dos Rios Paranapanema, do Peixe, Feio Aguapeí, Dourados, Grande e Tietê as populações eram raras e comumente seguiam paralelas aos longos caminhos percorridos desde o século XVIII em direção a Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. A evolução dos povoados dá-se a partir de aglomerados satélites próximos desses pequenos grupos dispersos ao longo dos caminhos, que, então tornam-se centros regionais. Após 1870 os municípios, recém criados, de Botucatu, Lençóis, Jaú, Brotas, Jaboticabal, São Carlos e Araraquara tornaram-se pontos de expansão colonizadora para o "sertão" de florestas, campos e ilhas de savanas que cobriam originalmente estas áreas⁸³.

Havia portanto, ao que tudo leva a crer, interesse do governo do Estado no reconhecimento dessa região para que a mesma pudesse ser explorada economicamente. Tratava-se de uma extensa área que só no Vale do Paranapanema abrangia cerca de 109 mil Km², dos quais um quarto, 27.400 km², pertencem a São Paulo⁸⁴. Da cabeceira do Rio Paranapanema, na vertente Oeste da Serra do Paranapiacaba até a foz do Rio Itararé, margem Sul, o Estado de São Paulo ocupa as duas margens, parte superior do vale. Da foz do Itararé

⁸¹ SAMPAIO, Theodoro. Op. cit. p.88

⁸² MONBEIG, Pierre. Op. Cit. pp. 24 a 28

⁸³ Idem, ibidem. Ver também SANCHES, A. e SALES, Geraldo F.. Geografia do Brasil. 2º Grau IBEP, s/data. Esses dois autores entendem por "cuestas" as "escarpas de planalto perpendiculares à declividade normal do relevo" (Monbeig, p.199) e definem a Depressão Periférica pela formação de sedimentos paleozóicos, de altitudes modestas em relação às do Planalto Atlântico e do Planalto Arenito-basáltico. O Planalto Arenito-basáltico originou-se na era mesozóica sendo constituído por rochas sedimentares (os arenitos) e vulcânicas (o basalto). "As escarpas de 'cuestas', popularmente conhecidas como serras, singularizam essa porção do Planalto Brasileiro" (Sanches, p.21). Cf. SILVA, Zelia Lopes da. et alli. Atlas Escolar de Botânica. Rio de Janeiro, MEC. 1986.

⁸⁴ Idem, Ibidem p. 90

para baixo São Paulo fica com a margem direita/norte e o Paraná com a margem esquerda/sul.

Dessa forma, a viagem que Cornélio Schimidt realizou em 1904 nesta parte do Estado para mostrar terras ao norte-americano Thomaz Canty, tinha também o objetivo de registrar cientificamente a região. O itinerário escolhido pelo viajante, partindo de São Pedro do Turvo, indo até o Ribeirão Laranja Doce e voltando a Cerqueira Cezar, ponto final da viagem, sempre no sentido paralelo ao Paranapanema, passou por essas localidades menos habitadas da mencionada região com o objetivo de registrar tais localidades no mapa.

A metade da região acima era formada por campos e zonas de matas localizados basicamente nas regiões de planícies e nas adjacências dos cursos dos rios. A outra metade era constituída pelas terras altas e pela depressão periférica, formada pela cordilheira marítima, serras do Espírito Santo, de Fatura, de Botucatu, de Agudos e todo o espigão divisor dos vales Paranapanema e Tietê ⁸⁵.

Cornélio Schimidt fez uma minuciosa descrição dos lugares por onde passou durante a viagem. Nessa descrição era privilegiada a caracterização dos tipos de solos encontrados, bem como as características gerais da cobertura vegetal e a hidrografia. O viajante descreveu também as incipientes lavouras pelas quais passou. Mencionou algumas plantações de café e pequenas fazendas de criação de gado. Fez também a descrição de pequenos povoados da região, bem como uma caracterização geral das pessoas encontradas ao longo da viagem.

No tocante à atividade agrícola mais observada na região nesse momento, destacavam-se alguns cafezais. Estavam localizados no Mirante, sem especificar a quantidade de pés de café aí encontrados. Nas proximidades do Rio Novo, afluente do Taquaral, foi encontrado um cafezal com oitenta mil pés, todo queimado pela geada; perto de Platina, foram encontrados três cafezais, com vinte, nove e oito mil pés respectivamente. Próximo ao Paranapanema, foi encontrado um cafezal com quarenta mil pés pertencentes ao Major Alvaro Dias, de Campinas. Em Ourinhos existia outro cafezal com oitenta mil pés, de José Theodoro, também de Campinas, o qual possuía até as máquinas para beneficiar o produto. Além dos cafezais encontrados, o viajante mencionou canaviais e algodoads próximos ao Mirante bem como um laranjal, perto de Palmital.

As fazendas relatadas pelo viajante foram as seguintes: uma fazenda com quatrocentas cabeças de gado, perto de São Pedro do Turvo; uma outra fazenda às margens do rio Taquaral, a quatro léguas de Platina, com cento e cinquenta cabeças de gado e hum mil e duzentos alqueires de terras; entre Campos Novos e São Pedro do Turvo, fala-se numa invernada com cem cabeças de gado. Por fim, foi mencionada também a criação de gado pelo último morador do "Sertão", então, nas cabeceiras do Laranja Doce.

Pelo relato de Cornélio Schimidt, percebe-se, que ainda existia nessa região as práticas de grilar terras. Ele percebeu a sua ocorrência no Laranja Doce, Jaguarete e em Anhumas.

Os povoados da região, descritos pelo viajante, assim se apresentavam na época: São Pedro do Turvo, vila com setenta e sete casas e uns quinhentos habitantes, às margens do Ribeirão São João. Vila de Campos Novos, nas vertentes do Rio Novo, sem comércio, sem movimento, mas possuía Câmara

⁸⁵ Idem, ibidem p. 90 e 92

Municipal, Promotor, Juiz e recebia os Jornais "O Correio Paulistano" e o "New York Herald", contava com um posto meteorológico, com barômetro, termômetro, pluviômetro. Capela de Monte Alegre, com umas quarenta casas; Vila da Platina, com umas cinquenta casas de tijolos e de tábua, aí também já chegava o jornal "O Estado de São Paulo". Salto Grande, onde só foram mencionadas duas ruas em ângulo reto. Santa Cruz do Rio Pardo, às margens do Rio Pardo, a qual possuía uma cadeia, dois hotéis e uma igreja. Por fim, Cerqueira César, ponto final da viagem, com uma rua e uma travessa e dois hotéis, as casas quase todas de madeira.

A geografia do Oeste paulista favoreceu a expansão agrícola. Esse tipo de penetração só era viável através da criação e do aperfeiçoamento de múltiplos núcleos de povoamento, pontos de concentração e de continuidade para o interior, mas também de expulsão das comunidades indígenas que até então habitavam essas terras.

Desde meados do século passado o homem moderno tomou cada vez maiores porções da terra paulista ocidental. Ele não se preocupou quase nada com a preservação da mata natural e com a fixação, por maiores períodos de tempo, num mesmo sítio. A abundância territorial e a busca de regiões férteis favoreceu a desorganização e o abandono da terra exaurida.

Hoje notamos, alarmados, que em São Paulo, conservam-se quase inexpressiva porcentagem de mata natural. Além disso, a incidência cada vez maior de poluição provocada pelos grandes centros urbanos e industriais é uma constante que evolui.

Em 1946, o geógrafo citado, Pierre Monbeig alertou que já era hora "do pioneiro ceder lugar ao agricultor", querendo com isso alertá-los para uma prática ecológica de preservação e conservação da paisagem natural. Ainda hoje esse alerta está na ordem do dia pois a conservação e recuperação do ecossistema não é preocupação comum entre a maioria dos agricultores paulistas ⁸⁶.

1.3.2. OS PIONEIROS: FINAL DO SÉCULO XIX

Na segunda metade do século XIX, os antigos fatores que ainda no início do século motivavam o contato entre índios e brancos (utilização da mão-de-obra e dos conhecimentos culturais indígenas na exploração da natureza) pareciam inexistentes ou acomodados em um segundo plano. A terra, o espaço físico que antes interessava apenas enquanto caminhos e passagens, tornaram-se agora objeto de exploração científica e de apropriação particular.

O papel de desbravador do homem do oeste paulista foi valorizado e acelerado no período de 1850-1880.

Os posseiros que já se encontravam instalados há décadas na região, e que foram os primeiros a manterem um contato com os índios, perdiam, com a Lei de Terras de 1850, o direito às terras. Alguns deles, foram encontrados em situação de extrema pauperidade, poucos ainda possuíam pequenos lotes para sua subsistência e sobrevivência.

Para ilustrar, podemos citar o exemplo do senhor José Theodoro de Souza, mineiro, que imigrou com sua família para viver no Vale do Rio Paranapanema. Após conquistar grandes porções de terra, principalmente dos índios Kaingang,

⁸⁶ Idem, Ibidem p. 92

transferiu-as para outros que as registraram como suas e, em 1875, morreu em total miséria ⁸⁷.

Os trabalhadores rurais argumentavam viver próximos uns dos outros para se protegerem dos "ataques" dos indígenas e acumularem forças, organizarem "bandeiras" ou "batidas" e poderem adentrar o espaço de luta, o local denominado por eles de "sertão".

Os trilhos da estrada de ferro, que já haviam atingido Cerqueira Cezar, estavam pouco a pouco penetrando a região, e os investidores capitalistas já previam boas perspectivas de lucro com a apropriação econômica da região.

O Estado, cumprindo o seu papel de principal viabilizador da "modernização" da sociedade, foi o maior interessado na apropriação e no reconhecimento daquelas terras.

Neste sentido, muito embora a viagem de Cornélio Schimidt pelo interior do Estado não tivesse se concretizado na venda de terras a Thomaz Canty, o seu diário, relatando os lugares percorridos, forneceu elementos para que se acelerassem as atividades de exploração da região. As suas ricas informações sobre os tipos de solos, a cobertura vegetal, a hidrografia, a agricultura, os tipos humanos e os povoados aí encontrados, certamente foram significativas para os futuros investimentos nessa parte do oeste paulista.

Quem eram os habitantes dessa região?

Conforme observações do autor, estabelecemos, para facilitar a elaboração do perfil dos habitantes, nove tipos diferenciados:

O lavrador: trabalhador enérgico, plantador de café ou mesmo de trigo, como era o caso do "italiano". Era considerado honesto e raramente "grileiro".

O criador: era característico das bordas do povoamento. Vivia sobressaltado e com medo dos "ataques" indígenas. Uma das formas de evitar tais "ataques" era não cultivar as terras próximas às matas. Alguns criadores foram, "fora dos costumes", amáveis e delicados.

Os índios: estes foram lembrados principalmente pelo seu atrevimento e pelas mortes que impuseram a alguns civilizados. Da tribo OTI, em 1903, só restavam um homem, quatro mulheres e quatro crianças. Já os Kaingang preocupavam os colonizadores. Segundo eles, os Kaingang eram arredios aos contatos, apareciam nas residências, nos aldeamentos de índios "mansos" ou nas plantações, onde costumavam roubar milho e utensílios domésticos. Intimidavam os moradores através do cerco de suas casas com buzinas e bordoadas. O índio aldeado, distinto do Kaingang, vivia no meio do colonizador, procurando imitá-lo e produzindo chapéus para comercializar.

Os grileiros: eram quase sempre criadores, mas, nas regiões grileiras também os lavradores praticavam o grilo. Eram políticos locais, mandantes e organizadores de chacinas de índios que raramente não exterminavam aldeias inteiras.

Em relação aos grileiros, Amador Nogueira Cobra nos lembra que eles eram também chefes de bandos de "camaradas", conselheiros e "educadores" locais e que procuravam conservar em torno de si uma população submissa e amedrontada, descuidada de si mesma, de sua cidade e de seus mortos ⁸⁸.

⁸⁷ Assis 1905-1955. Edição comemorativa, sem data ou local de publicação.

⁸⁸ COBRA, Amador Nogueira. Em um recanto do sertão paulista. São Paulo, Hennes, 1923 272pp

A região de maior incidência de grileiros era Platina, Palmital e Campos Novos.

Os frades: pertencentes a Ordem dos Capuchinhos, eram protegidos pelos coronéis e fazendeiros locais, como exemplo o Cel. Sanches de Figueiredo. Esses frades diziam só acreditarem nas carabinas enquanto mediadoras do conflito índios e brancos.

Os camaradas: acompanhantes dos "grileiros" ou dos fazendeiros locais, eram "frouxos e medrosos", principalmente em relação aos índios.

Os nativos: eram os mestiços, os caboclos, os mais morenos e os exímios caçadores.

Os estrangeiros: um italiano, cultivador de trigo, um português comerciante e um padre, Seródio.

As mulheres e os filhos (a família): foram pouco mencionadas no documento. Segundo Cornélio Schimidt, as mulheres tinham o hábito de lavar roupas nos riachos próximos e serem "mal educadas" com as visitas. Era costume o deslocamento de toda a família para os locais de plantação por precaução aos "ataques" indígenas.

O autor fala de Dona Lúcia, uma mulher que viveu entre os índios e possuía conhecimentos que lhe valiam o dom da cura. Era mulher de muita consideração entre os colonos locais.

Sobre os moradores em geral, Cornélio Schimidt se preocupou em observar as suas aparências, para ver se não havia indícios de maleita. Caracterizou-os como distraídos e necessitados mais de "catequese" do que os índios; além do quê eram vadios. Não viviam em abundância e não caçavam devido à falta de perdigueiros e munições. A locomoção era feita através de carros-de-bois. A maioria dos moradores eram de origem mineira.

Os moradores costumavam domar burros e caçar índios, quando se encontravam em regiões habitadas por eles. Dormiam sempre com duas sentinelas, gostavam de música e alguns tocavam viola.

O fornecimento de refeições e pernoite aos viajantes, mediante pagamento, era comumente oferecido pelos moradores isolados em suas residências. A alimentação era fraca, ficando evidente alguns costumes, tais como: tomar café, chupar laranjas e comer rapadura.

Os casamentos frequentemente ocorriam entre casais com grande disparidade na idade. O pai do Cel. Marciano Ferreira tinha setenta e quatro anos e era casado com uma jovem de quinze anos. Lamentava o autor que muitos dos habitantes tinham o hábito de dar palpites, mesmo quando não eram solicitados.

Os impecilhos mais evidentes à viagem foram o medo de ataques de índios e os mosquitos.

As cidades, centros urbanos que iam se constituindo, tinham na pessoa do Promotor, do Juiz e do Presidente da Câmara seus notáveis. Em relação ao lazer urbano foi mencionado a presença de um circo de cavalinhos.

Das informações que nos forneceram Cornélio Schimidt e Amador Nogueira Cobra, podemos concluir que o homem do Vale do Rio Paranapanema, no início desse século, era na sua maioria pobre, vivendo numa economia de subsistência, e amedrontado. Temia não só os ataques indígenas, mas também o poder ilimitado dos grileiros: prefeitos, fazendeiros e notáveis locais com seus camaradas.

Amador Nogueira Cobra observou que a miséria era ainda maior nas cidades predominantemente de "grileiros". Aí, os habitantes eram obrigados a votarem nos candidatos apoiados por eles, a comprarem em estabelecimentos de seus aliados, a perseguirem os "índios", engrossando as expedições de "bugreiros", entre outras "obrigações". Assim, eles viviam numa cotidiana e humilhante submissão aos mandantes locais ⁸⁹.

Como eram vistos os "índios" pelos colonos?

Os "índios" eram vistos com medo, medo às vezes disfarçado. Segundo eles, os "índios sovavam os caboclos" de vez em quando, assustavam os animais nos acampamentos, insultavam os moradores e os animais com terríveis barulhos de buzinas e bordoadas ⁹⁰. Havia que se estar sempre precavido e de se ter especiais cuidados ao atravessar regiões próximas às matas. Tudo isso contribuía para a mitificação e heroicização dos caçadores de índios e dos poucos habitantes que se "arriscavam" nas viagens pelo Oeste paulista.

As fontes por nós utilizadas, de memorialistas e exploradores, deixavam transparecer uma tendência política de comprometimento com o avanço das frentes pioneiras no Vale, mesmo quando se horrorizavam com chacinas e massacres. Eles conseguiam deixar claro e fazer passar uma imagem do homem indígena local que chegou a sugerir aspectos de monstros, seres anormais e maléficos.

Os Xavante foram descritos pelo chefe da Comissão Militar encarregada da construção da linha telegráfica de Uberaba à Cuiabá, Francisco R. Ewerton Quadros, em 1889, como escuros e ignorantes, vivendo nos campos esfomeados, comendo larvas e produtos de rapinas. Nas palavras do autor:

"Os Caiuás os desprezam, os Coroados os expellem das matas, e o sertanejo combate-os (...) . São tímidos, doces e muito fiéis, quando domesticados. Têm os pés pequenos, as pernas finas, o ventre crescido, as mandíbulas salientes, os olhos pequenos e horizontais" ⁹¹

A frente pioneira estava preparada para investir homens e capitais na conquista dos territórios tribais, então, denominados "terrenos desconhecidos". Para isso, além dos projetos exploratórios, das construções de estradas e de cidades e do incentivo à imigração de trabalhadores estrangeiros, foi necessário criar uma situação legal e psicológica que respaldasse e estimulasse a vinda de povoadores e a destruição do habitante indígena. Nações Oti-Xavante, Caiuá e Kaingang serão atingidas pela conquista do oeste de São Paulo. Quem foram os kaingang? Como eles viviam e no que acreditavam? No capítulo dois analisaremos e descreveremos aspectos da ascendência dos Kaingang, de sua cultura material e da cosmologia desta Nação.

⁸⁹ Idem, *Ibidem*

⁹⁰ SCHIMIDT, Cornélio. "Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904". In: *Anais do Museu Paulista*. 15:337-433, São Paulo, 1961. p. 2 e notas da p. 437

⁹¹ EWERTON-QUADROS, F. R. "Memória sobre os Trabalhos de Observação e Exploração Efetuadas pela 2ª secção de Uberaba à Cuiabá, de fevereiro a junho de 1889." p.255

CAPÍTULO 2. A NAÇÃO KAINGANG

Os Kaingang foram violentamente atingidos pelo processo de transformação e ocupação do seu espaço pelos colonizadores. Eles reagiram e interagiram, lutando, revoltando-se, fugindo, sentindo de forma dolorosa a conquista de seus territórios pelos colonizadores. Impuseram limites à conquista e desenvolveram estratégias para se relacionarem, à distância, com as frentes modernas de colonização. Talvez esse fato tenha contribuído para adiar o esbulho de suas terras pelo sistema capitalista. As áreas Guarani foram primeiramente ocupadas. São José do Rio Preto, Jaboticabal, Piraju, Botucatu, Jaú, por exemplo, têm por volta de 150 anos (esse texto foi escrito 1991). Foram edificadas sobre território de migrações Guarani. Penápolis, Marília, Lins, Promissão, Barbosa, não terão mais que 90 anos. Ergueram-se sobre terras das tribos Kaingang. Bauru estaria numa região reconhecidamente intermediária, ambos os grupos estiveram na região. Essa observação não exclui a caminhada de Kaingang e Guarani por todo o território, esporadicamente.

Neste capítulo pesquisaremos a gênese dos Kaingang através, principalmente, de relatos de viajantes e pesquisadores que mantiveram contatos com eles. Além disso, descreveremos e analisaremos aspectos da vida material, social e espiritual a fim de termos uma noção da sociedade Kaingang e da importância dos territórios tribais e da invasão dos colonizadores para a sua continuidade.

2.1. OS KAINGANG PAULISTAS E OS GUAIANÁ COLONIAIS

Os Kaingang, no século XIX, habitavam o Estado de São Paulo. Tornaram-se conhecidos mundialmente devido à peculiar oposição que mantiveram à continuidade da colonização e conquista, por parte dos civilizados, dos Vales dos Rios do Peixe e Feio Aguapei, o que os diferenciou dos outros grupos indígenas paulistas, os quais rapidamente (em relação ao que ocorreu com os Kaingang) contactaram com a civilização.

Ao investigar a origem, procedência e localização espacial dos Kaingang, deparamos com uma polêmica já antiga, porém ainda não definida: os Kaingang não eram conhecidos sob essa denominação durante os séculos XVI e XVII. Poderemos, assim, colocar a questão: quem eram então os Kaingang?

Quem foram os antepassados coloniais dos Kaingang? Existe relação entre os Kaingang e os Guaianá coloniais? Como os Guaianá e os Kaingang perceberam e foram percebidos pelos colonizadores?

Procuraremos descrever as várias opiniões e observações efetuadas pelos viajantes, pelos cientistas e pelos funcionários públicos a respeito dos Guaianá e dos Kaingang através de uma bibliografia selecionada. Confrontaremos essas observações entre si, atentos às formas de resistência, adaptação e colaboração dos indígenas, especialmente os Kaingang e Guarani, na conquista pelos civilizados dos territórios do oeste do Estado de São Paulo.

2.1.1. LOCALIZAÇÃO ESPACIAL DOS KAINGANG

Nas regiões meridionais do Brasil, território sempre disputado, outrora habitavam avizinhas as Nações Oti Xavante, Guarani e Kaingang. Os Kaingang se deslocavam constantemente de uma região para outra, de um lugar para novos lugares, porém sem ultrapassar certos parâmetros topográficos delimitados pelo reconhecimento, entre essas etnias, dos seus respectivos territórios tribais.

A partir dos meados do século XIX costumava-se encontrar grupos Kaingang na região limitada pelo Rio Tietê ao Norte e os territórios missioneiros do Norte da República Argentina, no limite Sul. Nesse período os territórios da etnia Kaingang abrangiam parcelas significativas do que viria a tornar-se os atuais Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Eram os senhores de praticamente todo o lado ocidental, o oeste do Planalto Meridional Brasileiro⁹². Conheciam as florestas de pinheiros e as dividiam entre seus subgrupos, marcando as árvores para delimitar e identificar os territórios ⁹³.

Em São Paulo, os Kaingang viveram no Vale do Rio Tietê passando pelas bacias do Rio Feio-Aguapeí e do Rio do Peixe até as florestas que, em galeria, margeavam o Rio Paranapanema. Nessas florestas abundavam o "pau d'alho", árvore que deu, por longo tempo, uma característica olfativa para o ambiente ⁹⁴.

Em 1905, para definir essa região, comumente denominada de "terrenos desconhecidos", Carlos Botelho, então secretário da agricultura, afirmou para o presidente do Estado, Jorge Tibiriça, que a zona de que se tratava era:

"limitada ao norte pelo curso do Tietê, ao sul pelo Paranapanema, a oeste pelo rio Paraná a leste por uma linha imaginária, partindo das proximidades da foz do Laranja Doce, no rio Paranapanema, e terminando no Salto do Avanhandava, no rio Tietê." ⁹⁵.

Essa região era habitada não só pelos Kaingang como também pelos seus contemporâneos: os Kaiapó a oeste, nas proximidades do rio Paraná; os Oti Chavante nos Campos e os Caiuá-Guarani no Vale do Rio Santo Anastácio⁹⁶.

Os Kaingang, habitantes dos territórios acima mencionados foram identificados por alguns autores como Kaingang do norte ou paulista para que fossem diferenciados dos Kaingang das Províncias do Sul⁹⁷.

Na segunda metade do século XIX, os Kaingang, expulsos das posses consideradas propriedade privada do mineiro José Theodoro e de parcelas das

⁹² TESCHAUER, S.J.P. Carlos. "Os Caingangs ou Coroados no Rio Grande do Sul". Boletim do Museu Nacional. v.III, n°3, Rio de Janeiro, set., 1927 p.41. Cf. BALDUS, H. Ensaio de Etnologia Brasileira. Brasiliana, v.101. São Paulo, 1937, p.277. Ver também D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Toldo Chimbangue. História e Luta Kaingang em Santa Catarina. Xanxerê, CIMI-SUL, SC. Cf. o Mapa "BRASIL: PROVÍNCIAS MERIDIONAIS 1853 TERRITÓRIOS KAINGANG".

⁹³ Cf. MABILDE, Pierre F. A. B. Apontamentos sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul. São Paulo, IBRASA, 1983. p.126

⁹⁴ SOUZA, Geraldo H, de Paula. "Notas sobre uma visita a um acampamento de índios Caingangs". Revista do Museu Paulista. Tomo X, São Paulo, 1918. p. 739.

⁹⁵ SCHIMIDT, Cornélio. "Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904". In Anais do Museu Paulista, 15, São Paulo, 1961, p. 345 Cf. também a definição de Planalto Paulista na p. 41

⁹⁶ Idem, Ibidem. p. 344, nota 343. Cf. WHITAKER, F. "Recordações". Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, v.XLIV, 1948. NIMUENDAJU, Curt. Mapa etnográfico. IBGE.

⁹⁷ Entre outros, ver SOUZA, Geraldo H. de Paula. Op. cit. notas da p.739

propriedades de outro mineiro, João da Silva, deslocaram-se para terras que também já eram consideradas propriedades privadas: as de Paula Moraes, ou ainda para os territórios em torno do rio Feio. Deste refúgio costumavam partir com frequência para as regiões recém povoadas denominadas "Tiguera" na cabeceira do ribeirão Taquaral, Tres Barras ou Alegre, São Matheus, Jaguarete e no Patrimônio do Laranja Doce. Em 1880 os Kaingang eram também encontrados nas matas da margem norte do Rio Paranapanema⁹⁸.

Os trechos ponteados pelos colonizadores mencionados acima se encontravam na faixa conhecida agora como o Vale do Rio Paranapanema. Na virada do século XIX para o XX os Kaingang eram constantemente avistados pelos últimos moradores - os Medeiros - nos limites dos territórios colonizados denominados "Sertão de Anhumas", mas também além do Anhumas onde "seguiram-se vinte legoas de mattas impenetráveis que iam até à margem esquerda do rio Tietê, pontos onde ... errompia o coroados"⁹⁹.

Para melhor elucidar essas passagens sugerimos que se consulte o mapa anexo onde é possível observar os rios mencionados, algumas povoações do período e as regiões de conflito com os índios.

Os Kaingang preferiam os campos para viver, mas durante a guerra com os brancos eles acabaram refugiando-se nas florestas e matas, "quase impenetráveis", devido encontrarem aí maiores possibilidades de se esconderem e, consequentemente, de sobreviverem. Nas matas eram dificilmente localizados pelos "bugreiros". Assim, as florestas aparecem como refúgio: o indígena embrenhava-se nela em busca de proteção e dissimulação de sua presença aos olhos dos fazendeiros locais que rapidamente tomavam-lhes os territórios tribais, os filhos e as esposas com emboscadas, cães, armas de fogo e até mesmo roupas contaminadas pelo sarampo ou gripe. Isso ocorria com o apoio e a "vista grossa" do Governo Provincial. Inclusive a Lei de Terras de 1850 agilizou a apropriação das terras dos Kaingang pelos mineiros, inicialmente, e depois, os mineiros acabaram passando-as para políticos, grilheiros, etc.

Os Kaingang costumavam evitar as saídas das matas. Quase nunca atacavam os brancos caminhantes que por elas se embrenhavam. Costumavam adverti-los de sua presença àqueles que levantavam moradas e abriam roças nos seus territórios. Caso a advertência não fosse considerada pelos invasores, eles investiam contra os que ousavam faze-lo e os massacravam. Segundo Amador Nogueira Cobra, essa tribo habitou todo o Vale do Rio Paranapanema, não permitindo invasões e defendendo valentemente suas terras. Para ele parece claro que os Kaingang se constituíam em uma comunidade hostil e aguerrida. Já outros moradores do planalto ocidental contaram que não tiveram problemas com a vizinhança dos Kaingang até o momento em que chegaram os exploradores "oficiais" e os trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNdoB). Eles contam que eram respeitados quando entravam nas matas dos Kaingang¹⁰⁰.

⁹⁸ COBRA, Amador Nogueira. Em um Recanto do Sertão Paulista. São Paulo, Hennes, 1923. pp. 31,32,136,137,138.

⁹⁹ Idem, ibidem. p. 138. Os Kaingang foram muitas vezes denominados pelos moradores de "coroados" devido ao seu corte de cabelo de forma a lembrar uma coroa.

¹⁰⁰ Idem, ibidem. pp. 17,18,21,71. Sobre os momentos escolhidos pelos Kaingang para atacar, ver também o Relatório do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, em anexo.

2.1.2. OS VIZINHOS OTI E GUARANI

Coexistindo há séculos com os Kaingang no Oeste Paulista, no Vale do Tietê, nas nascentes do rio Aguapeí e no Vale do Rio Paranapanema estavam as tribos Oti e os Guarani Caiuá, Apapocúva, Oguauiva e Tañigua; da família linguística Gê e Tupi-Guarani respectivamente.

Os Oti, em 1906, habitavam as regiões entre os Rios Ivaí e Paranapanema e muitas vezes emprestavam o seu nome a certos Kaingang que tiveram contatos com colonizadores e eram, por estes confundidos com aqueles. Ambos habitavam a mesma região, o Vale do Rio Paranapanema. Eram inimigos entre si.

Para o antropólogo Von Ihering, os Oti faziam parte de "um grupo aberrante e isolado da família dos Gês meridionais"¹⁰¹. Tiveram, no século passado, desavenças sérias com os Kaingang, sendo por eles perseguidos.

O antropólogo alemão escreve que os Guarani emigraram para São Paulo e para o Paraná vindos do Paraguai e do sul do Mato Grosso por volta de 1830 - 1852¹⁰².

Diferentemente dos Oti e dos Kaingang, os Guarani costumavam dormir em redes. O contato frequente entre eles e os colonizadores fez com que esse costume tendesse ao desaparecimento. Perfuravam os lábios inferiores para ornamentar-se com o tembeta. Os Caiuá diziam representarem os Guarani "independentes". Construíam amuletos para a caça e para o amor. Foram, às vezes, confundidos com os Kaingang pelo seu outro nome (Cainguá), mas diferentemente dos Kaingang, eles vivenciaram a experiência dos aldeamentos oficiais.

2.1.3. KAINGANG: OUTRAS DENOMINAÇÕES

Quanto às denominações regionais dos Kaingang, observa-se que, no Paraná, grupos Camé, Caiurucré, Votorão, Dorin, Xokleng, Taven. Em Santa Catarina foram confundidos com os Xokleng e Uvautás. No litoral de São Paulo apareceram como Camés "moradores dos campos". No sudoeste, Itapeva e Faxina foram conhecidos por Guayanãs. No vale do rio Paranapanema e de seus afluentes vivem e são conhecidos como Kaingang ou mesmo como Coroado¹⁰³.

Devido a essa multiplicidade de nomes e de regiões geográficas nas quais já se observou e ainda se observa a presença de grupos étnicos com características semelhantes e pertencentes à etnia Kaingang, percebe-se a necessidade de encaminhar a pesquisa com o fim de resolver duas questões. Primeira: quem foram os Kaingang paulistas nos séculos anteriores ao século XIX? Segunda: qual o papel da colonização do Brasil na história dos indígenas Kaingang?

2.1.4. ÉTNOMIA

¹⁰¹ IHERING, H. Von. "Os Guaianá e Caingang de São Paulo". Revista do Museu Paulista. Tomo VI. São Paulo, 1904, p. 42 Cf. também sobre este grupo Xavante MARTINS, Romário. História do Paraná. 2º ed., Ed. Rumo, São Paulo, 1939, p. 54 e Comissão Geográfica e Geológica do Estado de SP. Relatório de Exploração do Rio do Peixe, 1906.

¹⁰² IHERING, H. von. "A Antropologia do Estado de S. Paulo". Revista do Museu Paulista. Tomo VII. São Paulo, 1905, p. 204

¹⁰³ Cf. Idem, ibidem. pp. 209, 210; "Os Guaianá e Caingang de São Paulo" Op. Cit. p. 37 e MARTINS, Romário. Op. Cit. p.54

Grupo indígena desconhecido nos tempos coloniais, os Kaingang têm uma polêmica ascendência.

As dúvidas sobre a origem e o deslocamento dos grupos Kaingang abarcam e propõem problemas diversos. Dentre esses problemas estão as questões espaciais de fixação e de mobilidade da comunidade indígena: deslocaram-se até que regiões? Quais os critérios tribais para seus deslocamentos periódicos? Deslocaram-se do sul para o norte, isto é, da Argentina e Paraguai para o Brasil meridional? Ou, como afirmam outros autores, originalmente, eram “paulistas”, descendentes dos Guaianá de Piratininga que fugiram para o sul, a fim de evitarem o contato com portugueses? Outro ponto polêmico era a língua falada pelos Kaingang: eram eles filiados linguisticamente aos Tupi-guarani, aos Gê ou ainda aos Crên mencionados por Romário Martins?

Teschauer acredita que os Kaingang se originaram no grupo indígena colonial Guaianá que no século XVI habitaram o litoral paulista entre Angra dos Reis e Cananéia. Para confirmar a sua hipótese o autor cita depoimentos de índios dos Estados do sul, nos quais, eles afirmam terem, seus ancestrais, imigrado de São Paulo¹⁰⁴.

Para Afonso A. de Freitas, os Kaingang não têm parentesco nenhum com os antigos Guaianá. Para esse autor, os Kaingang formaram-se de:

"agrupamento heterogenio de individuos expurgados ou residuais de raças indigenas diversas ..."105

Para confirmar sua hipótese, ele recorre às observações do viajante Von Martius quanto à diversidade fisionômica e linguística dos Kaingang entre si e ao relatório da exploração do Rio do Peixe feito pelo Dr. Geraldo Assis Moura em 1907. Embora ele analise e descreva duas mulheres e um homem Kaingang prisioneiros na fazenda do Cel. Sanches de Figueiredo no município de Campos Novos; concluiu que uma das mulheres tinha o rosto mais comprido que largo diferenciando-se por isso da outra mulher, supostamente da mesma tribo¹⁰⁶.

Afonso A. de Freitas, assim, descarta a existência de uma unidade tribal entre os Kaingang e afirma, através da arqueologia de cemitérios indígenas e da análise da nomenclatura topográfica piratiningüana, o parentesco dos Guaianá com os Tupi-guarani e a então inexistência dos Kaingang em território paulista. O sudoeste do Estado de São Paulo foi sempre movimentado, desde os tempos da conquista, mas segundo o autor,

"ficou deserto de índios independentes e bravios até o primeiro decennio do século XIX em que se verificou a irrupção naquella zona das hordas Caauás e Caingangs, aquellas perseguidas por estas"107.

Acrescenta ainda às informações acima uma possível semelhança dos idiomas Kaingang de São Paulo com os Kaingang do Paraná e uma outra

¹⁰⁴ TESCHAUER, S.J.P.C. Op. cit. pp.37 e 38

¹⁰⁵ FREITAS, A. A. de. "Os Caingang de São Paulo". Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. v. XIII, p. 375

¹⁰⁶ FREITAS, A. A. de. Op. Cit. p. 375

¹⁰⁷ Idem, Ibidem. pp 370-375

tradição, diferente daquela apontada por Teschauer, de que os ancestrais dos Kaingang paulistas emigraram do sul para o norte. A partir destes dados, o autor elabora a seguinte hipótese:

"os actuaes selvagens de São Paulo são um ramo dos chamados 'coroados' do Paraná de existencia jámais assignalada no actual territorio de São Paulo, em época anterior ao século XIX"¹⁰⁸.

Durante os séculos iniciais da colonização do sul do Brasil, a administração oficial dividia o território de forma que a região que nos interessa - o interior paulista - ficava no interior de uma vasta zona, ou seja, de uma província, denominada então Província Índio-Christã de Guaira, que dominava do rio Tietê (Anhambí) ao Iguaçu, território este que esteve sob a ação dos missionários da Companhia de Jesus. Houve, porém, um trecho desta Província onde não se exerceu a ação jesuítica:

"Entre o Tietê ou Anhambí desse tempo e o Paranapanema, não houve, entretanto, povoação índio-cristã, embora estivesse compreendida no campo de ação da catequese. As reduções (jesuíticas) foram fundadas ao sul do Paranapanema, do Rio Paraná ao Tibagi, a partir do ano de 1610"¹⁰⁹.

A partir dessas constatações, percebe-se que é difícil provar a existência, mas também a ausência, como afirma Afonso A. de Freitas, dos Kaingang entre o rio Tietê e o rio Paranapanema antes do século XIX. No entanto, vejamos.

Sobre a arqueologia dos cemitérios Guaianá na região piratiningüana onde Afonso A. de Freitas evidenciou semelhanças com os Tupi, lembramos que, segundo o Professor John Monteiro, uma grande parcela dos Guaianá mantiveram estreitas relações com os Tupiniquim locais e que provavelmente houve intercâmbio cultural e territorial entre eles¹¹⁰.

Quanto à hipótese de heterogeneidade racial dos Kaingang baseada nas diferenciações físicas e linguísticas entre indivíduos encontrados no interior do mesmo grupo tribal, como é o caso dos três Kaingang prisioneiros na fazenda do Cel. Sanches de Figueiredo, deve-se observar que os Kaingang costumavam, durante as guerras intertribais, raptar crianças pertencentes às tribos inimigas e criá-las como suas. Além disso, não praticavam o canibalismo com seus prisioneiros de guerra, sendo estes tratados brandamente e comumente "escraviza-los". Talvez as diferenciações no formato do rosto observadas pelo Dr. Moura às margens do Paranapanema sejam provenientes das crianças raptadas e dos prisioneiros de guerra escravizados, ambos incorporados ao sistema social do

¹⁰⁸ Idem, Ibidem. pp. 370, 371, 373. Freitas também afirma que os Kaingang se autodenominavam Vaichá-Gang (mato-gente) p. 373. Note-se que na nota nº 86 do livro de STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil* (séc. XVI). Belo Horizonte, São Paulo, Itatiaia e Edusp, 1974 à p.67 fala-se de um país, Viachá, que abrangia desde o Paraguai até perto de Cananéia e que era habitado pelos Mbiá, distintos e inimigos dos Tupinambá. Seriam eles Kaingang?

¹⁰⁹ MARTINS, Romário. Op. cit. p. 87

¹¹⁰ MONTEIRO, John Manuel. "Vida e morte do índio: São Paulo Colonial". in: *Índios no Estado de São Paulo. Resistência e Transfiguração*. Comissão Pró-Índio e Yankatu. 1984, p. 24.

grupo Kaingang. A partir dessas considerações etnológicas torna-se possível contestar a heterogeneidade racial proposta por Afonso A. de Freitas.

Telêmaco M. Borba ao estudar os indígenas do Paraná, afirma que este Estado foi habitado por Guarani excetuando-se as regiões de Palmas e de Guarapuava onde predominou a nomenclatura topográfica Kaingang em oposição à Tupi-guarani do restante do Estado. Quanto à possibilidade de serem os Kaingang descendentes dos Guaianá, o autor afirma que os Guaianá pertencem ao tronco Tupi-guarani, sendo diferentes dos Kaingang que tinham um idioma "muito guttural e nada parecido com a língua guarani"¹¹¹.

O cronista Gabriel Soares de Souza referindo-se aos Tapuias dos quais eram os Guaianá a nação mais numerosa, afirma que eles eram grandes e admiráveis músicos apesar de cantarem "garganteado", sem pronúncia de palavras¹¹².

Teria o "garganteado" dos Guaianá, registrado por Gabriel S. de Souza, algum parentesco com o "muito guttural" dos Kaingang verificado por Telêmaco M. Borba? Segundo o dicionário de Aurélio B. de Holanda, "garganteado" é modulação com afinação, "gargantear" é cantar variando os tons com ligeireza. "Gutural", também adjetivo, estaria relacionado à garganta, aos sons modificados pela garganta. Ambos os termos referem-se a sons provenientes da garganta e daí modificados e variados. Donde podemos pensar em uma identidade também linguística entre as duas etnias, Guaianá e Kaingang.

Por último, lembramos que Romário Martins, ao escrever o clássico, *História do Paraná*, buscou também uma classificação linguística para os Kaingang. Classificou-os como Crên. Os Crên seriam o segundo dos três grupos linguísticos, Tupi, Crên e Gê, que, segundo ele, povoaram o Estado. Para o autor, os Kaingang emigraram do sul ao norte do Iguazu¹¹³.

Nesse ponto da discussão percebemos a necessidade de investigar com mais atenção as descrições e os comentários que existem nos relatos do século XVI referente aos Guaianá e no século XIX referente aos Kaingang a fim de checarmos até onde é possível pensarmos nos Kaingang como sucessores dos Guaianá considerando-se a secular distância que os separam e as decorrentes transformações históricas pelas quais passaram.

Concluimos que ficavam prejudicadas as hipóteses e teses que negavam a origem Guaianá dos Kaingang, pois os argumentos não foram suficientemente convincentes. No caso de Freitas, havia dados etnológicos sobre os Kaingang que ele desconhecia, mas que influíram na elaboração da sua hipótese sobre a heterogeneidade "racial" Kaingang: a incorporação dos prisioneiros e sequestrados à própria sociedade inimiga. Para nós, portanto, os Kaingang são os herdeiros dos Guaianá. No entanto, para provar a ascendência Guaianá dos Kaingang necessitamos de um estudo etnográfico mais detalhado, isto é, que evidencie essa proximidade étnica.

¹¹¹ BORBA, Telêmaco M. Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. Revista do Museu Paulista. Tomo VI, São Paulo, 1904, pp. 54 e 55. Ver também "Breve notícia sobre índios caingangues, que, conhecidos pela denominação coroados, habitam no território compreendido entre os rios Tibagi e Uruguai". Revista Mensal da Sociedade de Geografia de Lisboa no Rio de Janeiro. Tomo II, Rio de Janeiro, 1883, p. 28

¹¹² SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. São Paulo, Ed. Nac./Edusp, 1971, p.339

¹¹³ MARTINS, Romário. Op. cit.. p.53

OS GUAIANÁ

No início da colonização da América meridional, os europeus costumavam classificar os indígenas "brasileiros" em dois grandes grupos distintos entre si: os Tupi e os Tapuia.

Os Tupi habitavam o litoral e uma pequena faixa do interior, faziam negócios com os europeus - portugueses, franceses e holandeses -, praticavam a agricultura sedentária e falavam a língua geral *nhengatú*, da qual o conquistador possuía vários intérpretes.

Tapuia, palavra Tupi, significava homem do "sertão", inimigos dos Tupi litorâneos. Ao se incorporar no vocabulário do colonizador, o termo Tapuia passou a significar "índio bravo", aquele que não negociava, não se submetia à escravidão ou aos trabalhos da lavoura e dos engenhos. Os Tapuias compunham-se de um enorme e heterogêneo agrupamento de etnias que pouco tinham em comum umas com as outras além da denominação que lhes foi atribuída pelos conquistadores a fim de justificarem para si próprios a difícil adaptação dessas comunidades tribais aos objetivos da conquista¹¹⁴.

Segundo o cronista Gabriel Soares de Souza, os Tapuia foram os primeiros habitantes do litoral, do Rio das Amazonas até o Rio da Prata. Devido à guerra com os "Tupinae", foram empurrados para o interior, o "sertão". Mais tarde, os "Tupinae" disputaram o interior com os Tapuia, pois também tinham sido expulsos do litoral, pelos Tupinambá.

Contraopondo-se ao significado que tinha o termo Tapuia para os conquistadores, Gabriel Soares de Souza informa-nos que eles eram:

"gente branda e mais tratável e doméstica que o mais gentio que ha na costa do Brasil"¹¹⁵.

Porém, ele ainda conta que brigavam muito entre si, o que diminuía a força do grupo como um todo. Eram gente de boa aparência e tinham bom desempenho na caça e na guerra em campo aberto. Não costumavam matar seus prisioneiros de guerra, mas escravizá-los ou mesmo vendê-los aos portugueses. Não trabalhavam nas roças e tampouco plantavam mandioca. Comiam frutos e animais silvestres e alguns legumes que as mulheres plantavam ou recolhiam em "terras sem mato grande" (campos?). Os homens eram muito afeiçoados à caça e, devido à recusa deste grupo indígena aos trabalhos advindos com a conquista de seus territórios, eram muitas vezes considerados folgados, ociosos ou ainda incapazes. Eram adversos a matar alguém dentro de suas casas. Esperavam que o inimigo saísse ou, se lhes passasse a ira, aceitavam-no como escravo. Dormiam sobre folhas, andavam em pequenos bandos, não sabiam nadar e não costumavam comer carne humana¹¹⁶.

¹¹⁴ Cf. RIBEIRO, Darcy. Os índios e a Civilização. 5a edição, Rio de Janeiro, Vozes, 1986, p. 94; acredita-se que o termo Tapuia represente uma distinção feita na dinâmica do trabalho: os Tapuia teriam menos valor como escravos devido as barreiras linguísticas e culturais que apresentavam à integração nos arraiais neo-brasileiros. Ver também MONTEIRO, John M. Op. cit.

¹¹⁵ SOUZA, G. S. de. Op. cit., pp. 299, 300, 337.

¹¹⁶ Idem, Ibidem. pp. 44, 338, 339

É no interior deste grande agrupamento étnico que vamos localizar os Guaianá. Segundo o historiador John Manuel Monteiro, três nações Tapuia habitavam o que hoje chamamos de território paulista: os Puri, os Maromimi e os Guaianá. Esta última era a nação mais populosa das três¹¹⁷.

Durante o século XVI, os Guaianá guerreavam e avizinham-se ao norte com os Tamoio e ao sul com os Carijó. Habitavam o litoral de Angra dos Reis à Cananéia. Segundo Gabriel Soares de Souza, eram simples, acondicionados e crentes no que lhes fosse dito, além do que eram "gente de pouco trabalho, muito molar ...". Não faziam roças. Eram grandes flecheiros e viviam da caça e dos frutos que as matas davam. Inimigos de carne humana, não matavam os seus cativos, mas os escravizavam. Tal qual, pudemos observar, os Kaingang do Vale do Paranapanema faziam com os seus prisioneiros Oti-Xavante e Guarani, no século XIX. Ainda segundo Gabriel Soares de Souza, eram boa companhia para um branco ainda que "inconvenientes" para o trabalho. Diferente dos vizinhos Tamoio, os Guaianá não viviam em aldeias de casas arrumadas "mas em covas pelo campo, debaixo do chão, onde tem fogo de noite e de dia e fazem suas camas de rama e peles de animárias que matam". Sua linguagem era diferente da de seus vizinhos¹¹⁸.

Pode-se perceber em Gabriel Soares de Souza uma aproximação mais nítida dos Guaianá com os grupos Tapuia e não com os Tupi-guarani como quer Telêmaco Morocines Borba, lembrado por nós páginas atrás, neste capítulo.

Segundo John M. Monteiro, os Guaianá mantiveram contatos com os Tupiniquim de Piratininga o que levou muitos autores a confundi-los com essa tribo Tupi. Os Guaianá foram um dos primeiros grupos a serem aldeados pelos jesuítas e por isso escaparam, num primeiro momento, da posterior escravidão indígena, sob o jugo dos portugueses leigos. Dispersos no interior de São Paulo, os Guaianá habitaram as regiões do Vale do Paraíba avizinham-se aos Puri e Maromimi e, mais ainda para o interior, com os Kaiapó meridionais¹¹⁹.

Os Guaianá apareciam em quase todas as rebeliões indígenas do século XVI devido à "inadaptação" ecológica e cultural de seu grupo social às exigências da agricultura sedentária praticada pelos colonizadores¹²⁰. Talvez possamos dizer de outra forma: as rebeliões eram devido ao caráter violento da invasão estrangeira nos seus territórios, desrespeitando o sistema ecológico guaianá, o qual desconheciam, e, insitindo numa forma de relacionamento com a natureza baseada no domínio, na exploração e na exaustão das reservas naturais e das energias humanas.

Além das formas evidentemente belicosas com que se revoltaram, os Guaianá e os "Tapuia" em geral, também manifestaram seu descontentamento,

¹¹⁷ MONTEIRO, J. M. Op. cit. p. 24

¹¹⁸ SOUZA, G. S. de. Op. cit. p. 115 ; conferir a lenda dos Kaingang onde se conta da origem da escravidão dos seus contrários: os Curutons In: BORBA, T. M. "Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná". Revista do Museu Paulista, 06, 1904, pp. 58 a 61.

¹¹⁹ Segundo John M. Monteiro, os Guaianá se constituíam em um grupo altamente resistente à escravidão. O autor nos informa que durante uma rebelião de índios, Guaianá e Carijó, na fazenda de Antônio Pedroso de Barros, em 1651, "alguns, provavelmente Carijó, fugiram para outras fazendas, enquanto os Guaianá fugiram para o mato e resistiram ao apresamento por quase vinte anos, quando a justiça finalmente conseguiu partilhar 318 índios entre os herdeiros de Antônio Pedroso de Barros". Cf. MONTEIRO, John M. Op. cit. pp. 22, 24, 25 e 36

¹²⁰ Idem, Ibidem. p. 27

alienando-se das tarefas exigidas pelos colonizadores. Os estereótipos de ociosos, inaptos e "folgazões" que angariaram ao longo dos anos provam isso ¹²¹.

Os Tapuia não eram os trabalhadores indígenas preferidos pelos colonizadores para os serviços que comumente destinavam aos seus prisioneiros indígenas - carpinteiros, carregadores, oleiros, carreiros, ofício de engenhos de açúcar, ou, ainda, de cozinheiros e lavradores. Isso provavelmente devia-se à facilidade com que se rebelaram e à intolerância existente em relação às duas culturas em contato.

Nos séculos XVI e XVII, existia entre os conquistadores e as comunidades indígenas, um espaço de negociação viabilizado e caracterizado pela abundância de terras disponíveis. Essa disponibilidade possibilitava a perspectiva de retirada das comunidades nativas para outros lugares, longe dos núcleos de conquistadores.

OS KAINGANG E OS GUAIANÁ

Muitas semelhanças existiam entre os Kaingang e os Guaianá: o gosto pela andança, a aparente inexistência de domicílio fixo, o hábito estratégico de fincar e espalhar espinhos pontiagudos nas trilhas que levam à suas casas ou em torno delas para dificultar ou impedir aproximações inesperadas ou emboscadas, a semelhante denominação de ACUPLI (Guaianá) e de VEICUPLI (Kaingang) para o espírito dos mortos, a agricultura inexpressiva em relação à principal base econômica que é a caça e a coleta, entre outras ¹²². Além disso, chamou-nos a atenção o fato de os dois grupos optarem com maior frequência pelo isolamento das matas e pela fuga dos focos de populações civilizadas. Ambas as etnias mantiveram, dentro de condições possíveis, certo distanciamento dos focos de população branca. Poucos grupos Kaingang aceitaram a convivência de caráter integrativo quando ainda restavam matas para onde eles pudessem se refugiar. Houve casos de colaboração temporária e alianças com colonos. Dentre esses, podemos citar o grupo liderado pelo cacique Vitorino Condá, no Paraná, durante o segundo quartel do século passado.

Podemos considerar que os Kaingang foram os descendentes diretos dos rebeldes Guaianá coloniais. Viveram no interior paulista e conservaram, ainda no século XIX, hábitos que os identificavam aos "Tapuia". Acreditamos que esses hábitos e a vilência dos contatos anteriores que tiveram com os conquistadores possam ter influenciado o caráter da aproximação dos brancos. Mas, lembramos que as perseguições de bugreiros, sofridas pelos Kaingang na segunda metade do século XIX e início do XX foram de violência sem paralelo na história desse povo.

¹²¹ Sobre a análise da ociosidade, fuga e inadaptação indígena como formas de resistência, ver José Carlos BARREIRO, "Instituições, Trabalho e Lutas de Classe", Revista de História, ANPUH, nº 14, 1987

¹²² Sobre as estratégias de guerra dos Kaingang, ver o Relatório da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Exploração do rio do Peixe, 1907. Sobre a semelhança entre Kaingang e Guaianá, ver também TESCHAUER, Op. cit. p.46, onde esse autor lembra um detalhe da cultura Guaianá seiscentista para relaciona-lo a um costume Kaingang: os Guaianá denominavam de ACUPLI as almas dos seus mortos e acreditavam que estas se converteriam em demônios. Os Kaingang quando alguma desgraça lhes ocorria, atribuíam-na à vingança dos maus espíritos, denominando para isso, VAICUPLI, que seria a alma, o espírito de seu inimigo morto, responsável pela desgraça.

A fim de termos uma imagem de suas particularidades étnicas e daí, percebermos a dimensão destrutiva, para eles, da assimilação ou mesmo da integração ao mundo civilizado, descreveremos a seguir características da cultura material e da cosmologia da etnia Kaingang.

2.2. A CULTURA MATERIAL

É difícil compreender as razões do outro, entender a sua perspectiva, o seu ponto de vista. Os Kaingang se tornaram incômodos aos civilizados sendo por eles estigmatizados de “ferozes” e “imorais”, daí, serem hostilizados e perseguidos implacavelmente. Este comportamento pôs termo a um incipiente diálogo entre as duas partes em conflito. A guerra entre elas foi o desfecho dos acontecimentos após uma sequência de malentendidos e desencontros contínuos.

Devido à ausência de contatos “pacíficos” e periódicos entre Kaingang e civilizado, no oeste paulista, pouco se sabe sobre a sua forma de vida social antes da “pacificação” levada a cabo pelo Serviço de Proteção aos Índios, em 1912. Grande parte do material etnográfico existente sobre eles, e, analisado, foi coletado nas aldeias abandonadas pela fuga da perseguição de bugreiros ou após os massacres das “batidas”¹²³. Entre os Kaingang do Paraná buscamos completar, e as vezes comparar, as informações obtidas em São Paulo.

Os Kaingang se constituíam num povo “nômade”, isto é, migrante sazonal, afeito às grandes caminhadas, às mudanças sazonais de residência no interior de um mesmo território, o seu; viviam principalmente da caça e da coleta e não permaneciam mais de dois anos na mesma área. Em pequenos grupos, separados por grandes distâncias, caçavam e armazenavam os alimentos para longos períodos¹²⁴. Suas aldeias possuíam grandes casas onde viviam as famílias. Cada uma com seu fogo.

2.2.1. A ALIMENTAÇÃO, A PRODUÇÃO DOMÉSTICA E A DIVISÃO DO TRABALHO

Sem deixar de preparar as roças de milho, abóboras, erva mate e raízes, os Kaingang de São Paulo e também dos outros Estados do sul, privilegiavam na sua dieta alimentar os produtos da coleta e da caça, principalmente os frutos do mato, os pinhões, o mel e algumas espécies de aves.

A caça era feita pelo caçador só ou em grupo, mas não era costume ser comida pelo próprio caçador nem pelos seus parentes próximos, com exceção de sua esposa para quem a carne caçada pelo marido era bem-vinda. Não consumiam o sal e assavam a carne em covas abertas ao lado das choupanas entre pedras aquecidas¹²⁵.

¹²³ Cf. VON IHERING, H. "A Antropologia do Estado de São Paulo", Revista do Museu Paulista. Tomo VII, São Paulo, 1905. pp. 202 e ss; Jornal do Comércio 11/09/1910 apud GAGLIARDI, José Mauro. O Indígena e a República. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1989 p.239.

¹²⁴ Cf. BORELI, Silvia H., MONTEIRO, John Manoel, et alii. Os Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração. São Paulo, Yankatu/Comissão Pró-Índios de São Paulo, 1984 152pp. ; TESCHAUER, S.J.P.Carlos. "Os Caingangs ou Coroados no Rio Grande do Sul". Boletim do Museu Paulista. v. III, nº3, Rio de Janeiro, set 1927 pp.38 e 39

¹²⁵ Cf. SOUZA, Dr. Geraldo H.P. "Notas sobre uma visita a um acampamento de índios Caingangs". Revista do Museu Paulista. Tomo X, São Paulo, 1918, p.744; VON IHERING, H. "A Antropologia do

Entre os Kaingang do Paraná a roça de milho era comumente encontrada. Cultura que já vinha sendo desenvolvida há muito tempo. Diziam que encontraram o milho na moela de uma ave. Depois do contato com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), início do século XX, diversificaram mais a sua produção agrícola incorporando, por exemplo, o feijão. Criavam alguns animais domésticos, colhiam frutos da araucária, do butiá, da guabiroba, do guamirí, e de algumas outras árvores e arbustos. Apreciavam as diferentes variedades de mel. A caça era feita pelo grupo familiar, mas além dela praticavam também a pesca com cestos por eles mesmos fabricados. Os homens tinham fama de bons flecheiros. Eram às mulheres que cabia a responsabilidade de assar e cozinhar. Assim se apresenta a divisão social do trabalho na sociedade Kaingang. Nesse período, diferentes dos Kaingang dos Vales dos Rios do Peixe e Paranapanema, os que viviam nas proximidades do grande Rio Iguaçu já usavam o sal. Pescavam e salgavam os seus peixes para conservá-los saudáveis por mais tempo. Estes mantinham há mais tempo contatos com civilizado e, portanto, dominavam o uso do sal. Nas suas caçadas utilizavam mais armadilhas e não tinham o hábito de caçar com cães. Os Kaingang de Palmas (PR), devido à sua história do contato com os civilizados, desenvolveram uma economia para o mercado, paralela à produção familiar. Era o caso dos excedentes da produção agrícola vendidos nas vizinhanças, principalmente o mate, e da produção artesanal de chapéus e cestinhos de bambu ¹²⁶.

Entre os Kaingang paulistas os homens caçavam, pescavam e guerreavam, erguiam as habitações e faziam o fogo que a mulher se encarregava de conservar aceso. O trabalho doméstico era atribuído às mulheres: isso induziu o observador Dr. G. H. P. Souza a comentar que aparentemente só as mulheres trabalhavam, pois o lar e as imediações deste eram considerados "sua habitação". Ao ajudar uma Kaingang a pilar o milho, o pesquisador foi objeto de risos gerais do grupo de homens e mulheres Kaingang que o rodeava ¹²⁷.

Além dos alimentos mencionados acima era comum encontrar "maitacas" vivas amarradas pelos pés próximas às malocas. Essas "maitacas" eram caçadas com laços atados a pedaços de paus para evitar que se machucassem e assim servirem para ceias futuras. Hoje as aves chamadas "maitacas" estão em extinção no Estado.

Outro alimento bastante apreciado pela comunidade Kaingang de São Paulo era o pão de milho. Para prepará-lo procedia-se da seguinte forma:

"amassam a farinha azeda com agua, para o que enchem a boca e esborrifam a agua sobre a massa. Uma vez homogênea a pasta, collocam-na, já moldada, sobre o brazeiro e cobrem-no todo com cinza. Quando assado, o pão é retirado das cinzas e lavado, pelo mesmo processo da boca torneira" ¹²⁸.

Estado de São Paulo". Op. cit. Esse mesmo hábito me foi narrado pelos Kaingang da Terra Indígena Vanuïre (SP), em 1980, como praticado pelos seus pais.

¹²⁶ Cf. BALDUS, H. Ensaio de Etnologia Brasileira. Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5a, Brasileira, vol 101, São Paulo, 1937 pp. 36 a 39.

¹²⁷ Foram visitados os Postos indígenas Icatu e Piran. O relatório foi publicado em 1918, após a "pacificação" efetuada pelo SPI. Esses acampamentos estavam sob a direção de L. B. Horta Barbosa. Cf. SOUZA, Dr. G. H. P., Op. cit.

¹²⁸ SOUZA, Dr. G.H. P. Op. cit. p.745

Segundo o autor, o pão tinha sabor amargo.

O processo da "boca torneira", descrito acima, era utilizado também para se lavarem.

Por ocasião de um assalto malogrado, organizado pelos Kaingang do Rio do Peixe, com o intuito de impedir o avanço de uma expedição científica de reconhecimento desse rio, chefiada pelo Dr. Gentil Moura em 24/09/1906, é que devemos alguns dados referentes aos seus utensílios domésticos. A expedição perseguiu os Kaingang, localizou sua "maloca" e recolheu material etnográfico a fim de que pudessem conhecê-los melhor e a partir daí revidarem seus "ataques". Foram encontrados potes de barro cozido "de forma alongada, alta, conicos em baixo e munidos logo abaixo da orla de um sulco", um deles meio cheio de mel; cestos "bem talhados de Taquara, ... porongo revestido de um tecido ralo de alguns poucos fios grossos e cheios de folhas de herva-matte, seccas e soccadas"¹²⁹.

Entre os Kaingang do Paraná, em Palmas, pudemos observar no que se constituía o trabalho dos homens: construir casas, cortar madeira, cortar árvores para extração do mel, caçar, recolher frutos e animais, recolher o mel, pescar com arco e flecha, moquear pequenos animais e peixes, carregar a carga nas marchas, pintar o rosto e o corpo, elaborar madeira, ossos, dentes, mariscos, pedras ou metais ¹³⁰.

O trabalho das mulheres registrado pelo cientista visitante em São Paulo não era muito diferente do dos homens, pois se constituía em buscar e suprir de lenha a família, recolher frutos, animais e mel, cozer, moquear peixes e pequenos e grandes animais, trazer água, carregar a carga nas marchas, carregar os filhos pequenos ou grandes nas marchas, pintar o rosto e o corpo, entrançar cestos e chapéus, fabricar enfeites de plumas, etc ¹³¹.

Entre os Kaingang do Rio Grande do Sul foi observada a fabricação de cestas de taquara, vasos de argila para bebidas, porongos (também chamados de casca de abóbora ou cabaça) e espetos de madeira usados para auxiliar no preparo principalmente da carne assada entre pedras ¹³².

Entre os Kaingang do Rio Grande do Sul, tal qual entre os de São Paulo, as plantações de milho e mandioca eram recursos secundários, sendo o grosso da alimentação baseado na caça e coleta ¹³³.

Os Kaingang estavam perfeitamente adaptados ao seu meio ambiente. A distância entre seus pequenos grupos tribais era respeitada, pois facilitava a sobrevivência numa região de poucos locais de caça. A produção doméstica (cerâmicas, curus, etc) era simples e cabia às mulheres.

A diminuição dos territórios tribais causou grandes transformações no dia-a-dia dos Kaingang. Nos aldeamentos do Paraná e Rio Grande do Sul, a sedentarização das aldeias, após o contato, sufocou hábitos tribais sem, contudo, estimular concretamente o hábito da agricultura e da criação de animais entre

¹²⁹ Cf. IHERING, H. Op. cit. pp. 212 e 213 e Relatório de Exploração do Rio do Peixe, Comissão Geográfica e Geológica, 1906

¹³⁰ BALDUS, Herbert. Op. cit. p.142

¹³¹ Idem, ibidem.

¹³² Idem, ibidem pp. 45 e 46

¹³³ TESCHAUER, S.J.P.Carlos. Op. cit. p. 42

eles. Mulheres e, principalmente, homens, perderam grande parte de suas funções sociais.

Em São Paulo, a restrição dos territórios Kaingang ocorreu de forma ainda mais violenta. A invasão de homens civilizados foi acompanhada da invasão de plantas e animais até então estranhos ao ambiente ecológico. Esses novos elementos destruíam as plantas nativas e expulsavam a caça. Desta forma, antes de conviver com o civilizado, o Kaingang passou por longos períodos de miséria e carestia, em constantes fugas de emboscadas. Nessa época a prática do aborto era vivenciada pelas mulheres dessa etnia, em constante êxodo para permanecer viva.

2.2.2. OS UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS

Os utensílios de pedra, tal como as armas do mesmo material, provinham de terrenos aluviais e eram em parte polidos e em parte lascados. O modo de confecção do objeto era decidido pelo uso ao qual seria destinado e não pelo seu material. Os pilões eram de pedra polida de forma mais ou menos cilíndrica. Não se confeccionava entre as comunidades Kaingang de São Paulo amuletos, caximbos, tembetás e as pedras de funda e bolas. Estas últimas foram encontradas em sociedades Kaingang do Rio Grande do Sul ¹³⁴.

Os grupos Gê, entre os quais estão os Kaingang, não fabricavam redes.

Convém destacar uma particularidade artesanal dos Kaingang: a confecção dos curús. Os curús eram grossos panos tecidos pelas mulheres da comunidade com fibras vegetais, principalmente as de urtiga brava. Costumavam medir 3mm de espessura e 164 x 130 cm de dimensão. Os curús eram ornamentados com desenhos lineares e utilizados com maior frequência no inverno já que no verão a preferência pela nudez era geral entre todos os Kaingang. Eram muito utilizados para proteger os recém nascidos ¹³⁵.

Podemos concluir que os utensílios domésticos Kaingang eram simples e práticos. Perfeitamente adaptados ao sistema sócio-ecológico ao qual pertenciam e criaram. Eles se resumiam no necessário para o dia-a-dia de uma etnia migrante sazonal: machados e pilões de pedra ou madeira, purungas atadas com fibras vegetais ou partidas ao meio na forma de pás, vasilhas de barro, cestos, pinças de madeira, alguma tapeçaria, adornos, flechas e fios de fibras, de abacaxi ou urtiga, utilizados pelos homens para carregar a caça e proteger o sexo ¹³⁶. O que, por ventura, fosse necessário além do que se levava, deveria ser retirado da própria natureza onde eles se instalassem.

2.2.3. A VESTIMENTA

A prioridade na vestimenta Kaingang estava nos adornos. Estes eram dos mais variados: colares de penas, contas, sementes, dentes de animais e pinturas negras espalhadas pelo corpo todo.

¹³⁴ Idem, *ibidem* p. 233 e 234

¹³⁵ Sobretudo ver IHERING, H. Von. Op. cit. pp.210 e 212 e TESCHAUER, S.J.P. Carlos. Op. Cit., pp. 42 e 45

¹³⁶ Cf. Dr. G.H.P.SOUZA, Op. cit. pp. 742 e 918

O cordão de fibras vegetais tecidos por eles era largamente utilizado e parece ter tido as mais diferentes maneiras de manipulação. Eram fios brancos ou enegrecidos na tintura da lama. Os homens costumavam utilizá-los na cintura em inúmeras voltas para proteger o sexo ou segurar a caça. Os vegetais mais usados na sua confecção eram: o abacaxi, o caraguatá, o cipó imbé, e, no Paraná, a urtiga ¹³⁷.

As mulheres tinham de especial, o uso da tanga. No Rio Grande do Sul, Teschauer observou que elas usavam túnicas sem mangas compridas e até os pés nos dias comuns. Elas observavam certo recato, lembra-nos o autor ao descrever a vestimenta.

Os homens Kaingang no Rio Grande do Sul usavam camisas compridas tal como usavam também os Guarani daquele Estado.

Para adornarem-se eram utilizadas gargantilhas de dentes de macacos e penas de papagaio para os cabelos masculinos ¹³⁸. Entre os Kaingang paulistas os colares observados eram de dentes incisivos de macacos ¹³⁹.

Entre as mulheres, além das tangas, eram utilizadas uma espécie de cinta larga confeccionada de casca de cipó imbé. Ambas, tanga e cinta, eram fechadas em círculo sendo por isso necessário vesti-las pela cabeça ¹⁴⁰.

Quanto à aparência, os Kaingang parecem ter impressionado de forma favorável os seus observadores. Foram descritos como bonitos, altos, musculosos, fortes, inteligentes, ágeis e bem proporcionados. Os cabelos costumavam ser longos até o ombro ¹⁴¹. No Rio Grande do Sul foram descritos da seguinte forma:

"de estatura mais que mediana, quase esbeltos, o corpo e os membros bem proporcionados. O rosto é antes oval do que largo, os olhos pretos brilham e movem-se inquietos. A cor da pelle mais ou menos escura, segundo a região, campo ou matto, onde vivem e tem pouco da cor do cobre"¹⁴².

No Paraná, em 1883, Borba observou que as tangas femininas eram de urtiga e os homens arrancavam todo o pelo do corpo e cortavam os cabelos tipo "frade" ¹⁴³.

Além de utilizarem os curús como proteção nos tempos de inverno e de abrigo aos recém nascidos eles eram muito utilizados em rituais e festas. Por ocasião destas, vestiam-se com "craninim", uma espécie de camisa sem mangas e apertada que descia até a coxa. Usavam coroas de penas coloridas, "arangretára", os grandes mantos curu, ramais de contas brancas ou dentes de bugio, penas

¹³⁷ Cf. SOUZA, DR. G.H.P.de. Op. cit. p. 742; BORBA, Telêmaco Morosines. "Breve Noticias sobre os Indios Caingangues, que, conhecidos pela denominação de Coroados, habitam no território compreendido entre os rios Tibagi e Uruguai". Rev. Mensal da secção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Rio de Janeiro. Tomo II, Rio de Janeiro, 1883 p. 21; BALDUS, H. nota 37 IN: SCHIMIDT, Cornélio. "Diário de uma Viagem pelo Sertão de São Paulo, realizada em 1904". Anais do Museu Paulista. 15:337-438, SP, 1961 p. 429

¹³⁸ TESCHAUER, S.J.P.Carlos. Op. cit. p.42

¹³⁹ IHERING, H.VON. Op. cit.

¹⁴⁰ SCHIMIDT, Cornélio. Op. cit. nota 39, p.457

¹⁴¹ SOUZA, DR. G. H. P. de. 1918, pp. 742-4; SCHIMIDT, Cornélio. Op. cit. p.429

¹⁴² TESCHAUER, Op. cit. p.42

¹⁴³ BORBA,T. M. Op. cit. pp. 20 e 21

miúdas que espalhavam pelo corpo molhado de suor e as pinturas negras espalhadas por todo o corpo ¹⁴⁴.

Em síntese, os Kaingang apesar de viverem em regiões de clima temperado de nosso país, andavam, a maior parte do tempo, quase totalmente nus. Daí pensarmos na sua incrível resistência às intempéries da natureza.

2.2.4. A HABITAÇÃO

Afeitos às longas caminhadas, os Kaingang não viam obstáculos em grandes distâncias. Quando encontravam locais onde abundavam a caça e o mel, construía seus ranchos de vinte e cinco a trinta metros, cobertos e tapados com folhas de palmeiras e com pequenas aberturas nas extremidades. No seu interior dormiam homens, mulheres e crianças sobre cascas de árvores ou folhas, com os pés voltados para o fogo ao redor do qual se achavam reunidos. O fogo era individual para cada família. Esta descrição das moradias dos Kaingang do Paraná feita por Borba, é a única em que se observa uma grande choupana para todos os indivíduos. Entre os Kaingang no Rio Grande do Sul, os ranchos eram construídos,

"Plantando-se um tóro, de cuja ponta desciam quatro páus em forma de cruz, norteados pelas quatro regiões do céu; outras tantas divisões faziam para as famílias, levantando paredes de folhas de palmeiras" ¹⁴⁵.

Eram ranchos simples, sem porta nem janela, feitos com tosca madeira e ramos de palmeiras. À noite, dormiam alguns enquanto outros assavam milho e pinhões na brasa ou ainda confeccionavam e reformavam arcos e flechas.

Através dos artigos de Souza e Ihering ¹⁴⁶, pudemos observar que em São Paulo as habitações eram bem mais frágeis. Elas foram descritas como toscas palhoças cobertas de palmeiras ou simples paraventos feitos de paus fincados no solo, de galhos e folhas abertos de ambos os lados, todos destinados a diferentes famílias. As famílias eram relativamente separadas umas das outras, vivendo todos em pequenas aldeias. Dormiam no solo sobre folhas de palmeiras ou sobre cascas de árvores, próximos ao fogo, que ardia constantemente graças aos cuidados das mulheres ¹⁴⁷. Antes da perseguição dos bugreiros, as habitações dos Kaingang de São Paulo eram também grandes. Abrigavam dezenas de famílias que posteriormente foram se dispersando para sobreviver.

Da mesma forma natural, eficiente e rápida como construíam suas moradas eles também as abandonavam quando já não lhes convinham. Sabiam, porém, que logo esse abrigo poderia ser reutilizado por alguma outra família ou grupo que estivesse de passagem pelo lugar ou ainda por solitários caçadores que nelas encontravam proteção contra as intempéries ou "amim", a onça, que os assustavam. Querendo permanecer no mesmo lugar, mas já precisando fugir de

¹⁴⁴ Idem, *Ibidem*

¹⁴⁵ Sobre os Kaingang do Paraná ver BORBA, Op. cit. p. 22; para as observações pertinentes aos Kaingang do Rio Grande do Sul conferir TESCHAUER, Op. cit. pp. 39 e 45

¹⁴⁶ IHERING, H. VON. Op. cit. e SOUZA, DR. G.H.P. de. Op. cit.

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*. Respectivamente páginas 210, 212 e 740

pulgas e insetos que por acaso assolavam a morada, atiçavam fogo em tudo e construíam outra ¹⁴⁸.

Em 1906, quando os Kaingang foram acossados pelos pioneiros da "civilização e do progresso", pelos "desbravadores", encontramos entre eles um tipo particular de moradia, além daquelas "provisórias" descritas acima. Essas moradias se pareciam com aldeias-sedes, eram:

"ranchos aperfeiçoados, tipo ranchos de olarias, situados dentro de cercados feitos de vara e cujo terreiro é capinado" ¹⁴⁹.

Os observadores das aldeias acreditavam que elas pudessem ter servido de celeiro ou algo semelhante onde os Kaingang teriam armazenado produtos de roça e de caça moqueada.

Acreditamos que os Kaingang possam ter adquirido e desenvolvido o hábito da armazenagem de alimentos ¹⁵⁰. Isto teria ocorrido devido a diminuição dos seus territórios os quais se caracterizavam por possuir poucas regiões ricas em caça e coleta. Apenas nos barreiros salitrosos do Rio do Peixe é que se encontravam caça abundante e de qualidade.

As habitações dos Kaingang eram adequadas a essa etnia. Era também o que se podia fazer nas condições em que se encontravam: perseguida por homens "civilizados" e "evoluídos". Simples e frágeis, as habitações eram próprias e perfeitas para proteger por um tempo limitado a família Kaingang. Depois de "contactados" e vivendo em casas construídas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), algumas famílias Kaingang ainda construíam, nos seus quintais, os "simples paraventos" dos tempos em que viviam "no mato".

2.2.5. A CAÇA, A AGRICULTURA E AS TÉCNICAS EXTRATIVAS

Na estrutura econômica dos Kaingang podemos definir dois espaços sócio-geográficos distintos: o do lar, circunscrito à habitação e seus arredores próximos, e o da caça, da coleta e da guerra.

O segundo espaço era mais amplo, estava sujeito ao domínio masculino, pois era ao homem que cabia a tarefa da caça e da guerra e de seus preparativos. Os espaços da habitação comumente estavam sob a orientação das mulheres que junto das crianças e dos adolescentes faziam o artesanato e preparavam os alimentos.

A coleta de frutos, do mel e de outros dons próprios dos territórios habitados era feita por toda a família.

Para alguns visitantes de aldeias Kaingang já "pacificadas" pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), aparentemente só as mulheres trabalhavam. O lar e as suas imediações eram considerados espaços femininos. Os homens caçavam, pescavam, guerreiam, construíam as palhoças e faziam o fogo ¹⁵¹.

Acreditamos que a noção difundida entre os civilizados de que só as mulheres trabalhavam foi consequência da progressiva restrição dos territórios de

¹⁴⁸ SOUZA, DR. G. H. P. de. Op. cit. p. 740

¹⁴⁹ COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Exploração do rio do Peixe, 1907, p.08

¹⁵⁰ Idem, ibidem. p.06

¹⁵¹ SOUZA, DR. G. H. P. de. Op. cit. p.744

caça e pesca e coleta, a diminuição das guerras intertribais e a dependência cada vez maior dos produtos civilizados na dieta alimentar dos Kaingang, que privaram os homens de grande parte de suas antigas tarefas.

As aves correspondiam aos animais mais procurados. Entre elas destacavam-se as maitacas e mutuns (estes últimos já extintos aqui em São Paulo). As Mutuns foram muito comuns nos territórios paulistas até o início do século XX. Era costume derrubá-las vivas e amarrá-las pelos pés próximas da morada. Para caçá-las vivas, atavam laços a pedaços de paus que eram arremessados ao ar na direção da ave ¹⁵².

No Paraná, entre os Kaingang de Palmas, na década de 1930, H. Baldus observou que a influência dos brancos entre os índios aldeados era bastante significativa. Plantavam milho e feijão, criavam animais domésticos e colhiam mel e frutos silvestres; além disso, adquiriam o sal, o fumo e a cachaça, entre outras necessidades criadas pelo contato, nas "vendas" próximas. Para eles a caça e a coleta forneciam apenas o suplemento alimentar ocasional. Argumentavam que não morriam de fome, mas já haviam passado grandes apuros por falta de alimentos. Ainda segundo observações do visitante H. Baldus, os Kaingang:

"estão descontentes e lamentam, como todos os índios, que, desde que foram acomodados ao nosso sistema economico, havendo sido por ele corrompidos, já não possam mais, por isso, adaptar-se ao seu velho processo economico" ¹⁵³.

No Rio Grande do Sul, Teschauer observou que era da agricultura que vinham os alimentos secundários, principalmente o milho e a mandioca. A caça e a pesca ainda predominavam como a base da alimentação Kaingang. Isso ocorria em torno de 1927 ¹⁵⁴.

Em relação ao trabalho, Teschauer observou que havia entre eles:

"uma certa sobriedade ... o que nós chamamos preguiça, para eles não é fraqueza, pois o trabalho é para eles coisa aviltante, que só convem à escravos e mulheres. Já para defender e guardar sua liberdade, como dizem, não se devem sujeitar ao trabalho" ¹⁵⁵.

Acreditamos que a tradicional divisão sexual do trabalho entre os Kaingang tornava-os vacilantes quanto à aceitação, para si, de trabalhos domésticos, então considerados deveres femininos. Além disso, nesse período de contato com os brancos, a recusa ao trabalho exigido pelos civilizados sugere que eles tinham uma clara noção da característica compulsória e muitas vezes alienante desse trabalho.

Aqui podemos também observar que a comunidade nacional envolvente tinha uma grande influência sobre a visão de mundo que os Kaingang vinham refinando a partir do contato. Essa sociedade que há pouco deixara de ser escravista, onde as mulheres não tinham o direito à participação efetiva nas

¹⁵² Idem, ibidem. p. 744

¹⁵³ Idem, ibidem. p. 745

¹⁵⁴ BALDUS, H. Op. cit. p.283

¹⁵⁵ TESCHAUER, S.J.P.Carlos Op. cit. p.42 e 43

decisões nacionais, influenciava nas respostas indígenas dadas aos visitantes "brancos" como também na própria vida comunitária dos índios. Observando-se algumas sociedades indígenas atuais em contato frequente com civilizados, fica mais claro essa "resposta" indígena à cultura do colonizador. É uma resposta que traz consigo a possibilidade, para o índio, de ser aceito de bom grado pela comunidade nacional e talvez ser integrado em seu meio enquanto igual. É, por exemplo, o caso da grande utilização da cachaça e do sucesso que faz o futebol entre eles. É claro que esses dois elementos passaram a ter outros significados internamente, mas, no plano da relação interétnica, foi uma forma encontrada pela comunidade para se identificar com o "todo", com o nacional. Ao mesmo tempo, essa "resposta" também possibilitava, no caso do álcool, certo distanciamento da realidade de marginalidade e de miséria em que eles se encontravam, comparando-se aos civilizados, principalmente, urbanos ¹⁵⁶.

Conforme vimos, a cultura material Kaingang era simples. Podemos agora concluir que a relação entre eles e a natureza era, além de simples, também funcional e adaptada. Ela possibilitava que num território imenso, mas pobre em caça, homens e mulheres criassem um mundo próprio e se defendessem das intempéries, das feras e dos seus inimigos, principalmente dos colonizadores.

Diante das considerações acima, podemos agora indagar como os Kaingang se manifestam no plano da organização social, das crenças e dos ritos?

2.3. A COSMOLOGIA KAINGANG

Até aqui, pudemos observar que muitos dados referentes aos Kaingang de São Paulo foram possíveis devido aos estudos comparativos efetuados com comunidades nativas localizadas no Estado do Paraná, principalmente com o grupo Kaingang de Palmas. Esse grupo teve um lento contato com o colonizador, diferentemente dos Kaingang de São Paulo. Estes últimos foram contactados e logo em seguida aldeados e segregados nas reservas indígenas administradas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e depois pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Assim, os Kaingang paulistas sofreram mais rápida e intensamente os processos de desarticulação tribal, tendo desaparecido, nas reservas, grande parte de suas características étnicas.

Em 1939, os Kaingang de Palmas se aproximavam do final de uma longa etapa de câmbios sucessivos. As partes essenciais da cultura, como a organização social, a língua e o culto aos mortos, eram, todavia, conservados visíveis ¹⁵⁷.

Para o antropólogo H. von Ihering, as dificuldades para o conhecimento da vida tribal Kaingang são devidas unicamente à sua hostilidade. Vejamos em suas próprias reflexões:

¹⁵⁶ Sobre o papel do álcool e do futebol, podemos verificar o caso das Reservas Indígenas Paulistas: o P. I. Vanuire e o P. I. Kopenoti, onde o álcool é largamente utilizado em qualquer hora do dia. Essas observações foram feitas em campo por mim, em 1988 (P.I.Vanuire) e em 1991 (P.I.Kopenoti). Ver também o caso dos Apinayé e dos Gaviões in DA MATA, Roberto. O Mundo Dividido. A estrutura social dos índios Apinayé. Petrópolis, Vozes, 1976, 256pp (Antropologia v.10). Os Apinayé querem desfrutar dos bens que a cidade oferece. Nelas, eles e os seus habitantes vivenciam um paradoxo: para os cidadãos, os Apinayé representam uma situação de "semi civilização" da qual eles querem se afastar procurando assim assimilarem-se aos grandes centros urbanos do litoral. Para os Apinayé os habitantes da cidade possuem coisas que lhes despertam o interesse atraindo-os para elas.

¹⁵⁷ BALDUS, Herbert. Ensaios de Etnologia Brasileira. Brasileira, v. 101, São Paulo, 1937. p.311

"a cultura dos Caingangos ou 'Corôados' de São Paulo é-nos quasi inteiramente desconhecida, mesmo por serem elles absolutamente refractarios a qualquer relação amistosa com a população brasileira, ainda quando estes estejam em companhia de indígenas que falem a sua lingua" ¹⁵⁸.

Creemos que a hostilidade dos Kaingang era, na verdade, devida às formas como foram recebidas, pelos civilizados, as suas advertências e tentativas de comunicação. Quase sempre ignorados, ridicularizados e humilhados, eles conservavam-se o mais afastados possível dos ambientes de civilizados.

Qual era a lógica e a coerência do pensamento Kaingang? Como eles veem o casamento, a morte, a religião, a guerra, a natureza, a origem da vida e do homem? Qual seria, para eles, o impacto da irreversível aproximação dos civilizados?

Neste capítulo, pretendemos responder estas perguntas através do estudo do "Veincupri", o espírito dos mortos, da festa anual do "Veingreinyã" e da transcrição de alguns mitos contados por Kaingang.

2.3.1. "VEINCUPRI": O "ESPÍRITO" DOS MORTOS

Os Kaingang não tinham um único Deus, tampouco um panteão deles. Suas crenças eram relativamente objetivas. Se contrapostos aos seus vizinhos Guarani, Terena e civilizados observamos que o número de magias e fetiches é, entre os Kaingang, insignificante. Mas, em oposição a isso, notamos que seus cultos e crenças relacionados ao espírito dos mortos eram bastante significativos e influentes nos seus costumes e instituições. Até hoje verificamos elementos dessa crença em sincretismo com elementos cristãos e de outras etnias.

Os espíritos dos mortos eram temidos e respeitados, tinham poderes e vontades que exigiam a atenção periódica da comunidade Kaingang. Festas, rituais e determinados comportamentos sociais eram realizados com o fim explícito de amenizar, anular ou enganar os possíveis efeitos nefastos de um determinado espírito e reconduzi-lo ao seu caminho, a leste.

Pretendemos com este estudo da crença no veincupri conhecer e compreender certos hábitos antigos dos Kaingang, e demonstrar a importância para eles da posse de seus territórios imemoriais devido justamente à valorização do culto aos mortos e dos ritos funerários.

A crença na existência de um ser sobrenatural, VEINCUPRI, gera uma série de hábitos, costumes e instituições. Estudados em suas relações particulares, eles podem nos fornecer um quadro estrutural dessa comunidade, pois, inter-relacionadas, essas partes formam o que podemos chamar de corpo social ou de estrutura. Nas palavras de E. E. Evans Pritchard, antropólogo inglês,

"...graças à investigação antropológica, o que à primeira vista apenas parece uma superstição absurda é na realidade o princípio integrante

¹⁵⁸ Cf. H. von IHERING, "A Antropologia do Estado de São Paulo". Revista do Museo Paulista. Tomo VII, São Paulo, 1905 p.211

de um sistema de pensamento e leis morais, que desempenha um importante papel na estrutura social"¹⁵⁹.

Queremos compreender as instituições e os costumes dos Kaingang. Em resumo, a trama que envolve sua maneira de perceber o mundo. Esta trama foi ocultada pelo comportamento etnocêntrico do observador em quase todos os relatos sobre os Kaingang do século passado e do começo deste século. Lembremos que a descrição da cultura material desvinculada das relações sociais e de suas respectivas explicações cosmogônicas não têm significado algum, nem mesmo para museus. Ainda no começo do século XX havia antropólogos que se preocupavam demasiadamente em coletar objetos da cultura material das aldeias Kaingang, devastadas pelas "batidas", a fim de encher, com eles, os pobres museus brasileiros numa tentativa de assemelhá-los aos da Europa¹⁶⁰. Enquanto isso, a própria etnia estava sendo massacrada sob sua indiferença, senão cumplicidade!

O fenômeno da morte, entre os Kaingang, estava interligado a uma série de outros. A morte era acompanhada por rituais e procedimentos econômicos e sociais a ela vinculados. Necessitava-se de locais específicos para enterrar o morto. Os cemitérios dos Kaingang foram constituídos em pequenos terrenos com uma série de "pirâmides" tumulares. Com algumas variações devido à região e ao número de mortos, podemos dizer que havia uma similaridade nesse aspecto entre todos os grupos Kaingang do Oeste Meridional brasileiro¹⁶¹.

Depois de morto, o corpo era envolvido em cascas de árvores e folhas de palmeiras. Alguns eram colocados em jiraus de taquara.

O espírito, resíduo do corpo agora morto, perambulava pelas aldeias em busca da companhia dos parentes e dos amigos. Ele despertava medo e horror.

Entre os Kaingang de Palmas a vida *post mortum* era denominada "alma". Acreditamos que essa denominação era devida a integração com a cultura "civilizada" com a qual eles mantinham contatos periódicos há mais de cento e cinquenta anos¹⁶². Essa "alma" Kaingang tinha o mesmo aspecto do indivíduo

¹⁵⁹ EVANS-PRITCHARD, E. E. "Estudos Antropológicos Modernos". IN: Antropologia Social. Lisboa, Edições 70, 1985 p.100

¹⁶⁰ IHERING, Hermann von. Op. cit. pp 212-215

¹⁶¹ BALDUS, Herbert. Op. cit. p.48 Entre os Kaingang de Palmas, no Paraná, os cemitérios eram de 5m por 5m e cercados. Os mortos eram enterrados uns sobre os outros. Entre os Kaingang paulistas H. von IHERING, Op. cit. p.211, informa-nos que os enterros eram feitos no solo sob um túmulo de 2m de altura. MELATTI, D. M. comenta que entre os Kaingang de Palmas (PR) e de São Pedro do Turvo (SP), Vale do Rio Paranapanema, vindos do Jataí (PR), os mortos eram enterrados em covas superficiais e suas covas eram forradas com palmas e casca de árvore que servia de leito ao defunto. Os Kaingang do posto Vanuíre e de Icatu "forravam o interior do buraco com paus de palmeira, colocados em posição horizontal e colocavam embaixo da tarimba os pertences do morto: roupa, instrumentos de ferro, arco, flechas, presentes de parentes e amigos. Os animais de criação eram mortos. Colocavam os objetos de uso pessoal do morto na cova para que seu espírito não aparecesse aos vivos" p.112. DRUMOND, C. e PHILIPSON, J. nos informaram que o sepultamento em montículos feito pelos Kaingang do século XIX eram iguais aos dos Guaianá do século XVIII e confirmaram, através de escavações de "mundurus", túmulos, em Parapuã (SP) a relativa profundidade e a variação no tamanho dos túmulos. No Rio Grande do Sul os túmulos eram totalmente subterrâneos, de fora tornavam-se invisíveis. Cf. DRUMOND, C. e PHILIPSON, J.. "Os túmulos Kaingang de Parapuã" Revista de Sociologia. vol. IX, nº 4, 1947.

¹⁶² BALDUS, H. Op. cit. descreve a aldeia de casas de táboas, com uma praça retangular e uma igreja. As cabanas eram construídas por operários brasileiros e as camas feitas de taquara. Apesar

enquanto vivo. Nessa nova forma foi modificado apenas o seu grito. De "Huuu" ele teria encurtado e passado para "hup" ¹⁶³.

O culto aos mortos se constituiu na base da expressão mais forte da cultura espiritual dos Kaingang. A crença de que os parentes mortos retornam e perambulam pelos caminhos e pelas habitações de amigos e parentes (ligados à mesma "metade") deu origem a um acontecimento mítico. As causas prováveis desse fato, segundo sugere H. Baldus, foram o domicílio fixo, o sentido de comunidade e a sua defesa psíquica. Se uma parte sofria, sofria também a totalidade, pois o sofrimento era compartilhado.

Acreditamos que as relações entre os festejos, o veicupri e a comunidade eram mais complexas. A festa do Veingreinyã nos revelou características sociais dos Kaingang ainda não demonstradas.

Os Kaingang acreditavam que o espírito do morto deveria deixar os vivos em paz e retornar às regiões de onde viera. Através de ritos e de festas ele deveria ser expulso da aldeia dos vivos. Esse era o motivo, socialmente expresso, para a organização da Festa do Veingreinyã. Assim, a morte, acompanhada desta antiga narrativa simbólica justificava a organização da festa. Mas, pudemos observar outras funções para a realização da Festa do Veingreinyã: o reequilíbrio sexual e numérico dos Grupos e sub-grupos, pois a necessidade de se aguardar um ano após a morte para a sua realização, as danças em volta das fogueiras e as pinturas corporais específicas de cada grupo facilitavam a percepção do desequilíbrio populacional causado por esta e outras mortes ocorridas durante este tempo.

Como era organizada a festa? Quem eram os convidados? Como eram feitos os convites aos participantes? Para onde era enviado o espírito do morto, o veicupri? A quem ele incomodava? Como era enviado?

2.3.2. A FESTA DO "VEINGREINYÃ": O "ÁTMÃ" DA CULTURA MATERIAL

Entre os Kaingang de Palmas, a morte não punha de imediato fim à vida. Existia uma sequência de transformações corpóreas, metamórficas, pelas quais os Kaingang depois de mortos tinham que passar. Segundo eles, quando morria um ser já idoso, após a morte ele tornava-se jovem novamente e vivia mais uma vida inteira, tempo que coincidia com o alcance da memória de tempo tribal. Por outro lado, quando morria uma criança, a pessoa cresceria na tumba até tornar-se adulta e daí teria o mesmo destino que teria tido o adulto. Depois de morto pela segunda vez, o velho Kaingang ainda não desaparecia. Ele tinha a chance de retornar à vida, agora sob a forma de formigas pequeninas e pretas ou como simples mosquitos. Só depois disso é que vinha o "nada".

Para sossegar e orientar o espírito do morto conduzindo-o às próximas formas (jovem, formiga ou mosquito) era preciso realizar uma festa. Esta festa exigia, como qualquer festa, música, dança, caminhadas, meditação, convidados

do perigo de incêndio, eles mantinham o fogo aceso no interior das cabanas. Em 1937, colhiam o mate e fabricavam cestos e chapéus, para vender no mercado, pp. 278 e 280

¹⁶³ BALDUS, H. Op. cit. p.49

e abundância de alimentos e bebidas. A partir desses requisitos mais comuns, a festa acontecia sob determinadas condições particulares.

A Festa acontecia anualmente e era denominada "Festa do Veingreinyã" ou "Festa do Kiki". No Paraná coincidia com as colheitas e com o amadurecimento do milho e da araucária - de meados de abril até junho. Em São Paulo as datas estavam ligadas às épocas de caça abundante, de mel e do milho verde - de janeiro até setembro ¹⁶⁴.

Além da função de expulsar o veicupri que circulava pela aldeia ou próximo dela, pudemos observar que a Festa do Veingreinyã revelava e equilibrava numericamente as duas metades por meio das quais a comunidade era dividida. Durante a festa eram definidas as "metades" às quais pertenciam as crianças nascidas desde o Veingreinyã anterior até o atual. Segundo Herbert Baldus, os adultos têm também, nesse dia, a sensação de domínio sobre os "poderes estranhos" ¹⁶⁵.

O Veingreinyã não podia se realizar imediatamente após a morte¹⁶⁶. O Veingreinyã ou "Festa do Kiki" era realizado um ano após o enterro. Era uma festa alegre onde os corpos eram pintados conforme a filiação às respectivas "metades", com traços ou círculos pretos. Dançava-se e festejava-se para que o Veicupri fosse embora e reencontrasse o seu caminho para uma nova vida, pois, acreditava-se que os Veicupri andavam, errantes e solitários, pelas picadas e trilhas. Outros festejavam porque queriam alegrar o Veicupri para que ele não os assustasse ou viesse buscar outros vivos ¹⁶⁷.

Durante os festejos era servida comida, à vontade, e, um tipo especial de bebida: o "Goio-fá" ou "Kiki". Ela era previamente preparada. Todos se embriagavam e a festa só terminava quando terminava o "Goio-fá" e a comida. Quando um Kaingang bebia demais e incomodava alguém as mulheres o tiravam da dança e o amarravam de pés e mãos até que "ficasse bom" ¹⁶⁸. O "Goio-fá" é a mistura do milho e da água pilados e fermentados em um tanque de madeira. O "Kiki" já era mais apetitoso para o paladar, pois além do milho e da água, a ele tinha sido acrescentado mel silvestre. Era, porém, mais embriagante.

Não havia diferenças sexuais para se realizar esse ritual. Ambos, homens e mulheres, tinham o mesmo tratamento após a morte. Existia sim uma diferença em relação às crianças. Os Veicupri das crianças eram considerados menos perigosos para a comunidade e recebiam em homenagem "bailes" mais curtos e simples ¹⁶⁹.

Programado pela família do morto, o baile ou "Festa do Veingreinyã", era comunicado aos convidados através do cemitério. Eram colocados ramos verdes sobre o túmulo do homenageado. Todos os que viam o ramo já sabiam da festa.

¹⁶⁴ Sobre o Paraná ver BALDUS, H. Op. cit. p. 52. Sobre São Paulo, MELATTI, D. M. Aspectos da Organização Social dos Kaingang Paulistas. Brasília, FNI, 1976 172pp

¹⁶⁵ BALDUS, H. Op. cit. p. 52

¹⁶⁶ Idem, Ibidem

¹⁶⁷ Cf. sobre a Festa do KIKI, MELATTI, D. M. Op. cit. p.115

¹⁶⁸ O "Goio-fá" e o "Kiki" são mencionados por Borba em relação aos Kaingang do Paraná e por D. Melatti em relação aos Kaingang de São Paulo. BORBA, T. M. "Breve Notícia sobre os índios Caingangues, que conhecidos pela denominação de coroados, habitam no território compreendido entre os rios Tibagi e Uruguai". Revista Mensal da Secção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Rio de Janeiro. Tomo II, RJ, 1883 (p.20 a36) p.26

¹⁶⁹ BORBA. Telémaco Morosines. "Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná". Revista do Museu Paulista. Tomo VI, São Paulo, 1904 p.53

Para os convidados externos à aldeia, dois mensageiros eram designados. Um tocava um corno de boi enquanto um outro informava quando e onde se daria a festa ¹⁷⁰.

Designadas pelo anfitrião parente do morto, três ou cinco pessoas ficavam responsáveis pelas gentilezas aos convidados. Nesse momento a bebida, preparada antecipadamente, era servida. Em 1937, Herbert Baldus observou o acréscimo da cachaça e do açúcar ¹⁷¹.

Os convidados das aldeias vizinhas chegavam tocando flautas e corno. Eles eram recebidos com o "Goio-fâ" pelos anfitriões, previamente designados.

No dia seguinte era repetido simbolicamente o ritual de enterro do morto, agora, homenageado. Todos seguiam para o cemitério em grupos definidos pelas "metades". A primeira a seguir era aquela à qual o morto pertencera, quando vivo, depois seguiam as outras.

Quando o homenageado morreu e foi levado para o cemitério, o seu corpo envolto era de vez em quando, baixado ao chão. Nessas paradas fazia-se uma marca em forma de cruz na árvore sob a qual era feita a parada. Agora, na repetição do ritual, as "metades" iam em busca dessas marcas, desses locais. Chegando ao local, um cantador acompanhado por três dançarinos, todos filiados à "metade" do morto, e pelo som solitário de uma única maraca, recitava uma série de palavras. Esse ritual era repetido pelas outras "metades" que seguiam atrás, pausando em todas as árvores que tinham as marcas da cruz indicando a passagem do Kaingang falecido e agora recordado. Das palavras pronunciadas pelo cantador é ainda compreensível "iyôhóru" que pode ser traduzida como "acabou" ¹⁷².

Observamos que entre os Kaingang de São Paulo não houve tempo suficiente de contato com não índio para sincretismo tal como ocorreu entre os Kaingang de Palmas, no Paraná. Os Kaingang de Palmas, segundo Herbert Baldus, faziam esforços para praticarem o culto cristão ao lado do seu culto aos mortos. Eles também se utilizavam de cruces e de velas e comemoravam as datas festivas dos cristãos segundo os hábitos dos camponeses locais: primeiro a reza e depois o baile ¹⁷³.

Ao chegarem ao cemitério dançavam e cantavam sobre o morto. Só se permitia a entrada de dançarinos e cantores.

Após a caminhada, as danças e os discursos rituais, eles voltavam à aldeia e a festa explodia. Os dançarinos traziam consigo ramos retirados das proximidades dos túmulos. Esses ramos seriam mais tarde utilizados nas danças iniciadas ao pôr-do-sol, ao redor das fogueiras.

Alinhadas e separadas regularmente, o número das fogueiras dependia do número de dançarinos que vinham para rodeá-las. Ao pôr-do-sol elas eram rodeadas pelas "metades", em círculos duplos onde os homens se colocavam nos círculos internos e as mulheres nos externos. Quando o cantador começava a agitar a maraca e lentamente dançar, todos dançavam. Com os seus rostos

¹⁷⁰ Idem, Ibidem, p.54

¹⁷¹ BALDUS, H. Op. cit. p. 54

¹⁷² Essa descrição diz respeito às observações de H. BALDUS no Paraná e nessa época lá também já era costume fazer enterros em caixões. BALDUS, Herbert. Op. cit.

¹⁷³ Idem, Ibidem p.63

voltados para as fogueiras, sérios e calados, os homens batiam compassadamente o ramo verde no chão. Conforme descrição de H. Baldus:

"emitindo de raro em raro um grito inarticulado; as mulheres, atrás deles, têm os antebraços levantados e movem as mãos vazias um pouco de um lado, um pouco de outro, num gesto que lembra a bênção cristã. A gente que não dança esta fora dos círculos, de pé ou sentada, e silenciosa. Também as flautas e o corno guardam silêncio desde o regresso ao aldeamento" ¹⁷⁴.

As danças duravam entre quinze e vinte minutos. Mais tarde eles voltavam a dançar. Os dançarinos que não estavam com seus corpos ornados não podiam continuar na dança. Depois de algum tempo, outro cantador iniciava novamente as danças. Entre os Kaingang de Palmas, onde H. Baldus fez suas observações, o Veingreinyã costumava acabar depois da meia noite, juntamente com o fim da comida ¹⁷⁵.

Entre os Kaingang de Guarapuava (PR), as festas costumavam varar as noites até que, naturalmente, devido ao fim da bebida e da comida, elas iam se acalmando até que tudo se aquietava. No final, o veicupri do morto, para o qual a festa havia sido destinada também se assentava ¹⁷⁶.

Em São Paulo as "Festas do Veingreinyã" tiveram um papel único na história Kaingang. Aqui, foram também os dias marcados pelos "bugreiros" para serem os dias do seu massacre. Dentre os conquistadores, eram heroicizados e mitificados aqueles "bugreiros" que conheciam esta data. Era após as Festas do "Veingreinyã" que os "pioneiros", organizados em "batidas", assassinavam os exaustos e semi-embriagados Kaingang. Era durante a ressaca do "Veingreinyã" que os "bugreiros" desfechavam as emboscadas fulminantes. As crianças já possuíam um nome ancestral e toda a comunidade dormia tranquilamente. O Veicupri e o sobrenatural finalmente haviam sossegado. Assim é que houve ataques de "grilheiros" e "bugreiros", vindos principalmente da região de Lençoes, "Matas do Bauru", Campos Novos, Palmital, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e de fazendas criadoras de gado.

Marcelo Piza faz um comentário pertinente sobre o fim dos cemitérios e das festas dos Kaingang paulista:

"quando mais livres, (os Kaingang) possuíam cemitérios em que enterravam os mortos e em cujo terreno se realizava uma festa anual com grande concorrência ... Três desses cemitérios conhecemos em estado de abandono já antigo, sendo que um desapareceu sob a roça, que se fez em cafezal" ¹⁷⁷.

A "festa do Veingreinyã", registra na história dos Kaingang a existência de um tempo de prosperidade e equilíbrio, mas também de um tempo trágico. Os

¹⁷⁴ Idem, Ibidem p.58 e 59

¹⁷⁵ Idem, Ibidem p. 60

¹⁷⁶ BORBA, T. M. Op. cit. p. 26

¹⁷⁷ PIZA, M. "Notas Sobre os Kaingang". Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. XXXV, São Paulo, 1938 p. 209

"bugreiros" investigavam pacientemente as datas festivas e, friamente, massacravam aldeias inteiras adormecidas após os festejos.

2.3.3. A PARENTELA, O "VEINGREINYÃ" E ALGUMAS MUDANÇAS SOCIAIS

A organização familiar Kaingang era vinculada ao princípio da dualidade. Dividiam-se em dois grandes grupos e em vários subgrupos. Essas interdivisões tribais tinham nomes, pinturas, comportamentos e procedimentos particulares. Alguns deles eram justificados e explicados através de correspondências mitológicas. Em todo o grupo étnico Kaingang autônomo, econômica e espacialmente, observa-se as mesmas divisões e nomeações tendo, assim, uma cultura comum, com correspondências e analogias.

Em Palmas "as metades" se subdividiam em "Votôro" e "Kadnyerú", a primeira, e "Aniky" e "Kamé", a segunda. Os dois primeiros "valiam" mais que os segundos. Cada "sub-grupo" tinha sua expressão gravada na pintura facial que usava durante toda a Festa do "Veingreinyã": Votôro o círculo, Kadnyerú o ponto, Aniky dois traços paralelos ao lado dos olhos e dois verticais nas bochechas e um curto risco horizontal ao lado de cada canto da boca e, finalmente, Kamé com um traço vertical em cada bochecha ¹⁷⁸.

As "metades" relacionavam-se entre si tal qual primos e primas designando-se como amigos e amigas, não era aconselhável casarem-se entre si.

Essas denominações, ou seja, divisões em grupos definiram o universo Kaingang. Os cantadores e dançarinos foram sempre "Kadnyerú" numa "metade" e "Aniky" noutra. As plantas e animais eram "Kadnyerú" ou "Kamé", conforme a metade de que faz parte. Uma metade tem mais força que a outra. Elas representam o medo, a astúcia, a sabedoria, a tranquilidade, a força física. Nos relatos míticos seus membros apresentam estas qualidades no seu comportamento.

Era o pai que dava nome aos filhos respeitando-se a patrilinearidade. A pintura facial era feita pelo pai ou por alguém de sua "metade" ¹⁷⁹.

Os Kaingang dos sub-grupos podiam casar-se com os de outros sub-grupos. O grau de parentesco que existia entre os "sub-grupos" era mais distante que aquele existente dentro do mesmo "sub-grupo". Entre elementos do mesmo "sub-grupo" o casamento, via de regra, não era permitido, seus membros eram considerados irmãos, primos, parentes, e, o casamento incestuoso ¹⁸⁰.

Em relação aos "sub-grupos" a comunidade era portanto exógama. Em relação aos Grupos era agâmica ¹⁸¹.

D. Melatti acredita que tenha havido uma hierarquização de "sub-grupos" dentro das "Metades" e que essa hierarquização definia os graus de possibilidades casamenteiras. Ela afirma que não lhe havia sido possível estabelecer, ou melhor,

¹⁷⁸ BALDUS, H. Op. cit. p.46 Cf. também D.M.MELATTI. Op. cit. pp. 55 a 56

¹⁷⁹ Idem, ibidem p.45

¹⁸⁰ Melatti observa que atualmente na prática diária dos Postos Indígenas essas regras quase não funcionam, MELATTI, D. M. Op. cit. p. 34.

¹⁸¹ Para mais detalhes procurar H. BALDUS. Op. cit. p.46. HENSEL e MELATTI in MELATTI, D. M. Op. cit.

confirmar ou não a hipótese devido à "diversidade e à incoerência das informações" obtidas ¹⁸².

Segundo D. Melatti, nos Postos indígenas as regras de casamento não foram respeitadas com regularidade. Havia uma sensível tolerância mesmo quando essas relações conjugais eram consideradas problemáticas ou condenadas pela comunidade. Para a antropóloga, isso se devia a fatores da tradição tribal ou aos efeitos da desagregação social da comunidade pelo contato:

"a falta de rigidez das normas, tradicional ou por efeito de desorganização do grupo, é atestada pelo número de casais que romperam as regras" ¹⁸³.

Ela não chegou a uma definição mais clara sobre as causas do desrespeito às regras de casamento por ela observadas.

A análise da Festa do Veingreinyã prova-nos que as regras tradicionais de namoro, casamento e filiação das crianças era respeitada e fundamental, tanto para equilibrar numérica e sexualmente os grupos, como também para controlar os casamentos e impedir o incesto.

O ideal numa relação entre cônjuges era que ambos pertencessem a "sub-grupos" distintos no interior de uma mesma "metade". Após o contato com não índios, no entanto, isso não tem impedido que haja casamento dentro do mesmo "sub-grupo". Esses casamentos costumam ocorrer porque um dos dois cônjuges mentem sobre sua filiação ou ambos "fogem" e depois, "não há mais jeito", como dizem os pais e parentes ¹⁸⁴. Isso só é possível porque não existe mais a festa do Veingreinyã. Nessa festa tornava-se pública a filiação dos membros da comunidade dificultando a sua posterior omissão.

Em São Paulo, as festas diminuíram ou se extinguíram devido ao contato com não índios. As perseguições de bugreiros dificultavam as reuniões. As doenças devastavam grupos inteiros contaminados pelo vírus da gripe e do sarampo. Os primeiros chefes do SPI proibiram as festas para evitar epidemias.

Durante as festas, a preservação das "Metades" e dos "sub-grupos" era constatada pela preocupação que a comunidade tinha a esse respeito. Um "sub-grupo" que estivesse arriscado a desaparecer recebia adesões espontâneas de membros de outros "sub-grupos", com o consentimento das famílias. Quando não havia esposas ou esposos para alguém de um determinado "sub-grupo", podia-se recorrer aos membros de um "sub-grupo" da "metade" oposta, apesar dessas junções serem evitadas.

Confrontando esses dados com os atuais (regras de parentesco como preocupação fundamental e hoje como um dado relativo) concluímos que houve mudanças nas relações de parentesco entre os Kaingang ao longo do tempo. Desde a vida "no mato", como eles chamam o período antes da conquista, até a atual vida nos Postos Indígenas (PI).

As variações nas relações de parentesco e de ordenação do equilíbrio numérico sexual tribal apresentaram, portanto, dois momentos distintos:

¹⁸² MELATTI, D. M. Op. cit. p. 35

¹⁸³ Idem, ibidem

¹⁸⁴ Sobre os casamentos irregulares ver MELATTI, D. M. Op. cit. p. 34

1. realizava-se o casamento entre membros de "Metades" opostas (exogâmicas), filiados a certos sub-grupos através de uma festa de toda a comunidade Kaingang regional. Segundo certos autores, entre cada "metade" do grupo, era apresentado o mesmo número de possibilidades e oportunidades de casamento: 09 ¹⁸⁵. Isso ocorria com frequência nos tempos em que os Kaingang viviam mais isolados em relação aos civilizados.

2. permitia-se o casamento com pessoas de todas as "Metades" entre si indistintamente. Isso ocorria com frequência onde não se conhecia as filiações individuais das "Metades" e "sub-grupos". Aí, os Kaingang já tinham tido maior contato com civilizados e com outras nações indígenas de hábitos distintos dos seus. Tendo havido entre eles vários casamentos interétnicos. É o caso dos Postos Indígenas.

No primeiro momento constatamos haver um maior rigor na observação das regras de parentesco estabelecida pela comunidade, e, no segundo momento, não há uma evidente preocupação com elas.

Reflitamos um pouco mais sobre o significado das Festas do Veingreinyã para a Nação Kaingang. Podemos afirmar que para a existência dessas grandes festas rituais haveria de ter também um número significativo de pessoas. Elas ocorriam em épocas de abundância de caça e coleta ou mesmo nas colheitas do milho e da mandioca. Eram convidados, além do grupo local, toda a sociedade Kaingang regional.

Era durante a Festa do "Veingreinyã" que se faziam as danças em torno das fogueiras. Cada fogueira correspondia a uma "Metade" ou "sub-grupo". Durante a Festa do Veingreinyã, ou seja, durante as danças, era feita uma espécie de controle do equilíbrio numérico e sexual das "metades". Através das danças, as "Metades" e os "sub-grupos" eram reordenados e os grupos defazados eram preenchidos pois eram filiações as crianças, feitos os casamentos, iniciados namoros e, quando necessário, deslocados indivíduos de um "sub-grupo" para outro que estivesse correndo risco de extinção.

"Metades" e "sub-grupos" distantes se encontravam e confraternizavam-se durante a Festa do Veingreinyã. A vida em grupos dispersos pelos territórios tribais Kaingang era comum, como prova a necessidade de convites antecipados através dos mensageiros. Os espaços entre os grupos, individualmente, eram preenchidos pelas picadas e pelos territórios de caça e coleta suficientes para a sua manutenção econômica. O isolamento espacial exigia uma reunião periódica geral da etnia para que se desse continuidade às suas formas culturais, ou melhor, à própria sociedade como um todo. Viverem todos juntos em uma única aldeia era inviável devido à estrutura econômica dessa etnia, que se baseava nos ciclos e na temporalidade da caça e da coleta. Assim, apesar de haver um grande número de Kaingang, cada grupo exigia e exercia um controle demográfico sobre seus elementos através principalmente da filiação e do casamento, conforme descrevemos acima. Em relação ao controle demográfico, verificamos que ele faz parte da cultura dos Kaingang. Verificou-se que costumavam praticá-lo também através do aborto e do infanticídio ¹⁸⁶, prática agravada durante o período da guerra com brancos.

¹⁸⁵ Cf. RIBEIRO, SCHULLER, H. BARBOSA in MELATTI, D. M. Op. cit. p.33

¹⁸⁶ Entre outros cf. POURCHET, Maria Júlia. Ensaio e Pesquisas Kaingáng. São Paulo, Ática, 1983 128 pp.

Acreditamos, portanto, com base nas reflexões acima e nos dados etnográficos coletados por antropólogos e viajantes entre os Kaingang do Paraná e de São Paulo em momentos diferenciados da relação entre não-índios e indígenas, que tenha ocorrido profundas modificações na cultura simbólica e material dos Kaingang que culminaram na atual situação desagregativa nos Postos Indígenas. Nos Postos Indígenas, poucos Kaingang conhecem a língua nativa. Apenas os mais velhos sabem a que "Metade" ou "sub-grupo" pertencem, e as regras de casamento e parentesco tradicionais foram praticamente deixadas de lado ¹⁸⁷.

As modificações da cultura e da sociedade aparecem mais perceptivelmente aos níveis do comportamento individual e grupal e no das crenças. A Festa do Veingreinyã deu lugar, em importância comunitária, a festa anual do "Dia do Índio", em dezenove de abril. A causa estrutural dessas mudanças culturais está na perda do território para fazendeiros e políticos ¹⁸⁸. Daí decorrem inúmeros fatores como a depopulação devido ao aumento do número de abortos e das epidemias do contato (gripe, sarampo, pneumonia, tuberculose), e a necessidade de fugir constantemente devido à ocupação de seus territórios por posseiros e "bugreiros".

2.3.4. MITOS KAINGANG E A RELAÇÃO NATUREZA E CULTURA

A vida religiosa, mitológica e social dos Kaingang também era intimamente ligada a um dualismo. Além disso, como vimos acima, esse dualismo já aparecia em várias manifestações sociais. A etnia era dividida em sub-grupos exógamos e patrilineares - "Kanherú" e "Kamé" que eram considerados irmãos enquanto da mesma "metade" e cunhados na relação inter-metades. Estes dois grandes grupos tinham seus sub-grupos correspondentes, os "Votôro" e "Venhiký" ou "Aniky". Para irmão usava-se a palavra "lenglê" e para cunhado "iambrê" ¹⁸⁹.

Na mentalidade Kaingang a terra aparece como elemento estrutural. Eles nasceram da terra, dormiam na terra, escondiam-se na terra. Eles entocavam-se. Eles buscavam a toca no chão para refúgio como as raízes, como os animais. O Kaingang era a própria natureza que o cercava. Seu corpo, tal qual a terra, tinha o poder de gerar, de criar, de fazer crescer plantas úteis à preservação da vida dos próprios Kaingang ¹⁹⁰. O corpo do qual nascia a planta podia ser de homem, mulher ou criança. Assim, parece que todo Kaingang considerava-se realmente terra, trazendo em si propriedades e elementos da terra, por exemplo, o germinativo. Da terra eles nasceram, deles nasceram as plantas e dos animais nasceram também plantas e água. Nota-se que existe um profundo círculo de vínculos e relações entre homem e natureza.

¹⁸⁷ CF. MELATTI, D. M. Op. cit. pp. 35 e 36 e BORDIN, Sandra M Loureiro. A Educação Indígena - Um estudo de caso: Posto Indígena Vanuíre. Monografia para conclusão de curso. Faculdade de Serviço Social de Lins. Nov\1985, 89 pp.

¹⁸⁸ Entendemos por "território tribal" o espaço físico necessário para os Kaingang viverem econômica e culturalmente, conservando suas tradições seculares e reconhecendo-se como Nação diferenciada a partir desse espaço físico que os envolve e no qual se inscrevem.

¹⁸⁹ SCHADEN, Egon. "A origem dos Homens, o dilúvio e outros mitos Kaingáng" Revista de Antropologia. São Paulo, vol 1(2), 1953 p.139

¹⁹⁰ CF. Idem, ibidem p. 141

Egon Schaden em 1947, de viagem pelo Paraná, no baixo Igua , descreveu quatro mitos coletados através do Kaingang João Coelho - "X ", neto do chefe "Krim-t ".

Além da dualidade e da oposi o inerentes à estrutura social da etnia Kaingang, os mitos evidenciam aspectos característicos dos "sub-grupos" instituindo um tipo de hierarquiza o entre eles. Há uma diferencia o entre os que possuem o saber, de um lado, e os astuciosos de outro. O possuidor da astúcia vence o dono do saber. Podemos conferir isso, por exemplo, no mito da origem do fogo.

O Mito da origem e do roubo do fogo: Filt n, Kanher , era o dono do fogo que fez com cipó. Outro  ndio que era o mesmo  ndio mas se chamava Kam , queria roubar-lhe o fogo e o conseguiu. Em seguida distribuiu-o, através do incêndio da mata, aos outros grupos indígenas. O Kam , astuciosamente roubou o fogo e enganou o seu perseguidor simulando sua própria morte, pois, quando escondido na caverna, retirou sangue do nariz dando-se uma pancada e lambuzou de sangue a vara com que o Kanher  Filton o cutucava. Filton deixou de persegui-lo por consider -lo morto ¹⁹¹.

Uma "metade" tem o saber, faz o fogo, a outra tem a astúcia que permite enganar o possuidor do fogo. As duas "metades" são diferentes, complementares e integradoras. Possuir e conhecer o fogo nada significa se ele não for de usufruto de todo o grupo.

Mito da origem do povo Kaingang: Filt n e o Kam  seu "ianbr ", viveram num tempo muito antes do dilúvio. O primeiro era chefe dos Kanher  e o segundo dos Kam .

"Vieram do interior da terra. O chão tremeu e houve um estouro. Enxergaram a claridade e sairam de dentro da terra. Dos dois grupos que eram quando chegaram à superfície se subdividiram em mais dois : Votoro e Venhik , 'por causa das festas que iam realizar' ¹⁹².

Mito do dilúvio universal: da grande enchente do sertão s  escaparam um casalzinho Kam  que atingiu a nado   montanha "Krim-Takr ". Eles esperaram a água baixar pendurados nas folhas das árvores no alto da montanha.

Nas diferentes versões desse mito, a montanha está sempre presente, mas a forma de esperar a água baixar modifica-se. Neste mito, os Kam  esperavam a água baixar tal como os animais e os frutos: pendurados em  rvores. No relato posterior, do mesmo mito, os "caiuurucr s" aguardavam a água baixar, transformados em macacos. No outro relato, também não se fala da origem das plantas úteis, mas dos animais. Plantas e animais são "estados" nos quais os Kaingang podem se transformar ¹⁹³.

Mito da origem das plantas: através da "Rainha das Baitacas", um velho pediu ao filho que abandonasse seu corpo, já morto, na queimada do lado que o sol nasce, e prometeu-lhe que voltaria. Decorrido "muito tempo", cinco ou seis meses, os filhos retornaram ao local de acordo com o pedido do velho e depararam com uma planta o nova e desconhecida. Ouviram um grito e

¹⁹¹ Idem, ibidem p. 140

¹⁹² Idem, ibidem p. 140

¹⁹³ Idem, ibidem p. 140

reencontraram o velho que lhes apresentava o milho, a abóbora e a moranga - "nhára", "pé-hô kuxó" e "pé-hô". Ele ensinou-lhes a prepará-las assadas. Depois de viver três meses entre os filhos, o velho morreu novamente e não mais retornou ¹⁹⁴.

Quanto ao casamento, tanto na descrição de E. Schaden como na versão descrita por Teschauer ¹⁹⁵, ao se casarem, Cayurucrês com Camés, sobraram homens que foram procurar esposas Kaingang, daí é que surgiu a relação de parentesco entre eles.

Em seguida descrevo uma lenda escrita por Borba, contada pelo cacique Arakxó, que a ouviu de sua bisavó e esta de seus progenitores.

"Quizeram, então, fazer festas, mas não sabiam cantar nem dansar. Um dia, companheiros de Cayurucrê, que andavam caçando, ao sahir da clareira de um bosque, viram junto ao tronco de uma grande arvore um pequeno limpado; encostadas a esse tronco algumas varinhas com folhas e uma dellas com uma cabaça enfiada na ponta: retiraram-se e deram parte a Cayurucrê e este deliberou ir no dia seguinte verificar o que seria. Dirigiu-se com precaução à clareira, escondendo-se perto do tronco; dahi a pouco as pequenas varas principiaram a mover-se compassadamente debaixo para cima e uma voz debil a cantar assim : Eminotim vê, ê, ê, ê: Andó xó cá é vê á, Ha, ha, ha; e a pequena cabaça em movimento cadenciado produzia um som assim - xii, xii, xii ... Cayurucrê aproximou-se do tronco; cessou, porém repentinamente todo canto e movimento das varas, estas continuaram encostadas ao mesmo tronco. Procurou e nada mais viu que a terra muito limpa e pizada junto ao tronco. Retirou-se e voltou no dia seguinte com todos os companheiros; aproximaram-se cautelosamente do mesmo lugar e viram e ouviram o mesmo que no dia anterior: depois do primeiro canto a voz cantou este outro - Dô camâm carojê, canambang, có iyongdá, emi no tim gire que matin ... ê que matin.

Decoraram os cantos, aproximaram-se do tronco e só viram as varas; então carregaram estas, fizeram outras iguaes e prepararam-se à fazer uma grande festa. No dia desta Cayurucrê abriu sua bocca e cantou os cantos que tinha ouvido na clareira, fazendo com a vara que tinha a cabaça e com o corpo os movimentos que tinha visto; seus companheiros o imitaram, e eis como aprendemos a cantar e a dansar sem saber quem fôra o mestre.

Passados tempos, Cayurucrê encontrou no caminho um Tamanduá-mirim (kakrekin) e levantou o bastão para matal-o. O Tamanduá ficou de pé principiou a dansar e cantar os cantos que elle tinha aprendido na clareira; conheceu, então, Cayurucrê que fôra elle o seu mestre de dansa. O Tamanduá pediu-lhe o seu bastão e depois de com elle dansar restituiu-lho e fallou "o filho que tua mulher traz no ventre é homem, e fica isto estabelecido entre nós, que quando tu, ou os teus encontrarem-se commigo e me entregarem os seus bastões e eu os tomar, e dansar

¹⁹⁴ Idem, ibidem pp. 140 e 141

¹⁹⁵ TESCHAUER, S.J.P.Carlos. "Os Caingangs ou Coroados no Rio Grande do Sul". Boletim do Museo Paulista. v.III, n°3, Rio de Janeiro, set.1927 p.54

com elles, é signal que tuas mulheres te darão filhos machos; se eu os largar sem dansar serão femeas, os filhos.

Cayurucré voltou muito satisfeito, e nós quando encontramos o Tamanduá-mirim, sempre renovamos a experiência, que dá resultados quase sempre certos. O Tamanduá-mirim sabe outras muitas cousas que nós ignoramos, e nós pensamos que elles são as primeiras gentes, que por velhos tomaram a forma que hoje têm." ¹⁹⁶.

Entre os Kaingang não existe oposição mas complementaridade entre natureza e cultura. A natureza é percebida como um prolongamento do próprio homem. Ele é a natureza e a natureza está presente na criação do mundo e no existir cotidiano da sociedade Kaingang. Da morte de um Kaingang, de seu corpo, é que o milho vem a tornar-se conhecido e daí transformar-se em alimento da comunidade. É da terra que brotaram os primeiros homens Kaingang e vieram povoar a terra. Sociedade, homem, natureza animal e vegetal, todos brotaram da terra como brota a semente. Todos eles são parte integrante de uma natureza única, cósmica e universal.

Neste amálgama homem/natureza se cristalizou a percepção do mundo Kaingang, bastante distinta do ímpeto "progressista" do desbravador das matas e dos campos do Ocidente paulista estudados no capítulo primeiro. A natureza para o pioneiro, ao contrário do que ela representava para os Kaingang, era algo externo, inóspito, perigoso, traiçoeiro, algo que, obrigatoriamente, tinha que ser conhecida, dominada e controlada para, no futuro, propiciar um determinado tipo de posse e de lucro.

Para finalizar esse capítulo, podemos afirmar que, durante séculos, alternaram-se momentos de contato e de isolamento dos Kaingang em relação aos civilizados. Isto provocou algumas modificações no comportamento dos temidos índios. Durante esse tempo eles se adaptaram perfeitamente tanto ecológica como estrategicamente à região em que viviam e aos tipos humanos com quem se encontravam. Só houve ruptura dessa situação quando eles se encontraram sem espaço físico para se preservarem.

Temos agora uma idéia de como eles viviam, no que eles acreditavam e conhecemos alguns problemas e soluções cotidianas.

O "mundo civilizado" queria se apropriar definitivamente das terras indígenas, mas, para isso, teria que travar um longo combate com os grupos indígenas locais. Neste combate, as bases ideológicas da legislação indigenista (idéias de progresso e de atraso, por exemplo) auxiliaram e justificaram, perante a maioria da população de então, a utilização da violência contra os então chamados irreduzíveis Kaingang. Aldeamentos ineficientes e massacres foram as opções que os civilizados colocaram para o contato aos povos indígenas.

Apesar desta restrição às opções negociáveis, os grupos indígenas tiveram participação ativa e diferenciada, entre si, nesse processo de contato, ou seja, na guerra de pacificação. É o que veremos detalhadamente a seguir, no capítulo terceiro.

¹⁹⁶ BORBA, Telemaco Morosines. "Observações sobre os indígenas do Paraná, em Tibagy". Revista do Museu Paulista, nº 06, 1904, pp. 58. Sobre mitos Kaingang no Estado do Paraná podemos citar também LEÃO, Ermelindo A. de. "Subsidio para o estudo dos Kaingangues do Paraná". Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. vol.XV, 1910, pp.223-252.

CAPÍTULO 3 - A POLÍTICA INDÍGENA E AS DIFERENTES FACES DA CIVILIZAÇÃO

"...vinha só pela estrada, quando sentindo rumor pela retaguarda, volta-se e vê surgir-lhe ... cinco índios Coroados, completamente desarmados, que o chamavão insistentemente com vozes e gestos de cordialidade para que se aproximasse"

Relato do Chefe do trem sobre um português esbaforido que ele tinha encontrado na estação General Glicério

Após termos analisado alguns aspectos da sociedade pioneira, suas idéias, comportamento, leis e projetos; após termos tido um contato com os Kaingang através de sua cultura, sua ascendência e suas crenças, vamos nos ater agora ao estudo de alguns fatos ocorridos no cotidiano da ocupação do Planalto Ocidental e de duas instituições bastante utilizadas no contato entre índios e colonos: aldeamentos e batidas. Esperamos, com isso, apresentar um quadro dinâmico da conquista bem como deixar claro algumas das estratégias indígenas frente à ocupação de suas terras.

Procuraremos descrever os tipos de incidentes que mais frequentemente ocorriam entre índios e colonos em São Paulo no meados do século XIX.

Para efeito de comparação, de compreensão e de referencial mais global do que ocorria em São Paulo durante a segunda metade do século XIX, nos reportamos até a vila de Itapeva entre os anos de 1824 e 1838 por ter esta área sido ocupada poucos anos antes de Piraju, Salto Grande, Bauru, Lenções, Lins, Penápolis e Araçatuba regiões por nós analisadas. Várias vezes fomos até o Sul do país, principalmente às regiões de Palmas e Guarapuava, em busca das experiências dos Kaingang de lá. No século passado seus territórios foram invadidos por colonos alemães.

Para a elaboração deste capítulo consultamos basicamente os seguintes documentos: cartas e ofícios manuscritos de fazendeiros, do Juíz de Orfãos, dos Diretores Gerais dos Índios, Relatórios de Presidentes de Província, Relatório do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI e LTN), artigos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico e, finalmente, a detalhada e conscienciosa história dos Kaingang do Toldo Chimbanguê editado pelo Centro Indigenista Missionário (CIMI/Sul, 1984).

3.1. ALDEAMENTOS E "BATIDAS"

"Ahi, nós fizemos um servicinho regular; erão com certeza, para mais de 200 índios; si escaparão cincoenta, foi muito"

Joaquim Paulo, funcionário da EFNB e membro de uma "batida".

Para José Carlos Barreiro, a recusa do homem livre e do índio em participar do sistema de produção capitalista era uma "questão política" ¹⁹⁷. Ela estava vinculada a um poder deliberativo dos índios de se deixarem aldear ou não. Comumente, os civilizados davam a esta recusa o nome de inaptidão ou incapacidade moral e intelectual dos índios para viverem em sociedade. Desta forma, aos seus olhos, a recusa dos grupos indígenas deixava de ser um ato político e passava a ser um ato de fraqueza, selvageria e barbárie.

Durante o segundo quartel do século XIX, a região Sudoeste de São Paulo, Vila de Itapeva, estava liberada pelo Governo Imperial para o aprisionamento e a escravidão dos indígenas.

Nos arredores das fazendas locais os colonos procuravam "vestígios de índios". Encontrados esses vestígios, os moradores aprontavam uma escolta provida de barris de pólvora, chumbo e bala à vontade e passavam dias no "mato" até voltarem com os prisioneiros que seriam vendidos em leilões ¹⁹⁸.

As reações mais comuns, por parte dos índios, no período, foram os assassinatos de moradores e a seguida destruição de suas casas, ataques às fazendas locais, a morte de animais (novilhas e cavalos) e invasões de terras ¹⁹⁹.

O contato dos índios aprisionados com os colonizadores era assim feito através do aprisionamento seguido da venda dos prisioneiros em leilões. Sob a responsabilidade do Juíz de Órfãos, eles aguardavam o momento de serem entregues aos seus devidos compradores para servirem durante quinze (15) anos em escravidão doméstica ou nas fazendas ou residências ²⁰⁰.

Acreditamos que os incidentes mais comuns, assassinatos de moradores, incêndio de suas casas e fazendas e outras ações foram as formas encontradas por esta população indígena oprimida para enfrentar uma situação de extrema violência e escravidão à qual eles estavam sendo submetidos.

Pudemos observar que o enfrentamento não se dava em qualquer momento. Muitos grupos foram aprisionados sem manifestarem de imediato resistência alguma à seus apesadores. Eles aguardavam um momento propício para o contra-ataque, a fuga, a invasão ou o assassinato. Um enfrentamento com escoltas super armadas seria suicídio.

Próximo da Vila de Itapeva havia um local para onde os fazendeiros costumavam conduzir grupos indígenas denominados por eles de "selvagens". Era

¹⁹⁷ BARREIRO, José Carlos. "Instituições, Trabalho e Lutas de Classe", Revista de História, nº 14, ANPUH, 1987, p.138

¹⁹⁸ Os locais de vestígios mais mencionados foram as fazendas Pirituba e São Pedro. Uma das escoltas mencionadas passou dezenove dias no "mato" e voltou com cinquenta e um índios aprisionados. Segundo consta, outras chegaram a aprisionar 15, 115 e 117. ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (AESP) Cf. C217, P1, Documentos nº 13, 39, 40, 65 de 28/02/1824, 12/05/1827 e 14/5/1827

¹⁹⁹ ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (AESP). C217, P1, Documento 65 e seguintes.

²⁰⁰ Idem, Ibidem C217, P1, Documentos nº39 de 12/5/1827 e 100 de 25/06/1830; P2, Documentos nº 20 de 02/12/1830 e 74 de 28/03/1833

o "alojamento". Em 1832 aí se encontravam 115 índios trazidos por fazendeiros locais ²⁰¹.

Nesse período, o número total de índios na região era desconhecido.

Grupos indígenas que se aproximavam dos moradores, aprisionados ou por livre iniciativa, recebiam roupas, alimentos e às vezes também ferramentas que eram trocadas por "produtos naturais" ²⁰².

Assim, podemos notar que nem todos os índios em contato com os colonizadores eram aprisionados. Constatamos em vários documentos o registro da passagem de índios por fazendas e pela própria vila de Itapeva. Eles chegavam e solicitavam mantimentos, roupas, ferramentas, "nada escapando", no que eram geralmente atendidos. Depois, seguiam adiante ²⁰³.

Em 10/12/1834, a Câmara de Itapeva solicitou do Presidente da Província a fixação de um mercado lícito para comerciar com os "Botocudos"²⁰⁴. Segundo a Câmara, "os Botocudos continuam a manter relações amigáveis", mas ela julgava que era obrigação dos moradores oferecer os objetos de que necessitavam em troca do que eles traziam da "mata" e da "relação amigável". Informava ainda que os moradores se achavam lesados na troca ²⁰⁵.

Em resumo, os "Botocudos" traziam "produtos naturais" para a troca e "continuavam amigáveis", isto é, caso não houvesse a troca havia a possibilidade de eles não continuarem amigáveis. Mas, os moradores já manifestavam insatisfação com o comportamento dos "Botocudos" e solicitavam das autoridades providências, sugerindo mesmo a abertura de um "mercado lícito" para que as trocas se efetuassem com "equidade". Para os moradores as exigências dos "Botocudos" estavam acima daquilo que eles acreditavam ser justo. Segundo consta, o "mercado lícito" nunca foi criado. Ao estudarmos os aldeamentos nesta região em meados do século verificamos a ocorrência de um tipo peculiar de ataque indígena aos povoados e fazendas: os "magotes". Os ataques por "magotes" eram feitos por grupos indígenas que também exigiam e tomavam dos colonos ferramentas, alimentos e roupas.

O que ocorria em Itapeva seria, talvez, o início de um processo que por falta de entendimento entre as partes, índios e colonos, desembocou nos "magotes"? Mais à frente discutiremos os "magotes".

No Estado do Paraná houve uma fato bastante interessante, porém até certo ponto comum na história do contato entre índios e colonos. Quando Palmas e Guarapuava foram ocupadas, os colonos conseguiram obter ajuda de alguns caciques Kaingang e de seu grupo na conquista, lutaram e assassinaram grupos contrários da mesma etnia Kaingang, ao lado dos não índios.

O auxílio Kaingang prestado por alguns aos fazendeiros não ocorria sem conflito entre os próprios índios. Vitorino Condá, cacique Kaingang, juntamente com seu grupo, trabalhou como bugreiro para os colonos e assassinou vários grupos Kaingang dispersos pelo Oeste das Províncias do Sul. Da mesma forma

²⁰¹ Idem, Ibidem C217, P2, Doc.48 26/03/1832

²⁰² Idem, Ibidem C217, P2, Doc. n° 64, 57 (s/d), 70 de 26/01/1833, 74 de 28/03/1833; P3, Doc. n°10 de 07/05/1834

²⁰³ Idem, Ibidem

²⁰⁴ Não fica claro à qual grupo indígena o documento está se referindo. Nimuendaju registra no Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes. IBGE, 1944; a presença de Guaianá na região até 1849 e de Guarani no rio Itararé.

²⁰⁵ Idem, Ibidem C217, P3, Doc. n° 20 de 10/12/1834

que os brancos, ele recebia um soldo dos órgãos públicos pelo serviço prestado, distinções militares e o direito sobre os grupos Kaingang aprisionados. No final de sua vida, Condá retornou ao interior da Província em busca de refúgio entre o seu povo Kaingang, longe dos civilizados ²⁰⁶.

Na história Kaingang do Sul do país observamos um dilema constante entre auxiliar ou não os colonos no processo de conquista da região. Alguns, como Vitorino Condá, auxiliaram na abertura de estradas, e obtiveram dinheiro, distinções sociais, poder e depois retornaram às "matas". Outros optaram pelo distanciamento dos locais de povoamento "branco" ou aceitaram ser aldeados e foram assassinados. Este é, por exemplo, o caso de Tondó e Cohi, filhos de Combró. Tondó e Cohi se uniram para vingar a morte do pai. A esposa de Tondó, prisioneira no aldeamento, foi enviada com mensagens de paz a fim de convidá-los a se aldearem. Cohi não aceita a proposta e continua nas "matas", Tondó vai até o aldeamento e, assim que chega, é assassinado ²⁰⁷.

Os Kaingang do Sul, em meados do século passado, sob a proteção dos caciques Nonoai, Condá e Nicafin foram perseguidos não apenas por colonos e fazendeiros, mas, principalmente pelos próprios Kaingang dos caciques Doble, Antonio Prudente e Fongue ²⁰⁸.

Alimentar e explorar as lutas internas dos colonizados foi uma técnica bastante comum e eficaz entre os conquistadores. Muitas vezes, os conflitos com os colonos se materializavam em enfrentamentos apenas entre os próprios índios. Porém, essas lutas internas nos informam das divergências táticas e estratégicas que havia entre os grupos da grande etnia Kaingang em relação às posturas a serem tomadas diante da invasão de seus territórios.

Condá tanto auxiliou a conquista como fugiu dela. Foi membro de batidas e fundou aldeamento.

Os aldeamentos e as batidas favoreceram o esbulho das terras indígenas e o etnocídio de grupos e aldeias inteiras, com o aval dos órgãos públicos e, muitas vezes, dos próprios índios..

Conforme Maria do Carmo Sampaio Di Creddo,

"A chamada catequização dos índios submetidos foi a forma encontrada para retirá-los de terras consideradas férteis, e anular assim toda a sua resistência" ²⁰⁹.

Controlados e vigiados pelos conquistadores, sofrendo a prática da "catequese" e da "civilização" nos aldeamentos ou massacrados durante as "batidas", o índio habitante do interior paulista resistiu, lutou e tentou acordos e negociações. Apesar disso, perdeu realmente suas terras.

Uma série de incidentes provocados por indígenas dificultaram a conquista. Tais como aqueles por nós observados: a formação de "magotes", a itinerância, os saques, a vadiagem, a embriaguês, a fuga, as aglomerações no Salto Grande, o assassinato e a recusa ao trabalho assalariado. Por outro lado, seus

²⁰⁶ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha (org.). Toldo Chimbangue ou Irani. História e Luta Kaingang em Santa Catarina, Xanxêre (SC), CIMI/SUL, 1984

²⁰⁷ Idem, Ibidem pp.22, 23, e 26, nota 13

²⁰⁸ Idem, Ibidem pp. 21-24

²⁰⁹ DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. "A Política de Aldeamentos e Bandeiras no Vale do Paranapanema". São Paulo, Revista de História, v.8, 1989 p.44

conhecimentos e disposição para o contato facilitaram a colonização pois muitos trabalharam como guias, abridores de picadas e estradas, bugreiros e intérpretes.

As reações variaram de região para região quase sempre dependendo do grupo étnico que se estava contactando (Kaingang, Oti, Guarani) e do interesse da frente de colonização (se era na mão de obra ou na posse da terra do índio).

Nos Vales dos Rios Paranapanema, Feio-Aguapeí, do Peixe e Tietê vários fatores contribuíram para definir e diferenciar a política Guarani e Oti Xavante - maioria do contingente indígena aldeado - da política indígena Kaingang. Alguns Oti chegaram a ser referidos pelos pioneiros com relativa condescendência enquanto a maioria dos Kaingang sempre despertou ódio e acalourados debates²¹⁰.

As "batidas" apareceram com mais frequência no norte do Rio Paranapanema e os grupos de "magotes" nas regiões do Paranapanema. Depois de 1850, os aldeamentos deixaram de ser os mediadores do contato. Nas regiões de maior incidência de "batidas" eles nem chegaram a ser construídos. O Governo deixou de investir nos aldeamentos, mas não deixou de apoiar as "batidas".

Maria do Carmo S. Di Creddo acredita ter sido inevitável a guerra entre índios e brancos para que se concretizasse o processo de formação da propriedade privada rural ²¹¹. Apesar da constatação do fato, permitimo-nos perguntar: teria havido outras alternativas que não a guerra, o etnocídio e o genocídio consumados? Se pensarmos que a história dos povos indígenas do Planalto Ocidental paulista está, de forma relativa, repetindo-se em outras partes do Brasil, ainda nesse momento, o estudo de outras opções não nos parece algo irrelevante. A guerra travada entre os indígenas paulistas e as frentes pioneiras de conquista não era inevitável. Houve uma opção por ela. Definida e escolhida dentre outras opções tais como a construção do "mercado lícito" em Itapeva, o aperfeiçoamento dos aldeamentos através de investimentos financeiros e de pessoal com vistas a atender às populações indígenas dispostas a se aldearem, a demarcação efetiva das áreas e territórios indígenas facilitando a sobrevivência dos grupos que não aceitavam a disciplina civilizada dos aldeamentos.

Em diferentes modalidades, a conquista foi rápida e desordenada. Violentamente, ela foi invadindo rios, florestas, montanhas e campos já habitados.

Em meados do século XIX, a Assembléia Legislativa Provincial obteve o direito de legislar sobre a catequese e a civilização dos índios e, confiando na "competência" da iniciativa privada local, transferiu-lhe a conquista dos territórios e o controle das comunidades indígenas ²¹².

A participação relativamente autônoma de índios, posseiros e de poderosos locais nas decisões políticas econômicas e sociais da região conferiram um perfil bastante característico à formação da sociedade do Planalto paulista.

²¹⁰ Relatório da Exploração do Rio do Peixe. Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, 1906

²¹¹ DI CREDDO, M. do C. Sampaio. Op. Cit.

²¹² O ato adicional de 12/08/1834 deu às Assembléias Legislativas Provinciais o direito de legislar sobre catequese e civilização dos índios juntamente com o Governo Central. Nos Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo, dos anos de 1863, 1870, 1871, 1874, 1875 e outros, apareceram sempre as mesmas reclamações: baixos salários e número insuficiente de praças "Sem instrução, sem disciplina, desfardada e desarmada tem sido empregada apenas na condução de presos, de má vontade". rolo 1, Centro de Documentação e Recursos Audio-Visuais (CEDRAU) da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp.

Povoados, vilas, cidades, picadas e estradas, aldeamentos e alianças, foram criadas ou desapareceram com rapidez e intensidade. Em 1844 foi fundado o povoado de Botucatu, centro de expansão pioneira, e em 1855 já era vila. Futuras cidades se constituíram: São Domingos, São Pedro do Turvo (1872), Lenções (freguesia em 1858, vila em 1866 e comarca em 1877), Santa Cruz do Rio Pardo (vila 1860, freguesia em 1872 e Distrito de Paz em 1876), Avaré (1862), São José dos Campos Novos (vila em 1868), São José do Rio Preto (1852, Distrito de Paz em 1855), e outras mais, no mesmo ritmo.

De 1822 a 1880, a população brasileira cresceu de três milhões para quatorze milhões. Entre 1877 e 1880 a indústria cresceu de 175 para 1874 estabelecimentos ²¹³. Rios foram explorados e estradas abertas em todas as direções.

Em 1872, a população paulista do Planalto estava por volta de 57.406 habitantes. Em 1890, subiu para 89.840. Esta população era oriunda de Minas Gerais mas também de outras regiões da própria Província de São Paulo. O seu centro de abastecimento era Botucatu. Em 1886, Botucatu tinha 2.000 habitantes na cidade e 16.000 no município ²¹⁴.

Nessa conjuntura, podemos indagar qual a forma de catequese e civilização dos índios durante o século XIX no Ocidente paulista? Qual a relação do índio com os aldeamentos, com os padres, com as "tropas de bugreiros", com a abertura de estradas, com a expansão ferroviária e a exploração de seus rios? Como os indígenas encaravam ameaças e mudanças nas suas estruturas social e cosmológica? É o que tentaremos responder em seguida.

3.1.1. OS ALDEAMENTOS

No início do século XIX, como consequência do Projeto do então Diretor Geral dos Índios, José Arouche de Toledo Rendon, os aldeamentos paulistas foram transformados em núcleos urbanos. Eram eles: Pinheiros, São Miguel, Barueri, Carapicuíba, Guarulhos, Embu, Escada, Itaquaquecetuba, Itapeverica, São José, Peruíbe e Queluz.

Em meados do século, baseado no decreto de 24/07/1845, outro Diretor Geral de Índios foi incumbido de rearticular, sem resultados, os aldeamentos de Carapicuíba, Barueri, Itaquaquecetuba e São Miguel ²¹⁵. No entanto, três aldeamentos foram criados, dois no interior da Província e um no litoral. O aldeamento de São Sebastião do Piraju, na região de Botucatu, tinha em 1856, um contingente populacional de 112 índios. O de São João Batista da Faxina, entre os rios Verde e Itararé, no município de Itapeva da Faxina, apresentava um contingente populacional de 130 pessoas, e o de Itariri, em Iguape, 72 índios ²¹⁶.

Qual a função dos aldeamentos?

Para o professor José Carlos Barreiro:

²¹³ COSTA, Emilia Viotti da. Op. cit. pp. 336 e 337

²¹⁴ Relatório do Presidente da Província, rolo 01, Centro de Documentação e Recursos Audio-Visuais da FCL da Unesp/Assis (CEDRAU)

²¹⁵PETRONE, Pasquale. Os Aldeamentos Paulistas e sua função na valorização da região paulista. Tese de Livre Docência Apresentada à Cadeira de Geografia Humana da FFCL da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984 pp 70,71,95,117

²¹⁶Cf. Relatório do Presidente da Província. Anexo do Brigadeiro Diretor Geral dos Índios, Francisco Antonio de Oliveira, 23/12/1867, rolo 01, CEDRAU

"o sistema de aldeamento constituiu-se num mecanismo comum de que a classe dominante lançou mão no século XIX e nos anteriores para retirar os índios de seu espaço indefinido e livre, e submetê-los a regime de encarceramento em locais pré-estabelecidos" ²¹⁷.

Na forma de quadrado, eles costumavam localizar-se próximos às povoações maiores e admitiam até 300 moradores. Possuíam um administrador branco encarregado de negociar os preços da força de trabalho indígena com os fazendeiros interessados. Os índios ficavam submetidos a ação moralizadora dos padres. Estes procuravam enaltecer as "virtudes e a necessidade do trabalho". Aos indígenas resistentes eram reservados castigos, punições e prisões. Possuíam dois juizes: um branco que distribuía as penas e castigos e um outro, índio, que desempenhava apenas um papel decorativo ²¹⁸.

Os aldeamentos foram criados em terras indígenas ou devolutas. Quando extintos ou despovoados, suas terras eram legalmente incorporadas pelo Estado e posteriormente vendidas à particulares. A constituição de um aldeamento em terras indígenas e seu posterior desativamento facilitavam assim o esbulho de suas terras.

Os aldeamentos tentavam localizar e fixar povos que viviam dispersos e nomadizavam pela área. O controle e a disciplina relativos obtidos no aldeamento foram facilitados pela transformação dos indígenas em força de trabalho auxiliar na conquista dos territórios, como por exemplo, índios remadores e orientadores de expedições nas matas.

Os aldeamentos eram os locais onde podiam ocorrer tipos diferentes de negociação entre índios e civilizados. A permanência dos indígenas nos aldeamentos estava vinculada a certas trocas com os fazendeiros locais ou com os padres responsáveis pelos aldeamentos. Quando não lhes eram fornecidos o prometido, como ferramentas, vestuário, assistência médica às enfermidades adquiridas com o contato e certa proteção contra os ataques dos Kaingang, os aldeados de São Sebastião do Piraju e de São João Baptista da Faxina voltavam para as matas, ou melhor, reuniam-se aos "trânsfugas" do Salto Grande.

Os aldeamentos foram também lugar de conflito. As concepções indígenas de mundo, de apropriação e uso da terra eram ali depreciadas e desrespeitadas. Isso criava uma situação propícia às bebedeiras, ao ócio, às fugas, às rebeliões, à persistência disfarçada de hábitos da cultura indígena.

A religião e o trabalho tentaram o controle. Tornaram-se as representações da civilização no contato com os grupos tribais, negociando com eles as possíveis formas de adaptação nos aldeamentos. A religião e o trabalho talvez pudessem ter facilitado a concretização do objetivo da frente pioneira: fixando e controlando grande parte dessa população instável e móvel se o governo e o poder privado não tivessem interrompido os investimentos financeiros no setor e por isso quebrado o acordo feito.

Tentou-se promover uma economia comercial nos aldeamentos. Aqueles indígenas que aí permaneceram chegaram a produzir cestos e chapéus de palha.

²¹⁷ BARREIRO, José Carlos. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.7, nº14, março/agosto 1987 p.147

²¹⁸ Idem, ibidem, pp. 147-149

Nos aldeamentos do Paraná houve intercâmbio comercial desses objetos com os civilizados. Em São Paulo a produção de "produtos naturais" foi o que mais se destacou.

Os grupos indígenas que vivenciaram as experiências dos aldeamentos eram constantemente submetidos à miséria, à fome e forçados e induzidos a "esquecer" seus hábitos e costumes tradicionais. A maioria revoltava-se e retornava às matas. Alguns continuavam a viver entre os brancos, completamente deslocados, senão marginalizados. Muitos morriam de doenças adquiridas durante o período de contato ²¹⁹.

Os três aldeamentos do Vale do Paranapanema em meados do século XIX alojaram Guarani e Oti e foram várias vezes atacados por seus inimigos Kaingang. Os Kaingang de São Paulo não tiveram experiência de contato através de aldeamentos. Eles foram contactados e transferidos imediatamente para as Reservas do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI e LTN). Os contatos anteriores foram hostis e violentos.

Mesmo sem a ajuda do governo, a criação de aldeamentos foi largamente defendida por vários indivíduos envolvidos no contato. José Joaquim Machado de Oliveira, por exemplo, lamenta o descaso do governo que não auxiliou a iniciativa privada do Barão de Antonina. Esse Barão foi o responsável pela criação do primeiro aldeamento, o de São João Baptista ²²⁰.

SÃO JOÃO BAPTISTA DA FAXINA

Para a fazenda do Barão afluíram mais de duzentos indígenas dispostos a "negociar" a catequese. O Barão designou-lhes uma terra entre os rios Itararé e Verde (hoje cidade de Itaporanga), afluentes austrais do Paranapanema, e distribuiu-lhes presentes e ferramentas.

Os habitantes de São João Baptista, tal como os do aldeamento de Itariry, eram originários das margens direita do Rio Paraná e descendiam dos Guarani. Eram conhecidos por Caiuá. Chegaram na fazenda "Pirituba", de posse do Barão, em 1845 acossados por grupos Kaingang vindos das matas do "Goyolim", dos "sertões" de Araraquara e de Botucatu. Este aldeamento teve momentos de estabilidade e de aumento de sua população:

"Durante a vida de seu primeiro capellão, frei Pacífico de Monte Falco, que inaugurou o aldeamento, tiverão dos índios com a pratica religiosa exemplos de moralidade, bons costumes e do cultivo de suas terras. Por esse tempo e com o unico trabalho, dos índios edificou-se a igreja que serve hoje (1867) de parochia da freguezia do mesmo nome. A igreja, a uberdade das terras e a propensão que tinham os índios para o trabalho incutida pelo capellão, attrahião para alli alguma população, que em breve augmentou-se a ponto de formar hoje a freguezia" ²²¹.

²¹⁹ IHERING. H. von. "A Antropologia do Estado de São Paulo". Op. cit. p. 243

²²⁰ OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Op. cit. pp. 248-250 e 254

²²¹ Relatório do Presidente da Província, Anexo do Brigadeiro Diretor Geral dos Índios, Francisco Antonio de Oliveira, 23/12/1867

Após viver dezoito anos entre os indígenas aldeados em São João Baptista, Frei Pacifico de Monte Falco pediu demissão de seu cargo. Os índios reclamavam que o governo não lhes dava nada do que fora prometido e o Frei desabafava:

"A Capela deste Aldeamento precisa de reparos, e de altar ... o cemitério é uma lástima, os caminhos são impraticáveis certamente o Padre que deve arranjar isso, o Padre que com 10\$000 reis deve ensinar as letras aos Índios menores a mais de 20, deve dar de comer, beber, vestir e casa para elles morarem. O Padre que deve dar ferramentas, e conserto dellas, sal, roupas, remedios e o que for de absoluta necessidade aos Índios. Ah coitado do Padre que deve comer, beber e vestir e arranjar tudo isso com os tristes 50\$000 reis mensaes, e ainda nega-se-lhe essa quantia a qual fas des mezes que o Senhor Collector da Faxina anda mancando com a bella desculpa que não ha dinheiro" ²²².

Frei Pacífico abandonou o aldeamento. Logo em seguida veio a falecer. Para substituí-lo foi nomeado Frei Ponciano de Monte Alto. Esse Frei já havia substituído o Frei Pacífico outras vezes e também o havia auxiliado nos tempos de construção do aldeamento. Esta substituição não obteve êxito. Frei Ponciano foi logo destituído de seu cargo de capellão do aldeamento e de pároco da freguesia pelo juízo municipal do Termo de Itapeva devido a seu envolvimento num processo. Frei Ponciano de Monte Alto havia sido designado para conter o "tumulto" no aldeamento.

A ausência de Frei Pacífico e a demora em substituí-lo efetivamente, gerou animosidade e revolta no aldeamento de São João Baptista. Os aldeados projetaram vingança pela demora em substituí-lo por outro. Retiraram suas mulheres e crianças para as matas do Rio Itararé para ficarem desembaraçados. Dois chefes indígenas haviam morrido de enfermidades.

O estopim da rebelião de 1856 no aldeamento de São João Baptista foi a ausência do padre. A demissão de Frei Pacifico, no entanto, deveu-se a impossibilidade dele cumprir com o que fora prometido aos índios aldeados pelos civilizados. A falta de assistência médica, de ferramentas, de roupas não viabilizavam a vida nos aldeamentos. O padre era o mediador entre índios e civilizados, era o responsável pelo fornecimento desses objetos. Os aldeados exigiam condições minimamente favoráveis à troca da vida livre nas matas e campos pela reclusão dos aldeamentos.

Tentou-se transferir para o aldeamento rebelde o padre André Barra que estava paroquiando num povoado próximo à Botucatu, mas, depois de alguns dias em São João Baptista, André Barra abandonou o aldeamento e dirigiu-se para o interior sem qualquer aviso.

Com a autorização do Presidente da Província, do Governo Imperial (RJ) e do Comissariado Geral dos Capuchinhos, foi convidado Frei Mathias de Genova a transferir-se de Castro, onde se encontrava, para São João Baptista. Frei Mathias exigiu documentação e nomeação por escrito, o que obteve. Depois de quatro meses de espera, sem comunicação de sua parte, concluiu-se que ele nem chegou a sair de Castro.

²²² Ofícios Diversos. Manuscrito, rolo 01, CEDRAU

Em vista do prolongado abandono do aldeamento, desabafa o Diretor Geral, José Joaquim Machado de Oliveira:

"Vão-se desvanecendo as esperanças que recebi para o restabelecimento deste aldeamento, pois que os Índios acostumados à obediência dos padres, não se sujeitão a outro qualquer que não seja desta profissão, nem mesmo ao thesoureiro que alli reside, e fôra nomeado na expectativa de os conter." ²²³.

A obediência dos índios aos padres estava relacionada, indiretamente, às cotas que o governo destinava, através deles, à manutenção dos aldeamentos. O Diretor Geral recebia as cotas, enviava aos padres e estes distribuíam aos índios aldeados na forma de ferramentas, vestuário, construção de igrejas e pagamento de funcionários. As cotas não eram recebidas com regularidade e, conforme veremos mais adiante, poderiam provir também da iniciativa privada.

No mesmo ano da rebelião no aldeamento de São João Baptista, 1856, o aldeamento de São Sebastião de Piraju também necessitava de Capelão e de ferreiro, um ferreiro que, "além da profissão ensine a fé cristã a soldo de 200\$000 reis" ²²⁴. Em 1862, São Sebastião do Piraju ainda não tinha pároco que, segundo o Presidente da Província, pudesse influir na sua "regeneração moral" ²²⁵.

Segundo um pronunciamento do Presidente da Província, a catequese deveria ser o serviço mais bem montado em todas as Províncias do Império. Segundo ele, a catequese poderia evitar gastos com imigrantes. O governo "não tem poupado esforços", mas, "os índios tinham repugnância aos hábitos da sociedade e do trabalho". Apesar disso, ele sugeriu que se deveria persistir na experiência porque era interesse da sociedade e dever da religião ²²⁶.

Mesmo assim em 1856, entraram na Província trezentos e cinquente europeus para trabalhar na construção de estradas ²²⁷.

Em 1847, os aldeamentos estavam crescendo. Foram registrados momentos de tranquilidade e de grande procura desses locais pelos indígenas itinerantes. São João Baptista recebia verbas da Thesouraria Provincial através do Diretor Geral, mas, também de particulares ²²⁸.

A maior parte do dinheiro recebido pelo aldeamento era gasto na construção de igrejas. Em 10/12/1849, São João Baptista gastou 1.540\$000 réis na construção de uma igreja, 763\$280 réis no pagamento do capitão do aldeamento e, finalmente, 556\$760 réis em vestuário e ferramentas ²²⁹. Dos 2.860\$04 recebidos para as despesas do ano com os aldeamentos apenas 19,5% foram efetivamente gastos em benefícios para os índios aldeados (roupas e ferramentas). Os outros 80,5% foram empregados no pagamento de funcionários não índios e na construção da Igreja, futuro centro dos núcleos urbanos.

²²³ Idem, ibidem

²²⁴ Relatório do Presidente da Província. 15/02/1856, CEDRAU

²²⁵ Relatório do Presidente da Província. João Jacynto de Mendonça, 1862, CEDRAU

²²⁶ Idem, ibidem

²²⁷ Idem, ibidem

²²⁸ Cf. Ofício de J.J. M. de Oliveira ao Inspetor da Thesouraria prestando conta do dinheiro recebido em 1/8/1849, rolo 08, CEDRAU

²²⁹ Ofício de J.J. M. de Oliveira ao Inspetor da Thesouraria em 20/08/1851, rolo 08, CEDRAU

A participação do governo provincial na manutenção dos aldeamentos era realmente pequena. Muitas vezes a iniciativa privada assumia para si esta função. Frei Pacífico de Monte Falco recebeu do Barão de Antonina em 20\09\1849 a quantia de 564\$440 reis e logo depois 900\$000 reis ²³⁰.

Em apenas dezesseis anos, de 1849 a 1865, ocorreu uma brusca transformação nos aldeamentos. Da condição que eram de procurados pelos índios passaram ao estado de esvaziamento e decadência. Não tinham capelão e não recebiam as cotas. Conforme o Diretor Geral, a ausência do padre implicava diretamente no não recebimento das cotas.

"Este fornecimento, era distribuído aos índios pelo seu capellão, como mais adequado para isso, pelo conhecimento que tinha dos mais necessitados, e que se não entregavão à ociosidade e aos vícios, faltando, pois o capellão, e morando o diretor em Itapeva, não devia entregar ao esbanjamento esses dinheiros, não tendo eu conhecimento de pessoa idonea que os recebesse em São João Baptista" ²³¹.

Assim, observamos quatro fatores que motivaram o abandono dos aldeamentos pelos índios:

1. privação das cotas enviadas pelo governo ou por particulares,
2. falta de assistência médica para sanar enfermidades adquiridas no contato,
3. ausência de capelão,
4. a existência de um lugar, longe dos pioneiros, para onde eles pudessem ir. Um exemplo desse lugar era Salto Grande.

Sobre este último fator, o Diretor Geral fez o seguinte comentário:

"Contribuia mais para a evasão dos índios de São João Baptista a vizinhança em que ficava o aldeamento desse aglomerado de índios no Salto-grande de Paranapanema, transfugas dos aldeamentos da provincia do Parana e de São João Baptista, e à que ajuntára-se o pessoal do de São Sebastião de Pirajú quando de motu-proprio se dissolveu; estando persuadido que esta evasão irá agora em progresso, tanto pela falta de capellão ... como porque o novo aldeamento do Tijuco-Preto, que se esta formando dos índios encontrados no Salto-grande, e dos que se desvanecerão pelos sertões de Botucatú e Araraquara, onde tem por vezes commettido assassinatos e roubos, foi a sua direcção entregue ao capuchinho fr. José de Loro, e os índios estão sendo providos de ferramenta e vestuario, circunstancias estas que necessariamente mais attrahirão para allí os de São João Baptista" ²³².

Neste momento concordamos com os fatores apontados por Maria do Carmo Sampaio Di Creddo quanto às dificuldades enfrentadas pelos aldeamentos. Segundo a historiadora, foram três os principais motivos:

²³⁰ Cf. Ofícios e recibos de 20/09/1849, CEDRAU, rolo 8

²³¹ Relatório do Presidente da Província. Anexo do Brigadeiro Diretor Geral dos Índios, Francisco Antonio de Oliveira. 23/12/1867, CEDRAU.

²³² Idem, Ibidem

1. o seu estabelecimento irregular,
2. a falta de funcionários efetivos,
3. a falta de dinheiro ²³³.

Acreditamos que estes motivos existiam porque a política indigenista estava calcada na Lei das Terras (Lei no 601, de 1850) que reservava, das terras devolutas, área para a colonização dos índios e no Regulamento das Missões, de 1854, que permitia serem os índios removidos de seu território, com seu assentimento. Desta forma, o território original dos "selvagens" ficava reduzido a uma pequena área, tentava-se passar essa terra original pela de aldeamento (reservada conforme Lei das Terras), aforavam-se e arrendavam-se as terras em torno do aldeamento e os vizinhos pressionavam as Câmaras Municipais e o Governo Provincial para obter a terra dos índios (aldeamentos)²³⁴ transferindo-os.

São João Baptista foi dirigido pelo Cel Joaquim Fiúza de Carvalho. Fiúza era também encarregado de organizar e dirigir "tropas de bugreiros" para exterminar índios dispersos pelas matas²³⁵. Assim, além dos fatores mencionados acima, podemos acrescentar que não havia por parte dos funcionários destes aldeamentos verdadeiro interesse em fazer o contato ou em mante-lo, em relação aos grupos indígenas contactados.

Verificamos, ao longo das leituras dos Relatórios dos Presidentes da Província, que conforme aumentava o interesse na construção de estradas, diminuiam ou mesmo desapareciam as referências à "Catechese" e aumentavam as referências às "batidas" e "bandeiras". Em 1874, o relator lamenta não poder dar amplos esclarecimentos a respeito do "estado, população, instrução e indústria nos aldeamentos", devido à falta de "organização" dos mesmos. Muitos aldeamentos existiam apenas nominalmente e sua população estava confundida entre as populações dos jovens núcleos urbanos.

"taes aldêas são nominaes, pois que os terrenos forão occupados por particulares e a população indigena confundiu-se com a civilizada" ²³⁶.

Em 1874 apenas São João Baptista e Itariry eram mencionados como lugares de indígenas aldeados, bem como, para onde ainda eram destinados, esporadicamente, dinheiro para a compra de instrumentos agrícolas, roupas e outros objetos. Nesse mesmo ano ficou registrada a ida à capital de dez índios Guarani moradores das vizinhanças de Tijuco Preto. Também do aldeamento de São João Baptista dirigiram-se ao Diretor Geral dos Índios quatorze indígenas. Ambos os grupos solicitavam utensílios. Foram gastos com os Guarani 300\$000 réis e com os aldeados de São João Baptista 400\$000 ²³⁷.

Este pequeno investimento do governo com os índios aldeados ocorreu num momento favorável de um quadro geral de decadência e ausência de interesse do Império e da Província em relação aos aldeamentos. Um ano antes, São João Baptista tinha sido lembrado como aldeia onde faltava tudo: escolas, casas e capelão, isto é, os meios para "centralizar a população, abriga-la e instruí-la",

²³³ DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. Op. cit.

²³⁴ Cf. CUNHA, Manuela C. Os Direiros do Índio. São Paulo:Brasiliense, 1987 pp. 66-71

²³⁵ Di CREDDO, M. do Carmo S. A Fazenda Taquaral: a formação da grande propriedade no Vale do Paranapanema (1850 a 1910). Tese de doutorado, 2v., Unesp/Assis, 1988, p.94

²³⁶ Relatório do Presidente da Província, n° 11, 05/02/1874, rolo 01, CEDRAU

²³⁷ Idem, ibidem, n° 13, 14/02/1875, rolo 01, CEDRAU

conforme instrução do método de contato com os indígenas então utilizado: a "catequese".

Em 1874, foi registrado um conflito em São João Baptista onde morreram dois índios e quatro outros ficaram feridos.

O Diretor Geral dos Índios, num último apelo ao Governo Provincial, exaltava as possíveis vantagens de se investir no Aldeamento de São João Baptista com obras, instrução pública e envio de missionário. Esperava-se que eles atraíssem também a população indígena considerada "hostil", que, segundo ele, infestava a região.

"O missionário de São João Baptista sobre tudo podia doutrinar os Índios que infestão os sertões de Botucatú, e chamar ao gremio da civilização e do catholicismo muitas almas que estão privadas da luz do Evangelho" ²³⁸.

Na década de 1860, o Governo Provincial voltou a interessar-se por investir no aldeamento de São João Baptista. Segundo Maria do Carmo Sampaio Di Creddo, ele estava preocupado com a população de 5000 pessoas que ameaçava abandoná-lo ²³⁹. Não é possível que esta aldeia fosse aldeamento de índios porque eles nunca chegaram a uma população tão alta. As preocupações do Governo certamente foram referentes ao núcleo urbano de São João Baptista próximo do aldeamento de mesmo nome. Por essa época, os índios de São João Baptista, Caiuá e Oti, estavam reunidos no Salto Grande e, em 1866, também no Tijuco Preto. São João Baptista já era um povoado de pioneiros e colonos estrangeiros.

Em 11/11/1892, no projeto do traçado de uma Estrada de Ferro que, partindo do município de Cananéia, iria dar no município de Tijuco Preto, está registrada uma parada no município de São João Baptista. Pode-se assim, comprovar que, em 1892, não só Tijuco Preto havia se tornado centro urbano como também São João Baptista ²⁴⁰.

Em 1888, observamos alguns projetos de fundação de novos aldeamentos na região, mas, foram propostas isoladas que, apesar de obterem apoio, não se concretizaram na prática. Na sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial de 3/3/1888, o Sr. Eugenio Leonel propôs, e, conseguiu aprovar, uma emenda concedendo duas loterias de cinquenta contos para a fundação de colônias indígenas nos municípios de São João Baptista do Rio Verde e Campos Novos do Paranapanema. Seus argumentos foram os seguintes:

"A provincia sabe da guerra fraticida que tem havido no sul da provincia de São Paulo contra os indígenas, guerra que tem ensanguentado o sólo e feito muitas victimas. E como os intuitos de nossa civilização são outros, isto é, confraternizar os povos, e chamar esses nossos patricios ao gremio da sociedade, lembrei-me de apresentar uma emenda que, não acarretando onus para a provincia, pôde alcançar esses beneficios

²³⁸ Idem, ibidem, n° 11, Anexo n° 27, 05/02/1874, CEDRAU

²³⁹ Di Creddo, Maria do Carmo Sampaio. Op. cit., 1988, p. 114

²⁴⁰ Anaes da Assembléia Legislativa de São Paulo. 76a Sessão Ordinária 11/11/1892

grandiosos e por esse meio aumentar os braços para nossa lavoura"
241.

Nesse mesmo ano de 1888, como uma tentativa de reação, foi nomeado para Diretor da Catequese e Civilização dos Índios no Vale entre o Rio Paranapanema e o Rio Tietê, Frei Mariano de Bagnaia. Ele residiria em Campos Novos, sede da catequese. Como diretor do primeiro aldeamento que se pretendia fundar foi nomeado Frei Francisco d'Alatri.

O local foi escolhido e demarcado, com planta e projeto aprovados pelo Presidente da Província, conforme dizeres do engenheiro encarregado da demarcação e do projeto para o aldeamento,

"Repetidos factos de agressões dos Indios se têm dado no municipio de Campos Novos ... Neste sentido foi-me determinado ... que procedesse a demarcação do citado aldeamento cujo local teria de ser indicado pela respectiva Camara Municipal Escolhido definitivamente aquelle local, que fica mui proximo da raiz da Serra dos Agudos e distante 15 km da villa de Campos Novos, em terras ocupadas por Geraldo Gordulho ..."

Esse aldeamento, porém, não saiu do papel, segundo ainda o mesmo engenheiro citado pelo Visconde de Parnahyba,

"Até hoje, porém, ainda não foi fundado aquelle aldeamento, o que é para lastimar, pois, é minha convicção que, enquanto não fôr estabelecida, por meio de aldeamentos, a catechese regular dos Indios, que ainda infestam a zona comprehendida entre a Serra dos Agudos e o rio Tietê, continuarão systematicamente, por parte delles e da população sertaneja, as aggressões em represalia, verdadeira luta fraticida que tanto envergonha a civilização do nosso paiz!" 242.

Nos pronunciamentos acima, fica claro que a região "problema", para a continuidade da conquista, eram os territórios habitados por Kaingang: o interior da Província, a partir da Serra dos Agudos. Fica evidente, também, que os aldeamentos deixaram de atender os interesses do processo de conquista pois os Kaingang continuavam isolados e em fuga no interior paulista. Durante os anos 1860 foram esvaziados os aldeamentos e, talvez em consequência, aumentaram o número de assaltos indígenas às populações pioneiras. Se o Governo desleixava as suas obrigações para com os aldeamentos, o comportamento do índio aldeado também mudava. Mesmo aqueles que até há pouco tempo procuravam as fazendas em busca de "proteção", alimentação, roupas e ferramentas desapareceram. Por conta disso, a mobilização indígena na área também se intensificou 243.

²⁴¹ Anaes da Assembléia Legislativa de São Paulo. Sessão Ordinária 188. rolo 10, CEDRAU

²⁴² Exposição do Visconde De Parnahyba ao Presidente da Província, Francisco de Paula Rodrigues Alves. 19/11/1887, sem local de publicação.

²⁴³ Em 1862, ocorreram assaltos na fazenda Alambary, no município de Botucatu. Em 1864, a elite política estava preocupada em "cessar a oscillação dos indígenas, que ultimamente se tem verificado na provincia em não pequena escala" Cf. os Relatórios dos Presidentes de Província de

Em 1864, um grupo de Guarani Caiuá e Oti Xavante, comerciantes de produtos naturais, saíram das matas e se juntaram a outros de São João Baptista, em Itapeva e dirigiram-se conjuntamente para o aldeamento de Itariry, em Iguape ²⁴⁴, a fim de aí morarem.

Em 1864, no dia 5 de outubro, foi registrado em São Domingos, na região de Agudos, o assassinato de oito integrantes de uma família. O sub-delegado, Capitão José Rodrigues de Oliveira Coutinho, apurou os responsáveis, concluindo que eram índios do além Paranapanema, de Salto Grande, "beneficiados" pelo governo através dos aldeamentos. Houve outros atentados, o que tornava a população cada vez mais amedrontada ²⁴⁵.

Acreditamos que estas investidas indígenas em fazendas e pequenos povoados eram feitas por índios de diferentes localizações na Província. Eles queriam apropriar-se de ferramentas, roupas e comidas.

Para os conquistadores, a antiga diferenciação das populações indígenas em "mansos" e "bravos" vigorava ainda sob a interpretação de índios que se permitiram a experiência do aldeamento e índios que a evitaram.

Em 1872, Itararé, Tijuco Preto e São Sebastião do Pirajú contavam com uma diminuta população indígena que, segundo o Presidente,

"não se sujeitam a vida sedentária e pacífica de agricultores devido a índole bravia dos gentios que os compõem" ²⁴⁶.

Os lugares de maior incidência dos ataques indígenas, nesse período, década de 60 e 70 do século XIX, foram as proximidades do Ribeirão Batalha, as "matas do Bauru", a fazenda do Alambary (São Domingos), o município de Botucatu, a vila de Campos Novos, na "água das mortes" (afluente do Ribeirão Alegre), na cabeceira do Ribeirão São Matheus, na Serra do Mirante, Tiguera, cabeceiras do Rio Veado, Taquaral, Ribeirão da Panela e Três Barras ²⁴⁷.

Acreditamos que, excluídas as "Matas do Bauru", a maior parte desses ataques foi para se apropriar de animais e instrumentos de ferro, o que poderia ter sido evitado com a manutenção da política de aldeamentos. Alguns desses conflitos acabaram em mortes, as quais foram inteiramente debitadas somente aos indígenas e não aos erros e irresponsabilidades, por parte dos colonizadores, na condução de uma política de contactos.

SÃO SEBASTIÃO DO PIRAJU

O segundo grande aldeamento, São Sebastião do Piraju, foi fundado em 1854, no município de Botucatu. Os índios aí aldeados foram de imediato reconhecidos como "mansos" e que estavam sendo perseguidos pelos "selvagens", os Kaingang.

João Jacynto de Mendonça, 1862, e de Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, 24\10\1864, CEDRAU.

²⁴⁴ Relatório do Presidente da Província. 24/10/1864, CEDRAU

²⁴⁵ Relatório do Presidente da Província. Cons. João Crispiniano Soares. 02/02/1865, CEDRAU

²⁴⁶ Relatório do Presidente da Província. José Fernando da Costa Júnior. 2/2/1872, CEDRAU

²⁴⁷DI CREDDO, Maria do C. S., A fazenda Taquaral: a formação da grande propriedade no Vale do Paranapanema (1850-1910). Tese de Doutorado, 2v., Unesp/Assis, pp. 89 a 94

"...pertencião às tribus que vivem na margem direita do Paraná, e que, transpondo este rio em demanda de mais facil alimentação, internarão-se no sertão de Botucatú, e ahi, deparando com as hordas selvagens que o infestão, forão por estas hostilizados e dalli repellidos para os nossos povoados." ²⁴⁸.

Em 1856 esse aldeamento apresentava um acréscimo tão visível na sua população que acionou a sociedade local. Era preciso vigiar e controlar aquela população aldeada a fim de que ela não impedisse a apropriação das terras locais demandadas pela economia agrícola e pela criação de gado, e, se possível, usar essa mesma população a fim de facilitar além da própria apropriação do espaço, seu reconhecimento geográfico e sua modernização, construindo-se aí picadões e estradas. A proposta era que, através da religião e do regime de trabalho, fossem criados laços de dependência entre as comunidades indígenas e os civilizados. Daí, seria possível promover a "catequese e a civilização" dos índios aldeados ²⁴⁹.

"Com o aumento dos indígenas no aldeamento de São Sebastião do Piraju, em Botucatu, houve necessidade de uma organização mais eficiente no sentido de conter os índios na área do aldeamento. Assim, coloca-se a necessidade de um capelão, para tanto foi solicitado um capuchinho. Além disso, foi solicitado também a contratação de um ferreiro para que se pudesse ensinar o ofício aos indígenas" ²⁵⁰.

Entretanto, neste momento não foi conferido capelão para este aldeamento. A Assembléia Provincial designou-lhe a quantia de 800\$000 réis anuais donde seriam reservados 200\$000 réis para o pagamento de um ferreiro.

"... com ella (a quantia) ia-se mantendo a custo o aldeamento, servindo de auxilio aos índios o pequeno trafico que fazião dos objetos naturaes que extrahião das matas, onde frequentemente entravão" ²⁵¹.

A lavoura era promovida pelas mulheres,

"Para que se iniciasse a lavoura no aldeamento de Piraju, como aconteceu nos primeiros tempos de São João Baptista e enquanto viveu o seu capellão Frei Pacifico fazia-se de mister a residencia alli de um missionario incumbido da catechese dos indios, de doutrinal-os na moral e nos trabalhos, dando-lhes para estes o proprio exemplo" ²⁵².

Esta ajuda acabou sendo desviada para um quarto aldeamento, no Salto Grande do Paranapanema. Pessimista em relação aos resultados dessa

²⁴⁸ Relatório do Presidente da Província. Anexo do Brigadeiro Diretor Geral dos Índios Francisco Antonio de Oliveira. 23/12/1867, CEDRAU

²⁴⁹ Conforme Relatórios de Presidentes de Província, rolo 10, microfílm, CEDRAU

²⁵⁰ DI CREDDO, Maria do C. S. "A política de Aldeamentos e Bandeiras no Vale do Paranapanema". SP, Revista de História, v.8, 1989, p.43

²⁵¹ Idem, ibidem

²⁵² Idem, ibidem

transferência, o Diretor Geral acreditava que o aldeamento de Salto Grande também fracassaria pois havia sido formado com os "tranfugas" e os "bandidos".

"(Salto Grande) viria a ficar nas mesmissimas condições do de Pirajú, porque só podia ser organizado pelos transfugas dos aldeamentos alli aglomerados, cuja mór parte compondo grupos de bandidos, derramavão-se estes pelos municipios de Botucatú e Araraquara, atentando contra a vida e a propriedade de seus habitantes, ou invadirão em tom de paz as povoações pondo-as em contribuição forçada, como por vezes aconteceu na capital" ²⁵³.

Nesse momento de esvaziamento e revolta nos aldeamentos, a primeira impressão que se tem é a ocorrência de uma aliança entre os indígenas até então aldeados e os fugidos, exilados nas terras mais do interior.

Notamos que os "magotes" eram formados pelos antigos índios aldeados, que buscavam negociação e reivindicavam objetos da civilização, inclusive, na capital. Eles roubavam e esporadicamente assassinavam mas não pelas mesmas razões que caracterizavam os ataques dos Kaingang. Os "Magotes" eram compostos principalmente pela associação de índios que já haviam vivido em aldeamentos, mas que estavam agora em fuga pelas matas. Aí, eles se aliavam a outros grupos indígenas vindos do Paraná para roubar gado, saquear e incendiar fazendas e moradias e preparar emboscadas nas estradas.

Tal como expusemos no capítulo anterior, em 1864, os aldeamentos de São Sebastião do Piraju e São João Batista estavam aniquilados e em "decadência". Revoltas e motins começavam a aparecer nesses aldeamentos de índios "mansos", que até então, "conviviam" com os não índios.

O maior número de "ataques" indígenas às populações pioneiras foi registrado em 1864, principalmente através dos "magotes".

No artigo estudado, Di Creddo problematiza o contexto do conflito entre índios e brancos a partir dos interesses dos conquistadores. Não se verifica no trabalho relação ou tentativa da autora em articular a política dos brancos (indigenista) com a política dos índios (indígena). A "necessidade dos pioneiros assegurarem e manterem a grande propriedade privada e a continuidade do povoamento"²⁵⁴ justifica, para ela, todas as manifestações da sociedade tanto indígena quanto civilizada. Neste artigo, os "magotes" e as reivindicações dos aldeados em rebelião revelam-se como obstáculos à implantação da propriedade privada na área. Acreditamos que além disso, eles também indicam uma incontestável articulação política das tribos aldeadas perante o não cumprimento, pelos civilizados, dos pactos feitos entre índios e fazendeiros quando iniciaram-se os aldeamentos. Justificados pela formação da grande propriedade privada, os "magotes" perdem, nessa perspectiva, a sua importância enquanto manifestação do descontentamento indígena.

Houve episódios de recrudescimento do avanço da frente pioneira e revigoramento das forças indígenas rebeldes. Durante a década de 1860, o processo de relacionamento dos "civilizados" com os indígenas se expressou também em alianças temporárias com alguns elementos da sociedade civilizada,

²⁵³ Idem, Ibidem

²⁵⁴ Idem, Ibidem

indivíduos também marginalizados no processo de conquista. Eram posseiros que, depois de terem se apropriado de terras, perdiam-nas para os grandes criadores de gado e fazendeiros do café. José Theodoro de Souza, posseiro vindo de Minas Gerais e pioneiro no Vale do Paranapanema, liderou um grupo de Oti-Xavante em busca de ferramentas e roupas na capital. Conduziu-os inutilmente até a capital e depois retornou. Além de não obterem os objetos de que necessitavam, durante o retorno, as mulheres se prostituíram e os homens foram utilizados como força de trabalho ²⁵⁵.

Pudemos observar outros momentos de conflitos. Esses momentos de revoltas e esvaziamento nos aldeamentos e a concentração de índios rebeldes no Salto Grande precederam a formação de "magotes". Os "magotes" não pediam mas exigiam das populações contribuições forçadas. Nesses momentos percebemos um tipo de ruptura da negociação pacífica, de desequilíbrio no intercâmbio ideológico e cultural dos indígenas com os colonizadores. Os procedimentos político-estratégicos indígenas influenciavam certas mudanças na política indigenista paulista em relação ao trato com os índios, como por exemplo, a concedida autonomia dos moradores locais para tratar com os índios (acirrando dessa forma a violência local já que para os pioneiros os índios eram obstáculo à apropriação capitalista da área). A autonomia e impunidade dos moradores aumentava os crimes praticados contra os indígenas. A população civilizada local podia decidir onde seriam aplicadas as cotas destinadas aos aldeamentos e solicitar a formação das "tropas de bugreiros".

Na medida em que os grupos Oti e Guarani eram assimilados pela sociedade civilizada ou destruídos por doenças e assassinatos, os Kaingang ficavam cada vez mais próximos das frentes pioneiras.

São Sebastião do Pirajú havia desaparecido. As poucas mulheres que ficaram de seu antigo pessoal, em pouco tempo, também seguiram para outras regiões. Levando o "Orago" da capela, elas seguiram para a margem sul do Paranapanema onde pretendiam levantar uma povoação.

A Província estava com seus aldeamentos oficiais esvaziados. Índios dispersos pelas matas, vales e serras, periodicamente aproximavam-se de moradores e de povoados do Planalto Paulista criando condições para implantação do medo e da desconfiança que acompanharam a vida dos conquistadores paulistas. Na Assembléia Legislativa, em 1866, um deputado já idoso, Conselheiro Paula Souza, defendeu a idéia de se criar o 4º aldeamento, próximo do local de maior incidência de índios foragidos tanto desta Província de São Paulo como do Paraná. O local ideal seria próximo do Salto Grande. Para este aldeamento seriam, então, desviados os recursos do aldeamento de Pirajú, que estava desativando-se.

"por aviso de 14/11/ do anno passado, fôra o capuchinho Frei José de Loro nomeado director do aldeamento do Tijuco-Preto, à margem do Paranapanema em Botucatu, com o vencimento anual de 1.200\$000 reis" ²⁵⁶.

²⁵⁵ NIMUENDAJU, Curt. Textos Indigenistas: relatórios, monografias, cartas \ Curt Nimuendaju. Loyola, 1982 (coleção Missão Aberta).

²⁵⁶ Idem, Ibidem

Este padre e diretor do aldeamento chegou ao sítio denominado Tijuco-Preto e lá encontrou mais de cinquenta índios com os quais assentou-se nas cercanias.

Em 17 de janeiro de 1867, o padre requisitou através de ofício dirigido ao Diretor Geral dos Índios, e encaminhado também cópia ao Presidente da Província, o fornecimento de ferramentas e vestuário para os índios que se encontravam no Tijuco Preto. Esse pedido foi de novo apresentado em 13/3/1867, dois meses depois. Neste último ofício, o Diretor Geral dos Índios, Francisco Antonio de Oliveira, tentou sensibilizar a Presidência da Província a cumprir a sua parte no contrato com os índios.

"Bem sabe V.Ex. que, pela natural desconfiança dos índios, o nucleo dessa raça com que se organisa aquelle aldeamento (que, segundo as ultimas notícias, excede a cem), pôde abandonal-o com as apreensões de que faltou-se-lhes com o prometido, e é este muito prejudicial a catechese e a compromette"²⁵⁷.

Mesmo assim, foi só em 18/07/1867, seis meses depois do primeiro pedido, que a Presidência da Província comunicou-se com o Diretor Geral dos Índios solicitando um orçamento da despesa a ser feita para a compra de materiais. Em 04/10, nove meses depois do primeiro pedido, é que o material partiu para o aldeamento.

Este aldeamento estava funcionando, mas, em 1869, todos os índios abandonaram Tijuco Preto em consequência da saída do Frei José Loro e da morte, por assassinato, do capitão indígena, José Luiz Lucas. É desconhecido o destino que tomaram. Os aldeamentos de São João Batista e de Itariry também estavam no mesmo estado do Tijuco Preto, ou seja, desativados.

Desde 1864, ficava evidente que o poder público deixava de investir na "catequese e civilização" baseados nos aldeamentos. Os índios aldeados reclamavam da falta de padres, de ferramentas e de vestuário. Grupos de Oti-Xavante e de Guarani constantemente seguiam inutilmente para a capital em busca de auxílio. Os aldeamentos não estavam mais fornecendo o mínimo necessário para a sobrevivência indígena dentro dos seus limites.

Cada grupo indígena criou diferentes formas de resistir e de atuar politicamente. Em relação aos índios aldeados, mesmo sendo aldeados nas regiões até então por eles habitadas, um novo reconhecimento e reorganização do espaço físico, da flora e da fauna, se fazia necessário, em vista da nova perspectiva de vida: antes auto-gestionada e baseada na ajuda mútua, agora, reclusa e controlada por indivíduos estranhos à comunidade. Em função da manutenção dessa nova forma de vida, os grupos redefiniam sua representação e atuação política e social de contato com os civilizados.

Houve um tempo de florescimento dos aldeamentos quando eles atraíam para si índios dispersos e grupos itinerantes. Nesta época foram para eles destinados padres, mestres de ofício e dinheiro. O fim dessa situação razoavelmente confortável não foi por acaso. Acreditamos que a desorganização, a carência de funcionários e de materiais fizeram parte de uma nova orientação política da frente pioneira. A ausência dos aldeamentos enquanto mediadores no

²⁵⁷ Idem, Ibidem

contato com os Kaingang, as rebeliões, as reivindicações não atendidas e a formação de "magotes" em áreas onde houvera aldeamentos revelam uma mudança objetiva nessa política. Aquelas tribos que já haviam sido aldeadas, agora passavam por um processo de diluição no interior da sociedade nacional. Nessa maneira de ver a questão, para o poder público, depois de aldeados, isto é, de retirados os índios das "matas", não era mais necessário investir nos aldeamentos. Eles perdiam a sua importância enquanto aldeamento indígena e adquiriam paulatinamente características de núcleo urbano. Os indígenas, Guarani e Oti, desapareciam e seus territórios eram usurpados.

Por outro lado, enquanto nos aldeamentos presenciemos fugas e revoltas, estradas e picadas vão cortando os territórios Kaingang, tendo à sua frente as "tropas de bugreiros".

3.1.2. OS KAINGANG E AS "BATIDAS"

Em 1871, os povos indígenas que habitavam o interior do Planalto, continuavam fora do controle dos conquistadores. Era o que relatava o Diretor Geral ao afirmar que:

"Até agora têm sido ineficazes todas as medidas de que se ha lançado mão para o chamamento dos índios selvagens dos sertões de Botucatu e Araraquara, e unicos de que ha noticia na provincia, a se aldearem deixando a vida nômade, que tão fatal ha sido aos povoados que se avizinhão desses sertões" ²⁵⁸.

Diziam os relatórios e ofícios que várias tentativas de contato tinham sido promovidas sem, contudo, obter-se o mínimo de comunicação.

Os objetos deixados pelos caminhos recém abertos, eram encontrados, depois de algum tempo, ainda intactos.

"Desprezada pelos selvagens foi para o seu chamamento à nós a tentativa ultimamente lembrada por Felicissimo A. de S. Pereira, fazendeiro do município de Botucatu, depois de varias entradas que fez nas matas nessa diligencia, a de deixar nos lugares mais frequentados por elles, objetos que mais apreção, e abrindo avenidas no sertão que facilitassem a sua comunicação com os povoados. Acharão-se intactos esses brindes, havendo vestigios de que os selvagens por alli transitarão; ..." ²⁵⁹.

A partir daí, podemos observar que o interesse dos Kaingang não recaía apenas na obtenção de roupas, comida e ferramentas, mas também de autonomia sobre seus territórios e distanciamento dos núcleos de pioneiros.

Para o Diretor Geral dos Índios, Francisco Antonio de Oliveira, o fato dos Kaingang terem recusado os brindes dos civilizados confirmava a sua "selvageria"

²⁵⁸Cf. Idem, *ibidem* e Relatório do Presidente da Província. A. da Costa Pinto Silva. 05/02/1871, rolo 01, CEDRAU

²⁵⁹ Relatório do Presidente da Província, 05/02/1871, rolo 01, CEDRAU

e forçava os conquistadores a buscarem outros meios, que não o do aldeamento, para contactá-los.

Aí percebemos o duplo papel das aberturas de estradas: unificadoras dos povoados e dos moradores dispersos e devastadoras das organizações sócio-espaciais indígenas, ou seja, condutoras do "progresso" e da guerra, tal como se pode notar no seguinte trecho do Relatório do Presidente da Província, em 1866:

"Mais um desengano da pacificação dessas hordas, e uma certeza da sua indomabilidade, levada a uma tal exacerbação, além da sua índole bravia, pelos que a poucos annos, atravessando o sertão, fizeram horrível matança nos selvagens, não poupando sexo e nem idade, e apossando-se da melhor parte do mesmo sertão, mercadejarão as terras de que não tinham necessidade. Mallogrados os meios que até agora têm sido postos em pratica para attrair esses selvagens à civilização e sendo de indeclinavel necessidade, ao menos, fazel-os retirar das proximidades dos povoados para salvar os habitantes dos seus accommettimentos, parece a Felicissimo que esse meio consiste em devassar aquelle sertão com a abertura de estradas em diversos sentidos ..." ²⁶⁰.

São as estradas que, finalmente, depois de séculos de isolamento vão possibilitar o contato forçado e irreversível com as tribos Kaingang. A agricultura e a indústria estavam se desenvolvendo com rapidez e com boa produtividade. As vias de comunicação e transporte faziam parte da estrutura necessária desses dois ramos econômicos.

Neste fragmento do discurso do Presidente da Província pronunciado em 1871, podemos perceber a importância da abertura de estradas e as perspectivas para o futuro:

"O mau estado das vias de comunicação da provincia faz um triste contraste com os elementos de prosperidade que ela possui, e é isso incontestavelmente uma prova irrecusavel do atrazo ... a facilidade dos transportes sera a fonte prodigiosa d'onde ha de sahir a riqueza, o desenvolvimento e o progresso d'esta bella parte do imperio" ²⁶¹.

A continuidade do desenvolvimento da Província estava diretamente relacionada com a construção de estradas, inclusive de ferro. A quantia gasta na sua construção era assustadora mesmo para os parlamentares de então. Em 1866, o orçamento para a construção e conservação dessas estradas era altíssimo. Para 4.600 Km de estradas na Província foram gastos 338:900\$000 de réis ²⁶².

²⁶⁰ Cf. Relatório do Presidente da Província. 03/02/1866, rolo 01, CEDRAU

²⁶¹ Relatório do Presidente da Província. Sebastião José Ferreira, 1877, Rolo 1, CEDRAU.

²⁶² Veja-se os quadros D e E. No quadro E, referente aos gastos da Província com a construção de Estradas de Ferro, foi constatado um excesso de dinheiro em caixa. No segundo, quadro D, o governo reclama do mau estado das finanças públicas e apresenta um quadro do valor dos juros pagos por ele às diversas Companhias construtoras estrangeiras de 1870 a 1877. Ver também Relatório do Presidente da Província. Dr. João da Silva Carrão. 03/02/1866, Rolo 1, CEDRAU

A sociedade estava entusiasmada com os "benefícios" que as Estradas de Ferro podiam trazer para o seu fortalecimento.

"O movimento commercial, o aperfeiçoamento de todas as industrias, a diffusão da instrução, o incremento da riqueza publica e particular, o augmento rapido e progressivo das populações, são presentes que trouxeram a locomotiva"²⁶³.

Além do transporte de passageiros, do escoamento da produção agrícola e industrial, o aperfeiçoamento das vias de comunicação era uma das condições fundamentais para a instalação de colônias de imigrantes. A sua construção também era uma obra dos imigrantes, pois os engenheiros que as construíram eram na sua maioria estrangeiros. Também para conservá-las os técnicos eram solicitados do exterior. De 1872 a 1873 vieram da Bélgica, França e Portugal 480 colonos com os quais a Província gastou 42.447\$727 réis distribuídos em gratificações aos agentes, passagens, adiantamentos, seguro, alimentação, vapores, estradas de ferro e outros itens. Em 1873 entraram, de janeiro a dezembro, 437 imigrantes sendo 131 alemães e 306 portugueses. Já em 1875 entraram na Província 3.289 imigrantes ²⁶⁴.

Em 1876, o Presidente da Província afirmava que a conservação e o planejamento das estradas estavam entre os mais importantes deveres da administração ²⁶⁵.

Grande parte dessas estradas e de seus prolongamentos e ramais seguiam em direção aos territórios indígenas. Nos momentos de maior "pico" de construção de estradas, verificamos que o Governo também investiu nas "batidas", pagando por elas aos "fazendeiros-bugreiros" e doando terras aos participantes.

Em 1856, Felicissimo Antonio de Souza Pereira, fazendeiro bastante conhecido na região tornou-se um herói e suas façanhas, enquanto chefe e organizador de "batidas" contra os índios Kaingang, foram mitificadas. Mais ao sul, outro fazendeiro destacou-se pelo mesmo motivo. Era o Cel. Francisco Sanches de Figueiredo. Além de organizador "autônomo" das "batidas", há provas de que ele também foi contratado pela Cia. Tibiriça e Diederichsen para eliminar os índios das terras onde seria construída a estrada Campos Novos do Paranapanema-Vacaria(MT), a primeira grande estrada ligando estas duas localidades através do interior de São Paulo.

Felicissimo foi, entre outras, o responsável pela abertura de um picadão ligando Lençoes ao Salto do Avanhandava ²⁶⁶.

Em meados do século XIX já havia na região denúncias de violências contra os indígenas do "Bauru" e do "Paranapanema". Violências organizadas pelas populações locais ²⁶⁷.

²⁶³ Relatório do Presidente da Província. Sebastião José Ferreira. 1877 rolo 01, CEDRAU

²⁶⁴ Cf. os Relatórios dos Presidentes de Província de João Theodoro Xavier, 05/02/1874, nº11; de João Theodoro Xavier, 14/02/1875, nº 13; de Sebastião José Ferreira, 06/02/1877, nº 15. Rolo 1, CEDRAU.

²⁶⁵ Relatório do Presidente da Província, Sebastião José Pereira, 02/02/1876, nº14.

²⁶⁶ Ofícios Diversos, rolo 1, CEDRAU

²⁶⁷ Cf. Di Credde, M. do C S. op.cit. 1989, pp. 43 e 44 ; sobre a formação de "dadas" em Campos Novos, Bauru e Lençoes, ver: COBRA, Amador Nogueira. Em um recanto do sertão paulista. São

É interessante observar que na região de Lençoes e Bauru, repleta de índios, não houve nenhum aldeamento. Os fazendeiros do Bauru e da Serra dos Agudos criticavam a Diretoria Geral dos Índios pela política de Aldeamentos que não estava "funcionando" nesta área. A Igreja deparava-se com a ineficácia dos seus antigos métodos de catequização.  s margens do Rio Itararé, grupos Caiuá se aglutinavam na propriedade do Barão de Antonina, que os recebia. Os conflitos entre Kaingang e pioneiros aumentavam nas áreas banhadas pelos Rios Feio-Aguapei e do Peixe.

Sob pressão política de fazendeiros locais, o governo não são admitiu como também estimulou a formação de "batidas". Elas consistiam na organização de um agrupamento de sertanistas, fazendeiros, índios mansos e "homens práticos do sertão" que partiam para o interior do Planalto Ocidental em busca de aldeias ou de índios dispersos para assassinar-los ou capturá-los. O Governo Provincial costumava remunerar os integrantes destas expedições e fornecia instruções oficiais no tocante à sua formação e atuação ²⁶⁸.

As cidades de Campos Novos do Paranapanema, Botucatu, Bauru e o trecho da Estrada de Ferro Noroeste de Bauru entre as estaç es de Albuquerque Lins (atual cidade de Lins) e Araçatuba se sobressairam na organização destas "batidas".

A frágil política de criação de aldeamentos recebia críticas dos moradores e fazendeiros. Era acusada de ineficaz pois n o resolvia o incómodo problema dos "ataques" indígenas. Dizia-se que os índios das "Matas do Bauru" eram assassinos e resistiam aos métodos de "catequese" em aldeamentos ²⁶⁹.

Era comum, nesta área, justificar a falência da catequese e a adoção das "batidas" através da estigmatização do comportamento do  ndio: "incapaz de se deixar civilizar". No interior paulista, a partir de 1863, o governo e os fazendeiros tinham grandes dificuldades para controlar as investidas dos índios às povoações de brancos.

No final de 1863, Felicissimo Antonio de Souza Pereira, fazendeiro designado "encarregado da catequese", formou um roçado que seria deixado para atrair  ndios. Assim que estes se acercaram do roçado - a maioria era mulheres, crianç s e velhos Kaingang - os invasores "catequistas" atacaram e aprisionaram toda essa população ²⁷⁰. Acreditamos que esses procedimentos criavam algumas das condições que provocavam a organização dos contra ataques indígenas. Eles procuravam recuperar seus parentes, familiares e amigos aprisionados pelos "bugreiros".

Em 1864, a guerra aberta e declarada contra as comunidades tribais foi definitivamente assumida pelas forç s políticas e sociais do centro-oeste da

Paulo, Hennies, 1923 ; SCHIMIDT, Cornélio. "Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904". IN: Anais do Museu Paulista, 15:337-438, São Paulo, 1961; Oficios Diversos, rolo 1, CEDRAU.

²⁶⁸ Cf. Oficio do Diretor Geral dos  ndios (DGI) José Joaquim Machado de Oliveira, ao fazendeiro e "bugreiro", Felicissimo A. de S. Pereira. Oficios Diversos. rolo 1, FCL da Unesp/Assis (CEDRAU)

²⁶⁹ Aos Kaingang foi atribuido o massacre da famosa expedição do Padre Claro Monteiro dizimada quando em uma tentativa de catequese nas "matas do Bauru" in: TIDEI LIMA, João Francisco. A Ocupação da Terra e a destruição dos índios na região do Bauru. Mestrado em História pela FFCL da USP, São Paulo, 1978, 199 pp. Outra autora coloca em d vida o fato de ser atribuido aos Kaingang a autoria do massacre. Trata-se de BORELLI, Silvia Helena Simões.  ndios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração. SP, Yankatu \Pr - ndios de SP, 1984

²⁷⁰ Cf. DI CREDDO, M. do C. S. Op. cit., 1989, p.47 e Oficios Diversos, rolo 1, CEDRAU.

Província de São Paulo. Houve ataques de índios e morte de colonos em vários pontos do Planalto.

A povoação local propôs que se criasse uma "força armada" efetiva, composta de homens da região. Sob a orientação do delegado de polícia da Freguesia de São Domingos, foi criada a tal "força armada" com homens assalariados e preparados para a tarefa, sob o comando do experiente "bugreiro" Felicíssimo ²⁷¹.

O governo participava abertamente do conflito entre índios e pioneiros tomando o partido destes últimos, financiando e estimulando as "batidas".

Conforme vimos atrás, as cotas dirigidas à "catequese e civilização" dos índios eram direcionadas, nos aldeamentos, quase inteiramente para a construção de igrejas. Nas áreas de índios Kaingang, elas eram doadas como indenização aos fazendeiros que haviam sido "lesados" em suas roças e objetos devido aos ataques dos Kaingang:

"... as quantias que se achavão em meu poder já as tenho gasto, pouco esta afim de evitar aggressões da parte dos habitantes a quem os ditos Indios tem destruido suas roças e mais objetos, vi-me obrigado a satisfazer os referidos prejuisos" ²⁷².

Invocando os grupos indígenas "atualmente" (1874), problemáticos, o Diretor Geral dos Índios descreveu com clareza o rumo que o contato entre índios e brancos estava tomando. Vejamos:

"Por diversas vezes tenho chamado a atenção de V. Exc. para os índios da margem esquerda do Tietê e da Serra dos Agudos que infestão os sertões de Botucatu. Perdida a esperança de se constituir uma catechese regular, pois não ha missionario, em estabelecimento de instrução e de agricultura, nem fabricas, confio que so o desenvolvimento da viação e colonização civilisará essas regiões" ²⁷³.

Posseiros, fazendeiros e índios formavam o triângulo de interesses que se interrelacionavam definindo as características da conquista do Planalto paulista pela modernidade. Cada marco geográfico, tais como uma montanha, um rio ou uma mata mais densa, tinha significação tão particular para cada uma destas três frentes, que é necessário tecer algumas considerações a respeito.

Para a frente pioneira, composta pelos posseiros e fazendeiros, os trabalhos de abertura de picadas, de estradas de rodagem e de trens de ferro, a navegação dos rios, o desmatamento, a confecção de planos de desenvolvimento e de mapas geográficos minuciosos, eram indícios de evolução e progresso, sendo, portanto, a única direção certa e indiscutível a ser tomada. As florestas, os rios, a propriedade coletiva da terra e dos animais, eram essenciais aos índios não somente a sua sobrevivência física, mas também cultural. Esses valores eram

²⁷¹ "no mês de dezembro de 1864, o representante das Terras Públicas e Colonização, da Província de São Paulo, recebia ordens do Presidente da Província no sentido de informar sobre as medidas propostas pelo subdelegado de Polícia da Freguesia de São Domingos " DI CREDDO, M. do C. S. Op. Cit., 1989.

²⁷² Cf. Ofício de Felicissimo A. S. Pereira ao DGI J. J. M. Oliveira. 24/02/1862. rolo 1, CEDRAU.

²⁷³ Relatório do Diretor Geral dos Índios (DGI), 1874, rolo 01, CEDRAU

rechassados com veemência e relacionados com o "atraso" pela frente pioneira. Para os conquistadores, o Vale do Paranapanema era uma região a ser explorada, de difícil acesso, atrasada, ocupada por homens semelhantes às feras, os índios bravios; foco de doenças e de geada. A sua ocupação era demorada e difícil devendo ser feita através da construção das estradas e da implantação da iniciativa privada. Para os Kaingang, o Vale era a sua última e única chance de preservação física e cultural. Em algumas regiões, ele foi ocupado primeiramente por pobres posseiros que chegaram a conviver pacificamente com os índios.

Em 1858, trezentos fazendeiros e moradores fizeram uma petição ao Presidente da Província exigindo segurança pessoal e para as suas propriedades. Na década de 1860, a Câmara Municipal de Botucatu declarou-se impotente ante os ataques indígenas.

"O chamado 'índio bravo', atravessava, segundo a população branca, a linha dos povoados, ficava emboscado nestas matas, e daí saía para o que se denominava na época, de 'fazer correrias', isto é, promover ataques às populações ali estabelecidas"²⁷⁴

Nas "Matas do Bauru" e "Chapada dos Agudos", eram constantemente registrados ataques de "índios selvagens", nesse mesmo período, mais ao sul, próximo ao Rio Paranapanema os aldeamentos eram procurados por Oti-Xavante.

Longe das margens do Rio Paranapanema outra prática política indigenista estava se delineando. Eram as "neo-bandeiras", também chamadas de "dadas" ou de "tropas de bugreiros" e "batidas". Enquanto no aldeamento de São João Baptista da Faxina ocorria o início de uma revolta indígena em 1856, nas "Matas do Bauru", as negociações entre índios e brancos estavam encerradas e os fatos já haviam tomado rumos declaradamente hostis e belicosos. Os ataques indígenas eram constantes. As povoações locais, através de Felicíssimo A. S. Pereira, solicitavam do governo autorização para a formação das "dadas" ou "bandeiras".

As "correrias" dos Kaingang nas regiões ao norte do Rio do Peixe, no "Bauru", na "Serra dos Agudos" e em Lençoes, eram diferentes dos "Magotes" que assaltavam, por volta de 1864, nas regiões do Salto Grande. Nos "magotes" havia uma espécie de cobrança da parte dos índios das promessas feitas pelos colonizadores nos aldeamentos. Durante as "correrias" Kaingang a preocupação fundamental era assustar os colonos e expulsá-los para longe, não descartando, entretanto, a apropriação dos instrumentos de ferro abandonados pelos colonos em fuga.

Os Kaingang atacavam raramente. Em tais ataques, não foi registrado diálogos entre eles e os colonizadores, por recusa dos próprios colonos ou dos Kaingang. Os ataques eram uma forma extrema de expressar a insatisfação pela invasão de seus territórios, de vingar as perseguições que estavam sofrendo ou ainda, de obterem instrumentos de ferro e alimentos, já que a presença do pioneiro e do gado bovino espantava a caça ²⁷⁵.

²⁷⁴ DI CREDDO. Maria do Carmo Sampaio. Op. cit. 1988, pp.78 a 83

²⁷⁵ Conferir o Relatório de Exploração do Rio do Peixe, Op. cit, sobre a insatisfação dos Kaingang quando invadido seu território. Sobre tentativa de diálogo, conferir o Relatório do Serviço de Proteção aos Índios e localização dos Trabalhadores Nacionais, em anexo.

Os Kaingang viveram em refúgios nas matas ou em constantes fugas nos campos e florestas do Vale do Paranapanema e no "espigão" entre esse Vale e o Vale do Rio Tietê. Segundo Ihering, aí eles "levam uma vida retirada e são inaccessíveis, tornando-se perigosos à escassa população civilizada do sertão" ²⁷⁶.

Durante longas décadas e mesmo séculos de contato, o comportamento Kaingang tendeu mais para o isolamento e a recusa ²⁷⁷. Esse isolamento foi o que permitiu aos Kaingang paulistas permanecerem até o século XX enquanto comunidade indígena diferenciada, mas, foi também, infelizmente, o que determinou em grande parte a caracterização violenta das formas criadas pelos conquistadores a fim de forçar um contato com eles.

Os Kaingang formavam uma sociedade autogestionária, divididos em pequenos grupos, tecnologicamente simples, eles se mantiveram por longos períodos na luta contra os conquistadores brancos, devido principalmente ao poder de decisão disperso entre os membros do grupo bem como às suas táticas e estratégias de guerra: correrias e forte barulho para intimidar o adversário dando a impressão de serem em número muito maior do que realmente eram.

O "Rekakê" era, entre os Kaingang do Rio do Peixe, a única autoridade da tribo. Seu cargo era transmitido hereditariamente caso o herdeiro tivesse "autoridade". O "Rekakê" era necessário apenas nas ocasiões de empreendimentos difíceis ²⁷⁸.

Importante mediação no contato entre os Kaingang e os colonizadores foi empreendida através de Felicissimo A. de S. Pereira. Sua função era vigiar o movimento dos índios "bravos" e promover o seu "chamamento" que muitas vezes se definia através da organização e direção das "batidas". Felicissimo estava em correspondência direta com a Repartição das Terras Públicas e de Colonização e era pago pela Província para exercer esta função ²⁷⁹.

O Diretor Geral dos Índios, em correspondência dirigida ao Presidente da Província, refere-se da seguinte forma ao responsável pelas informações sobre os índios "bravos" de Lençoes:

"... Felicissimo Antonio de Sousa Pereira, fazendeiro do districto de Lençoes, que promove o chamamento das hordas selvagens daquelle sertão, para o que tem sido subvencionado" ²⁸⁰.

Em correspondência posterior com Felicissimo, o Diretor Geral dos Índios lembrou-lhe sua responsabilidade perante os trezentos e cinquenta moradores assinantes de um documento dirigido ao Presidente da Província. Nesse documento eram solicitadas urgentes providências do governo em relação às "novas agressões dos selvagens" ²⁸¹.

²⁷⁶ Cf. VON IHERING. H. "A Antropologia do Estado de São Paulo" Op. cit. p. 215

²⁷⁷ Encontramos semelhança com o grupo Kaingang do Paraná e com outros grupos do tronco linguístico Jê, os Timbira e os Xavante.

²⁷⁸ BARBOZA. Luiz Bueno. A Pacificação dos Índios Caingangue Paulistas - Hábitos, costumes e Instituições desses Índios. 19/11/1913, p.52

²⁷⁹ Cf. Ofícios de 21/02/1862 de José J. M. de Oliveira a João Jacynto de Mendonça Presidente da Província e de 25\01\1862 de Felicissimo A. S. Pereira "encarregado da catequese" ao DGI, José Joaquim M. de Oliveira. Ofícios Diversos, Diretoria Geral dos Índios, rolo 01, CEDRAU.

²⁸⁰ Cf. Ofício do DGI, José Joaquim M. de Oliveira, ao Presidente da Província, 30/01/1862

²⁸¹ Cf. Ofício do DGI, J. Joaquim M. de Oliveira, a Felicissimo A. de S. Pereira, 17/03/1862

Felicíssimo era pago para promover o "chamamento" dos índios numa região de tribos "selvagens", que não procuravam se aproximar dos fazendeiros locais em busca de utensílios ou de proteção tal como ocorria nas proximidades do Paranapanema e do Rio Itararé. Araraquara, Botucatu, Campos Novos, Bauru, Lençóis e Penápolis eram regiões habitadas pelos Kaingang. Uma das tentativas de Felicíssimo em contactar os Kaingang foi assim descrita por ele:

"indo eu ao lugar onde se achavão os Índios ultimamente alojados, levando em minha companhia para servirem de interpretes dois Índios manços (mas talvez de outra tribo) afim de os induzir a relacionarem-se conosco para então melhor catequiza-los. Empregando todas as maneiras ao meu alcance, foram baldadas, não querem relações e achão-se bastante enfurecidos, e nem atenderão o que lhes disseram os Índios que eu levei" ²⁸².

Os Kaingang eram inimigos históricos dos Oti e dos Guarani aos quais deveriam pertencer os interpretes contratados pelo fazendeiro.

O documento acima citado deixa clara a inimizade, ou distinção étnica entre os habitantes das regiões próximas do Rio paranapanema e os das regiões mais ao norte e ao oeste do Planalto. Além disso, evidencia uma antiga tática dos civilizados utilizada para cooptar grupos selvagens: mediar através de índios assimilados o contato com os grupos hostis. Caso esses mediadores fossem inimigos dos "hostis" criava-se uma situação ainda pior, o que nem sempre era percebido pelos colonizadores. Por exemplo, no Rio Machado, próximo ao Madeira, os Parintintim foram exterminados pelos grupos Mundurucús e caucheiros pseudo-civilizados. Os poucos Parintintim que restaram guardaram o ódio e o horror aos Mundurucús e aos civilizados. Segundo um relatório sobre essa Nação, o que aconteceu foi, nas palavras do relator,

"... a destruição do índio pelo seu mesmo irmão da selva. Segundo a historia, eram os paritintins antigamente bons e acessíveis, donde se deve concluir que estão hoje em pé de guerra por motivo de depredação e martyrios que soffreram" ²⁸³.

No início do século XX, as estradas de ferro em especial a Noroeste do Brasil cortavam centenas de quilômetros de territórios tribais. A Noroeste do Brasil atingiu o Mato Grosso através do espigão entre os Rios Tietê e Paranapanema e bem próximo ao Rio do Peixe. Os Kaingang estavam nessa época concentrados notadamente nos vales dos rios do Peixe e Feio-Aguapeí.

Segundo o encarregado da catequese, Felicíssimo A. de S. Pereira, os Kaingang recusavam-se à negociação e ao contato tal qual fizeram os Oti e Guarani aldeados. Quando eles aceitavam algum objeto dos civilizados era somente pela necessidade.

²⁸² Cf. Ofício de Felicíssimo A. de S. Pereira ao DGI, J. Joaquim M. de Oliveira, 25/01/1862

²⁸³ "Exposição sobre o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes" constante do Relatório do Sr. Ministro da Agricultura, Ind. e Com., relativo ao ano de 1911, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913.

"Elles tem recebido objetos que tenho mandado dar, porem supponho que será por precisarem e não com o fim de relacionarem-se. Não tenho poupado maneiras afim de conseguir a catequização como verá V. Exa pelos inclusos escriptos que me tem remettido a pessoa a quem encarreguei para segui-los..."²⁸⁴.

Durante os conflitos entre os indígenas de São Paulo e a frente de expansão ficou evidente a singularidade dos ataques e da resistência dos Kaingang à conquista. Essa resistência encontra paralelo em alguns outros poucos grupos indígenas. Por exemplo, os Timbira, no interior de Pernambuco e Bahia; os Botocudos de Minas Gerais e em grande parte dos Kaingang do Paraná²⁸⁵.

Perfeitamente adaptados à região, os Kaingang desenvolveram formas próprias de apropriação do espaço. A coletivização dos territórios, a itinerância, as divisões em grupos e metades, as regras de casamento e as cerimônias realizadas em homenagem ao espírito dos mortos eram vivências socio-culturais que estavam em oposição à lógica dos conquistadores. Certamente eles sabiam disso devido a longa história do relacionamento entre índios e brancos no Brasil desde os tempos coloniais e daí tiravam vantagens para garantir a sua sobrevivência e a sua identidade.

Os Kaingang, após a pacificação em 1912, afirmavam que também eles haviam tentado "pacificar" os brancos. Por exemplo, uma das tentativas de contato amistoso com os civilizados, da parte dos Kaingang, lhes acarretou a morte de uma criança a qual eles traziam nos braços e ferimentos em vários outros índios. Eles haviam tentado fazer com os trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil um contato semelhante ao que os funcionários do Serviço de Proteção aos Índios faziam com eles. Mas, os funcionários da EFNB não tinham sido instruídos pelos postulados de Rondon, "morrer se preciso for, matar nunca", e reagiram com uma chuva de tiros sobre os índios.

Ao longo dos anos, a tendência ao isolamento foi se acentuando entre os Kaingang. Contudo, o interesse que seus territórios despertavam entre cafeicultores e criadores tornava cada vez mais dramática a existência desse isolamento. Para a conquista das terras ao norte do Paranapanema, a relação negociável tornou-se quase impossível.

Os conquistadores já partiam para as "batidas" com ordem oficial de afugentar os Kaingang para longe das áreas de interesse da conquista mesmo quando isto só fosse possível através da organização de "batidas". As "batidas" eram "permitidas" nos casos de persistência dos Kaingang nas áreas cobiçadas. Era então travada uma guerra "civil", um massacre. Os batalhões eram de um lado formados pelos moradores e sertanistas locais instigados por experientes "grilheiros" dispostos a saquear, assassinar e estuprar por um pedaço de terra. Do outro lado, indígenas perseguidos, surpresos e atemorizados defendendo os poucos e raros territórios, dos quais cada vez com maior dificuldade retiravam o seu sustento.

Conforme ofício do Diretor Geral dos Índios dirigido ao chefe de uma dessas expedições,

²⁸⁴ Ofícios Diversos. Rolo 1, CEDRAU

²⁸⁵ Cf. RIBEIRO, Darci. Os índios e a Civilização. A Integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro, Vozes, pp. 57 a 64

"garantir a segurança do território povoado do sertão, ... só se pode conseguir actualmente afastando os Índios a maior distancia, quanto possível seja, desse territorio, quando não for praticavel a admitti-los em Aldeamento afim de domestica-los ... deve V.Me ...chamar os Índios a vida pacifica e sedentaria em aldeamentos entre nós ... desenganado, porem, de que haja bom resultado desta medida; fica livre a V.Me o proceder de modo que se consiga ... a retirada dos Índios para logares longinquos, quando não possa ser além do Parana, e neste caso destruindo seus alojamentos para que não possam regressar para elles"²⁸⁶

Culturalmente, a orientação geral da conquista era para o massacre da alteridade. Nenhum sinal de "barbárie" podia permanecer inscrito na paisagem. Índios e florestas foram os primeiros a pagarem o tributo da aliança entre a ignorância e a cobiça exacerbada.

Os participantes das "batidas" eram instigados através de ofertas de prêmios. Àqueles que se destacassem durante as operações de extermínio seriam doados lotes de terra. Imagine-se os delírios de ferocidade e violência que surgiam durante as disputas pelos lotes de terras premiados.

Assim foi avisado o líder de uma "batida", pelo Diretor Geral dos Índios, sobre a premiação:

"Importa que V.Me saiba que, por instancias minhas perante a Presidencia da Provincia, a Assembleia Provincial Decretou pela Lei do Orçamento vigente que as seis legoas em quadra de terras devolutas, que pela Assembleia Geral forão concedidas à Provincia para Colonização Nacional, podem ser marcadas nesse Municipio, e que, contamos com as benevolas intenções de S. Exa o actual Sr. Presidente e com o vivo interesse que temos para preservar esse municipio dos accommetimentos dos selvagens que tanto o tem flagellado, não sera dificil conseguir de S. Exa que na partilha, que se fizer dessas terras depois de medidas, sejam aquinhoados os que bem servirem na expedição a que se destina a bandeira mandada organizar por S. Exa." ²⁸⁷

Estas "bandeiras" contavam com um número bastante elevado de participantes, chegando a cem ou mais pessoas. Mais do que interesse em participar desses "massacres", o número elevado evidencia a ignorância que se tinha do montante de índios que viviam naqueles territórios. O barulho de bordoadas e gritaria que os Kaingang faziam quando se preparavam para um ataque ou advertiam de sua premente possibilidade era tal que apavorava os moradores. Apavorados, eles imaginavam enormes contingentes de sanguinários e enfurecidos selvagens aproximando-se de suas casas para exigir aquilo que todo mundo sabia, mas poucos diziam, lhes era de direito: a posse de suas terras e matas.

²⁸⁶ Ofício do DGI, José Joaquim M. de Oliveira a Felicissimo A. de S. Pereira. Of. Div., CEDRAU

²⁸⁷ Idem, Ibidem

"O perigo em que se achão os habitantes de grande parte deste Districto reclamão a mais seria attenção do Exmo Governo e energicas providencias em que ao menos possão evitar a aggressão dos Indios, que a nada mais respeitão em consequencia de serem em numero extraordinario e só procurão lugares cultivados" ²⁸⁸

Baseando-nos nas referências etnológicas da Nação Kaingang já mencionadas em capítulos anteriores sabemos da inverdade inerente a afirmação de "serem em numero extraordinário". Semi-nômades, eles viviam divididos em pequenos grupos, relativamente rivais entre si, dispersos pelos territórios e com o hábito de fazerem enorme alarido antes e durante os ataques. Lembramos ainda, que a metade dos guerreiros tinham a função exclusiva de gritar, dar bordoadas no chão e ameaçar verbalmente o inimigo. Os atacantes, de fato, não eram os mesmos que gritavam. Além disso, eles tinham grande facilidade de deslocamento nesse território, o que favorecia atacar vários pontos diferentes em intervalos de tempo relativamente curtos.

Alguns documentos deixam transparecer o sentido de agressão das frentes pioneiras, mesmo sendo produzidos pela elite interessada nas terras indígenas, por exemplo,

"...a aggressão contra os selvagens partiu dos moradores do município de Araraquara, que estão mais proximos à margem direita do Tietê em seguimento do que forão os Indios assassinar os filhos de João Mendes ... de aggressões semelhantes, ... tem resultado esse estado de perpetua ferocidade em que estão os selvagens..."²⁸⁹.

A formação de "bandeiras" se intensificou e, a partir de 1890, quando já se havia exterminado quase todos os Oti-Xavante, elas obtiveram definitivamente a aceitação popular e foram, até a pacificação, as formas quase exclusivas de relacionamento entre Kaingang e civilizados.

No início do século XX, com a fundação do Serviço de Proteção aos Índios - SPI - sob orientação positivista do Marechal Rondon, os Kaingang finalmente foram "pacificados". Os seus remanescentes vivem hoje em lamentáveis condições nos atuais Postos Indígenas, sob a vigilância da Fundação Nacional dos Índios - FUNAI, cuja atuação é tristemente conhecida.

²⁸⁸ Ofício de Felicissimo A. de S. Pereira a José Joaquim Machado de Oliveira. 24/02/1862. Ofícios Diversos, rolo 1. CEDRAU

²⁸⁹ Ofício de José J. Machado de Oliveira ao Presidente da Província. 21/02/1862. Ofícios Diversos. rolo 1. CEDRAU.

3.2. A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL E A "PACIFICAÇÃO" DOS KAINGANG

"Não é lícito ao Governo Federal mandar tropas para obrigar os selvagens a cederam seu território. Modifique-se o traçado da estrada de ferro de modo a respeitar os territórios dos selvagens ..."

R.Teixeira Mendes, membro do apostolado positivista, 1908

As Estradas de Ferro e as Comissões Geográficas e Geológicas do Estado de São Paulo foram as últimas investidas da civilização nos territórios Kaingang até a pacificação final.

Para compreender alguns aspectos da relação entre os Kaingang e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil - EFNB -, selecionamos para analisar, o relatório de um funcionário do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais ²⁹⁰.

O documento retrata com emoção e clareza o conflito entre os Kaingang e os funcionários da EFNB. Ele é original em vários aspectos. Dentre eles, destacamos o fato de ser um relato originário de um funcionário comum, não da elite, sobre o problema global. Ele estava não só preocupado com os índios, mas também com a exploração dos trabalhadores braçais da EFNB. Assim, o documento apresenta uma lógica diferente da maioria dos relatos conhecidos pois esses relatos foram, na maior parte, escritos pela elite e, de acordo com a sua visão de mundo, valorizavam o trabalho do "pacificador" portador de uma missão civilizadora e estimuladora do povoamento. Nele, o relator está visivelmente preocupado com as consequências nefastas do contato sobre o mundo indígena e sobre o mundo dos trabalhadores de baixa renda da EFNB, também marginais do universo civilizado. Trata-se de um relato dos de baixo. Nele o civilizado é percebido como o conquistador deshumano e implacável.

"... as relações entre o civilizado usurpador e o índio espoliado, caracterisam-se, da parte daquelle, por uma longa serie de abusos e de crimes, carregados aqui e ali de scenas tais de revoltante ferocidade e da mais repugnante vilesa, que a pena mal se atreve a relatal-as com todas as negruras do quadro retraçado ao pensamento pela narrativa..."²⁹¹

O Kaingang, por outro lado, é identificado como a vítima e o defensor incansável de seus territórios invadidos,

"... o índio, na legitima e heroica defeza de seu patrimonio, dia a dia mais desfalcado pela insaciavel cobiça do civilisado, apertado dentro de um circulo de ferro e fogo que se estreita progressivamente de todos os lados, da 'Noroeste' a Campos Novos do Paranapanema, dispondo-se, em desespero de causa, a vender caro a vida ..."

²⁹⁰ Relatório enviado a Rondon sobre o histórico da construção da EFN do Brasil, em terras dos índios Kaingang. Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Rio de Janeiro, Museu do Índio, Filme 379, fotogramas 1854 a 1892, 22/11/1910

²⁹¹ Idem, Ibidem. Todas as citações seguintes, não enumeradas e notificadas no rodapé, referen-se ao "Relatório enviado a Rondon..." já citado na nota 232.

Ambos, índios e civilizados, em seus assaltos e batidas, no entanto, foram cruéis.

"N'um e n'outro caso tem havido o tripudio sobre os cadáveres das vítimas, o incendio e outros meios de destruição requintada e ostensiva ... só o numero d'aquellas (vítimas) d'um e d'outro lado, poderia decidir da maior extensão dos crimes respectivos."

Ele conclui que os mortos são, sem sombra de dúvida, muito maior da parte dos índios,

" a assaltos esporádicos e reduzidos, quanto ao número de indivíduos mortos pelos índios, correspondem, geralmente com anterioridade chronologica, verdadeiras matanças de aldeamentos indígenas, sem distincção de sexo nem de idade."

Acrescente-se ainda, para desprestígio dos civilizados, que era comum mulheres e crianças serem estupradas e assassinadas durante as "batidas". Era comum,

"... ao delirio do instinto destruidor que mata e trucidada, aliar-se a mais torpe e vergonhosa sensualidade".

A Comissão do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais - SPI e LTN - foi chamada para o local pela EFNB a fim de "evitar ataques dos índios Coroados contra o seu pessoal". Dirigidos pelo Tenente Pedro Dantas, a equipe viajou por Miguel Calmon, "Bahurú" e Jacutinga. Em Jacutinga visitaram e presentearam um aldeamento de Guaranis onde havia dois deles enfermos. Depois, passaram por Hector Legru, Itapura e Tres Lagoas (MT). Foram colhidas informações e a Comissão percebeu que os motivos pelos quais a Empresa Construtora tinha solicitado o auxílio do Governo não eram na verdade os "ataques indígenas". As razões eram outras. Para prevenir esses ataques haviam as "batidas" organizadas pelos bugreiros e bastante eficientes nesse "trabalho". Além disso, o destacamento dos praças foi solicitado para defender Itapura e Tres Lagoas, que estavam localizadas numa região sem ocorrência de assaltos indígenas e habitada em alguns pontos (além do Rio Paraná) por índios Xavante reconhecidos como amigos e pacíficos em relação aos civilizados:

"...porque se havia de ter preferido, desde o começo, Itapura para sede do destacamento, quando é notoriamente sabido que a partir da Estação de Araçatuba e mesmo antes, propriamente desde o Kilometro 270 até aquella estação (Km 437) ou seja n'uma extensão de 167 km, nenhum assalto foi jamais assinalado? ... pretendendo-se desprezar-se justamente o trecho por todos considerado perigoso, compreendido entre as estações Albuquerque Lins, no km 151, e Araçatuba ..."

Assim, a área para a qual estavam sendo enviados os praças não era território Kaingang. Os territórios defendidos por eles ia justamente da atual cidade de Lins (Km151) a de Araçatuba (Km270). A EFNB tinha obscuros interesses na vinda dos praças, que nunca foram totalmente esclarecidos.

Já na década de 1860, os Kaingang se afastavam das regiões invadidas pelos civilizados. Naquele tempo, conforme vimos, as atuais "batidas" eram mais conhecidas por "bandeiras", mas o seu objeto, o seu método e suas tristes consequências eram os mesmos.

Os relatos do funcionário do SPI e LTN, citado acima, plenos de terror e de indignação poderiam ter sido escritos baseados nas primeiras "bandeiras" dirigidas pelos fazendeiros Felicissimo Antonio de Souza Pereira, de Bauru, ou Cel Francisco Sanches de Figueiredo, de Campos Novos, mas, foram feitos cinquenta anos depois, em terras mais para o centro do Estado de São Paulo, de onde os Kaingang já não tinham mais para onde se retirarem.

A iniciativa particular deu conta da guerra com os índios. As "batidas" foram completamente competentes.

A solicitação dos praças pela Cia Construtora não era destinada ao combate com os índios, mas sim ao controle dos próprios trabalhadores da EFNB. Apesar disso, os argumentos oficiais e legais para a vinda das tais forças militares ao "sertão" foram os ataques indígenas.

Os ataques indígenas se constituíram no ponto funcral que, no discurso oficial, sustentava a idéia de perigo, de necessidade de força policial na região e de investimentos do dinheiro público nesse setor de repressão e violência:

"... na actual quadra chuvosa, em que é sabido por todos d'aquella zona, que os indios não gostam de sahir de suas aldeias, e tanto que é, geralmente, n'essa epoca que os bugreiros costumão organizar as suas dadas, sorprehendendo-os quasi sempre, o que, certo, se não daria se os indios andassem então espalhados, como em outras occasiões, pode-se affirmar que a requisição da força, nos termos em que foi feita, não passou, conforme de sobra já sabeis, de uma completa mystificação."

A solicitação dos praças foi feita em período de proliferação das doenças "paludosas". Essas doenças e a fome representavam os verdadeiros terrores pelos quais passavam os trabalhadores da EFNB. Elas eram o motivo das inúmeras mortes ocorridas na região. Mas, a EFNB não podia parar nem mesmo alguns meses a sua construção, já que o "progresso" tinha pressa devastadora. Era necessário controlar o movimento dos trabalhadores e sustentar a ideologia da ferocidade, da hostilidade e da crueldade dos índios. Segundo o relator, funcionário da Comissão,

"Não foi, certamente, o medo do índio que determinou a requisição da força. Mesmo porque não seria um simples destacamento de 15 praças, maximé achando-se em ponto extremo e afastado dos sitios preferidos pelo selvicola, que poderia atender e amparar de momento, geralmente rapido e fugaz, as dezenas de turmas de trabalhadores distribuidas em uma extensão de 400 e muitos Kilometros de linha ferrea. E demais, essas turmas ... achão-se em condições de dispensar qualquer auxilio extranho,

cumprindo apenas estabelecer um serviço de vigilância nas horas de trabalho, ocasião preferida pelo índio para o ataque"

Armados de carabinas de repetição de oito a doze tiros com munição à vontade, os funcionários da EFNB não necessitavam dos exíguos praças. Os Kaingang não atacavam homens em grupo, armados e vigilantes. E, todos, inclusive os padres andavam armados. Seus ataques eram precedidos de advertências e de indícios conhecidos pelos trabalhadores.

"... é corrente a opinião de que o índio não se incomoda que se caça em suas mattas, em se tratando de um, dois, ou tres individuos. (...) de que entre elles se não ache alguém que, por suas maldades se tenha assinalado e incorrido em seu odio. Observa-se, porem, que se o grupo se torna numeroso, logo aparecem da parte do índio signaes de apprehensão e desconfiança, procurando obstar o prosequimento das operações quaesquer."

O subprefeito de Penápolis (Santa Cruz do Avanhandava) tentou abrir uma picada que chegasse a Campos Novos passando pelo Rio Feio, que foi, depois de percorrer cerca de vinte km, interrompida pelos Kaingang que feriram levemente um dos trabalhadores. Em consequência,

"... a referida autoridade que já é possuidora, não se sabe a que título, da quase totalidade dos terrenos n'aquellas redondezas, projectou organizar uma dada ou batida em regra, contra os aldeamentos indigenas que pudesse encontrar n'essa facinora expedição"

O subprefeito aliciou homens, recolheu recursos financeiros e em material (farinha e meia rês para a paçoca) para a funesta expedição. Felizmente, graças a uma desavença dele com a "Noroeste", (de quem ele esperava auxílio através do fornecimento de pessoal e de material) e a presença do destacamento federal naquela região não chegou a se tornar mais um episódio trágico da conquista do oeste de São Paulo.

As advertências e os objetos de verdadeira hostilidade dos Kaingang eram os trabalhadores que exerciam certos tipos especificos de função para as quais eles já haviam demonstrado várias vezes o seu desgosto.

"Os raros ataques do selvicola são geralmente precedidos de signaes e demonstrações previas por todos conhecidas no sertão paulista, ... , tais ataques vizão de preferencia o pessoal preposto à derrubada de suas mattas, tiradores de dormentes, lenhadores, abridores de picadas para construção de estradas ou medições de terras. Mesmo ahi, porem, segundo a informação unanime de engenheiros e trabalhadores, costumão elles patentear primeiro de maneiras varias, o seu descontentamento. Assim é que, na volta para o pouso que ficou para traz o pessoal geralmente encontra a picada entrelaçada de cipós, obstruida por galhos e arvores, etc.

Si, então, persiste-se na usurpação começada, o ataque ainda podera ser evitado, desde que o índio perceba um serviço cuidadoso de vigilancia e segurança da parte do pessoal. Mas, si com o decorrer de dias seguidos, semanas, mezes, mesmo, de calma, tal serviço se relaxa, o assalto virá, infalível, na primeira oportunidade. Chama-se a isso ser traiçoeiro, covarde, em se tratando de índio"

Tal como se pode notar no texto acima, os ataques Kaingang não foram sempre constantes. Muitos moradores viveram anos no interior sem serem molestados. Havia que se criar uma situação específica para que eles finalmente deflagassem um "ataque".

Quando a Comissão Geográfica e Geológica iniciou a exploração do Rio do Peixe, em 1906, recebia quase diariamente advertências indígenas para que fossem interrompidos os trabalhos de exploração e registro da região. Caso continuassem já estavam avisados de que adentravam territórios Kaingang, sem o convite destes.

As consequências não tardavam. Apareceram nas margens do Rio do Peixe e do Feio-Aguapei, as famosas flechas guerreiras fixadas nas margens dos rios e capinadas em volta.

Os Kaingang deixaram aos grupos de exploradores sinais bastante visíveis de sua presença e do quanto lhes incomodavam a presença dos invasores. As canoas descendo o rio não deixavam de ver os "avisos" de que estas terras tinham donos e esses donos não queriam aí intrusos.

Apesar dos avisos, quando os invasores continuavam sua marcha rio abaixo, eram inevitáveis os ataques ou punições dos Kaingang e também o revide dos invasores. Para puní-los os Kaingang faziam trincheiras de mais ou menos um metro de altura por quinhentos metros de comprimento nem sempre contínuos. Essas trincheiras de troncos de árvores ficavam sobre os barrancos das margens dos rios e chegavam a atingir seis metros acima de seu leito. Daí partiam suas flechas que raramente não deixavam feridos ²⁹².

Os ataques Kaingang eram mais frequentes nos períodos e locais de derrubada das matas: seus últimos refúgios. Quando atacavam, costumavam matar os desmatadores, levando em seguida suas roupas e ferramentas.

Em 17 de novembro de 1909, estava fixado o Distrito de Paz de Penápolis. Entre Penápolis a Araçatuba localizava-se a última área de conflito entre Kaingang e colonizadores, antes da "pacificação". Muitas terras já haviam sido demarcadas e os kaingang estavam cada vez mais acossados:

"o desbravamento e o desdobramento dos latifúndios dependiam ... da pacificação dos índios Caingang" ²⁹³.

Através do Governo Federal, criava-se nessa época, ou seja, já no início do século XX, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Diferenciando-se da "catequese e civilização dos índios" promovida no

²⁹² Cf. "Relatório de Exploração do Rio do Peixe" Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. 1907

²⁹³ CARVALHO, José Ribeiro Sá. "O desbravamento dos sertões de Araçatuba". Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, 1948, v.XLIV. 1a parte p.303.

século passado, o SPI e LTN era instituição de caráter público, dirigida por leigos e com o objetivo específico de tratar com índios e trabalhadores (mais tarde ela se tornará apenas SPI).

Os historiadores positivistas acreditavam que foi só através da criação do SPI que o Governo se manifestou no conflito índios e brancos, com o quê não concordamos absolutamente. A criação da Lei de Terras que facilitava o esbulho das terras indígenas, o financiamento das "batidas", o não cumprimento da promessa aos aldeados de fornecer-lhes ferramentas e vestuários, não eram formas mais do que explícitas de participação do Governo no conflito?

Os temores dos Kaingang parecem bem fundamentadas, pois, segundo um comentário pronunciado depois da pacificação,

"O panorama dos sertões de Araçatuba esta mudado inteiramente ... Não existe mais aquela mata fechada, nem aqueles lugares tidos como desconhecidos e morada dos índios adversos da civilização. Houve mesmo excesso na faina desbravadora do paulista. O arrasamento foi completo e quase insensato, das reservas milenárias de matas férteis ... Acabou-se o sertão dos orgulhosos Caingangs ..." ²⁹⁴.

Em 1912, nas proximidades do Rio do Peixe, rondando povoados e turmas de abertura de estradas, os Kaingang do cacique Valvin, encontraram-se frente à frente com a poderosa EFNB. Esse cacique se revelou interessado em manter uma aliança com os brancos. Valvin era inimigo de outros grupos também da etnia Kaingang. Ele já contava com sessenta anos, mas, aparentava quarenta e cinco. Com seu grupo, cerca de cento e cinquenta pessoas, foram contactados. Valvin pretendia obter ajuda do Posto de Atração para derrotar os outros caciques. Valvin desistiu desse intento após o contato e passou a auxiliar os trabalhos do Posto enviando mulheres, homens e presentes para contactar os outros caciques ²⁹⁵.

Em 1914, os conquistadores já comemoravam a vitória completa, não se registrando mais nenhum assalto em toda a região Noroeste ²⁹⁶.

Apesar disso, uma nova estrada, aberta de Legru ao Rio Feio, passou pela roça do cacique "Rerig" provocando protestos e a morte do engenheiro e de seus camaradas.

Em 1916, um fato veio demonstrar que, apesar do SPI e dos ditos defensores da "causa indígena", os Kaingang foram constantemente desrespeitados nos seus objetivos e necessidades, meios de sobrevivência tradicionais e relações sócio-espaciais em favor dos interesses da lavoura cafeeira.

Os Kaingang "pacificados" e aldeados nas terras que até então lhes haviam pertencido, próximas à estação Legru, não permaneceram nesse aldeamento. A fertilidade do solo e sua adequação à cultura cafeeira fizeram com que logo após a "pacificação" essas terras fossem reivindicadas pelas fazendas de café. Os índios recém contactados foram uma vez mais espoliados e transferidos dessas terras

²⁹⁴ CARVALHO, José Ribeiro Sá. Op. Cit., pp. 312 e 313.

²⁹⁵ Cf. CARVALHO, José Ribeiro Sá. Op. cit., p. 305.

²⁹⁶ Idem, Ibidem, p. 305

para outra região. Esta transferência já era prevista no plano da "pacificação" dos Kaingang antes mesmo dela ser efetivamente concretizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como toda história viva, feita pelos homens de carne e osso, esta também é uma história sem final, cuja continuidade depende de todos. Para que cada vez mais ela possa ser feita por homens e mulheres conscientes de si mesmos, de seus direitos e deveres com a humanidade, a compreensão do trecho andado é indispensável."

Emir Sader / 1991

Conforme vimos no segundo capítulo, os Kaingang modificaram o seu comportamento ao longo do tempo. Sua conduta variou não devido ao instinto, mas devido à necessidade de adaptação ecológica, geo-política e social do grupo ao contexto de enfrentamento étnico com os civilizados. Sociedade que também tinha suas próprias idéias a respeito dos temas semelhantes: geografia, política, economia e relacionamento humano, intra e extra-muros.

Eles tiveram inúmeros enfrentamentos com os "brancos". Baseados numa decisão política do grupo, não se submeteram docilmente ao regime de trabalho e de relações sociais impostos pelos que consideramos "civilizados" durante os períodos de contato. Milhares de Kaingang e toda a etnia dos Oti foram massacrados ou morreram em combate com as tropas de "bugreiros" e as viroses.

Pudemos perceber ao longo deste trabalho, que os Kaingang não foram sempre aguerridos. Eles, à sua maneira, tentaram evitar a guerra com os conquistadores. Enquanto houve terras disponíveis eles refugiaram-se nelas ou tentaram um relacionamento pacífico, chegaram a copiar os gestos de confraternização usados pelos funcionários do Serviço de Proteção aos Índios, porém, em meio a fúria da ambição pela posse de terras, seus gestos foram em vão. Eles tentaram "pacificar" os superarmados funcionários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e receberam em troca uma "chuva de balas".

No Paraná, alguns grupos e caciques Kaingang se aliaram, em determinados momentos, aos colonos. Eles tiveram uma história de convívio com os "civilizados" iniciada em meados do século passado. Em São Paulo, só no início do século XX deu-se um contato mais íntimo dos Kaingang com os pioneiros. Nesta ocasião, um grupo procurou aproximar-se dos "brancos" para derrotar os Kaingang de um grupo rival (cacique Rerig). No entanto, acabaram tornando-se aliados do Serviço de Proteção aos Índios no contato com o antigo grupo inimigo e outros, às margens do rio Feio. Desse contato nasceu Vila Kaingang. Aldeia que durou quatro anos. Tempo em que os Kaingang conheceram a cidade de Bauru, São Paulo e entenderam enfim porque esses "brancos" nunca acabavam. Eraam em números infinitos. Aprenderam a usar roupas e comer comida salgada ou adoçada com açúcar.

Em São Paulo, o confronto se caracterizou pelo isolamento dos grupos tribais e violência crescente de ambas as partes. Se a mão de obra indígena não era objeto de interesse da frente pioneira, as terras indígenas o eram indiscutivelmente, conforme acreditamos ter demonstrado.

Finalmente, eles foram cercados e os territórios ainda disponíveis para possíveis fugas ou deslocamentos, não eram mais seguros. Eles deram mostras evidentes de saberem que era chegada a hora terrivelmente simples de decifram o seu dilema: lutarem até a morte ou conviverem com as destrutivas forças "civilizadas". Desde que foram conhecidos, enquanto Guaianá, eles já haviam

experimentado o contato com os "civilizados", conforme vimos, e já conheciam as consequências daí decorrentes. Além disso, no século XIX, o exemplo dos Oti-Xavante, seu desaparecimento como decorrente de uma aliança ou negociação com os civilizados, provou e deu aos Kaingang a noção de como seria o futuro deles caso seguissem o mesmo modelo de contato. Dos Oti-Xavante não restou um único sobrevivente para contar a sua história ou continuá-la. Dos Kaingang, há, em São Paulo, descendentes que ainda atualmente sofrem constantes pressões de fazendeiros locais, seus vizinhos. Eles estão nos Postos Indígenas **Vanuíre** e **Icatú**, próximos à cidadezinha de Arco-Iris, localizada no município de Tupã e à cidadezinha de Braúna, respectivamente.

O que pretendemos demonstrar com esse trabalho, além do levantamento acerca da história, da geografia, da etnologia e etnografia dos Kaingang, é uma etnia indígena guerreira, que antes de se entregar ao SPI tentou manter outras táticas de sobrevivência nas quais, sua altivez, sua integração física, sua identidade cultural e seu amor pela natureza fossem minimamente respeitados.

O resultado foi trágico. Conforme vimos, havia uma fatalidade subjacente que os Kaingang enfrentaram e ainda hoje os atormenta, o poder da "civilização" que os atingia estava fundamentado não apenas na potência das armas e nas "eficazes" técnicas de pacificação mas sobretudo na prepotência cultural: os conquistadores e os seus aliados julgavam-se não somente centro do mundo, mas a única realidade que contava, excludente de todas as outras, as riquezas ecológicas, a força dos antepassados e a própria existência do outro.

Os indígenas resistiram e tentaram uma adaptação às novas condições. Eles incorporaram vários elementos da cultura civilizada. Mesmo assim, ficaram às margens dos "benefícios" trazidos até seus territórios pelos civilizados. Podemos afirmar que para eles o progresso e a civilização ocidental só trouxe a violência do conquistador e com ele a necessidade das fugas, dos enfrentamentos e das adaptações a um mundo que não era o deles, com idéias, crenças e técnicas que não foram de forma nenhuma neutras perante o conflito índios e brancos

A história tradicional, ela própria, não só fez questão de desconhecer fatos violentos ocorridos no contato, mas o que é pior, tentou justificá-los isentando-se de culpas. Nem a memória dos fatos foi devidamente registrada.

Este estudo sobre os Kaingang tem a pretensão de iniciar outras trajetórias possíveis na abordagem de relações interétnicas e de relacionamentos que nos envergonham, mas que, infelizmente, ocorreram. Esperamos ter apresentado alguma contribuição neste sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

1. Manuscritas

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E RECURSOS AUDIO-VISUAIS (CEDRAU) DA FCL -UNESP/ASSIS – Documentos microfilmados do Arquivo do Estado de São Paulo

Rolo 1 - Ofícios Diversos - Capital - Índios

- 01/08/1849 - Ofício do Diretor Geral dos Índios ao Inspetor da tesouraria.
- 10/12/1849 - Ofício do Inspetor da Tesouraria ao Diretor Geral dos Índios.
- 22/ /1861 - Atestado do Juiz de Paz sobre tratamento dado aos índios pelo Diretor Geral dos Índios.
- 16/09/1861 - Ofício da Câmara Botucatu ao Presidente da Província.
- 02/10/1861 - Denúncia da Câmara de Botucatu.
- 08/01/1862 - Ofício da Câmara Botucatu ao Presidente da Província.
- 21/01/1862 - Ofício do Diretor Geral dos Índios ao Diretor do Aldeamento de S. Sebastião do Pirajú.
- 25/01/1862 - Ofício de Felicissimo A. de Souza Pereira ao Diretor Geral dos Índios.
- 30/01/1862 - Ofício do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província.
- 03/02/1862 - Ofício do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província.
- 21/02/1862 - Ofício do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província.
- 21/02/1862 - Idem.
- 24/02/1862 - Ofício do Felicissimo A. de S. Pereira ao Diretor Geral dos Índios.
- 25/01/186 - Ofício de Felicissimo A. de S. Pereira ao Diretor Geral dos Índios.
- 27/03/1862 - Ofício do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província.
- 08/04/1862 - Ofício do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província.
- 08/04/1862 - Carta do Advogado ao Diretor Geral dos Índios.
- 10/04/1862 - Ofício do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província.
- 10/04/1862 - Idem.
- 25/06/1862 - Ofício do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província.
- /08/1862 - Idem.
- 20/07/1862 - Ofício de Frei Pacífico ao Diretor Geral dos Índios.
- 31/10/1862 - Ofício do Diretor Geral dos Índios ao Conselheiro Provincial.
- 17/03/1862 - Carta do Diretor Geral dos Índios a Felicissimo.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (AESP)

Caixa 217 - Pastas 1,2,3,4 - Documentos consultados: todos entre 06/12/1823 a 18/01/1838 e aqueles copiados pelo CEDRAU

2. Impressas

- ALMANAK DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO PARA 1873. Organizado e Publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. Ed. Fac-Similar. Imprensa Oficial do Estado, 1985
- "Relatório da Exploração dos Rios Feio e Aguapey". Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1905. São Paulo, 1906, 24pp.
- "Relatório da Exploração do Rio do Peixe". Comissão Geográfica e Geológica do Est. de SP. 1907
- Relatórios de Presidentes de Província. Datas: de 1854 a 1877, Centro de Documentação e Recursos Audio-Visuais da FCL da Unesp/Assis (CEDRAU)
- Relatório do Serviço de Proteções aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Rio de Janeiro, Museu do Índio. Filme 379, fot.1854-1892, 20/11/1910
- SAMPAIO, Theodoro. "Considerações geográficas e económicas sobre o vale do Rio Paranapanema". Boletim da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo. IV, São Paulo, 1890. pp. 87-156
- ". "Um inédito de Theodoro Sampaio". Rev. do Arquivo Municipal. LVIII, São Paulo, 1939. pp. 63-90
- SCHMIDT, Cornélio. "Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo realizada em 1904" In: Anais do Museu Paulista. 15:337-438, São Paulo, 1961

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Dióres Santos. Formação Histórica de uma cidade pioneira: Presidente Prudente. Tese de doutorado apresentada a cadeira de História Política, Econômica e Social Geral e do Brasil. FFCL, 1970, 437pp
- ABREU, J. Capistrano. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu e Livraria Briguiet, 1960. 311 pp.
- AMARAL, Claro Monteiro do. "Memoria Sobre Usos e Costumes de Índios guaranys, caiuás e botocudos". Revista Trimestral do Instituto Historico e Geografico Brasileiro, LXIII, parte II, Rio de Janeiro, 1902, pp.263-273.
- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Apontamentos para a civilização dos índios Bravos do Império do Brasil. Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. Santos, FFCL, ISEPO, 1965, 44pp
- ". Escritos Políticos. São Paulo, Obelisco, 1964, 92pp.
- ANDRADE, Edgard Lage de. Sertões da Noroeste 1850-1945 . s.l. e a. (São Paulo 1945), 355pp.
- BALDUS, Herbert. "A necessidade do trabalho indianista no Brasil". Revista do Arquivo Municipal. LVII, São Paulo, 1939, pp. 139-150
- ". Ensaio de Etnologia Brasileira. Brasiliana, São Paulo, v 101, 1937.
- ". "Métodos e resultados da ação indigenista no Brasil. IN: Homem, Cultura e Sociedade no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1972, págs. 209-230
- BANDEIRA, Alipio. A cruz indígena. Porto Alegre, 1926, 131 pp.
- BARBOSA, Luiz B. Horta. A pacificação dos Caingangos paulistas: hábitos, costumes e instituições desses índios. Rio de Janeiro, 1913

- . O problema indígena do Brasil. Conferência realizada no Atheneu de Montevideo, a 1º de abril de 1925. Comissão Rondon (Publicação nº 88). Rio de Janeiro, 1926. 31 pp.
- BARREIRO, José Carlos. "Instituição, Trabalho e Lutas de Classe". Revista de História. nº 14, ANPUH, 1987
- BARROS, Fausto Ribeiro de. "Um ciclo pastoril nos campos de Avanhandava. Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia (1940), V, Rio de Janeiro, 1944. pp. 631-644, 12 figuras no texto.
- . Padre Claro Monteiro do Amaral (Trucidado pelos índios 'caingangs', nos sertões do Rio Fêio). SP, 1950. 63 pp.
- BECKER, I.I.B. - "Os Índios Kaingang no Rio Grande do Sul". Rev. de Pesquisas. Inst. Anchieta de Pesquisas. Rio Grande do Sul, v.29, 1976. pp. 11-44
- BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA. Rio de Janeiro, v.1, n3/4, p1.631, 3º e 4º trim. 1983, Rio de Janeiro, 1986, Biblioteca Nacional.
- BORBA, Telêmaco Morosini. Breve notícia sobre os índios caingangues, que, conhecidos pela denominação de coroados, habitam no território compreendido entre os rios Tibagi e Uruguai. Revista Mensal da Secção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Rio de Janeiro. T.II, pp 20-36. Rio de Janeiro, 1883
- . Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. Revista do Museo Paulista. T. VI, São Paulo, 1904, pp 53-62
- BORDIN, Sandra M. Loureiro. A Educação Indígena - Um estudo de caso: Posto Indígena Vanuíre. Dissertação para conclusão de curso. Faculdade de Serviço Social de Lins. Nov/1985 89pp
- BORELLI, Silvia Helena Simões. et. alli. Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração. São Paulo, Yankatu\Pró-Índios de SP, 1984. 152 pp.
- BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. São Paulo, Cia das Letras, 1989
- CARDIN, Fernão. Tratados da Terra e Gente do Brasil. São Paulo, Ed. Nac, 1939. 379p
- CARVALHO, Edgard de Assis. As Alternativas dos Vencidos-Índios Terena no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 135 pp. (Coleção Estudos Brasileiros, v.33)
- CARVALHO, J. Ribeiro Sá. "O Desbravamento dos Sertões de Araçatuba. Revista Instituto História e Geografia de São Paulo. v. XLIV, 1948
- CEMITILE, Frei L. de . "Epítome dos costumes e religião dos Índios Cames ou Coroados com um pequeno vocabulário, Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Manuscrito original nº 618
- CHAIM, Marivone M. Os Aldeamentos Indígenas na Capitania de Goiás. Sua importância na política de povoamento (1749-1811). Goiânia, Oriente, 1974, 240 pp.
- CLASTRES, Pierre. A Sociedade Contra o Estado. Pesquisas de Antropologia Política. Rio de Janeiro, F. Alves, 2º ed. 1982. 152 pp.
- COBRA, Amador Nogueira. Em um recanto do Sertão Paulista. São Paulo, Hennies, 1923
- COMTE, Augusto. Discurso sobre o Espírito Positivo. São Paulo, Ed. Abril S/A, Col. Os Pensadores, vol.XXXIII

- CORRÊA, Marisa. "Os Índios do Brasil Elegante & a Professora Leolinda Daltro".
Revista Brasileira de História. Tomo VII, São Paulo, 1905, pp.202 e ss.
- COSTA, Emilia Viotti da. Da Monarquia a República. Momentos Decisivos. 5a ed.,
São Paulo, Brasiliense, 1a ed. 1987
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Os Direiros do Índio. Ensaio e Documentos. São
Paulo, Brasiliense, 1987. 230 pp.
- . Antropologia do Brasil - Mito, História, Etnicidade. São
Paulo, Brasiliense/Edusp, 1986. 173 pp.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha (Org). Toldo Chimbangue. História e Luta Kaingang
em Santa Catarina. Xanxerê (SC), CIMI/SUL, 1984
- DARWIN, Charles. Origem das Espécies. Trad. Joaquim Dá M. Paúl (médico e
professor), Porto, Livraria Chardon, s/d
- DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. A fazenda Taquaral: a formação da
grande propriedade no Vale do Paranapanema (1850-1910). Tese de
Doutorado, Unesp/Assis, 1988
- . "A Política de Aldeamentos e Bandeiras no Vale do
Paranapanema". Revista de História, v.8, São Paulo, 1989 pp41 a 54
- DRUMOND, Carlos e PHILIPSON, J. "Os Túmulos Kaingang de Parapuã.
Sociologia, IX, n4, São Paulo, 1947. pp. 386-393
- ELIADE, Mircea. Aspectos do Mito. Lisboa. Ed.70, 1986. 174 pp.
- ENGELS, F. "El Origen de la Familia, la Propriedad Privada y el Estado" In:
Obras Escogidas. Moscou, ed. Progreso, VIII, pp. 203 a 252
- EVANS-PRITCHARD, E.E. Antropologia Social. Lisboa, Edições 70, 1985
- FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Um Século de Pesquisas em Geociências. São Paulo,
Secretaria da Agricultura, 1985 pp 01-45
- FRANCO, E. Lacerda. "Os nossos sertões". Correio Paulistano. 9, 10, 11, 13, 14,
de Jan/1905
- FREITAS, Afonso de. "Os Caingangues de São Paulo". Revista do Instituto
Histórico e Geográfico de São Paulo. vol. XIII, pp. 361-395.
- GAGLIARDI, José Mauro. O Indígena e a República. São Paulo,
Hucitec/Edusp/Secretaria do Estado da Cultura, 1989
- GALINDO, Alberto Flores. Buscando un Inca: Identidad y Utopia en los andes.
Ensayo. Havana, Cuba, Ed. Casa de las Américas, 1986
- HENSEL, Reinhold. "Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul.
Revista do Museu e Arquivo Publico do Rio Grande do Sul. n°20, Porto
Alegre, 1928. pp. 65-79
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Mamelucos e Índios no Desbravamento do sertão
paulista". IN: Monções. 2° ed. São Paulo, A. Omega, 1976.
- . O Extremo Oeste. São Paulo, Brasiliense e SEC, 1986, 172pp.
- IHERING. Hermann von. "A Antropologia do Estado de São Paulo". Revista do
Museu Paulista. Tomo VII, SP, 1905 pp 202 ss.
- . A Ethnographia do Brasil Meridional del XVII Congreso
Internacional de Americanistas (Sesión de Buenos Aires, 1910), Buenos
Aires, 1912. pp. 250-263
- . "Os Guaianás e Caingangs de SP". Rev. do Museu Paulista.
Tomo VI, São Paulo, 1904 pp. 23-44

- JUNQUEIRA, Carmen. "Trabalho Indígena, trabalho volante e estrutura agrária no Estado de São Paulo. Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº11, São Paulo, 1978, pp. 93-101
- KRUG, E. "Os Índios das margens do Paranapanema". Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, vol. 21, 1924
- LADEIRA, Maria Inês e AZANHA, Gilberto. Os Índios da Serra do Mar. São Paulo, Nova Stella e CTI, 1988, 70 pp.
- LANE, Frederico. "Arcos e Flechas dos índios Kaingang do Estado de SP". Revista do Museu Paulista. São Paulo, XI, 1959 pp. 71-97
- LARAIA, Roque de B. e MATTA, Roberto da. Índios e Castanheiros - A empresa extrativa e os índios no médio Tocantins. São Paulo, Difel, 1967. 146 pp.
- , et. alli. Mito e Linguagem Social. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970. 146 pp.
- LEÃO, Ermelindo A. de. "Subsídios para o estudo dos Caingangues do Paraná. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. vol. XV, pp. 221 e ss.
- LEITE, Alfredo Carlos Teixeira. Escravidão do Índio. Gênese Sócio Econômica do Brasil. Livraria Sulina S/A, Porto Alegre, 1963.
- LEVI-STRAUSS, Claude. "Com os Selvagens Civilizados". O Estado de São Paulo. Supl. V. nº73, São Paulo, 1935
- LIMA, P. Francisco das Chagas. "Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava". Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo IV, Rio de Janeiro, 1842 (2º ed. 1863), pp. 43-64.
- LOPES, Marta Maria. História dos Akwê Xavante (1967-1980). Dissertação de Mestrado em História da América Latina. ILHPA-Unesp/Assis (SP), 1988
- MALINOWSKI, B. "Baloma: Los espíritus de los muertos en las Islas Trobriand" IN: Magia, Ciencia y Religion. Barcelona, Ariel, 1974 pp.185 a 335
- MANIZER, Henri Henrikowitch. "Les kaingangs de São Paulo". Proceedings of the XXIII. International Congress of Americanists.. New York, 1930
- MARTINS, Romário. História do Paraná. 2º ed., Rumo Ltda, São Paulo, 1939
- , Paiquerê - Mitos e Lendas - Visões e Aspectos. Guaíra, Curitiba, 1940
- MELATTI, D. M. Aspectos da Organização Social dos Kaingang paulistas. Brasília, FNI, 1976. 172 pp.
- MÉTRAUX, Alfred e PLETZ, Hermann. "La civilisation matérielle et la vie sociale et religieuse des indiens Zé du Brésil meridional e oriental". Revista del Instituto de Etnologia. Tomo I. Tucuman, 1930, pp. 107-238.
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. Trad. Ary F. e R. e Silva. Hucitec/Polis, São Paulo, 1984
- MONTEIRO, John M. "Vida e Morte do Índio: São Paulo Colonial. In:Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração. São Paulo, Yankatu e Comissão Pró-Índio, 1984 152p
- , et.alli. Índios no Estado de São Paulo:Resistência e Transfiguração. São Paulo, Yankatu\Pró-Índios de São Paulo, 1984. 63pp.
- MORAIS FILHO, J. G. "Pioneiros da Noroeste", Revista do Arquivo Municipal CXXXVIII, São Paulo, 1951, pp. 35-68.
- MOREIRA NETO, C. Araujo. A Política Indigenista Brasileira no século XIX. Tese de Doutorado apresentada à FFCL de Rio Claro, São Paulo, 1971.

- NASCIMENTO, José Fr. Tomaz do. "Viagem feita por José Fr. do N. pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relações que teve com os índios coroados mais bravios daqueles lugares. Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLIX, II parte, Rio de Janeiro, 1886, pp. 267-281.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "Estudo de áreas de fricção interétnica do Brasil". América Latina, ano V, nº3, 1962.
- OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Quadro Histórico da Província de São Paulo. São Paulo, Governo do Estado, 1978 339pp.
- . "Qual era a condição do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?" IN: Revista Trimensal de História e Geographia. Rio de Janeiro, Tomo IV, nº14, julho 1842
- . "Se todos os indígenas do Brasil, conhecidos até hoje, tinham idéa de uma unica Divindade, ou se a sua Religião se circunscrevia apenas em uma mera e supersticiosa adoração de fetiches; se acreditavam na immortalidade da alma, e se os seus dogmas religiosos variavam conforme as diversas nações ou tribus? No caso de affirmativa, em que differençavam elles entre si?" Revista Trimensal de História e Geographia. Rio de Janeiro, Tomo 6º, nº 22, julho de 1844
- PERICOT y Garcia, Luis. Caingang. Tomo I, Salvat Editores, Barcelona, 1961, pp. 537-545. (Colección História de America y de los Pueblos Americanos)
- PETRONE, Pasquale. Os Aldeamentos Paulistas e sua função na valorização da região paulista. Tese. Geografia, USP. São Paulo, 1964.
- PIZA, Marcelo. Notas sobre os Caingangs. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. XXXV, São Paulo, 1938, pp. 199-209.
- POURCHET, Maria J. Ensaio e Pesquisas Kaingáng. São Paulo, Ática, 1983, 128.
- QUADROS, Tenente Coronel Fr. Raimundo Ewerton. "Memória sobre os trabalhos de observação e a exploração da Comissão militar encarregada da linha telegráfica de Uberaba a Cuiabá, de Fev. a Jun. de 1889. Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LV, I parte, Rio de Janeiro, 1892, pp. 233-239
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. "Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'. Rev. Ciências e Cultura. 39(3). Março/87, pp. 272-286
- RANGEL, Lucia Helena. "Vida em Reserva". In:Índios do Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração. São Paulo, Yankatu/Pró-Índios, 1984, 152pp
- R., C. "Os Selvagens de São Paulo: Caiuás, Coroados e Xavantes". Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. vol.I, 2a parte, 1913 pp. 1 ss.
- RENDON, José Arouche de Toledo. "Memória. Sobre as aldeas de índios da Província de São Paulo, segundo as observações feitas no anno de 1798 - Opinião do auctor sobre a sua civilização" Revista Trimensal de História e Geografia, Rio de Janeiro, s/d
- RIBEIRO, Berta. O Índio na História do Brasil. São Paulo, Global, 1984 125p
- RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno. 5a edição, Rio de Janeiro, Vozes, 1986. 508p.
- . O Processo Civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural. Estudos de Antropologia da Civilização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968
- RIBEIRO, João Coelho Gomes. Suum cuique tribuere. Esboço de um projeto de lei sobre os índios do Brasil. Rio de Janeiro, 1912. 22p.in-8º.

- RODRIGUES, José Honório. "Prefácio" . Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva. Coligidas por Edgard de Cerqueira Falcão, São Paulo, 1965 pp. 5 a 25
- . Vida e História. Rio de Janeiro, Civilização Bras., 1966
- RONDON, Frederico A. Pelo Brasil Central. São Paulo, 1934. (Brasiliana vol. 30)
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de São Paulo. Trad. Rubens Borba de Moraes. Biblioteca Histórica Brasileira. vol.30, São Paulo, 1934.
- SANSOT, Pierre. "Pour une ethologie (sociologie) du sensible urbain". Espaces et Sociétés. 42:113-117, Paris, Jan-Jun/1983.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. A Integração do Índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina. UFSC, Florianópolis, s/d.
- . Índios e Brancos no sul do Brasil. Florianópolis, 1973
- SCHADEN, Egon. Aculturação Indígena. Livraria Pioneira e Ed. da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969
- . "A origem do homem, o dilúvio e outros mitos Kaingang". Revista de Antropologia. São Paulo, vol. 1(2), 1953.
- . "O Problema do Índio no Brasil". Revista Problemas Brasileiros. nº 120, Agosto, 1973. p.6
- . "A Assimilação dos índios do Brasil". IN: Congresso Internacional de Americanistas, 27. Actas y Memorias. Mar del Plata, 1966. v.3
- SERRANO, Antonio. "Los Kaingangs de Rio Grande do Sul a Mediados del Siglo XIX Segun un Manuscrito inédito de Teniente Coronel Afonso Mabilde". Revista del Instituto de Antropologia de la Universidad Nacional de Tucuman. vol.2, nº2, Tucuman, 1939. pp.13-35
- SHALINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1990
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: questão de método. Curitiba, ANPUH, 1985 (mimeo). 20p.
- SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. São Paulo, Editora Nacional/Edusp, 1971 (Brasiliana, 117)
- SOUZA, Geraldo H. de Paula. Notas sobre uma visita a um acampamento de índios Caingangs. Revista Museu Paulista. t. X, São Paulo, 1918, 739-768
- SOUZA, Ten. Cel. Afonso B. de S. E. "Descoberta dos Campos de Guarapuava". Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XVIII. Rio de Janeiro, 1855, pp. 263-288
- STADEN, Hans. Duas Viagens ao Brasil. São Paulo, Edusp/Itatiaia, 1974, 216p (Reconquista do Brasil, 17)
- TAUNAY, Visconde de. Entre os nossos índios, Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurás, Caingangs. São Paulo, (1931). 134pp.
- TESCHAUER, S.J.P. Carlos. "Os Caingangs ou Coroados no Rio Grande do Sul". Boletim do Museu Nacional. v.III, nº 3, Rio de Janeiro, set. 1927, pp. 37-56
- THOMPSON, P. "Interpretation: The Make of History". Tradução de Mário Edson Minillo. IN: The Voice of the Past. Oral History. London, Oxford University Press, 1984. pp. 203-225
- TIDEI LIMA, João Francisco. A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru. Mestrado em Ciências Humanas da USP, 1978. 199p.
- TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América. A Questão do Outro. Trad. Beatriz Perrone Moisés, 2a ed., São Paulo, Martins Fontes, 1988

- WACHTEL, Nathan. Los Vencidos. Los indios del Peru frente a la conquista Espanhola 1530-1570. Spain, Alianza Editorial, Madrid, 1976
- WHITAKER, Francisco. "Recordações". Revista Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, v. XLIV (1º parte) 1948 pp. 189-203

Anexo 1 – 5 QUADROS com informações úteis para análise e pesquisa elaborados e pesquisados por Niminon Suzel Pinheiro

QUADRO A - GASTOS DO GOVERNO PROVINCIAL APRESENTADOS NO RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE 02/02/1870

| DATAS | OBJETOS OU SERVIÇOS | QUANTIA |
|-----------------------------------|--|--------------------|
| 1869 out | 12 Repartição de Obras Públicas (Exped.) | 27\$760 |
| | 25 Cx d'agua | 52\$118 |
| | 26 Idem | 21\$000 |
| | 27 Estradas de Bethlem | 20:000\$000 |
| 1869 nov | 04 Cx. d'agua | 2:000\$000 |
| | 15 Encanamento do Jardim | 500\$000 |
| | 16 Estrada de Campinas a Limeira | 5:930\$760 |
| | 16 Estrada de Pirassununga às Araras | 5:060\$000 |
| | 18 Expediente da Repartição de O. P. | 400\$000 |
| | 20 cx. d'agua | 1:884\$745 |
| | 22 Ponte do Tietê em Paranahyba | 637\$888 |
| 27 Encanamento do jardim e outros | 857\$853 | |
| 1869 dez | 14 Ponte do Ferrão | 1:868\$905 |
| | 16 Estrada de Jundiahy | 1:000\$000 |
| | 24 Vencimento de Engenheiros | 12:000\$000 |
| | 28 Estrada de Santos | 2:000\$000 |
| 1870 jan | 03 Estrada do Rio Grande | 4:000\$000 |
| | 04 Estrada de Jundiahy | 800\$000 |
| | 05 Encanamento do Jardim | 549\$512 |
| | 08 Estrada da capital a Sorocaba | 3:000\$000 |
| | 08 Estrada da capital a Nazareth | 698\$420 |
| | 11 Estrada de Campinas a Limeira | 2:000\$000 |
| | 15 Instrumentos para engenheiros | 1:300\$000 |
| | 27 Estrada da capital a Itu | 2:200\$000 |
| 1870 fev | 01 Expediente da Secret. do Gov. | 1:500\$000 |
| TOTAL | | 70:288\$646 |

A despesa com abertura e conservação de estradas é muito maior que com outros itens.

QUADRO B - PRODUÇÃO DE CAFÉ E ALGODÃO APRESENTADA NO RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE 05/02/1871

| CAFÉ | ARROBAS | ALGODÃO | ARROBAS |
|-------------|-----------|-------------|---------|
| 1866 – 1867 | 2.304.000 | 1862 - 1863 | 87 |
| 1867 – 1868 | 2.837.511 | 1863 - 1864 | 886 |
| 1868 – 1869 | 3.715.232 | 1864 - 1865 | 7.107 |
| 1869 – 1870 | 3.342.251 | 1865 - 1866 | 194.959 |

QUADRO C - DESPESAS AUTORIZADAS DURANTE O ANO DE 1875 COM OBRAS DA PROVÍNCIA, EXCLUINDO-SE AS DA CAPITAL

| | |
|----------------|-------------|
| Com Cadêas | 46:711\$100 |
| Com Matrizes | 31:532\$982 |
| Com Hospitaes | 36:952\$310 |
| Com Chafarizes | 4:000\$000 |

| | |
|--------------|---------------------|
| Com Estradas | 186:956\$460 |
| Com Pontes | 131:863\$941 |
| Diversas | 43:108\$460 |
| TOTAL | 481:125\$253 |

O montante empregado em estradas e pontes continua sendo o mais significativo.

QUADRO D - JUROS PAGOS ÀS CIAS. CONSTRUTORAS DE ESTRADAS PELA PROVÍNCIA (RELAT. PRES. PROV., N°15,1877)

| | |
|----------------|----------------|
| Cia Ituana | 567:454\$563 |
| Cia Mogiana | 283:128\$218 |
| Cia Paulista | 340:634\$884 |
| Cia Sorocabana | 990:388\$331 |
| Cia SP e RJ | 182:612\$862 |
| Total | 2.364:218\$858 |

QUADRO E - ALGUNS GASTOS DA PROVÍNCIA (RELATÓRIO PRES. PROV., N°12, 1874)

| | |
|--------------------------------|--------------|
| Cia Mogiana | 11:088\$903 |
| Cia Sorocabana | 74:493\$974 |
| Cia Ituana | 61:047\$000 |
| Cia SP-RJ | 34:056\$812 |
| Total | 180:685\$789 |
| Mais Pgtos à credores da Prov. | 80:933\$330 |
| Desapropriações | 18:000\$000 |
| Total | 279:619\$119 |

Foi constatado um "superávit" em caixa em 24/01/1874 sobre o de 21/12/1872 no valor de 343:769\$538 que, subtraindo-se o total de gastos acima, 279:619\$119, restou para as despesas fixas e ordinárias a quantia aproximada de 101:810\$553.

Anexo 2 – Relato de um massacre de indígenas em São Paulo, por um bugreiro (dentre outras informações úteis).

Pesquisado e transcrito (primeiro manuscrito, depois datilografado e posteriormente digitado) por Niminon Suzel Pinheiro do Filme 379.

RELATÓRIO ENVIADO A RONDON SOBRE O HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA EFNB, EM TERRAS DOS ÍNDIOS KAINGANG (22/11/1910)

Filme 379
Fotograma 1854-1892
Doc 00
Terra, EFNB, SPI

Cidadão Tenente-Coronel Candido Mariano, Director Geral do "Serviço de Protecção dos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes.

No desempenho da honrosa incumbencia que nos conferistes, cm o nobre e humanitário intuito de regularisar, na zona cortada pela EFNB, as relações entre os indios Coroados, de um lado, e, de outro, a população dita civilizada, constituida pelo pessoal empregado naquella via ferrea e outros habitantes daquelles sertões, vimos dar-vos conta do resultado de nossa missão, por meio do presente relatório, ao qual addusiremos, conforme determinantes por ordem do Snr. Ministro, algumas considerações relativas ao valor dos terrenos da referida zna, sob o ponto de vista das vantagens e recursos que elles possuem offerecer ao estabelecimento de colonias agricolas.

- I -

Devolta de nossa jornada, nosso estado moral seria só de desanimo, vergonha e tristeza, si nos não sentissemos alentados pela fundada esperança de que, mediante uma activa, energica e paciente intervenção, a um tempo providente e bem provida, tão iniludivel quanto inadiavel, do "Serviço de Protecção aos Indios" no sertão paulista, não tardara que surja, em fim, ali, como alhures, o almejado congraçamento entre aquelles diversos representantes de raças differentes, tão hostis e hecterogeneos hoje, mas em breve, pouco a pouco, e depois cada vez mais, a evoluirem para a desejada unidade ethnica de nacionalidade. Tal o vóto, ainda uma vez inteligente e elevado de José Bonifacio, sob qualquer aspecto, seria tanto mais rapidamente attingida, quanto cada vez menos se pudesse nelle distinguir os traços característicos de qualquer das tres raças que contribuirão para sua formação.

Cumpre-nos, porem, descer de tão elevados páramos, à esmagadora realidade do momento presente; e, si evocamos tão nobres e longinquas aspirações do indefezado Patrono de nosso "Serviço", foi para delle haurirmos a indispensavel coragem para encararmos sem desfallecimentos e com necessario relativismo os horrores de agora.

Sem remontarmos a tempos idos, antes, limitando-nos a estes poucos annos atraz, a partir dos prodomos da EFN, as relações entre o civilizado usurpador e o indio espoliado, caracterisção-se, da parte daquelle, por uma longa serie de abusos e de crimes, carregados aqui e ali de scenas tais de revoltante ferocidade e da mais repugnante vilesa, que a pena mal se atreve a relatal-as com todas as negruras do quadro retraçado ao pensamento pela narrativa, já de si attenuada, quer directamente ouvida de alguns de seus ignobeis comparsas, que indirectamente, por intermedio de outras pessoas, que, entretanto garantem a veracidade de suas informações, pois que delles ouvirão-n'as por seu turno.

De outro lado, o indio, na legitima e heroica defeza de seu patrimonio, dia a dia mais desfalcado pela insaciavel cobiça do civilisado, apertado dentro de um circulo de ferro e fogo que se estreita progressivamente de todos os lados, da "Noroeste" a Campos Novos do Paranapanema, dispondo-se, em desespero de causa, a vender caro a vida, sem poder contar, n mesmo gráu que nós, de uma existencia social livremente desenvolvida, que espontaneamente favoreça a expansão dos sentimentos benevolos e opponha bices de toda sorte aos maus pendores; o indio, sente-se impellido à reacção, igualmente levada a extremos,

mais e mais feroz, à medida que, a principio determinada pela invasão de suas terras, transforma-se em breve em represalias e morticínios e outras maldades taes.

É inútil querer fazer-se um parallelo entre a fereza do indio n'um assalto victorioso e a crueldade do civilisado n'uma batida com exito. N'um e n'outro caso tem havido o tripudio sobre os cadaveres das victimas, o incendio e outros meios de destruição requintada e ostensiva.

Sendo assim, só o numero d'aquellas, d'um ou d'outro lado, poderia decidir da maior extensão dos crimes respectivos. E, quanto a isso, certamente, não há duvida que, a assaltos esporadicos e redusidos, quanto ao numero de individuos mortos pelos indios, correspondem, geralmente com anterioridade chronologica, verdadeiras matanças de aldeamentos indigenas, sem distincção de sexo nem de idade.

Acresce ainda, em desprestigio do elemento civilisado que toma parte n'essas tristes luctas, o ver-se quasi sempre, ao delirio do instincto destruidor que mata e trucidada, aliar-se a mais torpe e vergonhosa sensualidade.

Tudo isso, Snr Director, ides ver na resenha dos factos que passamos a apresentar-vos, commentando-os, conforme os dados que mal pudemos colher, em virtude da precavida reserva que geralmente encontramos por toda parte, onde eramos precedidos pela noticia da syndicancia que ordenastes. E temos certeza que a vossa alma de patriota e de homem de coração, ainda que experimentada no conhecimento directo das atrocidades que se commettem contra os nossos infelizes irmãos das selvas, estremecerá de horror e de vergonha, invadida ao mesmo tempo de profunda piedade pela victima, e talvez, quem sabe? pelo algoz infame, necessariamente desgraçado, verdadeira aberração da nssa Especie.

A Commissão iniciou os seus trabalhos primeiramente, com a ida do Tenente Pedro Dantas à referida zona da EFN, o qual, alem da incumbencia geral que lhe cabia como membro da Commissão, tinha, em particular, a de representar-vos na direcção das operações do destacamento de 15 praças do Exercito que, sob o commando do 2º Tenente Candido José de Oliveira e Silva Sobrinho, o Governo resolvera enviar para aquelles sertões, a pedido da empresa constructora da Estrada, com o fim de evitar ataques dos indios Coroados contra o seu pessoal trabalhador.

Depois disso, em uma segunda excursão a que se reunirão os outros membros da Commissão, esteve a mesma em Miquel Calmon, Bahurú e Jacutinga, tendo tido occasiã de visitar, n'esta ultima localidade, um aldeamento de indios Guarany's, aos quaes levamos a boa nova da installação do nosso "Serviço de Protecção", presenteando-os com brindes, e, ao mesmo tempo, soccorrendo dois enfermos, mediante o concurso profissional do Dr. Caramurú Paes Leme, Inspector de São Paulo. O Dr. Matta Cardim, na qualidade de advogado dos selvicolas no Estado, teve que ficar em Bahurú e d'ahi transportar-se a São Paulo dos Agudos, onde foi tomar a si a defesa de um indio que se acha ali respondendo a processo por crime de homicidio contra um de sua tribu.

Por occasião da primeira viagem, com dias de demora em varios pontos, como sejam Bahurú, Miguel Calmon, Hector Legru e Itápura em São Paulo, e Tres Lagoas, já em terras de Matto Grosso, 15 Km para lá do rio Paraná, forão colhidas as primeiras informações, ficando desde logo patente que erão bem outros os verdadeiros intuitos que determinarão a Empresa Constructora a solicitar do Governo aquelle contingente, allegando necessidade de defeza contra os indios.

A esse proposito, pelo menos na actual quadra chuvosa, em que é sabido por todos d'aquella zona, que os indios não gostam de sahir de suas aldeias, e tanto que é, geralmente, n'essa epoca que os bugreiros costumão organizar as suas dadas, sorprehendendo-os quasi sempre, o que, certo, se não daria si os indios andassem então espalhados, como em outras occasiões, pode-se affirmar que a requisição da força, nos termos em que foi feita, não passou, conforme de sobra já sabeis, de uma completa mystificação.

Aliás, tereis ouvido bem, em vosso gabinete, quando em conferencia com o proprio Empreiteiro Geral, lhe fazieis ver a verdadeira natureza dos serviços que elle devia esperar do contingente, sua declaração expontanea de que, de facto, não era o indio que lhe metia medo. E, na verdade, se assim fosse, porque se havia de ter preferido, desde o começo, Itapura para séde do destacamento, quando é notoriamente sabido que a partir da Estação de Araçatuba e mesmo antes, propriamente desde o kilometro 270 até aquella estação (Km437) ou seja n' uma extensão de 167km, nenhum assalto fi jamais assignalado? E porque, insistindo-se em tal preferencia, pretendêra-se ainda que a força pudesse fazer incursões, do outro lado do rio Paraná, em Matto-Grosso, quando se sabe que ahi, nessa parte do nosso Estado, nenhum receios ha de ter da parte dos indios

Chavantes, gente a cuja completa pacificação refere-se já em sua memoria o proprio José Bonifacio? E tudo isso, pretendendo desprezar-se justamente o trecho por todos considerado perigoso, comprehendido entre as estações Albuquerque Lins, no km151, a Araçatuba, já indicada?

Não foi, certamente, o medo do indio que determinou a requisição da força. Mesmo porque não seria um simples destacamento de 15 praças, maximé achando-se em ponto extremo e afastado dos sitios preferidos pelo selvicola, que poderia tender e amparar de momento, geralmente rapido e fugaz, as dezenas de turmas de trabalhjadores distribuidas em uma extensão de 400 e muitos kilometros de linha ferrea.

E demais, essas turmas, ditas de conserva, armadas todas de carabinas de repetição de oito a doze tiros, com munição à discricção (ou descreção, descrepção?), achão-se em condições de dispensar qualquer auxilio extranho, cumprindo apenas estabelecer um serviço de vigilancia nas horas de trabalho, occasião preferida pelo indio para o ataque.

Um só homem attento, enquanto se entregão os outros aos seus misteres, basta para inspeccionar em torno e prevenil-os de qualquer vulto ou rumor suspeito, pondo-se todos imediatamente em guarda, certos, só por isso, de terem evitado o assalto porventura projetado.

O essencial é não se deixar surpreender, pois que difficilmente se resolve o Coroado ao ataque, mesmo a um homem isolado, desde que o perceba armado e sempre attento, a menos que o não mova em tal occasião odio ou vingança especial em relação a determinados individuos. Tal é o testemunho de innumerous caçadores d'aquelles sertões que impunemente se embrenhão nas mattas, e sentem-se muitas vezes vigiados pelos indicios que facilmente descobrem da proximidade do indio, sem que entretanto sejam siquer incommodados.

O Agente da estação de Legru, um dos pontos mais visitados pelos selvicolas, affirmou-nos ter-se uma vez perdido em plena matta a isso arrastado pela perseguição que fazia a um animal, só tendo conseguido retomar a direcção da estação às 8 horas da noite, vindo encntrar sua esposa afflictta e já providenciando para que fosse organizada uma turma para ir em sua procura. Esses factos são ahi tão comuns, que é corrente a opinião de que o indio não se incommoda que se caçe em suas mattas, em se tratando de um, dois ou tres individuos, (...) de que entre elles se não ache alguém que, por suas maldades se tenha assinalado e incorrido em seu odio. Observa-se, porem, que se o grupo se torna numeroso, logo apparecem da parte do indio signaes de apprehensão e desconfiança, procurando obstar o proseguimento das operações quaesquer.

Ora, quer entre o pessoal da estrada, conforme acima ficou dito, quer entre os outros habitantes da zna da "Noroeste" só excepcionalmente se encontrará um homem dezarmado. - Trazem todos em geral, uma "Winchester" a tiracolo ou, pelo menos, garrucha, faca e cacete. Nem mesmo os padres e frades fazem excepção a essa regra, pois que não desdenhão do uso de um bom revolver. E d'estes especialmente sabemos não ser o temor ao indio a causa de semelhante paz armada. Certo, não é gente assim, tão decididamente compenetrada da propria defesa, que pode reclamar protecção ... pelo contrario, isso indica que deve haver alguém que, embora não a peça, d'ella necessite de facto. - É o indio.

Os raros ataques do selvicola são geralmente precedidos de signaes e demonstrações previas por todos conhecidas no sertão paulista, de sorte que medidas de precaução serião sempre bastantes para evital-os. Salvo caso de vingança especial, conforme acima dissemos, tais ataques vizão de preferencia o pessoal preposto a à derrubada de suas mattas, tiradores de dormentes, lenhadores, abridores de picadas para construcção de estradas ou medições de terras. Mesmo ahi, porem, segundo a informação unanime de engenheiros e trabalhadores, costumão elles patentear primeiro, de maneiras varias, o seu descontentamento. Assim é que, na volta para o pouso que ficou atraz o pessoal geralmente encontra a picada entrelaçada de cipós, obstruida por galhos de arvores, etc.

Si, então, persiste-se na usurpação começada, o ataque ainda podera ser evitado, desde que o indio perceba um serviço cuidadoso de vigilancia e segurança da parte do pessoal. Mas, si com o decorrer de dias seguidos, semanas, mezes, mesmo, de calma, tal serviço se relaxa, o assalto virá, infalivel, na primeira oportunidade.

Chama-se a isso ser traiçoeiro, covarde, em se tratando de indio.

Fôra de um Annibal, um chefe militar, emfim, digno desse nome, e tal conducta, inteiramente accorde com os principios da verdadeira tectica, proporcionar-lhe-ia novos titulos de gloria, louvores e recompensas, ao mesmo tempo que seria erigido, talvez, em exemplo classico de emboscada ou astuciosos ardil, a ser meditado pelos estudantes militares.

Um povo occidental que defende até o extremo sacrificio o sólo de sua patria contra uma invasão sabidamente esmagadora, diz-se heroico. O indio, que desprovido de armas efficientes, encurralado, chacinado, dispõe-se ao ataque desesperado em defesa de uns restos de suas terras usurpadas, da vida e da liberdade, é fera brava e traiçoeira, incapaz de incorporar-se à civilização, a cuja marcha se oppõe; e assim merece o exterminio systematico preconizado, aqui e alhures, por scientistas baldos de sentimentos generosos e consequentemente desprovidos de ideas geraes, pois que estas presuppõem sempre aquelles, segundo a bella observação de Vauvenargues: "Os grandes pensamentos veem do coração".

Porque, pois, considerar crime de um lado o que de outro é elevado a categoria de notaveis virtudes?

Seja, porem como fôr, o facto é que, não se tendo tido effectivamente em vista o indio, quando se requisitava a força para Itapura, esperando-se que ella pudesse igualmente agir na faixa fronteira, pertencente ao Estado de Matto-Grosso, para onde, aliás, já se mudara a grande maioria do pessoal trabalhador, inclusive os directores immediatos do serviço de construcção, claro está que o concurso, que se pretendia do contingente federal era antes uma ação de policiamento, sinão de oppressão para o proletariado empregado ou não da Estrada.

Armado a principio todo o seu pessoal por causa do indio, na zona realmente perigos, tounou-se por fim um problema para a Empreza recolher este armamento quando, proseguindo na construcção, definitivamente deixou a referida zona. E para ella, isso urgia tanto mais quanto, já então, sem o derivativo da caçada ao índio, e com o afastamento cada vez maior dos ultimos postos policiaes de São Paulo, sem que ainda pudesse contar com o apoio material do Estado de Matto-Grosso, tal armamento d'ahi por diante, poderia eventualmente servir para apoiar as reivindicações do seu pessoal trabalhador, cujas reclamações emfim, justas ou não, terião por si um prestígio demasiado eloquente ... Pelo menos, seria preciso ter para com elle maiores contemplanções, usar d'ahi por diante, talvez, de mais justiça.

Reduzido ao simples desejo de recolher o armamento, que ella propria distribuira, justificar-se-ia, até certo ponto, a intervenção, principalmente de effeito moral, da força publica, uma vez que a tentativa de o fazer directamente deixasses de ter exito. Mas, então, aos poderes Estadoaes é que se devera ter a Empreza dirigido, ou, si maior prestígio esperava da força federal, que ao menos fizesse-o em termos claros e precisos, sem socorrer-se de perigos que ella mesma não teme, para mystificar duplamente o Governo e a opinião publica, desviando do selvicola uma sympathia dia a dia crescente e apresentando-se, ao mesmo tempo, como ciósa defensora e zeladora da vida de seus operarios. E como poderia apresentar-se tal, uma Empreza que, de junho a outubro do corrente anno, na construcção do trecho de Itapura a Jupiá, n'uma extensão apenas de 22km de linha, vê, com relativa indifferença, para mais de 500 de seus trabalhadores pagarem com a vida um serviço extenuante, executado em condições precarias, na estação em que o paludismo dizima impiedosamente naquellas paragens, apresentando casos fulminantes tais, que homens, poucas horas antes sem nenhuma apparencia de molestia, veem a fallecer dentro de um só dia segundo informação do distincto clinico Dr. Bethim Paes Leme? E é de notar que a grande maioria desses obitos ocorreu nos dois ultimos d'aquelles mezes, pois que na estação fria quasi desaparece a molestia por completo.

Turmas inteiras foram dissolvidas e substituidas, sem demora, por novas levadas de operarios, agenciados em diversos pontos do Estado e fóra d'elle, principalmente no de Minas, não tardando que igualmente se tivessem desorganizado por seu turno.

Essa provação foi de tal modo calamitosa em perdas pessoas e consequente perturbação do serviço, que, segundo a opinião de um distincto engenheiro, nenhum constructor se arriscaria a subempreitar o lançamento de uma ponte de cerca de 01km de extensão, a ser feito sobre o rio Paraná, ligando Jupiá a margem opposta, pertencente a Mato Grosso, visto como o orçamento respectivo não comportaria nenhuma previsão ... Entretanto os directores immediatos d'aquelles trabalhos participando, embora, das mesmas condições climatericas, teem conseguido manter-se perfectamente immunes, contrastando singularmente com a calamitosa fatalidade que peza sobre os infelizes trabalhadores. Semelhante contraste força a descarregar-se sobre as condições mesmas do serviço, como sejam recursos escassos, excesso de horas de trabalho, etc., grande parte da responsabilidade que a primeira vista poder-se-ia imputar exclusivamente ao clima.

Certo que o Governo de nossa Patria, cedendo aos reclamos dos mais elementares sentimentos de patriotismo e de humanidade, intervirá sem demora no

sentido de obter que, ao menos na proxima construcção da ponte já citada, seja o trabalho executado só entre os mezes de Maio a Agosto, si não quizer ver sacrificarem-se milhares de vida de nossos patricios proletarios. A interrupção dos trabalhos ahi, permitirá atacar com mais força os outros trechos da construcção, havendo para a baldiação o recurso da travessia do rio em lanchões rebocados, como aliás já actualmente é feito com relativa facilidade, passando os carros de uma para outra margem, onde retomão rapidamente a via ferrea.

Não se diga que a Commissão, demorando-se em taes apreciações, exorbita de suas funcções, pois que, abrangendo estas a "Localisação de Trabalhadores Nacionaes", o que implica necessariamente a protecção aos mesmos, cumpre ella apenas um dos deveres essenciaes que lhe estão affectos, propugnando pela justiça de sua causa no intuito de minorar-lhes tão rudes e iniquos sacrificios. É ainda em satisfação a esses mesmos deveres que não nos podemos eximir de protestar contra a oppressão que ali actualmente pesa sobre o proletariado em geral, aliás empregado ou não da Estrada, de parte de um destacamento de 50 praças da policia de Mato Grosso, do qual esta recebendo a Empresa os Serviços que a principio esperou lhes fossem prestados pela força federal.

Sabe a Commissão de fonte directa e insuspeita, que aquelle contingente policial, acampado em Tres Lagoas tem sido chamado a reprimir pequenas tentativas de levante do pessoal empregado no serviço de construcção, merecendo por isso e além disso, da direcção dos trabalhos, vivos emcomios pelo expurgo que se diz ter feito dos maus elementos que infestavam aquellas paragens.

Cérto, nada teriamos a ver com isto se não fosse notório o modo de acção summario e arbitrario da força policial, alem da decidida parcialidade em prejuizo sempre do elemento já de si fraco e desprotegido.

É ali corrente qu o official commandante da força recebera carta branca para applicar o processo aviltante da chibata no sentido de poupar delongas e canceiras às autoridades judicarias de Santana do Parnahiba alem do incommodo que resultaria de distrair sucessivas escoltas na conducção dos presos para aquella localidade atraves de uma grande distancia.

Repugna à Commissão dar credito a outros insidentes e reinterados boatos de pressões tenebrosas e irrevogaveis. Ali summariamente applicadas pela força policial a crimes de maior gravidade.

Seja, porem, como for, o contingente citado acha-se actualmente com jurisdicção descripcionista, não somente na faixa correspondente a seu Estado, como ainda uma extensa zona do Estado de São Paulo, de Jupiá a General Glycerio, até onde chega em sentido opposto, a acção da autoridade policial de Bahurú. Não quiz a principio a Commissão aceitar, como facto, que São Paulo, tão cioso de sua autonomia cedesse de suas prerogativas, a ponto de confiar a outrem a missão de policiar tão extenso trecho de seu território; mas teve de render-se à evidencia, ante a expontanea e não provocada confissão da propria auctoridade paulista de ter sido o resultado de um mutuo accordo entre os governos dos dois Estados visinhos.

Foi, tendo em vista, pelas considerações acima feitas a completa desnecessidade do contingente federal em Itapura, visto como elle não se podia prestar aos designios do Governo, por occasião de sua capciosa requisição, que o Tenente Pedro Dantas vos propoz a estação de Miguel Calmon para séde de força, o que foi por vós approvedo.

Situada no meio da Zona effetivamente frequentada pelo selvicola, essa localidade, dispondo de recursos convenientes, de excellente clima e sendo a unica estação da referida zona onde ha sempre uma locomotiva de permanencia para qualquer necessidade urgente, impunha-se naturalmente para base de operações do destacamento, que ali está alojado em uma soffrivel casa de madeira cedida pela Empreza.

D'ahi já teve aliás, de seguir para Legru sob o commando do Tenente Candido José de Oliveira e Silva Sobrinho, acompanhado pelo Tenente Dantas, em virtude de um receiado ataque dos indios a respectiva estação. Affirmava o agente tel-os visto claramente às 10 horas da noite na pequena explanada da estação, tendo passado mesmo em frente a esta, pelo leito da linha dois vultos apressados que elle e mais dois operarios log attribuirão serem indios. Entretanto indagando os officiaes si ao atravessarem aquelles vultos a faixa luminosa projectada atravez da porta sobre a linha ferrea havião revelado sua nudez característica, responderam que a extrema rapidez com a qual passaram não lhes permittira attentar sobre esta circumstancia. Dizia-se mais que havião os indios naquelle mesmo dia dado uma corrida à turma de trabalhadores, localisada 3km distante da estação.

Na primeira noite, cerca de 11 e 1/2 horas, forão os officiaes avisados pelo sargento de que os indios se approximavão. Reunida immediatamente a força, forão logo tomadas todas as providencias para evitar sacrificios inuteis, mediante expressa recommendação aos soldados para não atirarem sem ordem para isso, incutindo-lhes os officiaes a elles, como aos civis que se lhes aggregarão, sentimentos de reflectida coragem e de sympathia para com o selvicola, victima sem duvida de anteriores perseguições.

Affirmavão alguns, terem ouvido gritos estranhos, toques de buzina, pancadas de paus; outros terem lobrigado vultos na sombra da noite, aliás sem luar. Assim, pois, foi necessario passar-se a noite sob vigilante promptidão.

Attribuiram os officiaes semelhante alarme à incandecida imaginação dos praças, e do restante pessoal, visto como verificaram que qualquer som produzido, inclusive pelo vento que soprava forte nas frestas dos carros, a forma indecisa de uma arvore isolada na escuridão, assumia para alguns as proporções de um toque de buzina ao longe, ou de um grupo de assaltantes. Ao amanhecer foi cuidadosamente batida toda a explanada e os mattos proximos e nenhum vestigio ou indicio poude justificar o alarme e a vigilia da noite precedente. Por isso as seguintes foram mais calmas, mantendo-se todavia duas sentinellas sempre vigilantes, que erão rendidas com regularidade.

Restabelecida enfim a confiança, no quarto dia regressou a força para Calmon, sem que até a presente data tenha havido em Legru a menor novidade.

D'ahi se conclue, todavia, que, se ha necessidade do contingente n'aquella região, sua permanencia deve ser justamente n'esse trecho da via ferrea.

A Commissão é mesmo de parecer que elle ahi seja mantido já para infundir ao pessoal mais confiança ante um pouco provavel assalto da parte dos indios, como, por outro lado, evitar as batidas e depredações organizadas contra estes pelos civilizados.

A esse propósito, ainda ha bem pouco tempo o subprefeito de Pennapolis (Santa Cruz do Avanhanda), tendo iniciado a abertura de uma estrada que, partindo daquella localidade demandava, primeiro, o rio Feio, e mais tarde, Campos Novos do Paranapanema, tendo já conseguido levar o picadão a uma distancia de 20km, viu-se a esta altura obstado de proseguir na derrubada, pela opposição que encontrou da parte dos indios Coroados, que chegaram a ferir levemente um dos trabalhadores. A vista a referida autoridade que já é possuidora, não se sabe a que título, da quase totalidade dos terrenos n'aquellas redondezas, projectou organizar uma dada ou batida em regra, contra os aldeamentos indigenas que pudessem encontrar n'essa facinorosa expedição.

Para isso andou mesmo aliciando homens e provendo-se de recursos materiaes mediante rateio entre a população de Santa Cruz e localidades visinhas, valendo-se para isso do prestigio de seu cargo.

Pessoas idoneas informarão-nos que essa indigna subscripção chegara mesmo a attingir a importancia de ...2:400\$000, sem contar com os auxilios em especie, farinha, rez, meia rez, ou quanto fosse para a passóca, com que concorrerião aquelles que não pudessem ou quizessem entrar com dinheiro. Fracassou, felismente, essa funesta empreza, graças já a se ter desavindo o Snr. Cruz comparte do pessoal com o qual contava, já por se ter indisposto com a "noroeste" de quem esperava, aliás, o concurso mais valioso em pessoal e material.

E agora, com a presença do destacamento federal naquella zona, esse nefando projecto, mesmo no caso do restabelecimento d'aquella ephemera convergencia em torno do instincto destruidor, será na verdade inviável, conscio como está aquella fracção do nosso Exercito e o seu digno Commandante, da sagrada missão que lhe incumbe de proteger a vida e a liberdade de nossos infelizes irmãos das selvas.

Alem disso, dentro em pouco, poderá o contingente tomar parte activa e directa no "Serviço de Protecção" acompanhando a primeira expedição que a Inspectoria de São Paulo se dispõe a organizar, com o fim de tentar estabelecer relações definitivas de cordialidade com os valentes Caingangs, localizados naquella região.

Passa, enfim a Commissão, depois das considerações que ahi ficam, a relatar propriamente os factos de começo alludidos e que a ellas serviram de base. Começaremos pelos ataques dos indios ao pessoal da "Noroeste", a saber:

1º A 28 de agosto de 1908, apparecerão mortos no Km 258, entre as estações de General Glycerio e Araçatuba, dois serradores portuguezes, empregados de um tal Joaquim Barboza, fornecedor de dormentes para a Estrada.

Estavão sós e dezarmados, entregues ao serviço de derrubada de arvores e consequente preparo de dormentes.

2° A 3 de abril de 1909 forão mortos 5 homens da turma 23 de conserva, no km 180, próximo à estação de Legru.

3° A 21 de março deste anno, mataram os indios um trabalhador e feriram outro da turma 21, no km 164, perto de Legru, entre esta estação e a de Albuquerque Lins.

4° Ainda em abril do corrente anno appareceu morto no km 256, entre Araçatuba e General Glycerio, um trabalhador que vinha sózinho pelo leito da linha ferrea.

Alem desses ataques, cujos 2° e 3° são os únicos que se pode indubitavelmente attribuir aos indios, ha a Registrar ainda o facto de terem os selvicolas, certa vez atravessado dormentes sobre o leito da linha, no intuito de fazerem descarrilhar um comboio de passageiros. Percebido o estorvo pelo machinista, conseguiu este, moderando a marcha, afastal-o com o proprio limpatrielhos. Contudo não deixarão os indios de se aproveitarem da situação para alvejarem o comboio com algumas flexas que se prenderão aos carros e a machina.

Requerem alguns ligeiros commentarios os factos lamentaveis que acima enumeramos.

Quanto aos dois serradores, que, por terem sido os primeiros sacrificados, achavão-se desprevenidos, trabalhando na derrubada de arvores, 2km para dentro da matta, à margem da linha ferrea, farão victimas, como se vê, de sua imprudencia, visto como não ignoravão a existencia de indios naquelle trecho da Estrada. Aliás, não houve testemunhas do facto, e só por isso é elle attribuido aos indios, conquanto não hajam estes deixado no local nenhuma arma ou indicio caracteristico de sua presença.

Esta obsservação é importante e em nada descabida, pois que a circumstancia que ella assignala repete-se em outros casos. E sobe ainda de ponto, se a combinarmos com esta outra de que, ao passo que na zona não frequentada pelo selvicola, a partir de araçatuba até Itapura, Jupiá e Tres Lagoas, repetidos crimes são commettidos, não pode deixar de causar estranheza a excepcionalidade destes nos elemento civilisado entre si, em toda a zona chamada perigosa, isto é, naquella em que apparece o indio.

Quanto ao degolamento e mutilação dos cadaveres, circumstancia bastante para ser o facto attribuido ali ao selvicola, na ausencia de qualquer outro indicio, não custa notar que, mesmo nos grandes centros civilisados, não são raros os crimes revestidos de semelhante perversidade.

E não é sabido que os civilizados que tomam parte em dadas contra os aldeamentos indigenas, entregão-se igualmente e com ferocidade não menor a tais desmandos, trasendo até como signal de suas façanhas, despojos das victimas, taes como orelhas cortadas, dedos, etc? Alem de que, o facto de ser notoriamente attribuido ao indio, toda vez que o mysterioso crime apparece revestido daquella circumstancia, não poderia indusir o criminoso, porventura civilisado, a procurar desviar qualquer suspeita ou futura pesquisa mediante a introduccção, a titulo de disfarce, da referida circumstancia de trucidamento?

Não é intuito da Commissão retirar do indio a autoria de taes crimes para dal-a ao elemento civilisado; mas, certo que é preciso examinar cuidadosamente todas as circumstancias de cada facto, para se poder formular um juiso seguro, quando isso for possivel, ou guardar pelo menos, alguma reserva nos casos duvidosos.

Seja, porem, como fôr, este pretensu ou verdadeiro assalto teve como immediata e calamitosa consequencia uma batida contra o aldeamento de Indios Coroados, organisaða por Joaquim Barboza e ordenada, segundo é notorio naquelles logares por um dos engenheiros da EFN.

Desta facinorosa expedicção fiserão parte entre outros, o preto João Pedro e um tal Antonio Adão, tristemente celebres naquellas paragens pelas suas requintadas façanhas contra os infelizes Caingangs.

Ouvimos do proprio João Pedro a minuciosa narrativa desse feito, por elle attenuado, quanto ao numero das victimas e de certos actos ignobeis que por outros lhe são attribuidos.

Erão ao todo 51 homens, os que tomarão parte nessa funesta empreza, armados de carabinas Winchester c/44, 12 tiros, e munição de sobressalente em grande quantidade, alem de afiados facões e outras armas brancas. Assim andarão cerca de quatro dias com o maximo cuidado, de sorte a não serem presentidos pelos indios, cujo aldeamento alcançarão ao anoitecer. Achavão-se estes em festa, em torno de uma fogueira preparada ao centro do terreiro, cercado por vários ranchos, uns grandes outros menores. Segundo o proprio João Pedro, parecia tratar-se de uma cerimonia qualquer, correspondente ao casamento, tendo

em vista a maior atenção e solicitude de que era alvo entre todas uma moça mais do que as outras enfeitadas. Dançavam e cantavam alegremente os índios, inteiramente despreocupados da horrível catastrophe que os aguardava.

Estabelecido o cerco com a necessaria precaução, ficou resolvido esperar-se a madrugada para o assalto, quando os ingenuos selvicolas extenuados se tivessem por fim entregue a um somno profundo, diga-se eterno. Durante essa prolongada e lugubre expectativa, tiverão, João Pedro e os seus, calma e tempo de sobra para fazerem curiosas observações que elle expontaneamente transmittiu ao Tenente Dantas, as quais por serem favoraveis aos padres índios, nem por isso conseguirão mover à piedade os seus frios e implacaveis inimigos. Dizia o preto que os surprehendera a elle e seus companheiros, a limpeza e boa ordem que em tudo apreciarão no aldeamento; que os ranchos e o terreiro erão bem varridos, o chão bem destocado, limpo e batido; tudo enfim, tão direito, sinão mais do que os nossos, dizia. Muito os surprehendera igualmente a inalteravel cordialidade mantida durante todo tempo da festa, as risadas francas e as brincadeiras que se permittião uns com os outros; e até puderão a esse respeito notar, dos seus esconderijos, a diversidade de caracteres, em uns alegres, mais retraidos em outros. Aquelles em gerão mettião estes a bulha e não era raro de entre os primeiros, se fizessem notar os anciãos. Mas de tudo isso, nenhuma ddesavença surgia. E rematava por fim o preto: "Até parecia gente Snr. Tenente".

Mas continuemos. Pelos modos a festa se prolongaria até ao amanhecer, e já começava a impacientar os da traiçoeira emboscada, para os quaes erão de inestimavel auxilio as trevas da noite. Por isso, desistirão de esperar que elle cessasse de todo, receiosos de virem a ser descobertos com as primeiras claridades. E assim rompeu a primeira descarga geral, de cujo mortifero effeito só não fará ideia precisa quem não souber da pericia daquella gente no tiro, e não attentar parao largo tempo que tiverão de preparar suas pontarias, em descanço, e até mesmo de se distribuirem previamente as victimas, cada uma a cada um, para que não viessem a convergir as homicidas attenções exclusivamente sobre aquellas que expontaneamente as attraissem.

Mas, alem desta, varias outras descargas forão feitas e, certo, não podião ter tido melhor sorte aquelles pobres índios, que se terião despertado sobressaltos e completamente desnorteados ante aquella covarde e insolita aggressão.

Ha quem affirme que mais de cem vidas ahi foram sacrificadas, tendo-se seguido às primeiras descargas o assalto a facção, que a ninguem deu quartel. Ao principio, logo que voltárão dessa horrível hecatombe, só os chefes reservados e discretos, pretendendo fazer acreditar ter sido apenas tres ou quatro o numero de mortos. Não assim, porem, o pessoal miudo, dentre o qual dois ou tres garantirão a Frei Boaventura, de Santa Cruz, ter sido a centena excedida. Havião feito uma limpa, dizião, e alguns até autenticárão suas valentias exhibindo orelhas cortadas de suas victimas.

Entretanto, segundo João Pedro, estas forão apenas duas, - a moça que parecia dona da festa naquella noite fatal e um adolescente que lhe estava ao lado, ambos victimas de um mesmo projectil. Cae, porem em contradicção quando se refere ao facto de ter sido o cacique encontradovestido com uma camisa que suppunha ter provavelmente pertencido a um dos serradores, esquecendo-se de que isso elevaria pelo menos a tres o numero de mortos. São em geral desacordes as informações a esse respeito.

Manoel Francisco diz que matarão de oito a dez, e adianta que João Pedro, se tendo apoderado da moça a que acima aludimos, a qual ficara mal ferida, nella saciara seus instinctos de besta fera: Esta informação recebida indirectamente por intermedio de um operario muito conceituado pelos seus Chefes em Itapura, o qual affirmou tel-a ouvido do proprio Manoel Francisco, combina com uma outra do Frei Boaventura, por este ouvida em Santa Cruz, de dois ou tres desses ferozes expedicionarios. Disserão-lhes estes, que diversas mulheres, algumas feridas, inclusive aquella já citada, forão estupidamente profanadas antes que lhes tivessem dado cabo da vida!

Versiano Pereira, vulgo Padre-Mestre, diz que forão cerca de trinta as victimas; Pedro Bueno, ainda outro da quadrilha assassina, eleva este numero a quarenta, inclusive o Capitão da aldeia, que diz ter sido queimado, ferido, mas ainda com vida, entre os cadaveres que para o mesmo fim havião sido acumulados dentro de um rancho!

Estas ultimas indicações foram ainda obtidas por intermedio do mesmo operario, cujo nome, por motivos obvios, deixamos de citar. Mais completas informações teria a Commissão conseguido si, porventura, pudesse ter sido investida de outros poderes mais amplos, que aliás competirão, às autoridades policiaes. Quantas revelações dolorozas e surpresas tristemente sensacionaes não

surgirão de uma acareação policial entre os comparsas desse vergonhoso crime! Somente assim poder-se-ão apurar as responsabilidades todas de mandantes e executores.

João Pedro foi entrevistado por um dos membros da Comissão na propria casa daquelle com o simulado intuito de obter esclarecimentos sobre os costumes dos indios Coroados, cujo aldeamento se pretendia alcançar n'uma proxima expedição de carater pacífico.

Só depois que percebeu a indignação crescente que a narrativa de suas negras façanhas ia produzindo em seu interlocutor, que em vão se esforçava por contel-a, é que o bugreiro se foi tornando por fim mais reservado, tendo até se compenetrado de que ia ser privado de sua liberdade, apartir daquelle momento.

Promptificou-se mesmo a vir preso para o Rio de Janeiro, e só pedia que o Tenente não consentisse fosse esbordado pelos soldados. Elle sabia, entretanto, que o contingente não se achava ali em Itapura, mas sim em Miguel Calmon.

Desse-nos mais que o castigo não lhe devia attingir, a elle só, mas também aos outros companheiros, inclusive gente graúda, que opportunamente apontaria, era quem lhes encomendava taes serviços.

Foi preciso acalmal-o e diser-lhe que não era aquella a ocasião, mas que a força federal ia agir dali por diante com enegia, e, certo, que elle teria todo interesse em não offerecer nenhuma outra oportunidade. Emfim, que qualquer assassinato ou outro crime commenttidos contra os indios, implicaria prisão e processo como se se tratasse de crimes entre si. No processo é que provarião ou não a allegação de legitima defeza.

Ouviu ainda João Pedro como remate de toda entrevista, algumas considerações tendentes a modificar-lhe, pouco embora, que fosse, as pessimas disposições em que estava para com os indios, baseadas sobre tudo na ideia erronea que delles formava. A esse proposito deixou-se, ou pelo menos simulou ter-se deixado emfim convencer que o indio não parecia apenas ser gente, - era-o de verdade.

Dadas, como as que acima narramos teense realizado em outras occasiões, por motivos verdadeiramente mesquinhos, quasi sempre. Ha cerca de seis annos atraz foi organizada uma que partiu da Fazenda da Faca, na estação de Toledo Piza. O motivo, conforme ouvimos directamente do proprio administrador daquelle Fazenda, foi terem apparecido flexados pelos indios dois ou tres bezerros!

Joaquim Paulo, um operario que encontramos em Calmon, diz que, erão quarenta homens, elle inclusive, armados como acima e providos de passôca para 15 dias.

Foi o cerco estabelecido nas mesmas condições acima descriptas, sem que tivessem sido presentidos. Nessa noite não havia festa e os indios dormirão cedo. Ainda assim esperarão pelas primeiras horas da madrugada para effectuarem o assalto.

Diz Joaquim Paulo que esse aldeamento era grande e excepcionalmente populoso. Aqui citamos suas proprias palavras:- "Ahi, nós fizemos um servicinho regular; erão com certeza, para mais de 200 indios; si escaparão cincoenta, foi muito".

Poder-se-ia suppor exagero, na informação de Joaquim Paulo, attribuiavel a um commum espirito de fanfarronice, si elle tivesse procurado insinuar-se como um dos valentes entre tantos homens decididos. Mas, ao contrario, é elle proprio quem conta o grande medo que teve, verdadeiro pavor, quando se estabeleceu o alarme no acampamento indigena, ao ouvir os seus bizarros e estranhos gritos, que elle entendeu poder comparar a urros de fera acuada. Tremia a tal ponto e lhe batião os queixos de tal sorte, que em vão procurou fazer uso da sua carabina, mesmo resignando-se ao tiro a esmo, sem pontaria. Desde esse dia, tambem protestara jamais tomar parte em outras proezas dessa ordem.

Voltando aos ataques dos Coroados contra o pessoal da Noroeste, conclue-se que, memsmo aceitando como indiscutivel, a autoria do selvicola em todos elles, no primeiro como no ultimo, do qual tambem não houve testemunhos nem indicio caracteristico, mesmo assim, sobe a oito mortos e um feriso o numero de victimas desses ataques, - que como se viu, tiverão começo só em 1908. Até aquelle anno gosou a Noroeste da mais completa calma a esse respeito. Compare-se aquelle numero ao dos quinhentos e muitos operarios que succumbirão às febres do Jupιά, e logo se vê quanto é capciosa a allegação de que os indios estão ali perturbando profundamente a continuação dos trabalhos da construcção, ameaçados de não poderem proceguir, porque o pessoal respectivo não se quer expor às flexas e aos Garantãs dos Coroados.

A verdade, entretanto, é que ali ninguém tem medo do índio, si não as novas levas de trabalhadores que chegam de fora com as cabeças cheias de phantasticas historias.

Vem ao caso um facto caracteristico, relativo a uma turma de uns cinquenta homens ali recém chegados de Minas. Estavão todos provisoriamente aboletados num grande rancho, especialmente designado para esse fim. Logo a primeira noite, por signal enluarda, sae fora um dos homens, urgido por qualquer necessidade. Como tivesse tido a esquisitice de estar completamente despido, e, ao voltar, involuntariamente despertasse um dos companheiros, este, vendo, ao reflexo da lua, aquelle homem nú, à porta do rancho, horrorizado deu o grito de "bugre no acampamento!"

Foi o bastante para se estabelecer o alarme geral e grande confusão. Muitos tiros partiram a esmo, resultando dahi varios ferimentos, inclusive um homem com o pulmão atravessado por bala.

De outra feita achavão-se trabalhando dois lenhadores no km dezanove da provisoria de Itapura a Jupiá, e eis que lhes chega aos ouvidos estranho rumor de vozes em linguagem incompreensivel. Por isso correrão cerca de duas leguas suppondo-se sempre perseguidos pelos indios. Tratava-se, porem, apenas de dois arabes, fugidos de Tres Logoas, onde havia um delles commettido um crime.

E assim, o medo inconsciente é que tem dado logar a varios incidentes, lamentáveis alguns, outros, porem, inteiramente comicos. Mas é ainda elle que tem, ao par de outros factores, impedido a approximação amigavel do selvicola, visto como a praxe naquella zona foi sempre atirar ao bugre, e em seguida fugir. Já era uma felicidade quando o medo era bastante para não permittir atirar, mas só fugir.

Entretanto, apesar de tudo, os indios já vão fazendo alguma distincção entre bons e maus. Assim é que citaremos, entre outros, duas dignas excepções. A primeira refere-se ao exfeitor da turma 24, José Rodrigues, cujo nome já era familiar aos indios, que muitas vezes o pronunciavão do matto, com inteira clareza. Diz-se tambem que o Rodrigues, quando via os indios surgirem a distancia, limitava-se a tomar com sua gente, aliás armada, todas as precauções para evitar ou repellir um ataque que nunca se deu, mas sem consentir que os seus homens lhes atirassem, deixando-os, atravessar a linha em paz.

Procedimento igual não tinhão os outros feitores e d'ahi os ataques às turmas 21 e 23 que lhe erão visinhas.

A outra excepção é a do digno Mestre de linha o Snr. Crillo. Disse-nos elle que em seu serviço de inspecção do trecho de estrada que lhe esta affecto, anda apé sósinho e até à noite; tem tido occasião de os ver (aos indios) atravessar a linha à distancia de bala, mas nunca lhes atirou nem procurou espantal-os. Em troca disso, tem passado sempre incolume com sua gente. ainda ultimamente dois trabalhadores seus aproveitando-se de um domingo, internarão-se no matto, onde se perderam em busca de jaboticabas, vindo chegar tarde da noite a Glycerio sem que nada lhes tivesse sucedido.

Seria, porem, necessario que esses bons exemplos, não se contentassem apenas com o não fazer mal aos indios. É esse um dever negativo, que é preciso completar com o seu correspondente positivo: fazer-lhes bem, certamente ainda mais sympathico do que aquelle, de effeito seguro e resultado immediato.

A esse proposito, imagine-se oque se teria conseguido si na seguinte emergencia tivessemos de nos referir a um homem ao mesmo tempo de coração e de coragem.

Houvimos de um Chefe de trem de carga que uma vez em uma viagem de inspecção da linha com os engenheiros da estrada, quando estavão na estação de General Glycerio, virão ali chegar meio esbaforido um portuguez, que immediatamente lhes contou o seguinte: vinha só pela estrada, quando sentindo rumor pela retaguarda, volta-se e vê surgir-lhe à distancia um grupo de cinco indios Coroados, completamente desarmados, que o chamavão insistentemente com vozes e gestos de cordialidade para que se aproximasse. Mas, a pacifica iniciativa dos indios de modo algum foi correspondida pelo civilizado, que só cuidou afastar-se precipitadamente, cheio de medo, apesar de se achar armado de carabina, e de não terem os selvicolas alterado sua attitude benevola durante a fuga, que de longe observavão, continuando sempre com os mesmos signaes de amisade.

Certamente perdeu-se ahi uma preciosa oportunidade para iniciarem-se relações de fraternidade com essa valorosa e malsinada tribu.

A esse proposito referiu-nos o Snr. Curts Nimuendajur que o cacique dos indios Caingangs das Missões Argentinas, deposi de estabelecida a paz com o elemento civilisado daquelle território, relatava as difficuldades sem conta,

que, apesar de boa disposição em que estavam a partir de certa época, tiveram de vencer para se aproximarem dos occidentaes.

Era tal a esquivança destes, que ao verem-nas só tratavão de fugir medrosos, ou atacal-os ferosmente, quando certos do successo. Era nessa occasião cacique da tribo um occidental que fôra em criança arrebatado pelos indios que o educarão a seu modo, e cujo ascendente vierão mais tarde a soffrer (saber?), aliás com felicidade

Quem sabe tambem das repetidas vezes em que o pobre Cingang paulista, terá em vão tentado, com aquelles seus irmãos, acolher-se ao seio de nossa civilisação, à custa da propria vida? ...

Mencionaremos agora os ataques dos indios contra os outros habitantes da zona cortada pela "Noroeste" estranhas ao serviço da Estrada, a partir de 1905.

O primeiro desses assaltos foi dirigido contra a turma de exploração do Rio Feio, quando mal iniciara os seus trabalhos em terras da Fazenda Corredeiras, de propriedade do Snr. Joaquim dos Santos. Forão ahí fedridos o engenheiro Olavo Hummel, chefe da turma, e mais dois camaradas, quando se procedia à abertura de um picadão, um km apenas, distante da Fazenda.

A insolita invasão de suas terras por um pessoal tão numeroso, determinou essa demonstração belicosa do indio.

De facto, conforme se lê no relatorio da Commissão Geographica de São Paulo, ao proprio engenheiro Hummel informara o Snr. Joaquim dos Santos, nunca, até ali ter sido incomodado pelo selvicola, apesar de já então contar cinco annos de residencia no logar.

Em fins de julho de 1906 forão atacados quatro antigos camaradas do Dr. Silvio San Martin, quando se entregavão ao preparo de uma nova roçada na Fazenda do Snr. João Castilhos, à margem esquerda do ribeirão Lageado, conseguindo escapar-se apenas um dos homens.

Em abril de 1907, matarão os indios tres picadores, camaradas do Dr. Loock, e poucos dias antes atacarão igualmente dois filhos, um genro e mais dois camaradas do Snr. Joaquim dos Santos, que se indispuséra com os indios, desde que em má hora consentira se tivesse organizado em sua Fazenda a turma de exploração do Rio Feio, a que acima alludimos.

Alem desse motivo, que já dera logar ao rompimento das hostilidades, acresce a circumstancia especial de estarem aquelles cinco homens entregues a trabalhos de novas e vastas derrubadas, a que sempre se oppuserão tenasmente os indios.

Em geral, essa opposição da parte dos selvicolas mantem-se até que, organizada uma dada exterminadora dos seus aldeamentos mais proximos, os raros sobreviventes veem-se obrigados a procurar refugios mais longinquos no amago da floresta. Não tarda porem, que o circulo se estreite ainda mais e vá encontra-lo outra vez na estacada procurando em vão rompelo-o.

Finalmente, o ataque mais recente, e que maior impressão causou naquella zona, foi o de primeiro de julho deste anno, ao infeliz agrimensor Christiano Olsen e mais seis camaradas, no Km 256 da EFN, entre as estações de G. Glycerio e Araçatuba.

Acabava a turma de sair de uma longa medição de terras, que ao agrimensor apenas faltava referir à linha ferrea. Antes disso, tratavão os camaradas de fazer o café enquanto Christiano achegava-se a um corrego proximo para saciar-se, quando foi attingido por uma flexa. Dado o alarme, correrão todos, inclusive o ferido para uma casa de turma abandonada, onde se entrincheirarão para uma luta desesperada e romperão com as primeiras descargas contra os indios, que a esse tempo procuravão assaltar a casa.

Contavão os sitiados com munição em grande quantidade, e pelas portas e janellas entreabertas fazião certeiras pontarias sobre o numeroso grupo de indios sahidos da matta, produzindo-lhes grande mortandade.

Não obstante, o cerco se apertava sempre, e já era preciso fechar e escorar internamente todas as entradas.

Foi então, que, avisinhando-se um trem que apitava, os indios se retirarão precipitadamente. Cheios de esperanza sairão os homens que estavam na casa, menos Christiano que ja agonisava. Puzerão-se na linha a implorar socorro em altos gritos e a fazer desesperados signaes para que o trem parasse. Vã esperanza! pois nem siquer diminuiu-se a marcha, e foi preciso que se tivessem retirado da linha para não serem colhidos pela machina. Tal a covardia sem limites e a falta de piedade do pessoal do trem, no qual viajava, aliás nesse dia, o respectivo chefe do trafego da "Noroeste".

Tres homens que estavam ainda incolumes, e mais um outro, cujo ferimento ainda permittiu tentar um derradeiro esforço, puzerão-se em louca disparada após

o trem, de balde implorando que os soccorressem. Só os tres primeiros lograram apesar disso, escapar-se; o ferido foi cahir exangue junto a uma pilha de dormentes onde procurou esconder-se tendo sido encontrado morto devido antes ao longo tempo que ahi passou sem socorro do que pelo ferimento recebido. Quanto aos mais, forão victimas da vingança dos selvicolas, que tendo voltado a carga, depois de passado o comboio, trucidarão-n'os cruelmente.

Esse deshumano e covarde procedimento do Chefe do trem e respectivo machinista, aliás sancionado pelo chefe do trafego naquela epoca, não mereceu, siquer, a menor admoestação de parte da administração superior da Estrada; mas a indignação causada entre os habitantes daquella zona foi tal que andarão aquelles dois empregados da Noroeste por muito tempo ameaçados de violências. Entre estas cita-se uma, que em certo dia se lhes preparou em Penapolis, por occasião da passagem do trem, acoroçada pelo mesmo Snr. Cruz, citado em começo deste relatório. D'ahi, aliás, se ter o mesmo indisposto com a "Noroeste", fracassando por esse motivo a dada que tomara a iniciativa de organizar contra os aldeamentos indígenas, e para cuja execução esperava da Empresa o auxilio mais valioso.

Tiverão os indios neste ultimo ataque inumeras mortes causadas pela certeza fuzilaria que partia da casa, especialmente de um dos homens, que de um buraco por elle praticado no tecto, trepado sobre umas barricadas, affirma ter exgotado mais de uma caixa de balas, sem ter perdido uma só pontaria, aliás quase a queima-roupa, mas, não se pode precisar nenhum numero, visto como, na retirada, costumão invariavelmente os indios carregar os seus mortos. O terreno, porem, estava bem assignalado por sobejas manchas de sangue. Diz-se que entre os camaradas do infeliz agrimensor um havia que tomara parte em recentes ataques contra os indios, e dahi a tenacidade feroz com que, uma vez iniciado o assalto, levou-os a terminal-o a todo transe.

Dizem outros, porem, que o assalto estaria preparado para a turma de conserva da Estrada, que ha muito incorrera na vingança dos índios e, só por engano, se voltara contra a turma do agrimensor. Este, aliás, já havia feito todo o trabalho até ali, sem o minimo incidente.

Por mais desolado que se nos apresente este quadro, precisamos não esquecer a desgraça da situação do selvicola, que não tem mais socego no interior de suas mattas, onde o civilizado, em odiosas batidas, vai exterminá-los cometendo contra elles toda sorte de maldades, sem fallar nas caçadas individuais a qualquer indio que surja isolado ao alcance de bala, naquellas paragens. E a esse propósito limitamos-nos a citar um ultimo revoltante epizodio em que foi protagonista um tal Antonio Adão, celebre e reputado ali, como o mais perito bugreiro do sertão paulista.

Este fascinora, em uma das muitas dadas que chefiara, como lhe tivessem feito encomenda de um indio pequenino, resolvera trazer com vida uma interessante criança de trez annos apenas. Esta porem, que vinha carregada às costas dentro de um jacá, gritava e esperneava quanto podia, até que em certa occasião, arranhou-o e conseguiu mesmo mordel-o no ombro. Foi o bastante para acabar com a paciencia de seu algoz que, tomando-a de uma das perninhas atira-a para cima e na queda corta-a ao meio com seu facão!!! Caso semelhante ouvimos em relação a outro bugreiro de nome Antonio Pedro.

Até ao envenenamento dos alimentos e das aguas teem reccorrido, os que se pretendem civilizados, em sua sêde de exterminar os ultimos representantes da infeliz raça americana.

É sabido naquelles sertões que, desde certa epoca, os indios systematicamente deixão de levar comsigo qualquer genero alimenticio que accaso encontrem por occasião de algum assalto. Arrecadão entretanto instrumentos e fazendas, limitando-se a espalhar e inutilisar as comedorias, certos de que nellas encontrarião fatalmente traiçoeira morte.

A vista desses e de outros nefandos crimes que direito resta a nós outros, civilizados, de nos espantarmos das depredações e ferocidade dos indios, aliás commettidas em desesperada e legitima defesa?

- II -

Como medidas tendentes a terminar com este triste e vergonhoso estado de cousas, pensa a Commissão, primeiro, que deve ser mantido no sertão paulista o contingente federal que lá se acha à disposição do "Serviço de Protecção aos Indios" sob o digno commando do Tenente Sobrinho, devendo o mesmo contingente

acompanhar a primeira expedição pacifica que se propõe estabelecer relações de pura fraternidade com aquellos nossos infelizes irmãos.

Parece que o melhor ponto de entrada para essa expedição, vem a ser justamente o picadão com cerca de 3 a 4 leguas de penetração, que parte de Pennapolis em demanda do rio Feio, visto como, desde logo se podera entrar em contacto com o selvicola. Este, certamente, a hostilizará de commeço. Cedo, porem, será favoravelmente sorprehendido com a differença de conducta da expedição, relativamente às anteriores, pois que, esta apenas se limitará a evitar os seus ataques, mediante um duplo e cuidadoso serviço de vigilancia e segurança, repellindo-os por fim, sem victimal-os, e correspondendo aos seus ataques com todas as mostras possiveis de paz e cordialidade, graças a uma prodiga distribuição de brindes e instrumentos de trabalho, deixados de preferencia, nos proprios sitios escolhidos para as suas investidas. Assim não se seguirá mais do que o exemplo do valoroso e digno Tenente Horta Barboza, e de seus bravos companheiros da Commissão de Linhas Telegraphicas de Mato Grosso, em relação aos valentes Nhambiguaras, hoje definitivamente pacificados.

Nutre a Comissão toda esperanza de que igual exito será alcançado com os malsinados Caingangs paulistas, e que assim venha a ser para elles destruida a odiosa e falsa theoria de irreductibilidade, como acaba de o ser para os Nhambiguaras. Certamente não eram estes menos accessiveis do que os seus irmãos de São Paulo.

A acção porem não se deve limitar à zona da "Noroeste". Do outro lado dos rios Feio e do Peixe, a partir de Campos Novos do Paranapanema, são continuamente organizadas mátanças systhematicas de indios, salientando-se entre todos um celebre Coronel Sancho Figueireso, fazendeiro daquella zona, que tem ao seu serviço varios indios reduzidos à verdadeira escravidão.

É necessario tambem com urgencia que o "Serviço de Proteção aos Indios" solicite do Governo Estadual permissoão para que sejam demarcadas as terras ditas devolutas que assim não devem ser consideradas na zona habitada pelos selvicolas, mas antes, como a estes pertencentes de facto e de direito. Não deve o Estado de São Paulo, em nome da moral e da razão prescriptas pelo mais glorioso de seus filhos permittir que se continue uma iniqua espoliação dos restos de terras do selvicola, que tanto merecera do esclarecido espirito e grande coração de José Bonifacio.

Depois, dentro talvez de pouco tempo, pacificados esses indios, em seguida, com mais vagar, operando-se a passagem favorecida e não obrigada, de seu estado nomade de povo caçador para a vida sedentaria de agricultor que dispensa a necessidade de grandes áreas de terra, terá chegado então o momento dos poderes publicos evocarem a si, já sem afflições de consciencias, a maior parte dellas, reservadas aos indios apenas as que ainda forem necessarias ao seu novo genero de vida. Estas, ou outras opportunamente escolhidas, servirão em breve de base para fundação de povoações indigenas, criadas pelo regulamento do "Serviço de Proteção", passo decisivo para a rápida incorporação do indio a civilização occidental, mediante a sua posterior e final transformação em trabalhador nacional.

Como ultima e importante medida, lembra a Comissão a vantagem de fazer o Ministerio da Agricultura a aquisição, na estação de Miguel Calmon, de onde se descortinão magnificos campos, ditos do Avandava, para ahi estabelecer uma fazenda de criação com algumas plantações subsidiarias, tais como mandioca, milho, feijão, etc.

Esta fazenda teria por fim constituir, na zona por elles frequentada, em centro de atracção para os selvicolas, ja pela fartura de caça que encontrarião sem que por isso tivessem de experimentar os efeitos de uma nova batida, já por se poderem abastecer nas roças propositalmente estabelecidas na orla da matta!

Não se vendo repellidos, antes cada vez mais podendo se apresentar com mais confiança, exactamente ao contrario do que até então lhes succedia, será quasi certa a sua pacificação por este meio, quando já se não tenha isso conseguido de outros modos. Ao mesmo tempo, a concentração cada vez maior dos selvicolas n'aquelle ponto, daria lugar a que as outras terras da zona pudessem ir sendo entrgues à colonisação. Assim, o prejuizo, já de si insignificante, que o governo teria com algumas dezenas de animais flexados pelos indios, como se fossem caça propria, seria dentro em pouco largamente recompensado pelo cultivo daquellas terras colonisadas.

Alem disso, dentro de pouco tempo talvez, estaria o indio transformado em vaqueiro e criador, genero de trabalho que melhor se presta para a tranzição dos habitos da vida nomade para os do estado sedentario.

- III -

Mas antes de conseguida a pacificação dos Caingangs, pensa a Commissão que o Governo, longe de favorecer o movimento colonizador daquella zona, deve ao contrario desvial-o dali para outros pontos onde não se possam gerar ou agravar attrictos de raças ainda profundamente hostís, que só farião difficultar cada vez mais a solução do problema indigena.

Apezar dessa convicção, a Commissão, em obediencia ao que lhe foi determinado, rporcurou na sua rapida visita àquella zona, examinar, embora perfunctoriamente, a natureza das suas terras sob o ponto de vista que lhe foi indicado.

Começaremos de Itapura, onde teve outr'ora, o Governo Federal, uma Colonia Militar installada em uma legua quadrada de terras, no pontal formado pela confluencia dos rios Paraná e Tietê.

Essa area é toda ella constituida de excellente terra roxa, da chamada encaroçada, comparavel às de Ribeirão Preto, reputadas as melhores do Estado. Aliás, desde Jupiá até Ilha Secca, principalmente, e mesmo dahi até Araçatuba, a terra é em geral boa (roxa, ou então massapê, propria para cereaes, canna de assucar, mandiocas, etc) apenas com algumas manchas de arêa, especialmente em Corrego-Azul. Esta superior qualidade das terras é em grande parte attestada pela respectiva vestimenta que abunda em excellentes padrões, taes como pau d'alho, em grande quantidade, figueiras bravas, lixa, guagissara e cédro.

Sobre o valor, ja experimentado, das terras de Itapura, informou-nos um velho ex-soldado, Manuel André de Sant'Anna, que ahi vive a 31 annos (e nunca teve febre!) que em 1887 foi conduzida para o Rio de Janeiro, a ser posta em exposição uma canna roxa listada de 44 palmos de comprimento e proporcionada grossura.

Diz igualmente que o milho, não havendo muita secca, chovendo uma ou duas vezes por mez, dá ali dez a doze carros de cem mãos de sesenta espigas, por alqueire. Espigas cheias, regulando duas a tres por pé. E isso, apenas com roçada, queima e plantio, sem se fazer nenhuma limpa.

Nas baixadas e beiradas de corregos dá tambem com bom resultado excellente arroz.

Ainda hoje existe ali uma casa de sobrado, antiga habitação dos directores da Colonia, em relativo estado de conservação, e bem assim as ruinas de um engenho, moinho e outras construcções. Ainda se descobrem, sem difficultade os alinhamentos das ruas, encontrando-se diversos moradores, alguns antigos, outros, que ali se tem estabelecido por ultimo.

Podia bem o Governo restabelecer aquella Colonia Militar, agora com outros recursos de comunicação, graças à Estrada de Ferro, e por conseguinte com todas as garantias de successo; sobretudo se não descursasse de melhorar criteriosamente as condições hygienicas do lugar, mediante a extinção de alguns pantanos existentes na margem esquerda do Tietê, que é o mais insalubre.

Na Colonia, situada à margem direita, o clima é relativamente saudavel.

D'ahi para Jupiá, à medida que se approxima do rio Paraná, é que o paludismo assume as proporções e character alarmante que acima fizemos notar.

O clima, entretanto, mantem-se, em geral, desfavoravel desde aquelle ponto até General Glycerio. Desta estação para cá, até Bahurú, as condições veem sempre melhorando, mas em nenhum outro logar daquella zona, se goza de clima comparavel ao de Miguel Calmon.

Nesta localidade, bem provida de boas aguas, oa seus campos prestão-se admiravelmente para criação e paralelo cultivo de plantas forrageiras.

Ha tambem mattas que pelo seu viço e coloração, attestão a fertilidade das terras que vestem.

Sobre o valor dessas terras e das de outros pontos da zona, alem da inspecção directa a que procedemos, transpassaremos para este relatorio deversas informações, sem que possamos garantir si ellas não conterão engano ou exagero. Todavia, trouxe a Commissão varias mostras de productos agricolas de excellente qualidade.

Disse-nos o Snr. Nicodemos, que, de uma feita, semeara vinte e cinco saccos de 100 litros.

Ouvimos tambem que um trabalhador de nome José Lourenço, semeara em Legrú oito litros, e como tivesse tido a felicidade de apanhar tempo muito favoravel, conseguira colher 31 saccos, o que é certamente apezar de tudo, uma proporção exagerada.

Frei Boaventura diz que em Pennapolis se está colhendo arroz de primeira qualidade, e em quantidade grande relativamente ao semeado.

Em Pennapolis existem ja algumas familias de colonos tranbalhando sob responsabilidade propria. Ahí vai ser tentada a plantaçaõ de café.

Em Lauro Miller, o terreno é secco e arenoso, e apresenta uma má vestimenta, principalmente descendo para as margens do rio Dourados, em que o cerrado predomina. Alem disso é pobre de agua, que só se encontra a 7km para as cabeceiras do rio Feio.

Em Toledo Piza é a terra vvermelha, um pouco arenosa; sua qualidade é atestada pelas excellentes culturas já existentes e por diversos padrões de boa terra - jangada braba, cambará de lixa, e algum pau d'alho. Dahi a Presidente alves, percorre-se justamente o espigão do Tabocal com quinhentos e muitos metros de altitude, divisor de aguas ao mesmo tempo dos rios Dourados, Feio e Batalha. É o ponto mais alto da "Noroeste" e onde se veem bonitos e extensos cafesaes.

Ainda na estaçaõ de Toledo Piza, se encontra, 6km para o lado do rio Dourados, uma florescente povoaçãõ (Pirijuhy) já com cerca de umas 70 casas de telha e com boas lavouras de café e cereaes.

De Jacutinga a Tibiriça, Vale de Palmas e de Bahurú encontrãõ-se tambem bonitos cafesaes e outras culturas.

Ainda quanto ao clima da zona cortada pela "Noroeste" ha finalmente a observar, que em algumas dellas, desde Bahurú até Glycerio, é commum o amarellão e bem assim varias sortes de feridas, entre ellas a chamada ulcera de Bahurú.

x x x

Tais, Snr. Director as informações com que deviamos fechar este relatorio, o qual tomareis na consideraçãõ que elle por ventura merecer.

Sem de nenhum modo pretendermos que elle não seja em varios pontos lacunoso, podemos entretanto garantir-vos que ao par de nossas observaçaões directas, as informações colhidas, o forãõ sempre que possivel, de pessoas sensatas e geralmente conceituadas, comprehendidos nesse numero varios honestos e humildes proletarios.

Todavia, si recorremos algumas vezes a maus elementos, foi só no intuito de obter esclarecimentos sobre feitos em que elles proprios forãõ partes.

Assim, de accordo com as nossas modestas forças, só revigoradas pelo entusiasmo que nos inspira a Gloriosa Crusada de proteçaõ e de amor em que nos empenhamos com exhuberancia de coraçãõ, sob vossa digna direcçaõ, julgamos ter feito quanto podiamos por corresponder à confiança que em nós quizestes depositar, hypothecando-vos, ao mesmo tempo, a nossa presente e futura dedicaçaõ em prol da proxima redempçaõ dos nossos irmãos das selvas e da melhor situaçaõ moral e material de nossos desprotegidos trabalhadores nacionaes.

Saude e Fraternidade

São Paulo, 22 de novembro de 1910

D. Paes Leme
1º Tenente Pedro Ribeiro Dantas